



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Nathália Antonucci Fonseca

(Ir)regularidades Afetivas no Governo do Refúgio: mulheres trans e lésbicas migrantes e refugiadas venezuelanas acompanhadas pela LGBT+Movimento

Rio de Janeiro

2024

Nathália Antonucci Fonseca

(Ir)regularidades Afetivas no Governo do Refúgio: mulheres trans e lésbicas migrantes e refugiadas venezuelanas acompanhadas pela LGBT+Movimento

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Lowenkron

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/ REDE SIRIUS/ CB/C

A635 Antonucci, Nathalia

(Ir)regularidades Afetivas no Governo do Refúgio: mulheres trans e lésbicas migrantes e refugiadas venezuelanas acompanhadas pela LGBT+Movimento / Nathalia Antonucci Fonseca. – 2024. 201 f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Lowenkron
Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1. Migração humana – Venezuela. 2. Refugiados. 3. Pessoas transgênero. 4. Minorias sexuais e de gênero. 5. Afeto. 6. Emoções. I. Lowenkron, Laura. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. III. Título.

CDU 314-055.42(87)

Bibliotecária: Thais Ferreira Vieira CRB-7/5302

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Nathália Antonucci Fonseca

(Ir)regularidades Afetivas no Governo do Refúgio: mulheres trans e lésbicas migrantes e refugiadas venezuelanas acompanhadas pela LGBT+Movimento

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde

Aprovada em 21 de outubro de 2024

Orientadora : Prof.^a Dra. Laura Lowenkron

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

Banca Examinadora: _____

Prof. Dr. Sergio Carrara

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

Prof.^a Dra. Adriana Vianna

Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Angela Facundo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.^a Dra. Isadora Lins França

Universidade Estadual de Campinas

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Laura Lowenkron. Laura passou a me orientar desde o doutorado e me apresentou um novo olhar para a pesquisa e seus processos, que variam em tempo e, por vezes, se tornam indigestos. Pela primeira vez, me senti acolhida e parte viva do que é um trabalho de orientação, o que foi profundamente inspirador para mim. Cada sessão de orientação com Laura é um momento privilegiado para ouvir seus comentários, sempre atentos, generosos e perspicazes. Agradeço também pela confiança que Laura depositou em mim nessa construção mútua, incentivando-me a seguir pelos caminhos dos afetos, que tanto faziam parte dos meus questionamentos.

Gostaria de agradecer à Ângela Facundo, que é fonte de inspiração para muitos diálogos neste trabalho e que também esteve na banca de qualificação, tecendo comentários importantíssimos para os diálogos que foram, posteriormente, construídos. Agradeço imensamente pelo aceite de compor a banca de defesa de tese e deixo exposta minha admiração e desejo de futuras interlocuções.

Agradeço à Isadora Lins França pelo acolhimento como ouvinte em sua disciplina externa e pelas leituras generosas durante as apresentações em seminários. Agradeço também por ter aceitado o convite para participar da minha banca de defesa de tese e espero que esta seja o ponto de partida para outros diálogos ao longo das próximas etapas da minha trajetória acadêmica.

Agradeço também a Adriana Vianna, com quem tive a honra de cursar duas disciplinas externas no Museu Nacional. As falas de Adriana e a maneira como seus pensamentos eram tecidos sempre me foram encantadoras e provocadoras.

Agradeço a Sergio Carrara por aceitar a leitura prévia da tese e pelos trabalhos inspiradores.

Estendo também meus agradecimentos a Natália Corazza Padovani e Claudia Mora, que aceitaram compor a banca de defesa de tese como suplentes. Gostaria de reforçar meu enorme interesse em ouvi-las a respeito deste trabalho quando tiverem disponibilidade.

Agradeço a Heike Drotbohm, minha orientadora durante o período de doutorado sanduíche na Universidade Johannes Gutenberg, em Mainz, na Alemanha. Heike fez com que a estadia transcorresse da melhor maneira possível. Os encontros com Heike foram estimulantes para o desenvolvimento primordial das questões de pesquisa.

Agradeço aos professores e pesquisadores que compartilharam ensinamentos durante esses quatro anos. Em especial, agradeço a Letícia Ferreira e Gustavo Onto pela disciplina “A vida social da burocracia”, que abriu meu olhar analítico para o campo dos afetos.

Agradeço aos colegas de orientação, sobretudo a Ueslei Solaterrar, Janaína Araújo e Clara Camatta, com quem dividi as angústias dos encontros remotos durante a pandemia e também a ansiedade das primeiras leituras e impressões. Durante o período sanduíche, Theresa Mentrup, Elena Reichl e Helena Hernández foram essenciais para que eu me sentisse mais confortável na chegada a um novo país, e suas leituras foram incentivadoras. Agradeço por todo o tempo compartilhado e por tornar a pesquisa mais coletiva.

Agradeço à CAPES pela bolsa de doutorado, nesses quatro anos, e também pela bolsa sanduíche, durante seis meses. Agradeço também ao financiamento fornecido pelo Departamento de Antropologia da Universidade Johannes Gutenberg durante o período sanduíche.

Esse trabalho não existiria sem a LGBT+Movimento e todos que a compõem. Sou profundamente grata pela partilha diária com pessoas migrantes e refugiadas LGBTTTQIA+ e toda a equipe e voluntários. Sem dúvida, participar da constante construção da LGBT+Movimento é a coisa mais desafiadora da minha vida.

Muitas dessas angústias e alegrias vêm sendo compartilhadas com Marina Siqueira, grande encontro dessa vida. A escuta de Marina e nossas trocas são preciosidades que levo para a vida. Tenho e terei sempre o que agradecer a ela.

Es amigues querides de vida, que foram pacientes nas minhas ausências e angústias, todo meu amor e agradecimento.

Agradeço muito a meus pais, sobretudo a minha mãe, Eliane, por acreditar que eu chegaria até aqui.

Isabel, meu amor, agradeço pela cumplicidade e parceria. Sem seu cuidado, eu não teria chegado até aqui, certamente. Obrigada por sempre me ouvir, por estar presente e fazer de tudo para que eu me sentisse confortável, mesmo quando tudo parecia incerto. Tenho muita sorte por ter você ao meu lado ao longo desses anos.

Yo tenia una amiga que era puta, venia de Venezuela
Buscando prosperidad y atravesando la frontera
y sin dinero en la cartela

Muchacha bonita, Muchacha aventureira
Sin saber de nada,
que la vida te sorprenda

Uuh...independiente (x2)

Oye Camila, Oye aventurera
Camina Camila y mueve esas caderas (x2)

Uuh... independiente (x2)

Una luz en el camino y una esperanza buena
Amada y bendecida con una vida buena (x2)

Uuh...independiente (x2)

Oye Camila, Oye aventurera
Camina Camila y mueve esas caderas (x2)

Camila es una puta y una mujer buena
La vida la golpea, pero ella lo supera
La vida a veces es triste, la vida a veces es fea
Pero recuerda, baby, yo soy de Venezuela

Oye Camila, Oye aventurera
Camina Camila y mueve esas caderas (x2)

Uuh...independiente (x2)

*Canção escrita jovens migrantes e refugiados durante oficina de musicoterapia
organizada pela LGBT+Movimento*

RESUMO

ANTONUCCI, Nathalia. **(Ir)regularidades Afetivas no Governo do Refúgio: mulheres trans e lésbicas migrantes e refugiadas venezuelanas acompanhadas pela LGBT+Movimento**. 2024. 201 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Ao tomar diferentes dimensões dos afetos como lentes analíticas para o governo do refúgio, o objetivo da tese é investigar um conjunto de regularidades e irregularidades afetivas nos (des)encontros entre mulheres trans e lésbicas migrantes e refugiadas venezuelanas com agentes e instituições que compõem esse governo. A abordagem metodológica adotada foi a construção de uma etnografia, que parte da dupla atuação da autora como pesquisadora e gestora na organização LGBT+ Movimento. Neste sentido, a pesquisa foca na experiência de algumas mulheres trans e lésbicas acompanhadas pela organização entre 2020 e 2022. O texto está dividido em três capítulos. O primeiro aborda o processo de institucionalização do LGBT+ Movimento e analisa as dimensões micropolíticas das emoções, especialmente aquelas relacionadas à humilhação e à raiva, a partir dos conflitos disparados por duas mulheres trans atendidas. Argumento que as regularidades afetivas sentidas pelas interlocutoras se conectam a algumas tradições administrativas historicamente presentes nos programas voltados a migrantes e refugiados no Brasil. O segundo capítulo toma como ponto de partida as medidas que restringiram a entrada de migrantes e refugiados no Brasil durante a pandemia de Covid-19, bem como o debate público que se organizou em torno dessas medidas, a fim de identificar um conjunto de (ir)regularidades afetivas nas “impossibilidade de ficar” vividas por cinco mulheres lésbicas venezuelanas. Este capítulo também explora a dimensão mais relacional dos afetos, evidenciando como estes se materializam nas relacionalidades construídas entre um grupo de mulheres lésbicas que lidam com uma tragédia. O terceiro capítulo foca nas dimensões materiais dos afetos a partir dos documentos e dos corpos de mulheres trans e travestis venezuelanas. O processo de documentação para inclusão do nome social revela como o fazer e desfazer das cidadanias nacionais e sexuais ocorrem em meio a deslocamentos afetivos que vão da esperança à desilusão. Por fim, demonstra como as regularidades afetivas, especialmente aquelas associadas a afetos hostis, também são responsáveis por constituir a materialidade dos corpos de mulheres trans venezuelanas. A partir disso, a tese busca evidenciar e defender o papel central dos afetos para a análise do governo do refúgio, além de trazer novos insights sobre as regularidades e irregularidades afetivas que permeiam este campo.

Palavras-chave: Afetos; Emoções; Refúgio; Migração; População LGBT

RESUMEN

ANTONUCCI, Nathalia. (Ir)regularidades afectivas en el Gobierno del Refugio: mujeres trans y lesbianas venezolanas migrantes y refugiadas acompañadas por LGBT+Movimiento. 2024. 201 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Tomando diferentes dimensiones del afecto como lentes analíticas para el gobierno del refugio, el objetivo de esta tesis es investigar un conjunto de regularidades e irregularidades afectivas en los (des)encuentros entre mujeres migrantes y refugiadas trans y lesbianas venezolanas con los agentes e instituciones que componen este gobierno. El abordaje metodológico adoptado fue la construcción de una etnografía, a partir del doble rol de la autora como investigadora y gestora en la organización Movimiento LGBT+. En este sentido, la investigación se centra en la experiencia de algunas mujeres trans y lesbianas acompañadas por la organización entre 2020 y 2022. El texto se divide en tres capítulos. El primero aborda el proceso de institucionalización del Movimiento LGBT+ y analiza las dimensiones micropolíticas de las emociones, especialmente las relacionadas con la humillación y la rabia, a partir de los conflictos desencadenados por dos mujeres trans. Argumento que las regularidades afectivas sentidas por los interlocutores están conectadas a algunas tradiciones administrativas históricamente presentes en los programas para migrantes y refugiados en Brasil. El segundo capítulo toma como punto de partida las medidas que restringieron la entrada de migrantes y refugiados en Brasil durante la pandemia del Covid-19, así como el debate público que se organizó en torno a estas medidas, para identificar un conjunto de (ir)regularidades afectivas en la «imposibilidad de quedarse» experimentada por cinco mujeres lesbianas venezolanas. Este capítulo también explora la dimensión más relacional de los afectos, destacando cómo se materializan en las relaciones construidas entre un grupo de mujeres lesbianas que afrontan una tragedia. El tercer capítulo se centra en las dimensiones materiales de los afectos a partir de los documentos y cuerpos de mujeres trans y travestis venezolanas. El proceso de documentación de la inclusión de un nombre social revela cómo el hacer y deshacer de la ciudadanía nacional y sexual ocurre en medio de desplazamientos afectivos que van de la esperanza a la desilusión. Finalmente, muestra cómo las regularidades afectivas, especialmente las asociadas a los afectos hostiles, son también responsables de constituir la materialidad de los cuerpos de las mujeres trans venezolanas. A partir de esto, la tesis busca resaltar y defender el papel central de los afectos en el análisis del gobierno del refugio, así como aportar nuevas miradas sobre las regularidades e irregularidades afectivas que permean este campo.

Palabras clave: Afectos; Emociones; Refugio; Migración; Población LGBT

ABSTRACT

ANTONUCCI, Nathalia. Affective (Ir)regularities in the Government of Refuge: Venezuelan trans and lesbian migrant and refugee women accompanied by the LGBT+Movimento. 2024. 201 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024..

By taking different dimensions of affects as analytical lenses for the government of refuge, the objective of the thesis is to investigate a set of affective regularities and irregularities in the (dis)encounters between Venezuelan trans and lesbian migrant and refugee women with agents and institutions that make up this government. The methodological approach adopted was the construction of an ethnography, which is based on the author's dual role as researcher and manager at the organization LGBT+Movimento. In this sense, the research focuses on the experiences of some trans and lesbian women supported by the organization between 2020 and 2022. The text is divided into three chapters. The first addresses the process of institutionalization of the LGBT+Movimento and analyzes the micropolitical dimensions of emotions, especially those related to humiliation and anger, based on the conflicts raised by two trans women assisted. I argue that the affective regularities felt by the interlocutors are connected to some administrative traditions historically present in programs aimed at migrants and refugees in Brazil. The second chapter takes as its starting point the measures that restricted the entry of migrants and refugees into Brazil during the Covid-19 pandemic, as well as the public debate that was organized around these measures, to identify a set of affects (ir)regularities in the “impossibility to stay” experienced by five Venezuelan lesbian women. This chapter also explores the more relational dimension of affects, highlighting how they materialize in the relationships constructed among a group of lesbian women dealing with a tragedy. The third chapter focuses on the material dimensions of affects based on the documents and bodies of Venezuelan trans women. The documentation process for inclusion of the social name reveals how the making and unmaking of national and sexual citizenships occur amidst affective displacements that range from hope to disillusionment. Finally, it demonstrates how affective regularities, especially those associated with hostile affects, are also responsible for constituting the materiality of the bodies of Venezuelan trans women. Based on this, the thesis seeks to highlight and defend the central role of affects in analyzing the government of refuge, in addition to bringing new insights into the affective regularities and irregularities that permeate this field.

Keywords: Affects; Emotions; Refuge; Migration; LGBT Population

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1–	Organizações que compõem o governo do refúgio na cidade do Rio de Janeiro	92
Tabela 1	Resultado da Votação de Indicação de Representante para o FONACERAM	96
Figura 1 –	Notificação de Deportação	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMN	Associação de Apoio à Mulher portadora de Neoplasia
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas
ACP	Ação Civil Pública
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
B.O	Boletim de Ocorrência
CAPSad	Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas
CARSP	Centro de Acolhida para Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo
CBI	<i>Cash Based Interventions</i>
CDHIC	Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
CEF	Caixa Econômica Federal
CEIPARM	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes
CENTROPOP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CEPREMI	Centro de Proteção a Refugiados e Migrantes Internacionais
CIE	Carteira de Identidade de Estrangeiro
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COMIGRAR	Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia
COMPARM	Comitê Municipal de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
COVID-19	<i>Coronavirus disease 19</i>
CPA IV	Centro Provisório de Acolhimento IV
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAI-RJ	Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes do Rio de Janeiro
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRNM	Carteira de Registro Nacional Migratório
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social

DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DELEMIG	Delegacia de Imigração da Polícia Federal
DIREX	Diretoria Executiva
DOU	Diário Oficial da União
DPE	Defensoria Pública do Estado
DPRNM	Documento Provisório de Registro Nacional Migratório
DPU	Defensoria Pública da União
FICCO	Força Integrada de Combate ao Crime Organizado
FONACERAM	Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados
GGVDH	Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Intersexo e outras identidades
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MPF	Ministério Público Federal
MULTIRIO	Empresa Municipal de Múltiplos Meios
NUDIVERSIS	Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Operação Acolhida
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDMIG	Pacto Pelo Direito de Migrar
PIS	Programa de Integração Social
PT	Partido dos Trabalhadores
PTRIG	Posto de Triagem
PUC	Universidade Católica do Rio de Janeiro
RCPJ	Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Cidade do Rio de Janeiro

RG	Registro Geral
RNE	Registro Nacional de Estrangeiros
RR	Estado de Roraima
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SEFRAS	Serviço Franciscano de Solidariedade
SJMR	Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 LGBT+ MOVIMENTO: DA INTIMIDADE E “AUSÊNCIA DE AFETOS” À INSTITUCIONALIZAÇÃO E AFETOS HOSTIS	34
1.1 O ano de 2017 – Reconhecendo a dupla exclusão da migração e do refúgio LGBTI+	36
1.2 O ano de 2018 – A “ausência de afetos” e a gestão pela intimidade	38
1.3 O ano de 2019 – “As meninas do movimento LGBT”	46
1.4 O ano de 2020 – A pandemia do Covid-19	48
1.5 O ano de 2021 – A Institucionalização	52
1.6 Os afetos no governo humanitário	58
1.7 Humilhação, raiva e outros afetos hostis: regularidades afetivas no governo do refúgio a partir das experiências e dos conflitos com duas mulheres trans venezuelanas	64
1.7.1 <u>Maritza</u>	66
1.7.2 <u>Petra</u>	78
1.8 Micropolítica das emoções e desigualdades interseccionais	83
1.9 Irregularidades afetivas e novas sensibilidades morais no campo do refúgio	91
2 OS AFETOS NO EXTRAORDINÁRIO ORDINÁRIO DA PANDEMIA DO COVID-19	99
2.1 Irregularidades administrativas na pandemia e o debate público	104
2.2 “Ya no teníamos esperanza”	109
2.3 “Para pasar eso aquí, lo paso en mi país”	115
2.4 As Impossibilidades de Ficar	120
2.5 (Ir)regularidades Administrativas e Afetivas – entre o Ordinário e o Extraordinário	128
2.6 “Devolverle un poco la vida” – Possibilidades de Ficar Através da Constituição de um Lar	132
3. A MATERIALIDADE DOS AFETOS E OS AFETOS MATERIALIZADOS – ENTRE DOCUMENTOS E CORPOS	144

3.1	O nome social como direito e a retificação civil como impossibilidade – aspectos normativos e estéticos dos documentos de pessoas trans migrantes e refugiadas	146
3.2	Deslocamentos afetivos no processo de fazer/desfazer das cidadanias nacionais e sexuais	152
3.2.1	<u>Danny</u>	154
3.2.2	<u>Yennifer</u>	160
3.3	Irregularidades administrativas e afetivas após a inclusão do nome social nos documentos	165
3.3.1	<u>Yolanda</u>	168
3.4	Afetos Encarnados	177
3.4.1	<u>Eládia</u>	178
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: (IR)REGULARIDADES AFETIVAS - TODO FIM TAMBÉM É UM (RE)COMEÇO	184
	REFERÊNCIAS	191
	ANEXO A - Protocolo Solicitação de Refúgio (Modelo vigente até 2018/2019)	199
	ANEXO B - CRNM (Modelo vigente até 2020/2021)	200
	ANEXO C - CRNM – Modelo proposto pela Portaria nº 11.264/2020 – entra em circula no segundo semestre de 2020	201

INTRODUÇÃO

A canção que ocupa a epígrafe desta tese foi escrita por um grupo de 15 jovens oriundos de países latino-americanos. A composição se deu durante a realização do projeto “Haciendo Futuros Ahora” da LGBT+Movimento, que aconteceu em 2022. Dentro desse grupo, a maioria das participantes era de mulheres trans e lésbicas nascidas na Venezuela. A personagem que vive a canção é *Camila*, nome fictício inventado pelas pessoas compositoras. Camila é venezuelana, é *puta*, é migrante, é *aventureira e independente*, não tem dinheiro, carrega consigo *esperanças*, quer ser *amada*, ter *prosperidade* e aquilo que chama de uma *vida buena*. Ao mesmo tempo, a vida a *golpeia*, tornando sua experiência, por ora, *triste*, por ora, *feia*, mas ela segue *superando ou* dito de outra maneira, *movendo essas cadeiras*. Essa canção adensa muitos elementos presentes nesta tese, que toma os afetos como objetos centrais para análise do governo do refúgio.

Utilizo a expressão “governo do refúgio”, em parte inspirada na reflexões de Facundo (2014) para me referir ao que a autora chama de “universo institucional do refúgio”, isto é, a “série de instituições governamentais e não governamentais que configuram um espaço mais ou menos limitado de gestão mas não completamente conhecido e fechado” (p. 19). Utilizar a expressão “governo do refúgio” significa que assim como a autora reconheço que as ações implicadas nesta gestão tem exercício de governo, tal como proposto por Foucault (2010). Por outro lado, minha intenção é ampliar a noção de governo do refúgio para além das constelações mais institucionais do mesmo, de modo que a noção passe a englobar também a gestão mais informal do refúgio que acontece por meio das redes informais agenciadas pelos sujeitos migrantes e refugiados.

Meu olhar para os afetos neste campo parte da minha dupla atuação como gestora da LGBT+Movimento, organização que compõe o universo institucional do governo do refúgio no Rio de Janeiro, e também como pesquisadora de doutorado. Essas duas atuações coexistiram a todo momento no meu campo, que aconteceu no marco temporal de 2020 a 2022 mas, há um acúmulo neste ponto, pois desde 2017 atuo junto a LGBT+Movimento e teço relações com parte das interlocutoras desta pesquisa. Além disso, desde 2018, ano que iniciei o mestrado, pesquiso o tema da migração e refúgio de pessoas venezuelanas para o Brasil e a intersecção desse tema o campo de gênero e sexualidade (ANTONUCCI, 2020).

Esta tese é resultado de uma pesquisa que explora regularidades e irregularidades afetivas que fazem parte do governo do refúgio e sua análise parte de um olhar para as

experiências e os afetos sentidos por mulheres trans e lésbicas venezuelanas. Dessa forma, parto dos (des)encontros das interlocutoras com agentes e instituições do governo do refúgio para analisar o papel dos afetos nessa gestão. Especial atenção é conferida à interseccionalidade entre sexualidade, gênero e migração e refúgio, porém esta pesquisa não se restringe ao campo analítico que tem se voltado a experiência de migrantes e refugiados “LGBTI+”, emergente nos últimos anos no Brasil (FRANÇA, 2017; ANTONUCCI, 2021; ANDRADE, 2017; FRANÇA; FONTGALAND 2020; SIQUEIRA, 2024). Minha aposta é que uma etnografia dos afetos que participam dos (des)encontros entre administradores e administrados pode contribuir para iluminar alguns dos conflitos sociais e assimetrias envoltos na gestão desses sujeitos, bem como chamar atenção para aspectos relacionados à produção brasileira de migrantes e refugiados por meio dos afetos.

As relações com as interlocutoras desta pesquisa foi sendo tecida ao longo dos sete anos de trabalho na LGBT+Movimento. Com a chegada da pandemia do Covid-19, e o decorrer do tempo pandêmico optei por utilizar os arquivos da organização como arquivos de pesquisa, que serviram também para complementar detalhes da minha memória. Isto é, as memórias institucionais, da organização, foram resgatadas e tecidas, a posteriori, em conjunto com a minha própria memória. O primeiro capítulo, que remonta a formação da organização é onde mais resgato minhas memórias ao realizar uma autoetnografia¹ que considera os afetos que permearam diferentes tempos e formas de gestão ao longo da história da organização. Essa pesquisa foi submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa e contou com a anuência da LGBT+Movimento, concedida pela presidente da mesma. Ademais as interlocutoras participantes foram informadas da pesquisa em curso e do meu duplo lugar de gestora/pesquisadora. Todos os nomes das interlocutoras foram anonimizados, na intenção de reduzir riscos de identificação.

A Migração Venezuelana para o Brasil

Atingindo a cifra de mais de 7 milhões² de pessoas que já deixaram o país, o êxodo venezuelano é hoje um dos principais eventos migratórios no mundo. Desde 2015, de forma mais acentuada, o Brasil vem recebendo parte desse contingente populacional, que hoje

¹ Tomo por autoetnografia a definição de Gama (2021, p.4): “Uma autoetnografia é uma forma de pesquisa qualitativa que parte da análise crítica de experiências pessoais para refletir sobre práticas sociais mais amplas. Ela é um gênero de escrita autobiográfica, mas também uma metodologia e uma proposta teórico- conceitual de pesquisa acadêmica”

² Até a data de defesa desta tese, a cifra estimada pela instituição “Processo de Quito” era de 7,722,579 venezuelanos refugiados e migrantes no mundo. Disponível em: <https://www.procesodequito.org/en/homepage>

contabiliza cerca de 510 mil migrantes e refugiados venezuelanos³. A migração em massa de nacionais venezuelanos para o Brasil, principalmente para as cidades de Pacaraima e Boa Vista, no estado de Roraima, causou impactos estruturais nas duas cidades e arredores. Esse grande contingente de pessoas passou a ocupar praças, rodoviárias, calçadas, ruas, comércios, estremecendo as relações entre nacionais brasileiros e venezuelanos e entre o poder público local. Em pouco tempo a migração em massa de venezuelanos ganhou os contornos de um “problema” a ser gerido, escalando rapidamente para perspectiva de “crise”, o que serviu de justificativa para implementação da Operação Acolhida (OP), no ano de 2018 (VASCONCELOS, 2021). No site do governo federal, a Operação Acolhida é definida como uma força tarefa logística humanitária do Exército Brasileiro, em parceria com agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e organizações da sociedade civil, sua atuação está baseada em três pilares: ordenamento de fronteira (documentação, triagem sanitária e auxílio emergencial), abrigamento (dormitório, alimentação e atenção à saúde) e interiorização (transferência voluntária para outras cidades brasileiras).

Algumas características do fenômeno migratório de venezuelanos para o Brasil e da forma como a Operação Acolhida vem se estruturando tem reconfigurado parte das bases do governo do refúgio no Brasil, já outros aspectos, apenas reforçam e atualizam continuidades já estabelecidas historicamente nesse campo. Irei citar algumas dessas continuidades/descontinuidades que fazem diálogo com as discussões que sustento ao longo da tese.

Em sua profunda incursão ao universo institucional do refúgio, Facundo (2014) já havia demonstrado como a determinação da distinção entre refugiados e migrantes econômicos está na base jurídica e moral do refúgio. A identificação de um *fundado temor de perseguição* na narrativa dos sujeitos é o elemento que justifica e sustenta a separação entre essas duas categorias e que, ao mesmo tempo, confirma a elegibilidade do refúgio. A arguição de Facundo é muito mais complexa do que a que descrevi acima e esmiúça uma multiplicidade de fatores que estão em jogo nas distinções entre migrantes econômicos e refugiados, alguns dois quais sublinham o papel das emoções⁴ durante a distinção dessas categorias. Porém, irei me ater a

³ Disponível em: <https://www.procesodequito.org/en/homepage>

⁴ Na discussão proposta pela autora, as emoções mobilizadas por solicitantes de refúgio são “elementos chave tanto na construção da verdade desse sujeito específico quanto na justificativa de sua presença como refugiado na comunidade de acolhida”(NAVIA 2017, p.192). Nesse sentido, a autora argumenta que a expressão do sofrimento e das formas de perseguição vivenciadas no país de origem são essenciais pra mobilizar nos agentes paixões profissionais. Faço essa nota apenas para chamar atenção para centralidade das emoções na distinção entre migrantes econômicos e refugiados, como abordado por Navia e também para marcar que a autora sublinha, principalmente, o papel do sofrimento no governo dos sujeitos.

centralidade que a autora dá a determinação da elegibilidade do refúgio como parte central do governo desses sujeitos.

Grande parte das angústias vivenciadas por seus interlocutores, nacionais colombianos, está ligada aos processos jurídicos e administrativos de reconhecimento da elegibilidade de suas solicitações de refúgio, que definem seu reconhecimento como refugiados ou sua classificação como migrantes econômicos. O marco normativo do refúgio no Brasil, a lei nº 9.474 de 1997, prevê o reconhecimento de refugiados nos seguintes critérios:

- I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

(Lei no 9.474, de 22 de julho de 1997, Título I, Capítulo I, Seção I, Artigo 1o, Incisos I, II e III)

Em junho de 2019, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) reconheceu a grave e generalizada violação de direitos (GGVDH) da Venezuela, o que na prática, retira a obrigatoriedade do solicitante de refúgio de tal país ter que provar a elegibilidade da sua condição de refugiado, reconhecendo-o com base na situação de seu país⁵. Essa decisão também propiciou que o CONARE reconhecesse, de forma inédita, um grande volume de pedidos de solicitação de refúgio de nacionais venezuelanos por *prima facie*⁶. Para além do refúgio, os nacionais venezuelanos que migram para o Brasil, desde 2018, podem obter a regularização migratória por meio do pedido de autorização de residência temporária, como determinado pelas portarias nº 9 e nº 15. A autorização de residência temporária é o instrumento mais comum de regularização migratória realizado por pessoas que buscam viver no Brasil,

⁵ Essa medida vem sendo elogiada internacionalmente por diversas agências humanitárias e membros da sociedade civil, apesar disso, em pesquisas mais recentes, com venezuelanos, Navia (2020) enuncia algumas dificuldades e limitações de acesso a ela. Em complemento a autora, sublinhou que o reconhecimento do refúgio com base em GGVDH acaba por contribuir no apagamento da multiplicidade de causas que, em geral, compõem o refúgio venezuelano, colaborando para um imaginário de “sujeito genérico”, sem marcas de gênero, sexualidade, raça, classe e outras, para além da nacionalidade.

⁶ O reconhecimento da condição de refugiado por *Prima Facie* é baseado no inciso III do artigo 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que reconhece como refugiado o indivíduo que foi obrigado a deixar seu país de nacionalidade devido a grave e generalizada violação de direitos humanos (GGVDH). O CONARE autorizou a adoção de procedimentos diferenciados na avaliação dos pedidos de solicitação de refúgio, por meio da Resolução Normativa nº 29, de 14 de junho de 2019, o que permitiu a dispensa da etapa de entrevista de elegibilidade nesses casos. Dessa forma, por meio do cruzamento de base de dados, foi possível reconhecer uma grande quantidade de solicitações de uma só vez.

mas as quais o pedido de refúgio não se aplica. Uma das perguntas mais comuns durante o atendimento de nacionais venezuelanos que buscavam informações sobre regularização migratória na LGBT+Movimento era: “Mas o que é melhor refúgio ou residência?”.

Os nacionais venezuelanos têm a possibilidade de obter a regularização migratória pelos dois meios, ainda que esses tenham diferenças na prática. Ao solicitar refúgio, os nacionais venezuelanos se enquadram no reconhecimento da condição de GGVDH e ao pedir residência, esses migrantes têm acesso à um processo “simplificado” que lhes garante residência temporária por dois anos, sendo enquadrados como “migrantes econômicos”. Portanto, ao garantir a possibilidade de acesso a regularização migratória de ambas as formas, o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil desloca as bases do refúgio e borra as distinções, antes centrais na governança do refúgio, entre refugiados e migrantes econômicos⁷.

A criação da Operação Acolhida determinou o estabelecimento de um grande aparato de instalações que visavam “facilitar”⁸, de forma a tornar mais simplificada e rápida, os trâmites de regularização migratória, na proposta a facilitar a “fixação”⁹ de longo prazo dos sujeitos no território brasileiro. Os processos administrativos e jurídicos envolvidos na regularização migratória, entretanto, sempre estiveram no centro dos “repertórios de insatisfações” (HAMID, 2019) e das angústias existenciais (FACUNDO, 2014) de migrantes e refugiados no Brasil. Contudo, segundo França e Fontgaland (2020), no caso do fenômeno migratório venezuelano a tendência é que haja “o reposicionamento do debate sobre elegibilidade e reconhecimento, pois o que está em jogo aqui é o reconhecimento massivo de imigrantes” (p.54). Isto é, se o debate em torno do refúgio sempre se organizou ao redor da elegibilidade, na migração venezuelana ele ganha um novo centro: a integração. Um exemplo disso, para além do reconhecimento da GGVDH, são os pilares da Operação Acolhida, que desenham uma trajetória progressiva, sobre a qual me aprofundarei no segundo capítulo. Essa trajetória progressiva, com início (documentação), meio (abrigo) e fim (interiorização), tem, de certa maneira, produzido nos sujeitos a ideia de uma “promessa de integração”. Essa promessa, que vem com a expectativa de mudança das condições de vida vivenciadas por esses sujeitos, nunca parece

⁷ Um exemplo prático dessa ambiguidade é que as Cáritas Arquidiocesanas do Rio de Janeiro, que possuem o programa mais antigo do Brasil em atendimento a refugiados, passou a definir seu público algo como solicitantes de refúgio, refugiados e venezuelanos, justamente porque esses últimos, apesar de obterem a regularização migratória a partir do refúgio ou da residência, tinham a condição de GGVDH reconhecida, o que fez com que o reconhecimento dos sujeitos fosse determinado não pela sua condição individual, mas nacional.

⁸ Utilizo o termo entre aspas pois no capítulo 2 irei problematizar essa suposta facilitação, que ainda que aconteça, comparativamente a outras nacionalidades, também possui suas particularidades que devem ser descritas para que uma compreensão genérica de “facilitações” não aconteça.

⁹ Utilizo o termo entre aspas pois no capítulo 2 irei questionar a diferença entre a “fixação” e os desejos “de ficar” que estão em jogo nas *impossibilidades de ficar* das interlocutoras em questão e as formas através das quais os afetos ganham materialidades nas relacionalidades que são tecidas entre algumas interlocutoras.

se concluir. Ao longo da tese, mas sobretudo no capítulo dois e três, busco demonstrar como essa promessa é carregada de afetos, que vão desde a esperança, até a desilusão, humilhação, raiva, frustração e ansiedade.

Outro ponto de descontinuidade, provocado pelo fenômeno migratório venezuelano, é que a figura do “sujeito sofrente”, central nas configurações do governo do refúgio (FACUNDO, 2017, p.108), parece dar lugar a figura do “sujeito trabalhador”, que migra em busca de melhores condições de vida e trabalho. A figura do “sujeito sofrente” é a figura privilegiada dos espaços considerados humanitários – no qual o refúgio está inserido - e está na base das tradições administrativas (FACUNDO, 2020) que regem esses espaços: a busca pelo alívio do sofrimento alheio (FACUNDO, 2017; MALKKI, 1995; FASSIN, 2010; AGIER, 2006). Contudo, como o fluxo migratório venezuelano se origina de uma face menos espetacularizada do refúgio, não estando associado a imagens de guerras sangrentas, mas sim de uma instabilidade política generalizada, a figura do “sujeito trabalhador” acaba por ganhar força nessa governança.

A aposta na figura do “sujeito trabalhador” vem como uma estratégia da Operação Acolhida para construção de sujeitos mais “desejáveis”, isto é, “integráveis”, como argumenta Vasconcelos (2021). Essa figura é reforçada, por exemplo, na criação de uma modalidade de interiorização por vaga de trabalho, em que um grupo de pessoas são interiorizadas para uma cidade através da contratação por uma empresa. Outro fator que também se relaciona com o privilégio dessa figura é que a faixa etária predominante no fluxo migratório venezuelano está entre 15 e 60 anos, segundo reportagem do veículo Folha de São Paulo, a Venezuelana é agora um “país de velhos e crianças”. Grande parte da força de trabalho do país migrou para outros países na expectativa de enviar remessas de dinheiro periódicas para aqueles que ficaram.

Como as estratégias da OP culminam na interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos para outras cidades brasileiras, as diversas instituições, organizações e agências que compõem o governo do refúgio passaram a expandir suas áreas de atuação e passaram a focar suas ações em torno da produção de “meios de vida”. Esse termo é utilizado no meio humanitário para se referir a ações que visam produzir a geração de renda por meio da capacitação profissional, empreendedorismo e empregabilidade, reforçando a centralidade da figura do “sujeito trabalhador”.

Um ponto de continuidade que vale ser mencionado e que já foi anunciado, anteriormente, por um conjunto de autores (FRANÇA, 2017; ANTONUCCI, 2020; FRANÇA E FONTGALAND, 2020; FACUNDO, 2020) é a permanência da presunção cisheterossexual como uma *tradição administrativa* (FACUNDO, 2020) do governo do refúgio no Brasil. É ao

redor dela que se organizam a maioria dos programas voltados para pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas. Apesar do campo analítico ao redor dos “refugiados LGBTI+” (FRANÇA E FONTGALAND, 2020) ter se expandido nos últimos anos e algumas organizações e programas do governo do refúgio surgirem, como a LGBT+Movimento, focando suas ações nesse público, as bases dessa governança e, sobretudo da Operação Acolhida, permanecem organizadas ao redor dessa presunção. No primeiro capítulo, será abordado como algumas regularidades afetivas, ligadas a humilhação e a raiva, se conectam a essa tradição administrativa.

Apesar da LGBT+Movimento ter como público alvo de suas ações pessoas migrantes e refugiadas “LGBTI”, optei por focar minhas análises nas mulheres trans e lésbicas venezuelanas, pois essas foram as primeiras com as quais criei relações de maior proximidade, seja durante uma viagem a Roraima, em 2018, seja nos primeiros atendimentos da LGBT+Movimento, com recém interiorizadas. Além disso, elas representam a maior parte dos casos de acompanhamento contínuo na organização, isto é, aqueles que não são vinculados à resolução de uma única demanda, mas que permanecem vinculados à organização e acessam repetidamente os serviços oferecidos. No que concerne à abrangência geográfica da pesquisa, a LGBT+Movimento é fundada e sediada na cidade do Rio de Janeiro e todas as interlocutoras que participam da pesquisa possuem uma ligação com a cidade. Algumas delas foram interiorizadas para a cidade e nela vivem desde então, outras estão em Roraima, mas desejam ser interiorizadas para o Rio de Janeiro, uma parte já viveu na cidade, mas agora mora no interior de Santa Catarina e outras estão em trânsito e optam por resolver trâmites burocráticos na cidade do Rio de Janeiro.

Afetos, emoções, sentimentos ou o quê?

Os afetos têm ganhado cada vez mais centralidade nas análises antropológicas. Alguns autores atribuem o crescente interesse a estes aspectos à chamada virada afetiva que aconteceu no campo das ciências humanas e sociais inspiradas pelo surgimento das teorias Deleuzianas do afeto (CLOUGH; HALLEY 2007; GREGG; SEIGWORTH 2010). Parte desta centralidade também ganhou força, segundo Michael Hardt (2007), na forma como a teoria feminista e a teoria queer passaram a abordar o “corpo”¹⁰ e defender o “particular como político”. Por outro

¹⁰ Aqui mantenho a palavra usada pelo autor. Segundo Hardt (2007), a aproximação do “corpo” nos estudos feministas foi essencial para uma virada afetiva que considera os afetos como parte daquilo que vem sendo concebido como “corpo” em oposição à “mente”. De certa maneira, uma virada afetiva implicou que acadêmicos pensassem o “corpo” e a “mente” como inseparáveis, já que os afetos, apesar de serem mais concebidos em oposição a uma pretensa racionalidade, também possuem aspectos racionais, tanto quanto passionais.

lado, Cvetkovich (2012) argumenta que a virada afetiva não significou a “descoberta” deste objeto de estudo, pois a atenção analítica para dessa dimensão da existência já existia há mais tempo e, mais do que isso, os afetos são parte daquilo que compõe a vida ordinária (STEWART, 2007). Contudo, grande parte das análises que tomam este foco no campo antropológico não tem se restringido apenas à influência da virada afetiva ou, pela posteriormente referida, “teoria dos afetos” nos estudos culturais (MASSUMI, 2015; MAZARELLA, 2012), mas tomam como influência os estudos das emoções, inicialmente introduzidos por Mauss (1980) e posteriormente consolidados por Lutz e Abu-Lughod (1990). As últimas, chamam atenção para a dimensão micropolítica das emoções nas interações cotidianas. Nesta abordagem contextualista, as autoras dialogam com a noção de discurso proposta por Foucault e defendem que as emoções estão envoltas em relações de poder produtivas, sendo capazes de tencioná-las, reforça-las e dramatizá-las. Seguindo essa direção, outros autores destacam como sentimentos morais produzem e reforçam desigualdades sociais (MILLER, 1993, COELHO, 2010, FASSIN, 2010), alguns deles conferindo especial ênfase às emoções hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021). Estes últimos utilizam os termos “emoções hostis” e “sentimentos hostis” para se referir a uma conjunto de emoções que estão ligadas a “processos de inferiorização, estigmatização, agressão e produção de desigualdade” (p.20). Opto por utilizar, nesta tese, o termo “afetos hostis”, porém no mesmo sentido dado pelos autores. O exame dos afetos hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021) sentidos por mulheres trans e lésbicas venezuelanas no encontro com as malhas administrativas do governo do refúgio, são centrais a esta pesquisa e compõem grande parte das regularidades afetivas¹¹ que apresento ao longo da tese. No campo da Antropologia, os afetos também têm ganhado materialidade nos vínculos ordinários forjados entre os sujeitos, aos quais Carsten (2000) apelida de relacionais [*relatedness*]. A troca de *substâncias* compartilhadas no meio das informações, ajudas, comida, dinheiro e sexualidade preenchem os casos trazidos nesta tese, mas opto por aprofundar esta dimensão no segundo capítulo.

Logo no início do processo de estruturação desta pesquisa, uma dúvida recorrente vinha à tona: qual a melhor categoria a ser usada? Afetos? Emoções? Sentimentos? Ou o quê? Há de se reconhecer que o estudo dos afetos muitas vezes implica no envolvimento de diversos campos, linhas teóricas e abordagens metodológicas (REEVES e LASZCZKOWSKI, 2015) que podem vir a contribuir para “natureza díspar” (idem, p. 4) deste campo teórico, marcada por contradições, ambiguidades e a sobreposição de conceitos. A distinção entre os termos

¹¹ Este conceito será explorado ao longo da tese.

afetos e emoções é crucial para teoria Deleuziana, que define os primeiros como intensidades pré-subjetivas, sem ser pré-sociais (MAZZARELLA, 2008) enquanto as últimas são culturalmente mediadas e descrevem a experiência subjetiva individual dos sujeitos com um vocabulário próprio, por exemplo, o medo, a felicidade, a raiva e muitas outras categorizações comumente conhecidas. Enquanto a teoria Deleuziana toma como inspiração o pensamento do filósofo Spinoza¹² acerca dos afetos, o campo de estudos das emoções na Antropologia emerge de outras linhas teóricas que focam na construção cultural das emoções e na questão da linguagem no estabelecimento de categorias fixas de sentido (LUTZ; ABU-LUGHOD 1990; LUTZ; WHITE 1986).

As origens distintas destas linhas de pensamento não evitam que o campo seja marcado por contradições e complexas distinções teóricas e empíricas, que não apenas se restringem à diferenciação entre os termos *afetos*, *emoções*, *sentimentos* mas também, entre estes e *sensações*, *sentidos*, *percepções* e outros. Na literatura que vem abordando as intersecções entre o universo político e os afetos, alguns autores têm optado por usar diferentes formas de indistinção entre os termos *afetos*, *emoções*, *sentimentos*, *sensações* e etc., como forma de navegar por entre estes conceitos. Ao optar pela indistinção entre esses termos esses autores privilegiam seus enfoques analíticos, compreendendo que muitas vezes menos importa a definição daquilo que as emoções são e mais aquilo que eles fazem (AHMED, 2014). Obviamente sem deixar de reconhecer as contribuições de diferentes autores, correntes teóricas e disciplinas na opção pela diferenciação de cada conceito.

Em “Depression: A Public Feeling”, Ann Cvetkovich (2012) utiliza *afeto* em um sentido genérico que engloba afetos, emoções e sentimentos e também impulsos, desejos e sensações, reconhecendo que todas essas formas são historicamente construídas de maneiras distintas e que ao optar por essa indistinção ela corre o risco de estar “falando sobre *sexo* antes da *sexualidade*” (p. 4). A autora, no entanto, assume a preferência pela categoria *feeling*¹³, também usada de uma maneira genérica para “nomear *formas* indiferenciadas de sentir” (p.4). Segundo ela, essa categoria permanece ainda imprecisa em diversas correntes teóricas, carregando em si a “ambiguidade entre sentimentos como reações corporificadas ou sentimentos como experiências psíquicas ou cognitivas” (p.4).

¹² Interessante citar a observação de Von Scheve e Slaby (2019, p. 17) de que a noção de *Affectus* de Spinoza é muito semelhante à definição de “emoção” mais comumente utilizada, o que reforça a complexidade de distinção desses termos.

¹³ A tradução de *feeling* para o português é um desafio, em algumas situações aproxima-se da noção de *sentimentos*, porém em outros momentos está mais associado a *sentidos* e *sensações*.

Madeleine Reeves e Mateuz Laszczkowski (2015) na introdução do dossiê “Affective States - Entanglements, Suspensions, Suspensions” também utilizam os termos *afeto*, *emoção* e *sentimento* de forma intercambiável para sinalizar como estes fazem parte das condições constitutivas que fazem o estado cotidianamente. No entanto, os autores não deixam de marcar que há variações entre estes conceitos que, por vezes, merecem maior atenção e elaboração. De certa maneira, as dificuldades teóricas resvalam e somam-se às empíricas quando falamos sobre o ato de capturar afetos etnograficamente. Utilizando a expressão de Gregg e Seigworth (2010), o ato de capturar afetos pode assemelhar-se a “perseguir intensidades de vaga-lumes que piscam fracamente à noite” (p.4). No terceiro capítulo irei questionar essa premissa, de que os afetos são “imateriais” ou pouco “palpáveis”, e me dedicarei a explorar as formas pelas quais os afetos se materializam e são materializados através dos documentos e dos corpos.

Considerando que a distinção entre os termos emoções, afetos, sentimentos e outros é ainda pouco clara dentro de diferentes campos de estudo, alguns autores vêm fazendo uso de formas intercambiáveis entre os termos (REEVES e LASZCZKOWSKI, 2015). Seguindo essa direção, opto por utilizar a expressão *afetos* ao longo da tese. Isso porque o meu interesse analítico não está em definir propriamente a natureza dos termos e traçar diferenças e semelhanças, mas sim em observar as formas através das quais os afetos participam do governo desses sujeitos. Ao privilegiar a dimensão da experiência dos sujeitos, utilizo *afetos* como um termo “guarda-chuva” para me referir aos diversos afetos, emoções, sentimentos, sensibilidades, sensações e sentimentos morais que circulam no meu campo. No entanto, não pretendo me opor a análises que privilegiam a distinção entre os múltiplos termos possíveis, mas opto por um uso mais genérico que não especifica as diferenças de sentidos implicadas em cada uma dessas expressões.

Apesar dos desafios de se trabalhar com a análise dos afetos e tomá-los como centrais em pesquisas etnográficas, diversos autores têm reconhecido seu potencial heurístico para a Antropologia. Em meio aos embrolhos teóricos que envolvem as indistincões dos diversos conceitos que permeiam este campo, a etnografia aparece como uma importante aliada nesta suposta “caçada por vaga-lumes”. O caráter descritivo ou “lento”, como refere-se Stewart (2007), é capaz de “traçar os movimentos e alterações capilares e registrar a diferença causada pelo aparentemente insignificante, contingente ou efêmero” (REEVES e LASZCZKOWSKI, 2015, p.6). A etnografia é capaz de captar a geração e circulação dos afetos na produção da vida social e suas dinâmicas, enquanto os afetos, por sua vez, “oferecem uma ênfase renovada no que sempre foi característico do trabalho etnográfico: a elaboração a partir de campos de dúvida e indeterminação” (idem, p. 8). Dessa forma, podemos dizer que o potencial heurístico dos

afetos anda lado a lado com as suas dificuldades de captação, descrição e análise no campo antropológico. No meu campo isso não foi diferente. Irei apresentar como alguns fatores deste campo facilitaram, enquanto outros dificultaram a minha “caça aos vagalumes” capazes de iluminar as múltiplas dimensões afetivas do governo do refúgio .

O meu olhar para os afetos não foi imediato. Apesar de ter participado da fundação da LGBT+Movimento, organização que foi estabelecida a partir da premissa de que havia uma suposta “ausência de afetos” na gestão do refúgio¹⁴ e, que além disso, tomava a intimidade e a produção de conexão com as pessoas migrantes e refugiadas “LGBTI+” como parte essencial do trabalho, por muito tempo, a potencialidade analítica dos afetos permaneceu oculta para mim. Em meu primeiro semestre de doutorado, em março de 2020, marcado pelo início da pandemia do Covid-19, cursei a disciplina “A Vida Social da Burocracia” oferecida por Leticia Carvalho e Gustavo Onto na modalidade “online”. A disciplina foi organizada em diferentes sessões para pensar possíveis entradas analíticas alternativas para pensar “o estado” e uma dessas sessões foi dedicada aos afetos. Lembro de ficar surpresa com a leitura de Navaro-Yachin e Begoña Aretxaga e escrever em meu caderno: “meu campo é repleto disto e eu nunca me dei conta”. Foi assim que entendi que esses afetos sempre estiveram ali, mas eu nunca havia dado a devida atenção a eles, ou melhor, nunca havia os considerado possíveis entradas analíticas para pensar o governo do refúgio. Mas logo fui tomada por questionamentos sobre: como destacar essas dimensões? Como fazer com que uma análise etnográfica seja centrada nos afetos, se seu caráter é ordinário, e eles se encontram espalhados em tudo? Essas perguntas ainda permanecem sem resposta para mim e, imagino, que para muitas/os outras/os pesquisadoras/es. Esta tese busca contribuir para aproximar o estudo dos afetos e o campo de estudos da migração e do refúgio, a partir de um olhar etnográfico.

No início do meu campo, sem saber ainda que iria dar centralidade aos afetos, passei a tentar voltar meu olhar para eles, mas frequentemente me via perdida, sem saber se o que estava perseguindo era mesmo aquilo que gostaria de “captar”. Além disso, meu campo tem algumas particularidades que tornavam a captação desses sentimentos um desafio ainda maior. A minha dupla posição como pesquisadora/gestora não me permitia estar “apenas observando e registrando”, em nenhum momento eu podia sentar, observar e tomar notas “em cena”, eu era parte daquilo mesma que eu observava, descrições muito semelhantes às de Loic Wacquant

¹⁴ Irei detalhar no primeiro capítulo como a premissa que criou a LGBT+Movimento, serviu de disparadora para meus questionamentos analíticos.

(2002) sobre a “participação observante”¹⁵. O fato de estar sempre em cena e ser também objeto do meu próprio crivo, me fazia, por vezes, perder detalhes, seja por não poder registrá-los no momento, seja porque a função de gestora frequentemente exigia muito da minha atenção. Apesar de não estar fazendo pesquisa no momento dos atendimentos, fazia registros de emoções e sentimentos que permeavam meu exercício profissional ou anotava detalhes de casos que me marcavam. Perdi muitos momentos, falas, reações, gestos, atmosferas, por estar exercendo outras atividades e não poder tomar notas nos determinados instantes que essas expressões se davam. Muitas vezes fazia notas no banheiro, em intervalos entre atendimentos ou gravava rápidos áudios para mim mesma no celular, na tentativa de driblar os desafios de navegar por esse tema nas condições que me eram possíveis. Mesmo assim, perdi incontáveis momentos para minha própria memória, que após um dia inteiro de trabalho na LGBT+Movimento, já mal fazia sentido de minhas próprias notas, áudios e daquilo que eu acabara de vivenciar. Por isso, optei também por utilizar os arquivos da organização como arquivos de pesquisa, na intenção de complementar minha memória pessoal com a memória institucional.

Além disso, meu campo se deu, por inteiro, durante a pandemia de Covid-19. Apesar do trabalho na LGBT+Movimento nunca ter parado e até ter se intensificado pelo agravamento nas condições de precariedade de muitas pessoas atendidas pela organização, muitos casos e situações que participam desta pesquisa foram construídas de formas híbridas, a distância e/ou pessoalmente. Fora isso, por muito tempo permanecemos com o uso de máscaras, o que impactava, evidentemente, na captação de expressões, reações e produzia um distanciamento, sobretudo, em momentos sensíveis. A soma desses fatores com minha recém aproximação com o campo de estudos sobre afetos me deixaram relutante sobre a viabilidade de conduzir a análise com este enfoque, mas por outro lado, me via em lugar privilegiado para olhar para esse aspecto que cada vez mais me parecia tão importante para uma “descrição densa” (GEERTZ, 1978) da gestão do refúgio.

A intimidade e a temporalidade das relações são fatores que andam lado a lado e, em certo sentido, facilitam a captura dos afetos nas trajetórias dos sujeitos. Não acredito que ambos sejam condições *sine qua non* para condução de pesquisas que tomem os afetos como centro de suas análises, mas com toda certeza esses fatores são importantes para pensarmos a circulação e temporalidades relacionadas a esses sentimentos. Além do que, meu foco principal são afetos

¹⁵ O antropólogo francês queria pesquisar sobre exclusão racial e dominação social em um gueto de Chicago, começa a praticar boxe na intenção de criar relações de amizade com possíveis informantes e acompanhar a vida cotidiana do bairro. Ao tornar-se um aprendiz de boxeador, o antropólogo torna-se, em um só tempo, objeto e sujeito da sua própria observação.

sentidos pelas interlocutoras e não por gestores do refúgio, apesar de em alguns momentos descrever a forma como me senti em algumas situações e também explorar algumas mudanças nas sensibilidades de agentes do campo.

Conheço a maioria das interlocutoras desta pesquisa há mais de três anos, algumas há mais de sete anos. Neste tempo, fomos construindo relações singulares com mais ou menos intimidade, há depender de muitos fatores. Apesar dessas relações sempre estarem marcadas por assimetrias e conflitos, ponto que retornarei no primeiro capítulo da tese, pude acompanhar detalhes de suas trajetórias. Em sua magnitude, o tempo também se torna um desafio para mim, ver o desdobrar das trajetórias no decorrer do tempo, amplifica a variedade de afetos e torna-se difícil falar de um momento sem falar de muitos outros. Por isso, levo em consideração a observação de Coelho (2001; 2010; 2012) sobre o caráter “dinâmico” ou “complexo” das emoções, que em geral, não se apresentam de forma única e singular, porém articulam-se umas às outras em uma geração contínua de diferentes emoções que se veem interligadas.

Outro desafio foi o de dar forma narrativa e sensorial a regularidade que busco desenvolver a partir do conceito de *regularidades afetivas*. Torna-se complexa a materialização descritiva do efeito repetitivo de alguns afetos manifestados pelas interlocutoras da pesquisa e por outros muitos migrantes e refugiados venezuelanos que conheci ao longo destes anos na LGBT+Movimento. A qualidade repetitiva de certos afetos acaba por permanecer oculta nas formas de vida (AHMED, 2014) dificultando a sua exposição, porém é inegável que aquilo que se sente repetidamente é capaz de conformar “o que somos”, ou nos termos de Sara Ahmed, observa-se a construção do “ser pelo sentir” (p.2). As regularidades e irregularidades afetivas estão presentes em todos os casos trazidos nesta tese e cada um deles é responsável por construir de forma singular e coletiva a sensação de cronicidade e repetição que identifiquei em alguns afetos, como a humilhação, a raiva, a esperança e a desilusão. As ansiedades, nas esperas, nas incompreensões, na busca por resoluções, no medo e etc, ganham menos atenção analítica, mas permeiam as situações vivenciadas pelas interlocutoras.

Ao longo da escrita da tese fui também percebendo que os afetos manifestavam uma qualidade polissêmica e em determinadas situações pareciam estar mais associados a alguns aspectos e sentidos do que outros. Na seção seguinte descrevo algumas das discussões que abordei em cada dos capítulos da tese e os sentidos que estão associados a esse conceito em cada uma dessas partes.

Organização dos capítulos

No primeiro capítulo faço uma autoetnografia das minhas memórias enquanto gestora da LGBT+Movimento para traçar uma linha do tempo da constituição da ONG LGBT+Movimento, onde diferentes tempos marcam diferentes formas de gestão. A organização foi criada a partir da premissa de que havia uma “ausência de afetos” no governo do refúgio, premissa que servirá de base para alguns dos meus questionamentos. Nesse primeiro momento os afetos aparecem associados a sentidos que remetem a “afetividade” e a noções positivas, boas e puras. Com o crescimento da organização e o início do processo de institucionalização, diversas reconfigurações administrativas e burocráticas passam a atravessar e desafiar a forma de gestão mais informal pela intimidade inicialmente proposta pela organização. Em discordância com uma maior burocratização dos procedimentos de atendimento e acesso às “ajudas”, algumas mulheres trans venezuelanas passaram a disparar conflitos, que, por sua vez, deslocaram minhas percepções analíticas e me fizeram pensar no deslocamento dos afetos no sentido mais positivo para os “afetos hostis” (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021) e no papel deste no governo do refúgio.

Em um segundo momento, demonstro que os afetos não são dimensões inéditas no campo de estudos humanitários, entretanto alguns deles vem participando de forma privilegiada das análises do campo. Argumento que esses afetos que têm recebido mais atenção nesses estudos não são aqueles que mais aparecem quando voltamos a nossa atenção para as experiências dos sujeitos. Ao explorar os casos disruptivos de Maritza e Petra, os afetos aparecem associados a uma dimensão mais hostil (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021), que revela a *humilhação* como parte das *regularidades afetivas* do governo do refúgio. O modo como as “ajudas” são geridas pela LGBT+Movimento e por outras organizações que compõem o governo do refúgio expõe as formas através das quais os afetos adquirem capacidades micropolíticas (COELHO E CERES, 2019) ao se vincularem a uma economia agonística da dádiva. Por fim, sugiro a noção de *irregularidades afetivas* ao descrever algumas alterações que vem acontecendo a partir do surgimento de novas organizações e agentes que passam a integrar o campo, provocando também mudanças nas sensibilidades dos agentes que atuam nele. Argumento que estas *irregularidades afetivas* têm a capacidade de formar “curtos-circuitos” dentro sistema de afetos que vem sendo operados, provocando tensões no mesmo, sem deixar de expor também as suas assimetrias.

O segundo capítulo é dedicado ao exame das reconfigurações administrativas e afetivas que aconteceram com o evento da pandemia do Covid-19, que cruzou toda extensão do meu campo. De um lado, ressalto as expectativas e aspirações, que organizam as ansiedades,

incertezas, medos, esperanças e desilusões associadas às *impossibilidades de ficar* vivenciadas por algumas das interlocutoras. De outro lado, os afetos aparecem em sua dimensão mais relacional, como matéria daquilo que garante a sustentabilidade da vida e que conformam as agências e redes informais de ajuda tecidas entre um grupo de mulheres lésbicas. Com o fechamento das fronteiras terrestres, diversas normas interministeriais impuseram sanções à entrada irregular de migrantes. A inabilitação do refúgio e a instituição da deportação imediata foram as medidas que mais ganharam visibilidade no debate público, por meio de denúncias e debates organizados por atores-chaves do campo. No centro dessas discussões, o medo da deportação aparecia como o afeto central, mas pouco se falava da esperança, das desilusões e das ansiedades que rondavam as vidas de pessoas migrantes e refugiadas. Se por um lado as denúncias construídas no debate público tiveram um papel fundamental na visibilização de um conjunto de violações dos direitos de migrantes, elas também contribuíram para produção de um regime de visibilização específica, que tomou certos aspectos dessas normativas como efeitos problemáticos centrais na gestão do fenômeno migratório durante esse evento crítico. Argumento que os modos através dos quais essas políticas migratórias adotadas pelo governo brasileiro produziram efeitos na vida cotidiana e afetiva de migrantes e refugiados, não necessariamente se restringem aos aspectos e aos afetos a eles associados pelo debate público.

As trajetórias de Andy, Day e Karla e Milagros e Erika, que cruzaram a fronteira de diversos países durante diferentes fases da pandemia do Covid-19, revelam como um conjunto de afetos está ligado às *impossibilidades de ficar* vivenciadas por elas durante seus processos migratórios. Sugiro uma ampliação do conceito de *impossibilidades de ficar*, inicialmente proposto por Facundo (2014), de maneira que o termo considere os desejos de mobilidade/imobilidade implícitos nos desejos de *ficar* dos sujeitos. Dou destaque a duas dimensões distintas das *impossibilidades de ficar*, uma que abrange as mobilidade/imobilidades geográficas e outra que considera a ordem afetivo-temporal, de uma manutenção de esperança no futuro. Proponho também uma leitura das regularidades e irregularidades afetivas que permeiam os casos das interlocutoras a partir de uma discussão sobre o que é viver o extraordinário no ordinário. Por fim, dou destaque à dimensão mais relacional dos afetos a partir do caso de Karen e Alejandra e exploro o desejo de maternidade e as estratégias traçadas pelas duas mulheres para conseguirem realizar o seu sonho em meio ao contexto pandêmico. As *relacionalidades* (CARSTEN, 2000) e o cuidado comunitário (GUIMARÃES, 2020) tramados entre um grupo de mulheres lésbicas constroem possibilidades de ficar através da constituição de um lar (HOOKS, 2019), mesmo após um acontecimento trágico.

No terceiro capítulo exploro outras dimensões que conectam afetos e materialidades, para além daquelas presentes nas dimensões mais relacionais, abordadas no capítulo anterior. Os afetos são comumente imaginados como atmosféricos, voláteis e fugazes, que não possuem materialidade. Neste capítulo sigo na contramão dessas imaginações e exploro a relação entre os afetos e a materialidade dos documentos e dos corpos de mulheres trans e travestis venezuelanas. As personagens apresentadas nesse capítulo participaram de um mutirão de inclusão de nome social e alteração de sexo/gênero nos documentos, organizados pela LGBT+Movimento e que teve início em julho de 2020. Em um primeiro momento dou enfoque à materialidade dos documentos e os afetos que emergem dessas relações. Início o capítulo por uma análise das normativas ligadas ao direito de inclusão do nome social e a retificação civil para pessoas trans no Brasil, em seguida dou atenção aos aspectos estéticos dos documentos de identificação dessas mulheres, que carregam consigo uma série de “incongruências” em relação a identidade e performance de gênero de suas portadoras.

A atenção concedida a materialidade dos documentos tem crescido no campo antropológico (HULL, 2012; LOWENKRON; FERREIRA, 2020). Diversas autoras têm chamado atenção para os aspectos estéticos, performativos e afetivos que estão ligados à produção, circulação e manipulação desses artefatos. Os casos de Danny, Yennifer e Yolanda abordam detalhes do antes, durante e depois dos processos de documentação e tentativa de inclusão do nome social e alteração de sexo/gênero nos documentos. Busco demonstrar como as cidadanias nacionais e sexuais são feitas e desfeitas nos documentos, que também fazem e desfazem os direitos (VIANNA, 2013) e os desejos (SOLATERRAR, 2024) das interlocutoras produzindo um conjunto de deslocamentos entre regularidades e irregularidades afetivas, que se movem da esperança para a desilusão, humilhação e raiva. A última sessão é dedicada a explorar a forma pela qual a materialidade dos corpos de mulheres trans e travestis venezuelanas são forjadas por alguns afetos, no decorrer do tempo. Quais marcas vão se inscrevendo nesses corpos ao longo dos anos? Como os afetos sentidos de maneira crônica encarnam nos sujeitos? Em meio ao desfazer do corpo e dos documentos de Eládia, acumulam-se cortes, feridas abertas, queimaduras, dentes quebrados e diversas doenças. Em diálogo com autores que trabalham com diferentes intersecções com a precariedade e a produção dos corpos (PIEROBON, 2022; MALLART, 2019; RUI, 2012; SOLATERRAR, 2024) argumento que algumas regularidades afetivas são capazes de moldar “as superfícies dos corpos, que tomam forma através das repetições das ações no tempo” (AHMED, 2014, p.4).

Para concluir este trabalho, traço alguns questionamentos e desafios que partem tanto do campo político atual quanto do campo de estudos antropológicos. Retomo ainda algumas

considerações apresentadas a partir do conceito de regularidades afetivas, salientando dimensões importantes desse efeito crônico. Trago algumas atualizações sobre novos conflitos e reconfigurações em curso na LGBT+Movimento, conectando o início e o fim desta tese.

1 LGBT+ MOVIMENTO: DA INTIMIDADE E “AUSÊNCIA DE AFETOS” À INSTITUCIONALIZAÇÃO E AFETOS HOSTIS

Neste capítulo construo uma autoetnografia das minhas memórias enquanto gestora na LGBT+Movimento para expor como diversas reconfigurações que aconteceram na organização foram produzindo deslocamentos nas minhas próprias concepções e objeto de pesquisa. Para tal, irei traçar uma linha do tempo desde as minhas primeiras aproximações com o campo e a constituição da organização, em 2017, até o final do meu campo em 2022.

Em 2017, a LGBT+Movimento foi fundada sob a premissa de que os afetos estavam “ausentes” no governo do refúgio. Ao construir este imaginário, eu e Marina, também fundadora da organização, tomávamos os afetos pelo sentido da “afetividade”, atribuindo a estes uma visão essencialmente “positiva”, “boa”, “pura” que explorarei no início deste capítulo, ao retratar a forma como uma gestão pela intimidade foi sendo construída. Presumimos também que estes afetos, por estarem supostamente ausentes em outras instituições que participavam do governo do refúgio, eram dimensões diferenciais, isto é, “específicos” do trabalho da LGBT+Movimento.

Porém, após a formalização da organização e consequentes necessidades de reconfigurações burocráticas e administrativas, uma série de conflitos passaram a ser disparados por algumas mulheres trans e travestis venezuelanas que já vinham sendo atendidas pela mesma, desafiando as premissas fundadoras da organização. Os *afetos hostis* (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021) mobilizados por essas mulheres, associados sobretudo à humilhação e à raiva, me fizeram perceber que os afetos não eram nem dimensões estritamente “boas” e nem estavam restritos a gestão da LGBT+Movimento, como havíamos anteriormente suposto. Estes casos disruptivos provocaram o deslocamento central que funda esta pesquisa e que será objeto da primeira parte deste capítulo: os afetos deixaram de ser entendidos por mim, como um aspecto supostamente específico da gestão da LGBT+Movimento e passaram a ser uma lente analítica fundamental para o exame do governo do refúgio como um todo.

Em uma segunda parte do capítulo, busco demonstrar que os afetos não são inéditos neste campo de estudos, alguns deles vem participando de forma mais privilegiada nas análises que tomam como objeto migrantes e refugiados. Quando voltamos nossos olhares para os modos de governo contemporâneos que têm agido sobre estas vidas precárias (FASSIN, 2010; BUTLER, 2019), nos deparamos com uma gramática profundamente regida pelo que Fassin (2010) e outros autores chamaram de *sentimentos morais*. Em sua genealogia do humanitarismo

no Ocidente, o autor descreve como esses *sentimentos morais* são capazes de incitar emoções que “nos mobilizam diante do sofrimento dos outros e nos fazem desejar remediá-lo” (p. 1). Na análise do autor e de outros que vem contribuindo para o campo dos estudos humanitários (MALKKI, 1995; HAMID, 2019; BOLTANSKI, 1993; FACUNDO, 2014) alguns afetos, como a compaixão, a gratidão/ingratidão, parecem ganhar maior destaque como aqueles que estruturam as malhas institucionais do governo humanitário, onde insere-se o governo do refúgio.

Contudo, a partir da minha experiência enquanto gestora na LGBT+Movimento, observei que há também uma gama de outros afetos que participam com semelhante regularidade dos encontros entre migrantes e refugiados e agentes do refúgio, mas que sua análise permanece ainda negligenciada. Trago os casos de duas interlocutoras, Maritza e Petra, pela importância que esses casos tiveram nas reconfigurações burocráticas que estavam em curso na LGBT+Movimento. Minha intenção é menos de singularizar esses casos e mais a de expor alguns dos conflitos que foram suscitados durante esse período. A partir deles, analiso como os “afetos hostis” (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021), adquirem capacidade micropolítica ao “dramatizar, reforçar ou alterar as relações de poder, hierarquia ou status dos sujeitos que as sentem e/ou expressam (COELHO E CERES, 2019, p.11) e se conectam a uma economia agonística da dádiva.

É através da força repetitiva, que chamarei de *regularidades afetivas*, que estes e outros afetos pouco privilegiados ganham aspectos de *governo* (FOUCAULT, 2010) e participam daquilo que cotidianamente produz os sujeitos, seja nas suas diferenças e precariedades, seja em seus imaginários e aspirações. Meu argumento é que um conjunto de *regularidades afetivas* está vinculado a uma série de *tradições administrativas*, tais quais apresentadas por Facundo (2020), que participam historicamente da gestão de migrantes e refugiados no Brasil. Também irei sugerir a noção de *irregularidades afetivas*, que são como “curtos-circuitos” que acontecem nas *regularidades afetivas* que já vem sendo operadas e que, neste capítulo estão ligadas a reconfigurações nas sensibilidades dos agentes que participam do campo.

Outro aspecto que merece ser destacado é a centralidade do papel das “ajudas” como fio condutor que articula formas de governo, interseccionalidades e afetos. Este termo é acionado pelas interlocutoras a partir múltiplos sentidos e lugares, irei destacar dois desses usos que aparecerão nas cenas retratadas nesta primeira parte. De um lado, as “ajudas”, ligadas a benefícios financeiros ou não, parecem estar mais associadas a uma gramática humanitária, que restaura noções características deste universo, como a compaixão, a caridade e o reconhecimento do sofrimento do outro, instaurando relações fundamentalmente assimétricas

de poder (FACUNDO, 2014; FASSIN, 2010). As “ajudas” parecem ter uma economia moral própria (VIANNA, 2002) que liga doadores e receptores de formas recíprocas e assimétricas, produzindo em suas tramas afetos ambíguos e contraditórios. Marcel Mauss (2003) já descrevia como a dádiva, que no universo pesquisado aparece entendido ou nomeado como “ajudas”, instaura relações de solidariedade, aliança e reciprocidade (como é geralmente enfatizado), mas também de conflito e competição. Discutirei aspectos dessa noção quando explorar as tentativas de acesso das interlocutoras a “ajudas”, sobretudo financeiras, por parte da LGBT+Movimento e de outras organizações que participam do governo do refúgio e os conflitos que foram disparados ao redor delas.

Por outro lado, as “ajudas” podem se referir a trocas em meio a redes informais (de sociabilidade, de parentesco ou de vizinhança), que envolvam transferências monetárias ou não, aproximando-se mais da noção desenvolvida por Nadya Guimaraes e Priscila Vieira (2020) de “cuidado comunitário”. Alguns aspectos dessas “ajudas” também dialogam com a noção desenvolvida por Adriana Piscitelli (2016), na qual a oferta de ajuda econômica ou material não possui sentido mercantilizado, como no exercício da prostituição, mas assume a forma de dádiva. Para a antropóloga, as “ajudas” nem sempre estão imbuídas de relações de exploração ou dominação entre doadores e receptores, pois há um sistema de “trocas” entre sexo, afeto e dinheiro, de maneira que as “ajudas” também proporcionam a estruturação de elos sociais e agências, constituindo-se como aliado na busca por subsistência, ou, em alguns casos, como ferramenta de mobilidade social.

1.1 O ano de 2017 – Reconhecendo a dupla exclusão da migração e do refúgio LGBTI+

Meu primeiro contato com a temática do refúgio se deu através de uma experiência de voluntariado junto a uma organização não governamental (ONG) que atua na cidade do Rio de Janeiro. Eu havia chegado até essa organização, pois participei da construção de um projeto de exposição, no ano de 2017, intitulado “Todo mundo em movimento”, que envolvia pesquisadores, artistas e membros de organizações da referida sociedade civil que trabalhavam com a temática da migração e refúgio e com pesquisas em favelas e periferias. O projeto teve ao todo cinco reuniões que aconteceram na sede da MultiRio (Empresa Municipal de Mídias da Prefeitura do Rio de Janeiro), porém, sua construção e execução foram prejudicadas pelo adoecimento e falecimento inesperado de um dos idealizadores. Todavia, continuei em contato com os fundadores dessa ONG que conheci durante as reuniões que, por

sua recém formação, precisava de pessoas voluntárias para compor a equipe. A ONG, que ainda não tinha sede fixa, foi criada a partir da experiência migratória das pessoas fundadoras e era voltada, majoritariamente, para integração cultural. Eu e Marina, minha namorada na ocasião, atuamos como voluntárias desta ONG durante seis meses, apoiando em eventos e participando da gestão da organização. Este foi nosso primeiro contato com a temática do refúgio.

Durante os meses de voluntariado alguns incômodos surgiram em relação à conduta de parte dos membros da equipe da ONG, que pareciam se constranger e não saber como denominar a minha relação romântico-afetiva com Marina, frequentemente utilizando o termo “amigas”, ao invés de “namoradas”, o que nos causou consternação e frustração. Eu e Marina não estávamos apenas envolvidas com o voluntariado nessa ONG, mas também circulávamos em muitos espaços de ativismo “LGBTI+”, seja por nossas redes pessoais, seja porque reconhecíamos a importância política de habitar aqueles espaços, que não eram meramente físicos, mas repletos de subjetividades que nos atravessavam. A situação de não reconhecimento da nossa relação romântico-afetiva durante o voluntariado na ONG funcionou como disparadora para pensarmos as experiências de pessoas migrantes e refugiadas que não se enquadravam no espectro (cis)heteronormativo¹⁶ dentro dos espaços do governo do refúgio.

Durante o mesmo voluntariado também nos deparamos, pela primeira vez, com pessoas que congregavam esses dois lugares sociais ainda muito pouco visibilizados nas malhas do governo do refúgio: eram ao mesmo tempo, solicitantes de refúgio e, nesses casos, uma mulher trans e uma mulher lésbica. No caso da mulher trans, que não chegamos a encontrar pessoalmente, ouvimos relatos de uma pessoa da equipe sobre o caso. Na narrativa, um dos componentes da equipe da organização questionava a identidade de gênero da mulher com piadas sobre sua expressão de gênero e orientação sexual, enquanto eu e Mariana dividimos incômodos.

A partir desses sentimentos de estranhamento e de incômodo, começamos a aprofundar nossas atenções na ausência de articulações entre o governo do refúgio e políticas voltadas para “populações LGBTI+”. Nos espaços que circulávamos, seja de ativismos “LGBTI+”, seja da organização em que éramos voluntárias ou de eventos organizados por outras instituições do governo do refúgio, nada se falava sobre as pessoas que estavam nos entrecruzamentos desses

¹⁶ O termo vem sendo utilizado para se referir a prerrogativa de que a heterossexualidade e cisgeneridade estão no seio de um sistema normativo que estrutura as concepções sociais sobre sexo-gênero, tomando essas duas práticas como a únicas possibilidades naturais a serem seguidas.

dois universos. Este espaço de dupla exclusão, nos provocou a criar algo no sentido prático que incluísse essas pessoas.

Nas nossas interações com instituições do governo do refúgio, para além do desconhecimento sobre essa intersecção, identificamos, em nossos imaginários, uma suposta “falta” ou “ausência” de afetos. Ao construir esta percepção, de que os afetos estavam “ausentes” no governo do refúgio, nós atribuímos aos afetos um sentido intrinsecamente “bom” e “puro”, mais relacionado à “afetividade”. Nossa primeira aposta então, foi criar um projeto intitulado “LGBT+Movimento”, voltado para migrantes e refugiados que habitavam essa intersecção com gênero e sexualidade, tendo a sociabilidade como enfoque.

1.2 O ano de 2018 – A “ausência de afetos” e a gestão pela intimidade

Em 2018 fui selecionada para atuar como assistente em uma pesquisa exploratória que buscava avaliar os impactos da migração venezuelana para as cidades de Boa Vista e Pacaraima. Durante alguns dias de junho deste ano estive nestas cidades, visitando as recém lançadas instalações da Operação Acolhida. Na época existiam nove abrigos entre as duas cidades e conseguimos visitar sete destes. Pude ter a liberdade de fazer questionamentos acerca das políticas voltadas para pessoas “LGBTI+” nos espaços que visitamos. Quando não estávamos conversando com funcionários de agências internacionais a resposta era quase a mesma: silêncio acompanhado da cara de surpresa/espanto pela minha pergunta. Muitas vezes para que a conversa pudesse seguir eu tinha que explicar do que estávamos falando e quando isso acontecia, alguns agentes eram evasivos e me ignoravam e outros mostravam suas percepções distorcidas com falas do tipo: “muitos têm HIV”¹⁷. Em contraste, os agentes das agências internacionais quase sempre pareciam muito preocupados e comentavam sobre a necessidade de existirem projetos e maiores articulações que estivessem pensando especificamente nestas pessoas e suas vivências. Durante a visita ao abrigo Latif Salomão, onde ficavam concentradas as pessoas que eram identificadas ou se identificavam como “LGBTI+”, realizei uma conversa com um grupo de pessoas abrigadas e pude fazer algumas perguntas sobre as suas experiências de acolhimento, além da divulgação do trabalho da LGBT+Movimento.

¹⁷ Essa situação aconteceu durante uma visita ao abrigo Pintolândia, que acolhia exclusivamente, venezuelanos de diversas etnias indígenas. Este abrigo era o único gerido pelo estado com apoio da Fraternidade Internacional. Essas palavras foram ditas pelo então gestor do abrigo.

Como resultado dessas interlocuções, uma das agentes do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), com quem estive em Roraima, me informou que em algumas semanas, em julho de 2018, quatro jovens mulheres trans venezuelanas iriam ser interiorizadas para uma casa de acolhimento de migrantes e refugiados no Rio de Janeiro. Eu já havia as conhecido durante a roda de conversa que realizei no abrigo Latif Salomão e foi na relação construída com elas, já na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, com outras pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas que se identificavam com essa marca do “LGBTI+”, que fomos, pouco a pouco, tirando a LGBT+Movimento do papel e das nossas idealizações para a prática. Esse movimento de materialização provocou a necessidade de algumas primeiras reconfigurações, a mais central delas começou a surgir durante o primeiro encontro, pós-interiorização, com essas quatro mulheres.

Era 26 de julho de 2018 quando eu e Marina chegamos à casa de acolhimento Papa Francisco, que ficava em uma área nobre do bairro Recreio dos Bandeirantes, Zona Oeste do Rio de Janeiro. A casa, que ficava a duas quadras da praia, tinha um ar de veraneio, com parte da estrutura e móveis de madeira. Um quadro com a foto do Papa Francisco marcava a porta da entrada principal. O abrigo estava recebendo seu primeiro grupo de 30 mulheres migrantes e refugiadas interiorizadas pela Operação Acolhida. A gestão do espaço ficava a cargo da equipe do PARES-Cáritas e havia uma equipe voluntária, para apoio, de uma paróquia próxima.

Durante este encontro, que se estendeu por um dia inteiro, entendemos que a sociabilidade, inicialmente imaginada como central no desejo dos sujeitos, não habitava esse lugar, eram os desejos de ficar, sobretudo relacionados à aquisição de empregos formais e de moradia fixa, que tomavam conta das narrativas. Somadas a essas manifestações, com o passar da convivência, outro aspecto que passou a ganhar centralidade, foi o “repertório de insatisfações” (HAMID, 2019, p. 204) em relação a agentes e instituições que participavam do universo institucional do refúgio na cidade do Rio de Janeiro, principalmente as Cáritas.

As queixas giravam em torno de incompreensões, esperas e desconfianças e iam a acusações de negligência e abandono em relação ao acompanhamento de seus casos de regularização migratória, acesso a direitos e encaminhamento para vagas de emprego, queixas semelhantes às narradas por refugiados colombianos na etnografia de Facundo (2014) e por refugiados palestinos na etnografia de Hamid (2019). A grande quantidade de queixas só fazia reforçar nossos imaginários sobre a “ausência” de afetos no governo do refúgio, pois, novamente, atribuímos a esses “afetos” um sentido de “afetividade”, como algo essencialmente

“bom”¹⁸. Como uma forma de responder à “ausência” imaginada de afetos nesses espaços, fomos organizando a gestão da LGBT+Movimento por aquilo que nos remetia “afetividade”, isto é, fomos construindo, o que chamarei aqui de *gestão pela intimidade*.

Nesse ano ainda não tínhamos uma sede física, o que fazia com que os atendimentos acontecessem na rua, em bares, botecos e pequenos restaurantes ou em locais temporários, como as casas de acolhimento ou casas alugadas pelas pessoas, quase sempre no centro ou em favelas da Zona Oeste da cidade. Nessa época, acompanhávamos cerca de 10-15 pessoas, majoritariamente mulheres trans e lésbicas venezuelanas. A convivência conflituosa disparadas por elas nas casas de acolhimento para migrantes e refugiados e para o público “LGBTI+” e as estratégias de “integração” social e econômica das organizações que compunham o governo do refúgio, pareciam produzir *desencaixes*¹⁹ alguns dos quais exploro na minha dissertação (ANTONUCCI, 2020).

Em pouco tempo desde que nos conhecemos partilhamos situações de expulsão de abrigos, saudades de filhos e outros relativos, aspirações sobre o futuro, histórias sobre o passado, comemorações de aniversários, almoços e jantares²⁰, o fazer e desfazer de casos amorosos, situações de violência, fofocas e muitas outras. Nos falávamos diariamente por *WhatsApp* e nos encontrávamos com frequência para fazer a mediação entre elas e agentes das Cáritas, ACNUR ou de algum equipamento do estado²¹, para algum pedido de “ajuda” (monetária ou não) ou somente para conversarmos e passarmos tempo juntas. A criação de laços de intimidade foi sendo forjada a partir do compartilhamento de vivências, histórias e “ajudas”, sobretudo na mediação.

¹⁸ Aquilo que aparece no meu imaginário e também no de Marina, sobre a suposta “ausência de afetos” no governo do refúgio não se distancia de uma ideia que é comumente atribuída às organizações e formas de gestão burocráticas e que Herzfeld explora através das dimensões de impessoalidade e indiferença. Por trás de uma suposta “ausência de afetos” está, na verdade, uma multiplicidade deles.

¹⁹ Na minha dissertação de mestrado demonstro como as mulheres trans e mulheres lésbicas venezuelanas aparecem “desencaixadas” diante das soluções administrativas articuladas por instituições do governo do refúgio. Esses *desencaixes* refletem a ausência de articulações entre as políticas e programas voltados para o público LGBTI+ e as políticas e programas voltados para migrantes e refugiados. Algumas dessas situações aparecerão novamente nesta tese.

²⁰ O compartilhamento de comida sempre foi um elemento muito importante na criação de intimidade. Sempre que nos encontrávamos dividíamos algo de comer em algum bar ou restaurante próximo, em datas comemorativas sempre recebíamos comidas típicas venezuelanas de algumas pessoas atendidas. A comida também tem um papel central na migração de pessoas venezuelanas e muitas vezes aparece como motivação principal para os trânsitos. Para uma atenção especial a este tema indico Vasconcelos (2021).

²¹ Nessa ocasião, em que os primeiros nacionais venezuelanos estavam sendo interiorizados, havia uma tensão maior em relação a essas primeiras experiências por parte de agentes de agências internacionais como ACNUR e UNFPA. Estes agentes muitas vezes queriam saber notícias ou desejavam falar com algumas das pessoas que atendemos, porém a frequente troca de celulares, números de contato e mudanças de endereço, fazia com que esse contato fosse interrompido. Nós acabamos sendo as intermediárias entre esses contatos, atualizando os agentes com novos números e informações.

Nessa ocasião, era no meio dos encontros e conversas que surgiam narrativas de situações e pedidos de “ajuda” financeiras ou materiais e a partir disso íamos, de forma bastante artesanal, acionando a nossa rede pessoal e afetiva para conseguir mobilizar celulares, móveis, eletrodomésticos, roupas e dinheiros. Usávamos nossas contas bancárias pessoais para receber doações, já que na época, poucos eram os solicitantes de refúgio que tinham acesso a contas bancárias, cartões de débito, crédito e etc, sendo essa também uma das nossas funções, a de mediar dinheiros²².

Estas situações ilustram de que formas a gestão da LGBT+Movimento foi constituindo-se na intersecção da esfera econômica, que não se restringia ao dinheiro e, a esfera da intimidade, em diversos graus e tipos, produzindo o que chamarei de *gestão pela intimidade*. Zelizer (2011) oferece uma leitura crítica sobre as visões positivistas que produziram essas esferas como “mundos hostis” entre si. Segundo esta visão, a sobreposição dessas esferas gera uma contaminação moral que tende a poluir as relações. A crença sobre essa separação reflete outras divisões fundantes do pensamento positivista, como a separação entre razão/emoção ou entre formal/informal e cria a ficção de que somente um mercado econômico, ausente de sentimentos, pode ser verdadeiramente eficiente. Zelizer, antes de propor uma visão nova sobre esse universo, olha pra aquilo que já acontece cotidianamente. A teoria dos “mundos hostis” ou das esferas separadas é uma descrição inventada que tenta sustentar as fronteiras morais purificadas entre esses mundos, mas, na verdade, as pessoas nunca deixaram de criar conexões ou, como a autora se refere, “vidas conexas”, entre essas esferas. É por meio do trabalho relacional, que a todo tempo diferencia, negocia e reconfigura os laços sociais, que a intimidade e a economia são coproduzidas em uma mesma esfera.

A proposta de Zelizer (2011) é muito interessante para pensarmos alguns aspectos da relação que fomos construindo com as pessoas migrantes e refugiadas na LGBT+Movimento.

²² Nessa ocasião, os únicos migrantes e refugiados venezuelanos que tinham conta bancária eram aqueles que tinham empregos formais através dos quais conseguiam abrir “contas salário”, fora isso o acesso a contas bancárias, para as pessoas que atendemos, era quase impossível. Ainda que algum migrante ou refugiado que atendemos conseguisse abrir uma conta bancária, era difícil que essa não entrasse em dívida, pois haviam taxas para manutenção, saques e transações, fazendo com que muitos abandonassem essas contas logo que fossem demitidos ou perdessem sua fonte de renda. Nessa época também estavam surgindo os bancos digitais, que aparentavam ser mais flexíveis em relação a documentação exigida e a grande quantidade de taxas. Porém esses bancos não aceitavam o documento oficial de solicitantes de refúgio no país, o “protocolo de refúgio”. O “protocolo de refúgio” é um papel de ofício A4 em que alguns dados são impressos junto a uma foto e assinatura de um agente da policial federal, abordarei maiores detalhes da sua estética e as incongruências habitam esses documentos no terceiro capítulo. Dessa forma, sem poder acessar contas bancárias próprias, as pessoas usavam contas de terceiros, faziam dívidas ou fiados para conseguirem ir até o nosso encontro e se quiséssemos enviar dinheiro para alguém, a única maneira era marcando um encontro com ela ou enviando o dinheiro por outra pessoa. O dinheiro que circulava era, portanto, em espécie, o que dificultava nossa logística, de sempre ter que sacar dinheiro a cada “ajuda” fornecida e também representava um risco para algumas pessoas, que tinham medo de andar com quantias mais elevadas de dinheiro.

A autora descreve a intimidade associada a dois fatores: o conhecimento particularizado e a atenção fornecida. O conhecimento particularizado, isto é, aquele que não está disponível para todos, inclui a partilha de segredos, informações, memórias, situações vulneráveis e embaraçosas. A atenção despendida, por sua vez, envolve o apoio emocional, o tempo despendido, o uso de termos carinhosos, linguagens particulares, entre outros. A informalidade, não sendo exatamente um tipo de conhecimento ou atenção, também tornou-se um princípio organizador da gestão pela intimidade, como uma tentativa de produzir certo distanciamento das formas mais fortemente institucionalizadas e altamente burocratizadas que dominam o governo do refúgio. O sentido mais positivo que dávamos aos afetos, até então, associado à ideia de “afetividade”, se relacionada com uma visão hegemônica, também essencialmente positiva da intimidade, ligada a “emoções calorosas que produzem uma atenção cuidadosa” (ZELIZER, 2011, p. 18). Mas, como ressalta a autora e, como veremos mais adiante, a intimidade não possui um sentido unívoco, ela se dá em diferentes graus e tipos, a depender da situação. É possível que a intimidade e o cuidado andem lado a lado, mas é igualmente possível que eles estejam separados e haja intimidade, porém não cuidado, como no caso de relações abusivas, exemplo citado pela autora.

Ao apostarmos politicamente nos afetos, construirmos a gestão da organização pela intimidade e atuarmos como mediadoras ou *brokers*²³ (DAS, 2015, p.73), criando caminhos mais palatáveis nas “selvas burocráticas” do governo do refúgio, passamos a habitar espaços que outras gestões do refúgio e da migração não habitavam, o que nos colocava, em certo sentido, em posições privilegiadas para pensar “soluções administrativas” (VIANNA, 2002) que incluíssem aquelas pessoas. Soluções administrativas que, como já comentei, eram demandadas por outras organizações que já participavam há mais tempo desse universo institucional, pois essas pessoas e, em especial, mulheres trans/travestis migrantes e refugiadas, aparentavam não se “encaixar” no que havia disponível nos aparatos de gestão (ANTONUCCI, 2020).

Parte das soluções administrativas que nos eram demandadas por outras organizações, que já faziam parte do governo do refúgio há mais tempo, eram as “sensibilizações” sobre

²³ A minha atuação como gestora na LGBT+Movimento passa em muitos momentos pela função de “mediadora” ou como Veena Das (2015) intitula, pela posição de *brokers*. Segundo a antropóloga indiana os *brokers* funcionam como “pavimentadores de caminhos no meio de uma selva de burocracias” (p.73 – tradução minha), função semelhante à minha que, em muitos momentos, acontece em meio a um espaço de mediação entre os sujeitos e agentes do refúgio. Nas situações descritas ao longo da tese, a mediação entre migrantes e refugiados e administradores não é uma tarefa exclusiva de agentes do refúgio, ela é também performada pelas pessoas migrantes e refugiadas que através de redes informais organizam seus conhecimentos (DROTBOHM, 2016) sobre os processos administrativos e burocráticos.

aquilo que vinha sendo chamado de “Réfúgio LGBTI+”. As estratégias de “sensibilizações” funcionavam de forma semelhante às *políticas afetivas*²⁴ descritas por Lowenkron (2015), isto é, as *sensibilizações* demandadas a LGBT+Movimento eram acionadas como estratégias políticas que tinham como objetivo produzir emoções específicas nos agentes, sobretudo aquelas relacionadas à compaixão e à empatia. Estas e outras emoções, que aparecerão ao longo da tese, longe de serem meras obrigações morais (MAUSS, 2003) assumem também a função de governo (FASSIN, 2010), como argumentarei no segundo capítulo.

As *sensibilizações* se estruturavam basicamente na intenção de produzir aquele grupo de pessoas, referidos como “refugiados LGBTI+”, como uma “população” específica (FOUCAULT, 2008) que combinava dores relacionadas à figura do “refugiado” e à figura do sujeito “LGBTI+”²⁵. Em geral, a produção destes sujeitos acontecia através da exposição de dados e estatísticas ligados à precariedade e violências vivenciadas tanto pelos próprios (quando esses dados existiam), quanto por “populações LGBTI+” brasileiras. Como argumentam França (2017) e Facundo (2014) a transformação da violência em indicadores é peça fundamental da produção desses sujeitos como corpos passíveis de intervenção (FOUCAULT, 2012). Na lógica das *políticas afetivas*, as *sensibilizações* demandadas a LGBT+Movimento funcionavam, para além da produção de compaixão e empatia, na mobilização de sensações de vulnerabilidade, na tentativa de acionar um desejo de proteção ainda mais sensível nos agentes. Por configurar como uma dupla vítima (FACUNDO, 2014) que – por ser “refugiado” e “LGBTI+” – esses sujeitos acumulam ainda mais violências e vivenciam a vulnerabilidade de forma ainda mais acentuada²⁶.

Em 2018, um ano após a aprovação da nova Lei de Migração, que modifica o Estatuto do Estrangeiro (Lei n 6.815, de 19 de agosto de 1980) a Operação Acolhida dá início ao programa de interiorização de nacionais venezuelanos para diversas cidades brasileiras. Um pouco antes e depois desse período, passam também a surgir novas organizações no campo de

²⁴ A autora demonstra como um senador da bancada evangélica se utiliza de estratégias de *sensibilização* através de uma *pedagogia política dos sentimentos* (LOWENKRON, 2015), que aciona emoções específicas - relacionadas principalmente ao medo e ao nojo – a fim de produzir uma série de pânico morais que influenciaram na aprovação de novas leis penais e outras formas de regulação durante a CPI da Pedofilia.

²⁵ Para maiores insights sobre como a categoria “refugiados LGBTI+” vem ganhando espaço na gestão de pessoas migrantes e refugiados venezuelanos, ver Fontgaland e França (2020)

²⁶ Com esse argumento não pretendo negar que as vulnerabilidades de fato acumulam-se e de fato são vivenciadas de forma mais acentuada por esses sujeitos, todos os casos trazidos nesta tese mostram como estas nuances se dão na prática. Entretanto, busco chamar atenção para aquilo que já foi enunciado por outros autores: de que a construção da figura da vítima e o sentimento de compaixão são centrais para os exercícios de governo (SARTI, 2011; EFREM, 2016; FASSIN, 2010; VIANNA; NAVIA, 2015; NAVIA, 2014). É através do substrato emocional, pela acionamento específico desses afetos, de empatia, compaixão e dupla vulnerabilidade, que as sensibilizações constroem a necessidade de proteção desses sujeitos.

ações humanitárias, que modificam o universo institucional do refúgio anteriormente descrito por Facundo (2017). A etnografia de Facundo, realizada entre os anos de 2011 e 2013, abrangeu os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, nela a autora descreve as principais organizações atuantes no campo na época.

No que concerne o estado do Rio de Janeiro, onde está sediada a LGBT+Movimento, Facundo encontra um campo muito centralizado no formato de ação tripartite, que inclui o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), como representante do governo brasileiro, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Cáritas, como representante da sociedade civil e “parceira implementadora”²⁷ do ACNUR. Diferente do estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul, onde, apesar dessa centralização ser igualmente presente, outras organizações, sobretudo confessionais, também compõem a referida sociedade civil, no Rio de Janeiro, a presença de outras instituições é bem menos evidente. Facundo cita apenas a paróquia Santa Cecília, a paróquia São Pio X, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o Comitê Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Estado (CEIPARM) como instituições que também são frequentemente referidas como “da sociedade civil” neste estado. Porém, nenhuma destas disponibiliza atendimentos regulares aos migrantes e refugiados, concentrando suas atuações em ações mais pontuais pela mobilização de políticas públicas, construção de notas técnicas ou de doações e ações de solidariedade. Dessa forma, durante o campo de Facundo (2014), o Rio de Janeiro aparece centralizado na atuação da Cáritas, sendo praticamente indispensável a intermediação desta organização em processos de refúgio que aconteçam neste Estado.

Em 2017 quando comecei a circular neste campo, a centralização da Cáritas era ainda bastante presente, mas com o crescimento da entrada de migrantes, sobretudo venezuelanos, congoleses e haitianos no Brasil, outras instituições passaram a surgir ou inserir-se nesse campo de atuação. A organização internacional Aldeias Infantis SOS, que já existia há bastante tempo com trabalho focado no acolhimento de crianças e adolescentes, passou a oferecer abrigo temporário para migrantes e refugiados venezuelanos recém interiorizados em sua sede no bairro do Itanhangá, que trabalhava na metodologia desenvolvida pela organização com a formação de “núcleos familiares”²⁸. A Casa de Acolhimento Papa Francisco, gerenciada pela

²⁷ Termo usado por agentes do ACNUR para diferenciar as organizações da referida sociedade civil que são apoiadas financeiramente por esta agência.

²⁸ Navia (2020) explora detalhes dessa metodologia a partir do campo nas Aldeias Infantis de Caíco, no Rio Grande do Norte.

Cáritas e o abrigo das Aldeias Infantis SOS, eram²⁹ os dois maiores abrigos temporários da interiorização no estado do Rio de Janeiro. Por um breve tempo, a Associação de Apoio à Mulher portadora de Neoplasia (AAMN) também passou a receber um número reduzido de mulheres migrantes e refugiadas, majoritariamente venezuelanas recém interiorizadas, também operando como abrigo temporário incluído na OP. Surgia nesse ano também a MAWON, criada por um casal de migrantes, em que um deles é haitiano, que passou a centrar suas ações em projetos culturais e de geração de renda. Outra organização que foi criada nessa mesma época foi o CEPRI (Centro de Proteção de Refugiados e Imigrantes da Casa Rui Barbosa), atual CEPREMI, que tem a atuação focada na assistência jurídica, examinando, defendendo e preparando solicitantes para passarem pelas diversas etapas do processo legal do refúgio. E, também, começava a se estruturar, na mesma ocasião, a LGBT+Movimento, com foco específico em pessoas migrantes e refugiadas que se identificavam com a marca de “LGBTI+”

Neste ano de 2018 e nos três anos subsequentes parece ter acontecido um “mushrooming” (DROTBOHM e DILGER, 2024, p.4) ou uma “proliferação” no número de organizações que passaram a compor o universo institucional do refúgio no Estado do Rio de Janeiro³⁰. Ainda que nem todas as organizações citadas acima e outras que surgiram posteriormente, partam de perspectivas críticas ao *governo humanitário* (FASSIN, 2010), elas podem ser consideradas por aquilo que Drotbohm e Dilger (2024) têm chamado de “iniciativas informais”. Os autores usam este termo para chamar atenção que o *governo humanitário* não é apenas formado por instituições humanitárias de larga escala, mas também por *iniciativas informais* como cozinhas solidárias, associações comunitárias, ações solidárias ou filantrópicas espontâneas que tem, cada vez mais, se difundido mundo afora. Parte do que eles argumentam é que os modos mais formais ou mais informais de ações humanitárias não existem em separado, mas em codependência uns dos outros. Nesta tese proponho que esses dois universos fazem parte daquilo que considero “governo do refúgio” e que Facundo (2014), já havia descrito como “universo institucional do refúgio”, em sua tese. Na última seção deste capítulo irei abordar, de forma mais detalhada, o surgimento de novas organizações voltadas para o público migrante e refugiado no Rio de Janeiro e como essa “proliferação” de iniciativas também vem

²⁹ Uso o tempo passado pois algumas agentes da Cáritas me disseram que a Casa Papa Francisco fechou em 2020 com a pandemia do Covid-19.

³⁰ Na última seção deste capítulo irei abordar de forma mais detalhada o surgimento de novas organizações voltadas para o público migrante e refugiado e como essas mudanças determinaram também impactaram nas sensibilidades dos agentes.

impactando as sensibilidades dos agentes, momento em que também sugeri a noção de *irregularidades afetivas*.

1.3 O ano de 2019 – “As meninas do movimento LGBT”

Ao levar em conta aquilo que aparecia como central para as primeiras pessoas que acompanhamos, isto é, os desejos de ficar e as queixas em relação ao governo do refúgio, compreendemos que a LGBT+Movimento deveria deixar de ser um projeto voltado para sociabilidade, para ser uma organização cada vez mais incluída no universo institucional do refúgio. Isto é, fomos alinhando nossas intenções para que a organização pudesse ser cada vez menos um projeto que apenas escutava, mediava e encaminhava demandas institucionais por atendimentos, acesso a direitos e “ajudas” financeiras, para ser cada vez mais uma organização formalizada que atuava sobre essas demandas.

Neste ano, Marina, co-fundadora da LGBT+Movimento, passou a trabalhar como advogada no CEPRI, atual CEPRIMI. Menciono a entrada dela nesse espaço pois, este movimento foi crucial para que a LGBT+Movimento pudesse atuar sobre as muitas demandas burocráticas que as pessoas tinham e não apenas encaminhá-las e/ou mediá-las e estar mais presente em espaços de debate sobre o tema. Não é que já não atuávamos nestas demandas, mas a entrada de Marina no CEPRI fez com que pudéssemos navegar com maior propriedade por entre as muitas arbitrariedades (GUPTA, 2012) e ilegibilidades administrativas que compõem este campo (DAS, 2020). Como a burocracia administrativa sempre esteve no centro do governo do refúgio (FACUNDO, 2014; HAMID, 2019; VIANNA E FACUNDO, 2015; FASSIN, 2010), poder atuar sobre ela e disputar narrativas e saberes espertos no campo trouxe-nos certo reconhecimento por parte de outros agentes que já faziam parte dele. Mas este não foi um processo fácil, por assim dizer, a minha presença e a de Marina frequentemente provocava atritos.

Nessa ocasião, a presença dessas novas organizações ainda era muito tímida e a centralidade da Cáritas operava fortemente, além disso algumas características minhas e de Marina pareciam criar diferenças entre nós e outras agentes do campo. O campo era formado majoritariamente por mulheres cisgênero já estabelecidas que tinham entre 30 a 45 anos, majoritariamente. Entretanto, eu e Marina tínhamos 23 anos, o que nos tornava bem mais jovens que a maioria das agentes. Não apenas a idade participava desses estranhamentos, mas nossas expressões de gênero também. Apresentávamos um ar mais “despojado”, com o uso de roupas

mais informais em espaços institucionais formalizados, tínhamos *piercings* e diversas tatuagens. Estes elementos pareciam colaborar para que não fossemos marcadas como agentes do campo, mas mais reconhecidas como ativistas³¹. Além disso, como havia uma ausência de articulações sobre essa temática, quase sempre assumíamos uma postura de “estraga-prazeres”, para evocar a figura da feminista *kill joy* utilizada por Sara Ahmed (2017). Isto é, quase sempre estávamos expondo problemas e criando tensões.

Passamos a ser apresentadas e identificadas por algumas agentes do campo como “as meninas do movimento LGBT”, que remetia ao nome da organização, porém transformava o “movimento”, que originalmente referia-se a “deslocamento”, para “movimento”, no sentido de “movimento social”. Além disso, a utilização do termo “meninas” como dupla marca de gênero e idade contribuía, naquele espaço, para uma certa incredibilidade do nosso trabalho. É interessante notar que a marca de “as meninas do movimento LGBT” também denota que éramos as únicas naqueles espaços a tensionar acerca das políticas voltadas para esse público.

Nessa época eu estava cursando o mestrado de antropologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), mas raramente me colocava como pesquisadora nestes espaços, pois, na minha visão, isso poderia me distanciar ainda mais de ser compreendida e “credibilizada” como uma agente do campo, reforçando a posição de “ativista” em prol de direitos “LGBTI+”. De certa maneira, a minha entrada na pós-graduação e o desejo de pesquisar neste campo e não em outro, foi marcado pelo ímpeto por “fazer sentido com aquilo que não faz” (p.2), como comenta Sara Ahmed (2017) sobre a vivência feminista. O encontro quase que diário com pessoas migrantes e refugiadas, no exercício da gestão da LGBT+Movimento, provocava em mim o sentimento de não apenas querer construir meu lugar como gestora, mas também desejar, em outro espaço, problematizá-lo e “fazer sentido” das minhas experiências e da de tantas outras pessoas que fui acompanhando com o tempo. Portanto, minha trajetória acadêmica tem como base o que a mesma autora traduz como “sentir as injustiças” (p.21 – tradução minha) e estar constantemente questionando-se. Para Ahmed, esses sentimentos constroem o que é “Viver uma vida Feminista”, que nas palavras dela, “não tem a ver com a adoção de um conjunto de ideais e normas de conduta, ao contrário, significa questionar-se, eticamente, sobre como viver melhor em um mundo desigual e injusto” (p.1 – tradução minha).

³¹ Interessante pontuar que uma das advogadas da Cáritas, durante uma entrevista com Navia (2017, p.76), afirma que o trabalho da organização era considerado apenas uma “militância”, antes da promulgação da lei que instituiu o refúgio no Brasil (Lei nº 9.474/97). A institucionalização do refúgio fez com que o trabalho de militância da organização se transformasse em um trabalho institucional humanitário.

1.4 O ano de 2020 – A pandemia do Covid-19

No início de 2020 eu finalizei minha dissertação de mestrado e em certo sentido, defendia posições contrárias às quais defendo nesta tese. Durante o mestrado, havia um esforço de minha parte de diferenciar a gestão da LGBT+Movimento das outras gestões que já participavam desse campo, porém, isto não cruzava a minha escrita à toa, eu partia da premissa fundadora da organização sobre a “ausência” de afetos no governo do refúgio e a suposta “presença” destes, especificamente, na LGBT+Movimento. Até esse momento eu não havia estranhado essa premissa, por esse motivo afirmo que esta tese e a minha dissertação divergem para lados opostos. Enquanto no mestrado eu defendia a LGBT+Movimento como “fora” daquilo que tem sido pensado como “estado”, ao longo desta tese faço o movimento contrário e assumo que a LGBT+Movimento está incluída naquilo que “faz” o governo do refúgio também. Facundo (2017) descreve como essas ambiguidades e confusões entre “o que é estado e o que não é” ou entre “práticas do governo e práticas de governo” são, em si mesmas, causa e consequência destas práticas de governança (SOUZA LIMA; 2002) que acabam por reforçar a ideia do estado como um ator político de fundo (ABRAMS, 1988).

No caminho entre Niterói e Rio, logo após minha banca de defesa de mestrado, a qual Laura Lowenkron participou já sabendo que iria me orientar no doutorado, fui tomando consciência dessas ambiguidades a partir de algumas provocações feitas por ela. Com muita paciência e cuidado Laura foi me instigando a pensar como diferenciar a gestão da LGBT+Movimento das outras gestões e daquilo que eu imaginava compor o governo do refúgio só fazia reforçar aquilo que queríamos ultrapassar com esse mesmo movimento. Através das suas generosas interlocuções fui me aproximando das discussões travadas no campo da Antropologia do Estado (SHARMA E GUPTA, 2006; SOUZA LIMA, 2002; DAS; POOLE, 2004) e fui compreendendo a necessidade de explorar etnograficamente os exercícios de poder que atravessam os processos estatais, mas que não se limitam a eles e nem a esta suposta “autoevidência” do estado. Estes momentos iluminam o fato de que, enquanto eu fazia o campo, o campo também estava sendo feito. Há, no meu campo, numa relação estreita entre a pesquisa e a gestão, de forma que ambas foram criando vasos comunicantes entre si e permitindo uma troca mutuamente implicada, em que meus questionamentos deslocavam percepções em ambos espaços e vice-versa, como foi o caso descrito acima e como seguirei abordando.

No início de 2020, a LGBT+Movimento conseguiu uma sala comercial para utilização temporária, porém tivemos que adiar os planos de ocupação do local pelo início da pandemia do COVID-19. Este período foi marcado por profundas reconfigurações, as quais introduzirei

aqui, mas trarei com maior profundidade no próximo capítulo. Com a pandemia tivemos que entender como um trabalho, que funcionava majoritariamente através de encontros presenciais, poderia se dar de forma remota. Não estávamos tão preocupadas em relação à continuidade do trabalho, mas sim, a possibilidade de fazê-lo com a mesma intimidade, central no modo de fazer da organização.

As condições de precariedade das pessoas atendidas se agravou rapidamente desde o início da pandemia de Covid-19 e início do “lockdown”³²: muitas perderam os empregos logo com a deflagração da pandemia, outras tiveram as jornadas de trabalho reduzidas e a maioria, desempregada, se viu impossibilitada de continuar a ansiosa busca por empregos. As mulheres trans e travestis que trabalham fazendo programas passaram a narrar a redução drástica destes, o acúmulo de dívidas e a dependência das “ajudas” (PISCITELLI, 2016). Além disso, foram publicadas uma série de normas interministeriais, que abordarei com detalhes no próximo capítulo, que alteravam os prazos de validade dos documentos de identificação de migrantes e refugiados no país. Porém, na descida ao cotidiano (DAS, 2020), o que parecia valer mais eram as materialidades duvidosas destes documentos³³, ainda pouco conhecidos em bancos e iniciativas privadas. As pessoas migrantes e refugiadas passaram a vivenciar ainda mais consternações, sobretudo para o acesso a benefícios sociais como o Auxílio Emergencial.

Com a reconfiguração dos atendimentos voltados para migrantes e refugiados para o ambiente virtual, o “repertório de insatisfações” (HAMID, 2019), muito direcionado às Cáritas, também passou a crescer. O poder corrosivo das esperas (VIANNA; FACUNDO, 2015), os processos descontinuados, a incompreensão dos textos, áudios e arquivos³⁴ enviados pelas

³² Para uma leitura a contra-pelo dessas políticas a partir do campo da Saúde Coletiva, ver Ortega e Behague (2020)

³³ No capítulo três, irei abordar a materialidade dos afetos a partir da produção, circulação e manipulação dos documentos de identificação de mulheres trans e travestis venezuelanas que tentam fazer a inclusão do nome social e alteração de sexo e gênero em seus documentos.

³⁴ Já antes da pandemia, com atendimento presenciais, muitas pessoas atendidas demonstravam dificuldade na compreensão dos documentos, notificações e orientações que recebiam de agentes do refúgio diversos. Muitos fatores participavam em conjunto dessas incompreensões não sendo possível dar destaque para somente um deles. A diferença no idioma era um desses fatores, porém mesmo quando explicávamos em espanhol ou quando uma pessoa hispanofalante nativa de outro país falava, ainda sim, em alguns casos, as dúvidas permaneciam. Lembro de uma ocasião, já na pandemia, que uma mulher trans venezuelana me encaminhou os áudios de uma das agentes da Cáritas explicando o processo de documentação em espanhol. Essa agente falava espanhol como língua nativa, mas por ser de outro país, essa interlocutora não compreendeu o que ela estava dizendo e me pediu para “traduzir” pra ela. Outro fator, era a escolaridade e a presença de um analfabetismo funcional. Parte das pessoas que atendemos na LGBT+Movimento conseguiu terminar o ensino médio, mas esse foi completamente atravessado pela situação de instabilidade no país. Com o avanço do tempo, chegaram até nós pessoas que tinham apenas o ensino fundamental completo, com algumas dificuldades variadas na escrita e leitura. Uma parcela menor de pessoas não sabia ler e escrever, situação que era marcada por enorme constrangimento por parte dessas pessoas. Outros fatores como a rapidez na fala de alguns agentes, o uso de termos específicos, a ausência ou impossibilidade de repetição de certa orientação, a fome, o cansaço, a preocupação com outros assuntos, apareciam também na fala de pessoas migrantes e refugiadas que tentavam justificar o porque não haviam compreendido as orientações

agentes faziam acumular frustrações e raivas. Neste ano, a LGBT+Movimento conseguiu fazer duas campanhas de arrecadação coletivas para compras de cestas básicas e itens de higiene. Foi durante a distribuição dessas cestas, na recepção do prédio onde eu morava³⁵, em Botafogo, Zona Sul do Rio, que fomos construindo formas “híbridas” de atendimento, entre encontros distanciados e de máscaras a vídeos chamadas, ligações e mensagens de *whatsapp*. A reconfiguração para o digital, ao invés de nos afastar das pessoas acabou tendo efeito capilarizante das relações, passamos a atender migrantes e refugiados venezuelanos em diversos estados do país, quase sempre encaminhados por alguém que já havia sido atendido anteriormente ou estava em atendimento. Para dar conta do fluxo de atendimentos fizemos uma chamada para entrada de pessoas voluntárias e ao final de 2020 éramos cerca de 16 pessoas trabalhando neste regime. No final deste ano também começamos a retomar com os atendimentos presenciais, agora na sala comercial cedida para uso temporário, o que trouxe um conjunto de outras novas reconfigurações.

A sala ficava no coração do bairro da Cinelândia ao lado da Câmara dos Vereadores e do icônico Bar Amarelinho. Com muitos escritórios, o prédio era principalmente frequentado por pessoas vestidas formalmente e tinha uma portaria que funcionava em horário comercial. A primeira sede da LGBT+Movimento pertencia a uma pessoa da família de Marina que, pela idade, parara de trabalhar e a sala ficara sem uso. Anteriormente, o espaço era utilizado para atendimento jurídico e, portanto, tinha um “ar” de escritório. Era uma sala tipo *studio*, de cerca de 25 metros quadrados com um banheiro, frigobar e móveis diversos. Havia armários lotados de papéis e processos que se espalhavam por caixas do tipo “arquivo”, junto a duas mesas separadas por um biombo de cerca de 1,70 m de altura. Uma janela ao final da sala garantia nossa possibilidade de trabalhar com certa ventilação, pois a pandemia do Covid-19 ainda não havia terminado. Todos os móveis eram da cor preta, o que tornava a sala um ambiente pouco colorido e, talvez, pouco acolhedor. Nunca havíamos trabalhado em mesas de escritório, eram sempre mesas de bar, botecos, mesas de casa ou as nossas próprias pernas que serviam de apoio pros papéis, pastas e computadores.

vindas de agentes. Durante a pandemia isso tornou-se ainda pior, sem a possibilidade de tirar dúvidas presenciais e obter respostas rápidas, intensificando processos de ansiedade entre as pessoas migrantes e refugiadas.

³⁵ Eu morava no térreo de um prédio de três andares que tinha uma pequena garagem com dois bancos de madeira de 3 lugares e minha cadeira de praia. As pessoas vinham pegar as cestas e algumas já emendavam em narrações sobre situações que precisavam de ajuda ou essa narração acontecia depois que perguntávamos se ela estava precisando de ajuda com algum assunto. Usando meu computador e o de Marina conseguimos atender as pessoas nesse espaço improvisado, imprimir documentos e dar suporte ao preenchimento, além de fornecer orientações sobre assuntos diversos.

Eu estava cursando a disciplina “A Vida Social da Burocracia” ministrado por Letícia Ferreira e Gustavo Onto e estava imersa nos detalhes da “estética” burocrática. Logo que começamos a utilizar a mesa de atendimento, dividi com Marina um comentário: “Pronto, é irreversível, agora temos um balcão.” e ficamos reverberando sobre isso, ainda sem saber o que estava por vir. O balcão é um desses símbolos da “estética” burocrática (ESCOSSIA, 2019). Em geral é sob ele que se encontram administrados e administradores, que ficam em lados opostos, como em territórios distintos. O balcão também funciona como “checkpoints”, no sentido utilizado por Jeganathan (2018), não era raro ouvir de alguma pessoa atendida que ela foi na Polícia Federal mas não passou do “balcão”, geralmente por pequenos atrasos ou por alguma arbitrariedade variada, usualmente incompreensível, que pegava todos nós de surpresa. Nessa primeira sede nós passamos a atender as pessoas em uma grande mesa que já estava na sala quando chegamos, ela passou a funcionar como um “balcão” que nos separava das pessoas e isso, obviamente, foi construindo posições cada vez mais separadas entre “nós” e “elas”. Em muitos momentos as pessoas se emocionavam durante seus relatos. Estar do outro lado da mesa, tornava aquele momento muito mais “frio” do que quando atendíamos as pessoas lado a lado, geralmente em bares, sofás ou outros espaços. De certa maneira, a distancia da mesa e dos “balcões” também desenham essa separação afetiva entre administrados e administradores.

Simultaneamente à ocupação da sala, estávamos tentando compreender o mar de burocracias que teríamos que atravessar para alcançar a formalização jurídica da organização enquanto “Associação”. O principal motivo para querermos ter um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) era a possibilidade de acesso a financiamentos via editais de pequeno/médio porte e a possibilidade de emissão de notas fiscais caso prestássemos algum serviço de “sensibilização”. Apesar de Marina ter formação em Direito, ela conhecia pouco sobre essa área, por isso iniciamos a busca por uma advogada que aceitasse nos ajudar sem cobrar honorários. Depois de uma longa busca conseguimos até uma advogada que conhecia esses trâmites, ela nos ajudou a construir o estatuto, documento central neste processo. Iniciamos o ano de 2021 em meio a muitas versões desse documento e submersas por requerimentos, registros, protocolos, inscrições, consultas, cadastros e muitas idas até cartório e o Registro Civil de Pessoas Jurídicas (RCPJ).

1.5 O ano de 2021 – A Institucionalização

O percurso que se deu desde o início da formalização da LGBT+Movimento, da sua mera ideia até, meses depois, a materialização do cartão do CNPJ, foi marcado por muitas inseguranças de minha parte e da de Marina. Nos víamos em diversos momentos imersas em névoas burocráticas, sem saber onde encontrar as respostas para próximos passos, eu talvez mais perdida do que ela e confiando na sua capacidade de interpretar o “juridiquês” e ela, por dominar a linguagem, ainda mais receosa sobre as nossas incompreensões e o peso das responsabilidades jurídicas atribuídas a nós. A carga de responsabilidade por respondermos juridicamente pela organização nos forçou a organizar uma série de reconfigurações administrativas e sistemáticas. Equilibrando os pratos entre os aumentos dos atendimentos, a organização da nova sede, a gestão da equipe de voluntários, o processo de formalização, a incompreensão sobre a necessidade de alvará, a busca por um contador confiável, nossos outros trabalhos fora da organização e nossas vidas pessoais, vivíamos absolutamente sobrecarregadas.

Com o CNPJ, que teve um custo considerável para uma organização sem suporte financeiro, tivemos que arcar com elevadas taxas bancárias mensais, a mensalidade da internet da sede e a contratação do contador. Com este último, entendemos que em um curto espaço de tempo já tínhamos dívidas e precisávamos conseguir nosso alvará e inscrição municipal, o que significava ainda mais desembolsos. Ficamos alguns meses sem compreender se iríamos conseguir tirar o alvará de funcionamento junto ao corpo de bombeiros, pois as informações eram desconexas em relação às medidas de segurança que deveriam existir no espaço. Outra preocupação era em relação à prestação de contas organizada, com contratos, recibos, notas fiscais e assinaturas. Rituais que até esse momento não faziam parte do dia a dia da organização. A burocracia parecia tomar sua forma. A partir deste momento cada transação que fazíamos nas contas bancárias deveria representar um recibo assinado e escaneado dentro de uma pasta específica organizada em ordem cronológica. Como tínhamos uma política de arcar com os custos do transporte para que as pessoas pudessem comparecer aos atendimentos e também às entrevistas de emprego, a logística dessas exigências administrativas passou a desafiar o modelo de gestão pela intimidade que tinha a informalidade como condição.

No meio do ano conseguimos a doação de três computadores, três celulares, uma impressora e alguns itens de escritório, como mesa, cadeiras, arquivo e ventiladores, financiados pelo ACNUR. Junto destes itens recebemos adesivos com tamanho aproximado de vinte centímetros de comprimento por dez centímetros de altura com a logo do “ACNUR”, em

seu tom azul padrão. A estética dos adesivos marcava o logo da ACNUR em grande destaque enquanto as palavras “itens doados pelo”, se espremiavam em letras difíceis de serem enxergadas à distância na parte superior do adesivo. Além disso, recebemos um banner com cerca de 1,70 metros de altura com uma enorme logo do ACNUR em fundo azul. A orientação dada por uma agente desta agência era que os adesivos deveriam ser colados nos itens doados e o banner poderia ser utilizado no espaço. Nós optamos por apenas colar os adesivos nos itens doados, porém a presença destes foi suficiente para provocar ainda mais confusão sobre a nossa associação com o ACNUR. As pessoas sentavam na cadeira de atendimento, olhavam pros adesivos espalhados no espaço e colado no próprio computador e perguntavam se trabalhávamos no ACNUR. Também encontrávamos aqueles que chegavam para atendimento e diziam ter ouvido rumores de que a LGBT+Movimento era financiada pela agência. Esses comentários sempre aconteceram, desde o início da LGBT+Movimento, mas com o crescimento da organização e colagem dos adesivos, eles passaram a ser mais frequentes. A confusão do se “éramos ou não parte do ACNUR” não é restrita a LGBT+Movimento, em si, mas faz parte de algumas das ambiguidades que conformam este campo e a referida sociedade civil que participa dele (FACUNDO, 2014), mas gostaria de marcar duas questões aqui.

A primeira é que o mapeamento e a compreensão dos sujeitos sobre que organizações são associadas ao ACNUR, em quais termos e também quais agentes dentro dessas organizações têm maior acesso a agentes que trabalham em algumas das agências da ONU (ACNUR, UNFPA, OIM e outras), são partes fundamentais dos saberes que compõem a gestão mais “informal” do refúgio, isto é, aquela que descreverei ao longo da tese, e que se organiza a partir das próprias pessoas migrantes e refugiadas e suas redes afetivas. É bastante comum que as pessoas nos perguntem se conhecemos o agente “tal” ou se podemos nos passar o contato da “fulana”, nome da agente que conheceu em alguma parte de sua trajetória. O contato direto e a proximidade dos sujeitos com alguns agentes do refúgio são muitas vezes determinantes para o acesso a variados tipos de “ajudas”, financeiras ou não (Vasconcelos, 2021; 2022). Diversos aspectos dessa gestão mais informal do refúgio aparecerão no decorrer dos casos citados ao longo da tese.

O segundo ponto diz sobre a figura do ACNUR e das agências das Nações Unidas no governo do refúgio venezuelano. Certa vez, eu e Nestor, um homem trans venezuelano que trabalhou como articulador comunitário na LGBT+Movimento, estávamos executando algum tipo de reorganização do espaço da sede. Eu dei de cara com o banner do ACNUR, que já mantínhamos dentro de um armário há algum tempo, por isso nem me lembrava mais o que era. Quando abri e mostrei a Nestor, ele olhou e me disse: “porque não penduramos isso?”, eu disse

que ia causar ainda mais confusão nas pessoas, que elas iam pensar que trabalhávamos para o ACNUR e ele me perguntou: “mas isso não é bom? o ACNUR não é coordenadora de todos?” A construção do ACNUR como “a coordenadora de todos” diz muito sobre a sua posição hierárquica no campo. De certa forma esta instituição parece assumir a posição da “palavra final”. Na visão de Nestor, ainda que o ACNUR não participasse da gestão mais direta da LGBT+Movimento, estávamos sujeitas, de alguma forma, à sua figura, assim como todas as outras organizações que lidavam com pessoas migrantes e refugiadas. Se tínhamos casos muito sensíveis e que precisavam de maior suporte e respostas rápidas, muitas vezes buscávamos agentes do ACNUR, se precisávamos fazer articulações com organizações em outros estados, buscávamos agentes do ACNUR para fazer a ponte, também buscávamos agentes dessa organização para atuar em violações de direitos que pareciam não se resolver com articulações locais. Enfim, de certa maneira, ser ou não ser financiado pelo ACNUR não poupa as organizações de serem confundidas e nem “subordinadas” a sua hierarquia, pela visão de Nestor.

Parte dessa visão também é construída pelo discurso em torno do acesso às “bolsas”, isto é, as ajudas financeiras oferecidas pela Cáritas. A maioria das interlocutoras desta pesquisa, sobretudo as mulheres trans e travestis, por acumularem tentativas de acesso a estas “ajudas” financeiras, já sabiam que a aprovação ou recusa dos pedidos acontecia mediante a uma avaliação que cabia aos agentes do ACNUR. Fora isso, é válido mencionar que o ACNUR e outras agências da ONU participam da Operação Acolhida e tem papel central na gestão operacional da maioria dos abrigos voltados para migrantes e refugiados venezuelanos em Boa Vista, Pacaraima e Manaus, ditando, muitas vezes o saber-fazer desses espaços (Vasconcelos, 2021, p.50)

Voltando à gestão da LGBT+Movimento, a partir das doações feitas pelo ACNUR, que incluíam celulares, eu e Marina passamos a utilizar contas de *whatsapp* institucionais. Desde o início da LGBT+Movimento eram os nossos celulares pessoais que circulavam como telefones de atendimento, o que não garantia nenhuma possibilidade de separação entre trabalho e vida pessoal. Com os celulares doados passamos então a usar números de contatos institucionais separados dos nossos números pessoais. Também decidimos implementar a tentativa de responder as pessoas apenas nos dias de funcionamento “oficiais” da organização, isto é, às quartas e sextas-feiras. Esse regime parcial de atendimento se dava pelo fato de dividirmos nossos trabalhos, até então voluntários, com outros trabalhos remunerados e fazia parte do conjunto de reconfigurações que havíamos pensado, pois outras pessoas da equipe estavam começando a se envolver diretamente nos agendamentos e atendimentos das pessoas,

anteriormente restritos a mim e Marina. A transferência da comunicação de um espaço “pessoal”, que tinha minha foto de perfil, marcações de visualização de mensagens e que vinha sendo acessado em qualquer hora ou dia da semana, para um espaço “institucional”, com a foto da logo da organização, sem marcação de visualização das mensagens, sem a identificação direta de quem estava falando e que respondia em horário comercial em dias alternados, passou a causar diversos conflitos com as pessoas atendidas, sobretudo com aquelas que já vinham sendo atendidas há mais tempo. Eu não consegui implementar tal sistema com as pessoas com quem já tínhamos relações duradouras, pois ele se mostrou inviável, vi as relações se deteriorarem rapidamente com a espera das respostas e o estranhamento em relação àquele sistema, que provocou sensações de abandono e raiva em algumas dessas pessoas. Mesmo sem conseguir implementar o sistema com as pessoas atendidas há mais tempo, tive que introduzir nas nossas relações estas reconfigurações sobre a limitação do tempo em função da divisão de tarefas e as novas formas de gestão da organização. A mudança desses paradigmas foi pouco a pouco modulando novas relações entre mim e essas pessoas, quase sempre marcadas pelas insatisfações destas com os novos formatos.

Em 2021, o agravamento das condições de vida das pessoas já atendidas, o recomeço dos processos de interiorização (que haviam parado em momentos mais acentuados da pandemia do Covid-19) e a intensificação de outros tipos de mobilidades interestaduais, aumentaram a quantidade de pessoas que chegavam até nós buscando “ajudas” financeiras. A intensidade dos pedidos era incompatível com nosso limitado financiamento, que, nessa ocasião, era basicamente sustentado pelas doações pontuais e recorrentes de algumas dezenas de doadores.

Além disso, as reconfigurações burocráticas exigiram gastos, geraram dívidas e uma série de questionamentos em relação ao repasse direto de “ajudas” financeiras para as pessoas. Sobre este último ponto, ficamos muito tempo sem entender se poderíamos ou não fazer esses repasses e de que forma poderíamos estar “dentro da lei” com eles. Tínhamos dúvidas se não haveria problemas em transferir valores da conta jurídica da organização para as contas de pessoas físicas, se isso seria aceito pelas instituições apoiadoras e como iríamos prestar contas e obter recibos assinados por todas as pessoas que receberiam transferências. As “ajudas” financeiras eram repassadas sem que, necessariamente, a pessoa precisasse ir até a organização, como no caso de entrevistas de emprego, ida a Polícia Federal, auxílios diversos. Com dúvidas acumuladas e um lento processo de sistematização administrativa e financeira em curso, decidimos restringir temporariamente as “ajudas” financeiras, mantendo apenas o

repassa de passagens para atendimento para a organização até que conseguíssemos esclarecer melhor os processos.

Esse tempo de reconfigurações e indeterminações administrativas, somado às incertezas acerca da sustentabilidade financeira da organização foi marcado por muitos conflitos e queixas por parte das pessoas que já vinham sendo atendidas há mais tempo. As mudanças de *whatsapp*, das disponibilidades de tempo, a restrição nas “ajudas” financeiras, a exigência sobre a assinatura de recibos, foram algumas das reconfigurações que mais causaram consternação. Estas atualizações, que alteraram e inseriram novos rituais, passaram a participar do cotidiano da organização que, paradoxalmente, “estava crescendo”. Esse crescimento parecia determinar um desafio para a forma de gestão pela intimidade que a organização havia escolhido. Se voltarmos aos aspectos estruturantes da intimidade, citados por Zelizer, o conhecimento particularizado e a atenção despendida, às reconfigurações modificaram as dinâmicas do tempo, que se tornou muito mais escasso, restringindo o compartilhamento de histórias, memórias, acontecimentos e apoio emocional, além de introduzir cobranças em relação a assinatura de recibos e a presença das pessoas para solicitar as “ajudas”.

De certa maneira, parecia que estávamos sendo “capturadas” pelas formas de gestão mais fortemente burocratizadas do grande aparato do governo humanitário, que começava a misturar-se e ameaçava o formato de gestão pela intimidade que tinha a informalidade como condição. O fato de passarmos a ser confundidas com o ACNUR, com maior frequência, parecia ser um sintoma da sobreposição mais acentuada destes universos. Como afirmam Drotbohm e Dilger (2024, p.7), as “iniciativas informais” não apresentam menos desafios do que as ações humanitárias de grande escala pois “elas implicam suas próprias complicações em relação à maneira como a prestação de cuidados e ajuda leva ao surgimento e à reificação de assimetrias”, que aparecerão nos casos analisados no próximo capítulo.

Como efeito das novas configurações nas malhas administrativas, alguns afetos hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021), ligados a humilhação e a raiva, passaram a ganhar centralidade e foi a partir deles que passei a estranhar a premissa fundante da LGBT+Movimento: de que havia uma “falta” ou uma “ausência” de afetos na gestão do refúgio. Estes afetos já estavam presentes nas queixas que diversas pessoas migrantes e refugiadas faziam em relação a outros agentes ou instituições, mas até então não tinham atravessado a forma de gestão da LGBT+Movimento. O encontro com estes “novos” afetos engendraram o meu estranhamento sobre o sentido unívoco que demos aos afetos como algo essencialmente “bom” e que, ao mesmo tempo, estavam “ausentes” no governo do refúgio, como que restritos a gestão da LGBT+Movimento.

Simultaneamente a estes deslocamentos que aconteciam no campo da gestão, eu lembrava da disciplina oferecida por Letícia Carvalho e Gustavo Onto. O conteúdo da disciplina foi organizado em diferentes sessões para pensar possíveis entradas analíticas alternativas para pensar “o estado”. Durante os diálogos, pude aprofundar alguns dos questionamentos que já haviam me instigado a partir das provocações que Laura fez durante a minha banca de mestrado. Se antes, meu esforço estava em destacar a LGBT+Movimento do governo do refúgio, a partir desses deslocamentos práticos e analíticos passei a olhar a LGBT+Movimento como parte do aparato que compõem o governo do refúgio e que faz o estado na prática (FERGUSON;GUPTA, 2008; SOUZA LIMA, 2002; DAS;POOLE, 2008). Isto é, as organizações que vêm sendo identificadas como parte da sociedade civil vêm desempenhando papel de estado (FERGUSON;GUPTA, 2008, P.990) e, assim como este, aparecem ora como fonte esperançosa de “ajudas”, sendo aguardadas com grande expectativa e ora como negligentes, gerando queixas, conflitos e dissoluções.

Portanto, estes deslocamentos provocaram em mim a desconstrução de uma série de percepções e me fizeram dar conta de que os afetos não eram dimensões que participavam exclusivamente da gestão da LGBT+Movimento e nem eram essencialmente bons, restritos apenas ao sentido que havíamos lhe dado, associado a “afetividade”. A partir disso, passei a dirigir minha atenção para os afetos que permeiam o governo do refúgio, mas que partem dos sujeitos.

Como comentei na introdução da tese, este exercício exigiu de uma atenção constante sobre as sutilezas dos afetos, em um ato semelhante ao de caçar vagalumes na noite escura (GREGG;SEIGWORTH, 2010). Nas leituras e releituras fui também reconhecendo que os afetos sempre estiveram presentes no campo, porém quando o enfoque eram as experiências dos sujeitos no encontro com espaços administrativos eles permaneciam como dimensões descritivos de fundo, secundários ou ainda ordinários demais para ganharem destaque. Essa caçada aos afetos me fez perguntar que outros sentidos, para além da “afetividade”, esses afetos parecem ganhar? Quais são os afetos que aparecem associados a esses outros sentidos? Em que situações eles aparecem? Quais os afetos que já vinham participando do campo de estudos humanitários, ao qual o refúgio se inclui? Esses afetos são os mesmo que eu encontro no meu campo? Na seção seguinte irei explorar algumas dessas questões.

1.6 Os afetos no governo humanitário

Quando voltamos nossos olhares para os modos de governo contemporâneos que tem agido sobre as vidas precárias (FASSIN, 2010; BUTLER, 2019), nos deparamos com uma gramática profundamente envolta pelos afetos. Estes últimos estão imersos nas justificativas e práticas de governo que têm participado da vida cotidiana de pessoas migrantes e refugiadas ao redor do mundo. Ao realizar uma genealogia do humanitarismo no Ocidente, Fassin (2010) descreve como a *razão humanitária* opera através da produção de *sentimentos morais*, capazes de incitar emoções que “nos mobilizam diante do sofrimento dos outros e nos fazem desejar remediá-lo” (p. 1). Segundo o autor, a *compaixão* está no centro³⁶ desses *sentimentos morais* (ibidem) associada às premissas cristãs de “sacralização da vida” e “valorização do sofrimento” (p. 248). No que o autor refere-se como a “paradoxal combinação entre emoção e razão” [ibidem, tradução minha] a *compaixão* parece ser a emoção exemplar que une esses dois pólos: o sofrimento alheio incita uma reação emocional, a *compaixão*, que por sua vez é ligada a uma indignação moral, racional, pelo fim deste, esta é a “conexão entre afetos e valores” (ibidem) que rege o *governo humanitário* de acordo com a proposta do antropólogo francês. Isto é, a construção deste governo e dos *sentimentos morais* a ele associados, legitimam discursos e práticas coletivas de vitimização, conferindo legitimidade moral ao sofrimento das vítimas e as ações de reparação e cuidado de cunho humanitário.

Entretanto, ao mesmo tempo que essas práticas produzem o desejo de reparação, estando associadas a uma política de solidariedade, elas também estão associadas a um governo de vidas precárias, o que torna a “política da compaixão uma política da inequidade” (p.3). Esta tensão entre inequidade e solidariedade funda o *governo humanitário* e marca o caráter assimétrico diretamente implicado na *compaixão* dentro deste campo. Estas assimetrias ganham destaque quando nos voltamos para os encontros e relações entre sujeitos migrantes e refugiados e agentes que participam do governo do refúgio, incluindo, evidentemente, a gestão da LGBT+Movimento, como veremos mais adiante.

³⁶ É evidente que a centralidade da compaixão não significa que ela seja o único afeto que ganha centralidade no discurso de Fassin. O autor utiliza a abordagem histórica para narrar a ascensão do humanitarismo através da promoção do sofrimento social, que passaria a se tornar “contagioso” (p.35). As pessoas passaram não apenas a serem afetadas pelos eventos calamitosos e/ou brutais, mas também passaram a ter contato direto com a condição de sofrimento do outro, através de recursos audiovisuais ou textuais. Isso significa que o “sofrimento à distância” (BOLSTANSKI, 1993) ou a “pena à distância” (ARENDDT, 1990) foram substituídos por formas mais íntimas de sofrimento, que eram capazes de gerar afetos empáticos muito mais intensos que o formato anterior. A centralidade da compaixão só ganha corpo pois outros *sentimentos morais*, como o sofrimento e a empatia, estão nas bases fundantes do que o antropólogo chama de governo humanitário.

As tensões travadas nesses encontros também demonstram como, de um lado, a compaixão orienta as práticas morais bondosas dos agentes (BOLTANSKI, 1993), que fazem uso de uma gramática da proteção e do cuidado, enquanto, de outro lado, os migrantes e refugiados relatam um “repertório de insatisfações” (HAMID, 2019) marcados por afetos hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021), que chamam atenção para o aspecto opressor e repressor dessas interações.

A *repressão compassiva*, conceito cunhado por Fassin, marca o efeito contraditório das operações do *governo humanitário* que surgem com a intenção de remediar aquilo que, por fim, acabam por produzir, mas sem deixar de expor as profundas conexões entre afetos e moralidades e o político e o humanitário. Facundo (2017, p.137) descreve como essas ambiguidades resvalam nas confusões dos agentes do refúgio e dos sujeitos migrantes e refugiados sobre um atendimento baseado na caridade com origem em roteiros cristãos ou um atendimento baseado na assistência social, que toma como base ideias de justiça social e acesso a direitos. Nesse ponto, fica mais evidente as zonas de indeterminação entre o *governo humanitário* e o que usualmente se concebe como estado. No campo conduzido por Hamid (2019), entre 2008 e 2011 e por Facundo, entre 2011 e 2013, alguns agentes do refúgio parecem alinhar seus exercícios de gestão mais a linguagem da compaixão, quando questionam a reivindicação de “ajudas” como direitos por parte dos migrantes e refugiados³⁷.

Apesar da compaixão ganhar destaque na análise de Fassin e de diversas autoras/es dentro do campo de estudos humanitários, outros afetos também vem compondo o léxico dos *sentimentos morais* que conformam este espaço de análise. Em sua pesquisa com refugiados palestinos, Sonia Hamid (2019) descreve que a concessão do refúgio institui relações de “dádiva-refúgio” que vinculam o Estado brasileiro e refugiados por meio de relações complexas de reciprocidade e obrigação. Ao tomar inspiração na teoria desenvolvida por Marcel Mauss (2003), Hamid aponta como, por um lado, a *dádiva-refúgio* permite a “construção de status políticos e afirmações de identidades nacionais em contextos internacionais” (p.49) enquanto, por outro, “gera a expectativa de que os refugiados retribuam à *dádiva-refúgio* a eles concedida” (p.49). Nesta última, o caráter da dádiva assume a forma da obrigação moral da gratidão e se conecta ao vocabulário utilizado pelas agentes para definir as “ajudas” e não os “direitos”. No polo oposto, a antropóloga também observa como a *ingratidão* funciona como *contradádiva* ao romper com aspectos fundamentais da relação de reciprocidade no momento em que alguns refugiados palestinos reivindicam por “direitos” e não meramente “ajudas”.

³⁷ Na última parte deste capítulo irei sugerir como algumas reconfigurações que vem acontecendo no campo impactam também numa mudança na sensibilidade dos agentes do refúgio.

No contexto da migração venezuelana para o Brasil, Vasconcelos (2021) propõe a ideia de “dádiva-abrigo”, inspirada na leitura de Hamid. Segundo ela, a visão construída ao redor dos migrantes e refugiados venezuelanos, como sujeitos despossuídos e vítimas de uma grave *crise*³⁸, institui “expectativas de retribuição específicas” (p.148). Como uma das frentes da Operação Acolhida é a oferta de abrigo, as queixas em relação a aspectos ou a gestão dos abrigos eram compreendidas, por alguns agentes do refúgio, como quebras no sistema moral de obrigações, sendo interpretadas pela via da ingratidão. Esse aspecto também foi abordado por Malkki (1996) em seu trabalho com hutus, na Tanzânia, em que alguns refugiados foram acusados por agentes de serem “receptores ingratos de assistência internacional” (p.383) por alcançarem uma condição econômica mais favorável do que a maioria dos nacionais e que, por isso, deveriam ser destituídos da condição de “refugiados”.

No trabalho das três autoras fica evidente como a gratidão/ingratidão toma formas muito parecidas com a compaixão/repressão ao conectar sentimentos e moralidades, responsáveis por moldar as formas de gestão mais “formais” presentes na vida de migrantes e refugiados. Entretanto, estes não são os únicos afetos que permeiam essas relações, há um outro conjunto possível ainda pouco explorado.

A leitura de Fassin (2010) e também de outras autoras/es que contribuem para o campo de estudos humanitários, nos mostra como as práticas de *governo humanitário* não podem ser analisadas em separado aos afetos que as compõem. Os afetos estão nas raízes dos modos de governo que vem regendo as vidas precárias, sobretudo quando falamos da gestão de migrantes e refugiados, e é através de uma análise destes que podemos iluminar aspectos da produção contemporânea destes sujeitos.

Contudo, parte do meu argumento é que existe um outro conjunto possível de afetos que não se restringem àqueles que têm dominado esses espaços de interlocução, como a compaixão, a gratidão e a ingratidão. A minha defesa sobre a importância de dar centralidade às formas pelas quais esses “outros afetos” participam do governo do refúgio não partiu de estranhamentos teóricos sobre a temática, mas veio do meu encontro com o governo do refúgio a partir da minha posição de gestora na LGBT+Movimento. Algumas características do meu campo foram essenciais para isso.

³⁸ Vasconcelos (2021) faz uma leitura crítica sobre como a ideia de “crise” foi utilizada por diversos atores estatais envolvidos no governo do refúgio de pessoas venezuelanas em Roraima para mobilizar as intervenções humanitárias na região, sob a justificativa de que estas últimas seriam eficazes na redução dos impactos sociais para os nacionais que vivem na região.

Como descrevi nas primeiras seções que abrem este capítulo, a LGBT+Movimento, desde sua fundação, concentrou esforços para criação de uma “gestão pela intimidade” que colocava a produção de conexões com os sujeitos como uma das premissas centrais do seu trabalho. Apesar de passar por muitas reconfigurações em seus formatos de gestão ao longo do tempo, a relação criada entre mim e a maioria das interlocutoras que compõem essa pesquisa excede os limites da pesquisa e da própria gestão. Digo isto pois, há relações que atravessam o tempo e seu efeito duradouro, algumas inclusive, atravessam a própria instituição da organização desde o início até os dias atuais. Além disso, parte das relações travadas com essas mulheres, seja na proximidade da gestão, seja mais distanciada dela, fugia (ou buscava fugir) dos formatos e das obrigatoriedades que usualmente conformam o tempo e o espaço “mais formal” do governo do refúgio. Um outro conjunto de afetos é possível quando não há a obrigatoriedade da objetividade da gestão “mais formal”, isto é, quando não se parte necessariamente do estabelecimento de uma distância e/ou roteiros prescritos de relações mais codificadas entre migrantes e refugiados e administradores. Alguns autores têm apresentado críticas, mais ou menos diretas, em relação à hegemonia de certos afetos sobre outros no campo dos estudos humanitários.

Na tentativa de deslocar a concepção do genocídio como um problema exclusivamente humanitário, Andrew Ross (2018, p. 200) aponta para o menosprezo da diversidade de afetos até então descritos como parte das políticas humanitárias. O autor critica a centralidade que a política humanitária tem dado à “compaixão e outras emoções ostensivamente boas” (p. 187) e argumenta que a compreensão de outras emoções evocadas pelo genocídio na vida política, como raiva, medo, orgulho e alegria podem ajudar a explicar a sua construção dentro do campo humanitário. Através do mapeamento de diferentes emoções, termo usado pelo autor, Ross defende que o genocídio, para além de ser um problema humanitário, é um “símbolo cultural com potencial emocional” (p.188).

Em uma outra chave, Malkki (2015), autora seminal no campo dos estudos humanitários, volta sua atenção para os trabalhadores da Cruz Vermelha da Finlândia para conseguir responder de maneira geral: “Quem são essas pessoas? Por que elas aceitam ir em missões? O que esperam conseguir com elas? Como elas são afetadas pelas experiências vivenciadas?” (p. 5). Com trabalho etnográfico extenso com refugiados na Tanzânia, neste recente livro, a antropóloga tira o foco das intervenções humanitárias e seus efeitos nos supostos “destinatários” das ajudas e volta-se para vida íntima dos trabalhadores humanitários. Malkki encontra um campo repleto do que ela chama de *monólogos do coração*, onde o que está em jogo é a coprodução da ética e dos afetos. Em um dos capítulos ela aborda os “impasses afetivos”

vivenciados pelos agentes ao serem confrontados por “situações impossíveis”, isto é, aquelas que entrecruzam embates éticos-afetivos onde não há saída fácil ou óbvia. A natureza disruptiva desses momentos exige que os agentes apliquem estratégias afetivas de *governo dos seus afetos*³⁹ esforçando-se para “manter um balanço entre um profissionalismo humanizado e uma “neutralidade afetiva” (p.55). Porém isso não os resguarda de se sentirem perturbadoramente insuficientes e incapazes diante dessas situações limites, engatilhando uma série de questionamentos, confusões e constrangimentos sobre seus exercícios profissionais e sobre si mesmos.

A história de Elina retrata um pouco desses impasses. Elina é uma enfermeira experiente que estava em missão em um campo de refugiados africanos. Ela conheceu dois jovens irmãos que trabalhavam como intérpretes auxiliando-a na comunicação com residentes do local. Com o passar do tempo Elina foi ganhando intimidade com os jovens e um dia foi até a tenda onde moravam, lá encontrou uma menina de cerca de 8 anos que estava a beira da morte, raquítica, com feridas e ardendo em febre. Ela levou a menina às pressas para a emergência e ao conversar com os jovens irmãos entendeu que a mãe da menina havia morrido e o pai tinha recusado-se a assumir a responsabilidade dos seus cuidados. A avó, que ficou responsável pelos jovens e pela menina, parecia não gostar da neta pois afirmava que ela era possuída por um espírito maléfico. A menina, após um intenso processo, conseguiu se recuperar e voltou a interagir e falar, porém algum tempo depois, Elina notou seu sumiço e novamente voltou a procurá-la e a encontrou cheia de feridas e novamente maltratada. Uma nova temporada no hospital fez com que a menina se recuperasse novamente. Algum tempo depois a menina apareceu cega de um olho, e Elina soube que a avó tinha a novamente agredido para atacar o espírito maléfico. Próxima do fim da missão neste local, Elina se vê em um impasse, com o desejo de “salvar” a menina, ficava pensando em formas de retirá-la daquele local, mas ao mesmo tempo sabia dos protocolos éticos rígidos e da impossibilidade de quebrá-los.

Outro caso citado por Malkki é também contato por uma enfermeira, chamada Maiji. Maiji estava em missão em um hospital de Kosovo e deparou-se com uma dessas situações

³⁹ Expressão cunhada por William Mazzarella para pensar a gestão ritual e/ou profissional do afeto como um princípio central da vida social e da sobrevivência institucional. Diversos interlocutores de Malkki (2015), trabalhadores humanitários, afirmaram que a “gestão do afeto” foi crucial para o atravessamento de situações de alta complexidade durante missões de trabalho. Esse termo levanta o debate sobre a pretensa “neutralidade” que os trabalhadores humanitários devem manter em relação às pessoas atendidas e situações vivenciadas. Malkki sublinha que esta pretensa neutralidade tem feito parte das críticas ao governo humanitário, que por vezes associam-na ao desinteresse, à ausência de afeto, à passividade e ao distanciamento. Porém, suas evidências etnográficas sugerem que “a neutralidade afetiva era vivenciada pelos trabalhadores do campo como uma prática aspiracional contínua de autodisciplina” (p.185). Não é meu interesse aqui aprofundar este debate, minha intenção é apenas pontuar que estas questões estão em debate e que posicionamentos distintos surgem ao modificarmos os sujeitos/objetos de pesquisa.

impossíveis durante um plantão. Haviam nascido dois bebês gêmeos, mas ambos estavam debilitados e precisavam de suporte intensivo com ventilação mecânica. Na mesma noite, outra mulher deu à luz a uma criança recém nascida, que vinha a ser seu primeiro filho e que também precisaria do mesmo suporte intensivo que os gêmeos. Contudo, só haviam duas incubadoras capazes de fornecer tal suporte. Maiji conta que não foi ela quem tomou a decisão sobre o que fazer, foi a médica pediatra de plantão quem teve que tomar essa difícil decisão. Um dos bebês teve que ser “sacrificado” para que os outros dois pudessem viver. A pediatra optou por escolher um dos gêmeos e o bebê da outra mãe, para que todas pudessem ter uma criança.

Tanto Malkki, quanto Ross, são autores que trazem uma crítica crescente às análises um tanto saturadas em torno da compaixão e outros *sentimentos morais* e buscam contribuir na expansão das descrições sobre a diversidade de afetos que sempre circularam no campo, mas não haviam ainda ganhado centralidade. Quando lemos etnografias realizadas no campo de estudos humanitários e migratórios geralmente nem nos damos conta da onipresença silenciosa dos afetos. As dificuldades empíricas na captura da qualidade destes (REEVES e LASZCZKOWSKI, 2015) contribuem para que eles permaneçam como imagem de fundo em muitas análises etnográficas. Diante desses impasses analíticos, alguns autores têm somado esforços para contribuir na emergência de um campo na intersecção dos estudos migratórios e das emoções.

Na introdução do dossiê temático “Emotions on the move: Mapping the emergent field of emotion and migration”, Boccagni e Baldassar (2015) chamam atenção para o fato de que “as experiências de vida e trajetórias de pessoas migrantes oferecem um rico, complexo e pouco explorado campo para o estudo das emoções” (p.73). No argumento das autoras, o campo de estudos migratórios têm sido dominado por análises econômicas e políticas que tendem a subestimar ou ignorar o papel das emoções nesse campo (MAI e KING, 2009; SVASEK, 2012 ; HO, 2014), , produzindo uma lacuna [gap] nos espaços de encontro e co-produção de ambos. O dossiê congrega artigos que se voltam para uma análise da vida emocional dos migrantes, apontando, por exemplo, para o diverso repertório de “obrigações emocionais” na relação entre migrantes e aqueles parentes que ficaram nos países de origem ou, por exemplo, sobre a influência da mobilidade na política cultural das emoções e as formas como migrantes se desconectam e reconectam com outras pessoas, casas e lugares. Na defesa de um campo interdisciplinar os textos do dossiê atravessam perspectivas da sociologia, antropologia, geografia e psicologia lançando olhar principalmente sobre as “emoções ambíguas e contraditórias que são repetidamente encontradas nos estudos migratórios, alternando ou

combinando esperança e nostalgia, culpa e ambição e afeição e desafeição” (p.1), algumas das quais também farão parte de casos que trarei ao longo da tese.

Em uma chave mais ampla, dialogando com os estudos das mobilidades em intersecção com a produção de afetos, alguns autores têm sugerido o termo “Mobilidades Afetivas” [Affective Mobilities] (GLAVEANU e WORMORSLEY, 2021; VIVALDI, 2018; BRYSON e STACEY, 2013) para se referir a um campo que tem se preocupado com as formas como “as experiências emocionais complexas são desencadeadas, instigadas, perduradas, modificadas e paradas” (GLAVEANU e WORMORSLEY, 2021, p.12) em articulação as mobilidades. Como um campo “guarda-chuva” ainda mais diverso em suas possíveis entradas analíticas, ele engloba também as discussões que estão na intersecção dos estudos migratórios e das emoções. O termo “Mobilidades Afetivas” lembra aquele cunhado por Stoller (2007) em um artigo intitulado *Estados Afetivos*, para falar sobre a governamentalização dos afetos pelo Estado e que vem sendo utilizado por outros autores (REEVES e LASZCZKOWSKI, 2015) para caracterizar, sobretudo, análises que tomem como objeto as produções simultâneas entre Estado e afetos. Esta última, apesar de cruzar toda tese, será mais enfatizada no terceiro capítulo.

1.7 Humilhação, raiva e outros afetos hostis: regularidades afetivas no governo do refúgio a partir das experiências e dos conflitos com duas mulheres trans venezuelanas

De maneira geral, o crescente interesse pela temática dos afetos em diferentes campos de estudo contribui para que a experiência dos sujeitos, seja de migrantes ou administradores, também ganhe centralidade (GLAVEANU e WORMORSLEY, 2021), sobretudo quando estamos falando do campo de estudo que engloba o refúgio que tem suas raízes em análises jurídicas mais distanciadas destes aspectos. Nesse sentido, esta tese se constrói a partir do encontro das minhas experiências na gestão da LGBT+Movimento com as experiências de algumas mulheres trans e lésbicas venezuelanas, seja no encontro com a gestão da LGBT+Movimento, seja no encontro com outras instituições que compõem o governo do refúgio. É através destas experiências e dos afetos que delas fluíram que busco construir minhas propostas analíticas.

Entretanto, parte do que busco argumentar aqui é que estas experiências e os afetos que delas participaram não representam apenas casos individuais, isolados ou extraordinários. É através da força repetitiva, que chamarei de *regularidades afetivas*, que algumas emoções e

afetos ganham aspectos de *governo* (FOUCAULT, 2010) e participam daquilo que cotidianamente produz os sujeitos, seja nas suas diferenças e precariedades, seja em seus imaginários e aspirações.

Como discutido na seção anterior, alguns afetos já têm sido incluídos nestas equações, como a compaixão, a in/gratidão, para citar algumas. Porém, esse não é o leque inteiro destas, há um outro conjunto possível de afetos que também aparecem de forma repetitiva nas malhas do governo do refúgio. Algumas autoras já demonstraram como a repetição atua sobre algumas formas sociais (como por exemplo, a heterossexualidade, a nação, a família e etc) conformando as normais sociais através das quais o mundo é materializado (BUTLER 1997, AHMED, 2014; CURIEL, 2013). É por meio de um exame dos afetos e da forma pelas quais alguns deles são sentidos de formas crônicas pelas interlocutoras que busco interpretar as relações de poder que compõem os encontros entre administrados e administradores, evidenciando a capacidade micropolítica das emoções (Coelho e Ceres, 2019; Coelho e Rezende, 2010).

Dessa maneira meu argumento é que um conjunto de *regularidades afetivas* está vinculado a uma série de *tradições administrativas*, tais quais apresentadas por Facundo (2020), que participam historicamente da gestão de migrantes e refugiados no Brasil. Na última seção deste capítulo, também irei sugerir a noção de *irregularidades afetivas*, que são como “curtos-circuitos” que acontecem dentro sistema de afetos que vêm sendo operados junto das *tradições administrativas* provocando tensionamentos nas normatividades que regem este sistema.

Contudo, deve ser levado em consideração que a exposição da malha que liga *tradições administrativas* a *regularidades e irregularidades afetivas* não é uma tarefa fácil, pois o efeito repetitivo destas fica oculto como formas de vida (AHMED, 2014), entremeado nos muitos fatores que determinam as *impossibilidades de ficar* vivenciadas por essas mulheres. Há neste ponto uma articulação entre afetos, precariedade, assimetrias de poder e interseccionalidades que espero que fique evidente com a apresentação de dois casos que acompanhei enquanto realizava a minha função de gestora na LGBT+Movimento. Os casos de Maritza e de Petra e seu caráter disruptivo da ordem administrativa idealizada (FACUNDO, 2014) funcionaram como disparadores para pensar o lugar dos afetos dentro do governo do refúgio. É a partir deles e também de outros casos descritos em etnografias do campo que busco explorar alguns *afetos hostis* (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021) sentidos pelas interlocutoras e as *sensibilidades* vivenciadas por agentes, dialogando com uma literatura que aposta nos afetos como caminhos para interpretação das relações de poder (LUTZ E ABU-LUGHOD, 1990)

1.7.1 Maritza

No ano de 2021, incorporamos de forma provisória na equipe da LGBT+Movimento, Maritza, uma mulher trans venezuelana que ficou encarregada de realizar o papel de articuladora comunitária. Apesar de outros migrantes já terem participado da equipe da LGBT+Movimento enquanto pessoas voluntárias, era a primeira vez que uma pessoa que vinha sendo acompanhada pela organização passava a carregar o duplo lugar de ser parte da equipe e, ao mesmo tempo, pessoa atendida pela mesma. Em determinado momento, Maritza passou a disparar alguns conflitos quando confrontada com a recusa das “ajudas” financeiras por parte da organização. Era a humilhação e outras dinâmicas de emocionais⁴⁰ (COELHO, 2010; 2012) que apareciam repetidamente na fala e nas expressões de Maritza e se conectavam com as reconfigurações administrativas que aconteciam na LGBT+Movimento e as múltiplas precariedades e violências que faziam parte de seu cotidiano.

No momento que incorporamos Maritza a equipe da LGBT+Movimento, já a conhecíamos há um ano e meio e a acompanhávamos quase que diariamente, portanto, qualquer descrição deste caso é superficial para a quantidade de momentos e situações que compartilhei com Maritza. Analisar os afetos no governo do refúgio, com foco na experiência dos sujeitos migrantes e refugiados, exige um exame mais detalhado das suas trajetórias, pois é por meio deste efeito do tempo, tanto em duração quanto em cronicidade, que centro meu argumento de que certos afetos são parte daquilo que produz estes sujeitos. A humilhação vivenciada por Maritza e também por Petra (caso que será apresentado após o de Maritza) estão profundamente ligadas às condições precárias, às violências cotidianas e às formas pelas quais seus pedidos por “ajudas” são geridos por organizações que compõem o governo do refúgio, incluindo, evidentemente a LGBT+Movimento. Por isso, a descrição dos seus casos não se restringe apenas ao momento em que esses conflitos são disparados, mas incluem outros momentos e detalhes de suas vivências que julguei pertinentes para compreensão mais aprofundada das suas experiências e a relação desta com os afetos sentidos por elas.

Conheci Maritza em meados de 2020, após eu e Marina passarmos alguns dias buscando por ela nas redondezas do Aterro do Flamengo. Uma agente do ACNUR tinha nos informado sobre a recém partida de Maritza de São Paulo, onde ela havia vivido o último ano. A

⁴⁰ Da mesma forma que Díaz-Benitez (2019) julgo importante observar como os afetos hostis surgem em meio ao que Coelho (2010; 2012) refere-se como “dinâmicas ou complexos emocionais”, isto é, um conjunto de emoções que se conformam mutuamente e se articulam umas às outras não sendo produtivo analisa-las em separado. No caso de Maritza e Petra a humilhação frequentemente desdobra-se em raiva e ódio, por esse motivo é importante que levemos em consideração a articulação de uma pela outra.

encontramos por intermédio de outra jovem mulher trans venezuelana, Camila, que nos acompanha desde a fundação da LGBT+Movimento. Ambas tentaram entrar na Casa Nem, casa de acolhimento comunitária voltada para público LGBTI+, mas não se adaptaram à nova sede da organização no bairro do Flamengo e a deixaram naquele mesmo dia. Nos comunicamos com Camila e ela nos disse que estava com Maritza e seu namorado, Sandro.

Maritza e Sandro contaram que deixaram todas as coisas que haviam conquistado em São Paulo, como uma casa alugada mobiliada, pois ele havia recebido a promessa de um emprego em uma construtora na cidade do Rio, promessa que nunca se concretizou deixando ambos em situação de rua. Logo em nossas primeiras interações, Maritza disse ter uma boa relação com muitos agentes do ACNUR, do UNFPA e da organização Aldeias Infantis SP, a última gerencia um abrigo de interiorização na cidade de São Paulo na qual Maritza morou por quatro meses. Citou o nome de diversos agentes e, sempre muito eloquente, nos contou que estava organizando um projeto junto ao ACNUR para abrir uma casa de acolhimento para mulheres trans migrantes. Ela parecia atuar como uma importante liderança comunitária entre as mulheres trans e travestis venezuelanas e frequentemente trazia em sua fala o desejo de conseguir mobilizá-las politicamente pela luta de seus direitos.

Maritza e Sandro conseguiram duas vagas no então, recém lançado, Centro Provisório de Acolhimento IV (CPA IV), um abrigo da prefeitura voltado para pessoas LGBTI+. Entretanto, em uma noite poucos dias depois, recebi a ligação da coordenadora do abrigo dizendo que teria que “desligar” Sandro, pois uma denúncia de abuso sexual havia sido colocada por outra mulher trans que estava abrigada no mesmo espaço. Além disso, ela mencionou que tanto Maritza quanto Sandro estavam arrumando “confusões” por não estarem no mesmo quarto, política do abrigo com casais românticos. A partir desse momento, Maritza e Sandro passaram a viver, intermitentemente, em situação de rua no Aterro do Flamengo. Em alguns momentos, por conta de “ajudas” monetárias conseguidas pela Cáritas, pela LGBT+Movimento, por agentes de outras organizações ou pelas “madrinhas”⁴¹, eles conseguiam alugar quartos pelo centro do Rio e na comunidade da Rocinha. Maritza também conseguiu, por três meses, um trabalho em uma loja de tapiocas, mas sua demissão foi marcada, em suas próprias palavras, pelos “ciúmes” de Sandro, que se incomodava com os horários de

⁴¹Nome usado por Maritza para se referir a duas mulheres diferentes que a ajudaram com doações de alimentos, cuidados com Cafu, doação de um telefone celular e um computador antigo e ajuda na busca de pequenos trabalhos para Sandro. Maritza fez uma distinção entre as pessoas que a ajudaram espontaneamente e as madrinhas, que pareciam estar mais atentas e preocupadas com sua condição.

chegada dela. Os relatos sobre as violências e ciúmes de Sandro passaram a ser cada vez mais frequentes nas falas de Maritza.

Em alguns dias de sol e calor intenso no Rio, Maritza aparecia na sede da organização com blusas de manga comprida, gola alta e muita maquiagem, que não era um hábito seu. Às vezes ela nos mostrava cicatrizes, algumas marcadas por objetos cortantes, outras por queimaduras. Em algumas manhãs eu acordava com mensagens dela no celular com áudios, fotos e ligações perdidas e logo pensava: “algo tinha acontecido, mais uma briga”. Em muitos momentos ela falava que a relação estava acabada e que iria deixá-lo - “eu queria construir, não destruir”, dizia - passavam alguns dias ou semanas separados, mas em algum momento apareciam juntos ou alguém nos contava que ambos haviam reatado. Me lembro de um dia desses, em que a encontramos algumas semanas depois de uma violenta briga e Maritza me disse: “é isso nat, no fim do dia, é ele quem traz comida pra mim, é ele quem me protege e dorme comigo na rua, nos piores dias da minha vida é ele quem está comigo”, nesses momentos as palavras me faltavam, eu sabia que Maritza marcava também nossas assimetrias em suas falas.

Maritza e Sandro viveram, de forma intermitente, um ano e meio em situação de rua no Aterro do Flamengo. Ela ficava mais na barraca, cuidando das coisas do casal e de Cafu, um cão que adotaram na rua e a qual Maritza apelidava de “mi filho”. Eu recebia mensagens quase que diárias de Maritza com “Bom dia Nat” ou “Bom dia amiga, como estas?” que eram quase sempre seguidas de pedidos por “ajudas” para comprar quentinhas, ração ou pedidos por passagens de transporte. Nem sempre conseguíamos atender os pedidos de Maritza, mas no início, por conta da LGBT+Movimento não ser ainda formalizada, os gastos e as burocracias administrativas eram muito mais simples de serem administrados, com menos exigências e mais flexibilidade. Maritza tinha muitas queixas em relação a situação de extrema precariedade que vivenciava, sobretudo a fome; a impossibilidade de conseguir e, às vezes mesmo de procurar por emprego, pois não tinha celular ou, quando tinha, carregá-lo era complexo; queixava-se também das violências vindas de outras pessoas que passavam na rua e de agentes do “Aterro Presente” e a falta de banhos, que a faziam sentir “morta por dentro”. Sandro, por sua vez, raramente falava conosco, era ele quem saía para vender doces ou coisas e conseguir quentinhas.

No tempo que viveram em situação de rua, Sandro e Maritza já haviam mapeado os horários e lugares onde as “carreatas”⁴² aconteciam, distribuindo quentinhas para pessoas em

⁴² Nome que muitos venezuelanos dão às iniciativas de distribuição de alimentação nas ruas, visando a população em situação de rua.

situação de rua. Entretanto, como as doações de quentinhas aconteciam em dias alternados e ainda que se organizassem, ambos não tinham garantia de que iriam consegui-las, Sandro e Maritza ampliaram suas redes. Sandro fazia pequenos “bicos” para lojas ou restaurantes em troca das quentinhas ou pedia por doações na rua, às vezes conseguia com as “madrinhas” ou através da venda ou troca de algum objeto. Além disso, Maritza criou uma rede impressionante de contatos, que incluía: assistentes sociais do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), professores de yoga comunitários, ambulantes, vendedores de quentinhas, outras pessoas em situação de rua, voluntários de organizações voltadas para o apoio de pessoas em situação de rua, as “madrinhas”, pessoas moradoras da redondeza, que eventualmente ajudavam e que ela chamava de “tias” e etc. Alguns destes ajudavam com o empréstimo de contas bancárias para realização de *pix* ou sacavam o dinheiro, às vezes também compartilhavam seus celulares para que Maritza pudesse se comunicar conosco e com outras pessoas a fim de conseguir doações, comida, ração e até medicamentos e banho de *petshop* para Cafu.

Em uma sexta-feira de outubro de 2021, Maritza mandou muitas mensagens para mim e para Marina dizendo que tinha tido mais uma violenta briga com Sandro. Mandou fotos do seu rosto machucado e disse que Sandro havia a violentado fisicamente e depois a deixado sozinha na barraca de noite, ocasião em que um homem “bêbado” havia violado a barraca e tentando violentá-la sexualmente. Descrevendo o episódio como traumático, Maritza afirmou estar “esgotada de viver na rua” e que “não tinha mais nada a perder”, agradeceu pelas “ajudas” que demos e em um tom de despedida disse que partiria na manhã do sábado com um grupo de colombianos que iriam em direção à fronteira, “não aguentava mais sentir-se parada, só vivendo de humilhações e fome”. Contou que os planos do grupo era chegar até alguma rodovia para conseguir carona com caminhões de carga até Mato Grosso e depois partir para Tabatinga, cidade fronteira com a Bolívia e a Colômbia e cruzar a fronteira por uma “trocha”⁴³. Na Colômbia iria tentar se encontrar com sua irmã mais nova, Milagros, que vivia por lá e sobre a qual falaremos no segundo capítulo.

Esta é uma das muitas “situações impossíveis” (MALKKI, 2015) que vivenciei na LGBT+Movimento. Na época, os auxílios financeiros que tínhamos disponíveis não passavam de 200 reais e mesmo assim, fazíamos um esquema de três meses intercalados por pessoa para conseguirmos fazer rodízios. Quase sempre as destinatárias desses auxílios, chamados de “ajudas” pelas pessoas, eram mulheres trans ou mulheres lésbicas que estavam desempregadas;

⁴³ Nome dado aos caminhos alternativos para cruzar a fronteira sem passar pelo controle policial.

em situação de rua; vivenciando situações de violência; em dívidas com “cafetões”, “cafetinas” ou milicianos ou tinham filhos pequenos. Nossos auxílios pontuais para Maritza eram quase sempre em pequenos valores de 20 a 50 reais, para compra de comidas ou para transporte, ela também já havia participado do rodízio de auxílios maiores algumas vezes. Na Cáritas, ela já havia recebido mais de 9 meses de auxílio tipo CBI⁴⁴ desde que chegou ao Brasil, esta modalidade é geralmente chamada de “bolsas” pelos migrantes.

A “bolsa” era solicitada mediante atendimento social com as assistentes sociais da Cáritas e aprovada por agentes do ACNUR. Após a última “bolsa” que Maritza recebeu, ela tentou falar diversas vezes com agentes da Cáritas que sempre reiteravam a impossibilidade de liberar outras parcelas, pois Maritza tinha atingido o número máximo possível de “bolsas”, discurso que era reiterado por agentes do ACNUR, com quem Maritza, por vezes, conseguia falar diretamente. Essas comunicações com agentes da Cáritas e ACNUR eram permeadas de dificuldades, seja por questões materiais, por Maritza não ter um celular ou não ter como carregá-lo ou mesmo não ter internet, seja por questões relacionadas ao ritmo e tempo das respostas e as esperas corrosivas, centro das frustrações de muitos migrantes e refugiados (FACUNDO, 2014; VIANNA;FACUNDO, 2015). Como agravante, as Cáritas ainda não haviam retornado com os atendimentos presenciais, suspensos pela pandemia do COVID-19 e a única comunicação era via *whatsapp*, onde “gestão adversa do tempo” parecia se expressar de maneira ainda mais pungente do que a descrita por Facundo (2014), acumulando ansiedades e prolongando esperanças nas esperas, que por seu caráter de suspensão mantinham as expectativas de respostas positivas em relação à aprovação de novas “bolsas”⁴⁵

Maritza foi até a sede da LGBT+Movimento para se despedir de nós, eu e Marina estávamos tensas e assim como dos interlocutores de Malkki (2015), sentíamos uma profunda sensação de insuficiência diante dessa “situação impossível”, onde pareciam nos faltar recursos para agir. Já havíamos vivenciado situações semelhantes a esta com outras mulheres trans venezuelanas que haviam se esgotado dos efeitos cumulativos das *impossibilidades de ficar*⁴⁶

⁴⁴ Abreviatura de “Cash Based Interventions”, termo utilizado pelo ACNUR para se referir a assistência financeira repassada às pessoas refugiadas. O valor do CBI é calculado com base na composição do núcleo familiar, considerando até 1 a 3 pessoas. O valor para uma pessoa é 699 reais, entretanto, após a terceira parcela o valor passa a decrescer.

⁴⁵ Expectativas que muitas vezes eram frustradas, pois a demora na resposta raramente resultava em respostas positivas. O momento das esperas, em que os migrantes e refugiados ainda não tinham a resposta final era sempre um momento de manutenção das esperanças trazido nas falas recorrentes: “ainda estou esperando a Caritas me responder” ou “elas pediram para eu esperar”. Havia nessas falas mais a esperança do “sim” do que a antecipação do “não” e muitas vezes a espera significava mais o “sim” do que o “não”, pois “senão iriam me ajudar, falava logo não”, fala que também aparecia de forma recorrente após a comunicação sobre a “não aprovação” da “bolsa”.

⁴⁶ Desenvolverei este conceito, propondo uma ampliação da proposta inicial de (NAVIA, 2014) próximo capítulo.

nas suas vidas e assim decidiam partir para outros locais ou passavam a adotar uma expressão de gênero masculina. Entretanto, sabíamos que na maioria dos casos, isso não significava o fim das violências e precariedades, mas o seu possível agravamento.

Poucos dias antes havíamos recebido a confirmação sobre o primeiro financiamento da LGBT+Movimento e ali mesmo, com Maritza sentada no sofá nos esperando para conversar, decidimos propor a ela a posição de articuladora comunitária com uma ajuda de custo de 600 reais por seis meses até que o projeto financiado começasse e ela pudesse participar e receber este valor pelas bolsas de participação oferecidas. Neste dia, Maritza tinha o supercílio esquerdo cortado e alguns hematomas pelo rosto, que tentou esconder com maquiagem. Durante toda conversa ela mal levantou a cabeça, permaneceu olhando para baixo ou para outros pontos indiretos da sala. Como muitas de nossas conversas anteriores, este diálogo não foi fácil. Maritza parecia sentir-se envergonhada com a situação de violência, mas também demonstrava raiva e vontade de deixar Sandro. Fizemos a proposta para que ela fizesse parte da equipe, mas inicialmente ela disse estar convencida que seria melhor partir, nos despedimos emocionadas. No dia seguinte, acordei com uma mensagem no celular: “amiga, não fui, eu aceito a vaga de trabalho”.

Maritza passou então a trabalhar conosco uma vez na semana, frequentava as reuniões de equipe e recepcionava as pessoas migrantes e refugiadas que chegavam para atendimento na sede, eventualmente, ela também as acompanhava em outros espaços de gestão como a Polícia Federal, os CRAS, CENTROPOP (Centros de Acolhimento para população em situação de rua) e abrigos municipais, como o CPAIV (Centro Provisório de Acolhimento 4). Maritza já havia passado por todos esses espaços administrativos inúmeras vezes e era a partir da sua própria experiência que ela ensinava outros migrantes e refugiados as “formas de falar” para conseguir algo, qual expressão usar, como falar. Esta *organização do conhecimento* (DROTBOHM, 2016) é central na gestão informal que parte dos sujeitos e aparecerá em diversos casos ao longo da tese. De toda maneira, a ajuda de custo fornecida a Maritza permitiu que ela alugasse uma quitinete em uma das comunidades do Rio das Pedras, na Zona Oeste da cidade. Pouco tempo depois, soubemos que Sandro havia sido preso. Ele havia descumprido uma decisão judicial que determinava que ele não deveria deixar o estado de Minas Gerais, pois estava em situação de liberdade condicional, fato que desconhecíamos até aquele momento.

Após a prisão de Sandro, os pedidos por “ajudas” de Maritza passaram a se intensificar. Eles quase sempre vinham acompanhados de fotos que mostravam o seu estado intensa “magreza” e os armários vazios da casa: “amiga, preciso de ajuda, to comendo uma vez por dia”/ “amiga, hoje eu só comi pó de nescau”/”tive que transar com um cara pra conseguir 20

real pra comer”/”amiga aqui não tem carreata, no tengo fogão ni geladeira, estou sen comer nada”/amiga não tem comida e ni ração, Cafu comeu meu tênis ontem de fome”/”tenho fome, te juro, aqui no rio das pedras não tem como pedir na rua”.

Narrativas diárias difíceis de serem lidas e que provocavam em mim e em Marina um mal estar constante e a sensação de insuficiência, ainda que tentássemos estratégias diversas para “ajudar” Maritza, sentíamos que essas ações eram sempre incompletas. Ao mesmo tempo que as falas e fotografias de Maritza faziam parte de suas *estratégias de sensibilização*, elas também retratavam a situação de extrema precariedade a qual ela se encontrava⁴⁷.

Esta situação acontecia em meio à reconfiguração administrativa da organização que encontrava-se recém formalizada e havia recebido seu primeiro financiamento para realizar um projeto previamente orçado. Buscando entender até que ponto poderíamos fazer o repasse de dinheiro para as pessoas, sem comprometer as muitas exigências burocráticas da “pessoa jurídica” e os compromissos firmados com o financiador do projeto, nos encontrávamos imersas em dúvidas e incertezas. Levamos tempo para consultar alguns contadores e quando fizemos as respostas sobre essas perguntas eram ambíguas e nos deixavam cada vez mais confusas e incertas, sem saber em quem confiar. A notícia de que já tínhamos duas multas por não ter feito a prestação de contas da organização desde a liberação do CNPJ nos deixou ainda mais inseguras e decidimos restringir ao máximo as “ajudas” repassadas às pessoas atendidas, mantendo apenas o repasse do valor de transporte para os atendimentos da organização.

Dessa forma, Maritza permanecia recebendo sua ajuda de custo como articuladora, mas não recebia nenhuma outra “ajuda” fora deste valor. Com o acúmulo de recusas em seus pedidos, quase que diários, e nossas repetidas tentativas de explicar que a organização passava por reconfigurações diversas que nos colocavam em lugares de incerteza, Maritza passou a disparar conflitos que começaram com mudanças sutis na atmosfera de trabalho⁴⁸ e foram se escalando em intensidade.

⁴⁷ As políticas afetivas (LOWENKRON, 2012), citadas anteriormente, também podem ser vistas em meio ao uso do discurso e as imagens enviadas por Maritza, que busca com estas mobilizar reações emocionais em quem as vê, além de reforçar seu argumento apresentando “provas” visuais daquilo que diz, fato que tornava a recusa das “ajudas” ainda mais complexa e cruel, produzindo um sentimento de culpa, como, por vezes, eu e Marina sentíamos.

⁴⁸ Maritza passou a chegar na sede da organização e não cumprimentou a todos, ação que antes fazia de forma calorosa, passou a chegar e ficar em silêncio. Muitas vezes ela cumprimentava Marina, mas não falava comigo, pois na maioria das vezes era eu quem a respondia dizendo que não poderíamos repassar nenhum valor além da ajuda de custo como articuladora comunitária. Outras pessoas da equipe, que não sabiam o que estava acontecendo, sempre nos perguntavam se havia algo de errado com Maritza, se algo tinha acontecido, percepção que diz sobre as sutis mudanças na atmosfera de trabalho que passaram a acontecer com o acúmulo das recusas e conflitos entre nós.

Em um dia em que a sede da LGBT+Movimento não estava aberta, recebi mensagens e ligações de Maritza logo cedo pela manhã. Ela pedia por um adiantamento da sua ajuda de custo para conseguir pagar o aluguel atrasado. Junto do pedido, ela encaminhou um áudio da “dona” do aluguel que pedia expressamente que Maritza quitasse sua dívida, do contrário ela iria tirar suas coisas e trocar a chave do local. Expliquei à Maritza que não poderíamos fazer o adiantamento, apenas quando o mês virasse novamente, o que ainda faltavam 12 dias. Essas regras faziam parte das reconfigurações administrativas e burocráticas que passaram a fazer parte da gestão da organização após a formalização. Maritza visualizou minhas mensagens, não respondeu imediatamente e depois de algumas horas me enviou algumas mensagens em que dizia que para nós era fácil recusar a ajuda, pois não seríamos nós, da equipe da LGBT+Movimento, que ficaríamos sem casa. Maritza também reiterava nas mensagens que nós não fazíamos ideia do que era viver esse tipo de “humilhação”, de não ter casa e também de viver em abrigos municipais voltados para pessoas em situação de rua.

Ela passou a disparar conflitos que demarcavam as assimetrias de poder implícitas em nossa relação, o que em um primeiro momento me fez prestar atenção nesses afetos mobilizados por ela, em torno do seu “viver humilhada” e como suas queixas iam de encontro e desafiavam a premissa central da organização que privilegiava a intimidade e a produção de conexão com as pessoas migrantes e refugiadas. A sensação de humilhação relatada por ela parece expor o caráter contrastivo entre a segurança/insegurança vivenciada de forma distinta por nós, isto é, a sua situação de insegurança em relação à manutenção do aluguel e o acesso à alimentação digna e a minha suposta segurança nestes aspectos⁴⁹. A humilhação narrada por Maritza parece se relacionar com as práticas de rebaixamento e inferiorização descritas por diversos autores

⁴⁹ Isabell Lorey (2015) vem traçando reflexões interessantes sobre o governo da precariedade e sua relação com a insegurança. Ao considerar a premissa Foucaultiana de que a precariedade atua como um processo que produz os sujeitos e, ao mesmo tempo, produz a insegurança como preocupação central desses, a autora delimita diferentes formas de precariedade e ilumina aspectos cruciais sobre os modos singulares com os quais a precariedade vem se constituindo como uma nova forma de regulação. Em íntimo diálogo com a noção de *precariousness* de Judith Butler (2015), Lorey sugere a *condição precária* como dimensão sócio-ontológica da vida e dos corpos. A vulnerabilidade dos corpos e da vida, condição que todos nós partilhamos, pelo fato de sermos dependentes do cuidado e dos trabalhos reprodutivos, não só revela aspectos da vida como tal, mas também das condições de sua existência. Isto é, na leitura de Butler não há uma separação entre as condições existenciais e as condições sociais e políticas que permitem a vida, as mesmas condições que permitem a sobrevivência dos corpos são também as que os ameaçam, porque um corpo jamais está totalmente protegido. Por isso a condição precária ao mesmo tempo que une, pela ontologia partilhada, separa e cria uma “diferença relacional”, sobre as quais Butler irá se centrar para discutir o porquê algumas vidas serão protegidas e outras não. A impossibilidade de uma vida autônoma, em razão da vulnerabilidade da vida e dos corpos que necessitam de proteção, diz sobre a condição de interdependência a qual estamos sujeitos. Segundo Lorey, essa “interdependência social pode se expressar como cuidado (dos demais) ou como violência”, o que ressalta a fronteira doce entre proteção e controle que permeiam as queixas de Maritza em relação ao cuidado que está sendo oferecido pela organização. Essa noção se aproxima da noção de “poder tutelar” e, particularmente, do binômio “gestar e gerir” descrito por Souza Lima (2002).

(MILLER, 1995; KATZ, 2013; DÍAZ-BENÍTEZ, 2019) e que, segundo Díaz-Benítez et al. (2021), pode ser considerada como parte de um conjunto de *afetos hostis* a partir dos quais é “possível interpretar exercícios hierárquicos de diferença” (p.12). O fato de não estar sujeita às mesmas inseguranças que Maritza me coloca em uma posição privilegiada que, segundo sua fala, parece minar a minha possibilidade de compreensão sobre sua vivência, quando ela diz: “você no sabe que es viver humilhada asi”. Esta última, por sua vez, parece estar atrelada a suposta facilidade com a qual eu recuso seus pedidos de “ajuda”, sendo assim incapaz de “cuidar”.

Os pedidos por “ajudas” de Maritza continuaram a ser diários e suas queixas também, ela passou a alternar pedidos para mim e para Marina, bem como passou a mandar mensagens para outras pessoas da equipe que tiveram contato com ela. Recebi também mensagens de agentes da UNFPA, das aldeias infantis de SP, da OIM, da Cáritas e do ACNUR, Maritza havia entrado em contato com todas essas agências através de agentes conhecidos por ela ou por meio de canais abertos de contato/dúvidas, como o canal *Help* do ACNUR. Ela também passou a encaminhar meus áudios e mensagens com as recusas das ajudas para outros agentes, inclusive para Marina, que trabalhava diretamente comigo e postou *prints* de nossas conversas no seu perfil de redes sociais com *emotions* que representam “raiva” e “tristeza”, chamando atenção para as diversas violações de direitos que não apenas ela, mas a “populacion LGBT de migrantes no Rio de Janeiro” vivia. Em duas postagens do tipo *stories* que fez em seu perfil público de *Instagram*, ela descrevia:

Deus sabe das coisas gente

Uno tem que se humilhar (emoticon de raiva) puxar saco dessas instituição (emoticon de raiva) para poder encaixa na cidade nos benefícios (emoticon triste) no SUS nos organos públicos

Desempleo aumentando a populacion LGBT de migrantes no Rio de Janeiro (emoticon com prédios) sen espaços de ajudas, morando nas ruas

SOS (emoticon com mãos juntas em prece)

Somos al redor de 50 pessoas sen renda sem casa sem alimentacion digna sem SUS. Sen direitos como refugiados bolsas família negadas.

Não podem ajudar nem com pasage nem como comida nem nada praticamente.

Org LGBT que não ta vendo as necessidades dos migrantes.

Não entendo porque estan negando a bendita pasage sem saber a necessidade de uno. Vocês tem su comida (emotions de raivas)

Não aguento mais essa humilhacion, por comida, por una pasage que no es nada.

Na primeira mensagem Maritza parece atrelar a condição de “puxa saco” a uma exigência para o acesso a benefícios sociais e também ao SUS (Sistema Único de Saúde). É como se a mediação deste acesso através de encaminhamentos, prática que faz parte do cotidiano dos agentes e instituições que compõem o universo institucional do refúgio⁵⁰, fosse por si mesma determinada pela qualidade da relação entre migrante e agente ou migrante e instituição. No imaginário de Maritza ter uma relação de “puxa saco” determina o acesso facilitado a estes benefícios.

Diversos autores têm sublinhado como a relação individual e afetiva construída entre agentes e migrantes e refugiados determina mais as ações dos primeiros do que as próprias diretrizes institucionais (VASCONCELOS, 2021; VASCONCELOS; SANTOS 2023; FACUNDO 2014; HAMID, 2019), questão que abordarei ao introduzir a ideia de *irregularidades afetivas* no final do capítulo. Maritza, no entanto, parece assumir uma agência subversiva e ativa que recusa a posição de “puxa saco”, mais associada a uma forma de ação submissa e passiva. A necessidade de “puxar saco” para ter acesso a direitos parece contribuir para geração da sensação de humilhação. Em seu discurso Maritza sublinha novamente o desconforto dela com o aspecto hierárquico e assimétrico da relação entre agentes do refúgio e migrantes. Maritza não parece se identificar com uma postura submissa e passiva, que aceita aquilo que é esperado das pessoas que são objeto do atendimento humanitário: a humildade (FASSIN, 2010) ou a gratidão (MOULIN, 2009).

A humilhação tem sido mais associada a sensações de impotência (KATZ, 2013), mas no caso de Maritza elas parecem ser disparadora de uma agência ativa que busca tensionar as relações de poder estabelecidas, expondo-as e recusando-se assumir uma posição “conformista” ou uma postura de “puxa saco”. O ato de expor suas queixas para mim e para outros agentes do

⁵⁰ No governo do refúgio os encaminhamentos funcionam como uma ferramenta de mediação burocrática. Na minha experiência como gestora, poucas vezes os encaminhamentos cumprem a função que lhes é esperada, isto é, a de atuar como um “instrumento de proteção” que propõe-se a reduzir as chances de erros, ambiguidades e incompreensões entre administradores e administrados. Em muitos casos que acompanhei eles produzem ainda mais ambiguidades e incompreensões nas pessoas migrantes e refugiadas, sobretudo naquelas recém chegadas que ainda não mapearam as fronteiras entre poderes estatais e humanitários. Para inclusão em benefícios sociais fornecidos pelo governo, como Bolsa Família, por exemplo, as pessoas precisam se dirigir ao CRAS mais próximo de suas residências para realizar o preenchimento do Cadastro Único. Entretanto, após o fornecimento do Auxílio Emergencial durante o primeiro e segundo ano de pandemia, muitos migrantes e refugiados têm enfrentado dificuldade no atendimento nas unidades de referência em assistência social, queixando-se de longas esperas, filas, horários restritos e após o atendimento, muitos demoram ou nem chegam a ser incluídos no Bolsa Família mesmo após meses de espera. Essas situações impactam nas relações de confiança/desconfiança que são tecidas entre pessoas migrantes e refugiadas e agentes que preenchem estes encaminhamentos. No caso de Maritza, ela comenta sobre “bolsas famílias negadas”, pois muitos migrantes e refugiados tiveram o Auxílio Emergencial negado ou bloqueado por inconsistências no Cadastro Único, Maritza foi uma dessas pessoas.

refúgio, a exposição de mensagens em suas redes sociais⁵¹, os envios cruzados de mensagens entre agentes, a busca de agentes e de canais diversificados voltados para o público migrante e refugiado e “LGBTI+” são algumas das estratégias que Maritza agenciou a partir do agravamento da sua condição de precariedade, sobretudo, após a prisão de Sandro.

Maritza também passou a intensificar suas queixas em relação ao uso de sua imagem pela organização. O projeto recém aprovado envolveu um longo processo de financiamento coletivo organizado por uma organização internacional voltada para pessoas “LGBTI+” para mobilização de recursos. Como requisito para construção da campanha de arrecadação internacional tivemos que enviar vídeos feitos por mim, por Marina e também por Maritza. No vídeo gravado por nós, na sede da organização, ela se apresentava como articuladora comunitária e como mulher trans venezuelana vivendo no Brasil há cinco anos e convida as pessoas a doarem na campanha. Após enviar mais uma mensagem pedindo “ajuda” para comprar comida e eu reiterar a impossibilidade desta pelos mesmos motivos já citados, Maritza envia-me um *print* do vídeo da campanha de arrecadação postado na página da organização internacional que organizava o financiamento. Junto do *print* ela enviou uma mensagem queixando-se que a sua imagem é usada nas redes sociais da organização para arrecadar fundos, mas que mesmo assim ela precisa se “humilhar” e “puxar saco” para conseguir algum tipo de ajuda. Ela comentou estar cansada dessa dinâmica e que não iria mais “puxar saco” para conseguir “ajudas”. Maritza então, pediu que retirássemos todos os vídeos e fotos que tinham sua imagem da página de *Instagram* da organização pois não queria “passar como uma morta de fome”. Apesar do conteúdo do vídeo não expor diretamente sua condição de miserabilidade, o fato da sua imagem estar vinculada à organização e à campanha de arrecadação faz com que essa condição seja associada de maneira indireta à sua imagem, intensificando a humilhação sentida por ela⁵².

Nesta última fala de Maritza fica mais evidente como a humilhação pode também estar implicada em relações de reciprocidade. Ian William Miller (1995) dedica um livro ao exame deste afeto e defende que a primeira coisa que devemos considerar sobre ele é que é “uma questão de reciprocidade” (p.4). Inspirado nas reflexões de Mauss (2003), o autor busca analisar o “lado sombrio” da dádiva, que instaura a obrigatoriedade de atos recíprocos. Ao analisar os

⁵¹ A exposição pública destas mensagens, junto com prints de nossas conversas, são ao mesmo tempo estratégias de sensibilização e transgressão. Essa última, como comenta Díaz-Benitez (2019), faz parte do escracho público daquele que humilha, movimentando emoções de satisfação e justiça social, como comenta a autora.

⁵² Eram outros migrantes e refugiados venezuelanos, a maioria também atendidos pela LGBT+Movimento que passaram se referir a Maritza como “uma morta de fome”, pois era ela quem mais aparecia nas imagens e vídeos da organização.

processos judiciais de guarda de crianças, Adriana Vianna (2013) também observa como “a coisa dada, amarra doadores e receptores em uma mesma teia de obrigações” (p.43). Isto é, a partir da concessão da dádiva há o estabelecimento de uma dívida moral que conecta ambas as partes de formas mais complexas do que a díade doador/receptor usualmente nos suscita. No campo de Vianna, a assimetria entre doadores e receptores instaura o que a autora chama de uma *retórica da gratidão*. Ela usa o caso Alice, para explicitar como as economias sentimentais em torno da guarda de menores estão frequentemente associadas a esta retórica.

Alice tem sua guarda requisitada pela patroa de sua mãe, que usa como argumento principal do seu pedido a possibilidade de arcar com um plano de saúde privado para a menina. A generosidade do cuidar ao longo do tempo, as “ajudas” para além do salário, os ônus materiais com alimentação, educação, saúde e etc., também são pontuados para reforçar a doação da requerente. Do outro lado, a mãe de Alice se vê em situação de débito e “para reequilibrar a balança entre os que supostamente estariam cedendo, doando – a patroa – e os que estariam recebendo – ela mesma e Alice”, ela assinala a gratidão com relação à patroa. A gratidão, o reconhecimento da generosidade, a postura de humildade⁵³ fazem também parte do que conforma o circuito de obrigações morais que entrelaça migrantes e refugiados e agentes do refúgio. A retribuição da gratidão vem da mesma forma que no caso citado por Vianna, para “equilibrar a balança” desigual entre os polos.

No caso de Maritza essa economia sentimental da dádiva é quebrada quando ela expõe suas decepções em relação às recusas aos seus pedidos de “ajuda” e afirma se sentir humilhada por tal. A negação da lógica da *puxa saco* e o lembrete sobre a sua colaboração para o crescimento da ong com o uso de sua imagem respondem à recusa por seus pedidos de “ajudas” por parte da organização da mesma maneira que a gratidão da mãe de Alice responde aos cuidados fornecidos pela patroa. Nessa dimensão agonística da dádiva, exposta por Maritza, são fundados os conflitos, desafios, competição e ameaças que andam lado a lado de afetos hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021), como a humilhação e a raiva.

A forma como a humilhação é sentida por Maritza nas suas tentativas de acesso a “ajudas” evidencia o que Coelho e Rezende (2010) e Coelho e Ceres (2019) têm descrito como a “dimensão micropolítica das emoções”, isto é, sua capacidade de “dramatizar, reforçar ou alterar as relações de poder, hierarquia ou status dos sujeitos que as sentem e/ou expressam (Coelho e Ceres, p.11). As autoras delineiam esta capacidade a partir da proposta teórica

⁵³ Em um livro que Miller (1993, p.147) dedica a explorar o afeto da *Humilhação*, ele afirma que as palavras humilhação e humildade partilham a mesma raiz latina – *humilis*. A raiz etimológica desta última palavras, segundo o autor, é derivada de húmus, que significa solo.

contextualista de Lutz e Abu-lughod (1990). A experiência, de Maritza apesar de carregar formatos singulares de sua biografia, não se restringe à ela e faz ressaltar como a humilhação “habita nossas vidas como uma forma de assimilação do humano possibilitada por nosso modo social e histórico de perceber o mundo e os sujeitos por meio de hierarquias” (Díaz-Benítez, 2019, p. 69), presente nas diversas falas em que Maritza demarca nossas assimetrias.

Ao mesmo tempo, a *humilhação* tem sido largamente vinculada à gestão da pobreza e tem feito parte das constatações etnográficas de pesquisadores que vem trabalhando com sujeitos racializados, minorias sexuais e de gênero ou pessoas inferiorizadas em função dos territórios, status migratório e nacionalidade, para citar somente alguns (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021). Parte das angústias vivenciadas por Maritza também é compartilhada por outras mulheres trans e travestis venezuelanas que venho acompanhando ao longo dos anos, uma delas é Petra.

1.7.2 Petra

Petra é uma mulher trans/travesti, negra, de 33 anos. Nos conhecemos durante a minha visita ao abrigo Latife Salomão em 2018, em Boa Vista. Ela era a pessoa mais tímida do grupo, parecia preferir observar do que dar suas opiniões. Tivemos poucas trocas durante este encontro. Ela não conseguiu vaga para ser interiorizada para o Rio de Janeiro pela Operação Acolhida, por isso seguiu até Manaus onde morou na casa de duas cafetinas até conseguir uma passagem para São Paulo, também para ficar em uma casa de prostituição. Em 2019 saiu “fugida” desta última casa e nos reencontramos em outubro desse mesmo ano. Ela me mandou mensagens de um celular desconhecido dizendo que estava no Rio de Janeiro e que não tinha lugar para ficar, a encaminhamos então para Casa Nem, que na ocasião estava ocupando um prédio no bairro de Copacabana. Fui até seu encontro para entregar-lhe um celular doado e algum dinheiro, pois ela não tinha conta bancária. No momento em que a pandemia do Covid-19 foi deflagrada, Petra havia recém deixado a Casa Nem e se mudado para uma comunidade no bairro Rio das Pedras, na Zona Oeste da cidade. Ela alugou uma “quitinete” com o valor de uma das “bolsas” fornecidas pelas Cáritas e passou a receber clientes neste espaço.

Com a início da pandemia, Petra começou a acessar de forma mais frequente a LGBT+Movimento, em suas falas ela relatava não estar conseguindo arcar com as despesas do aluguel porque a frequência dos clientes fixos havia caído drasticamente, “ninguém quer vir aqui”. Quando houve o anúncio de que as pessoas que tinham Cadastro Único poderiam receber

o Auxílio Emergencial, fornecido pelo governo brasileiro durante a pandemia, Petra colocou suas esperanças por algum tipo de estabilidade financeira no recebimento deste. Ela olhava o celular com grande ansiedade e diariamente me mandava mensagens para ajudar na interpretação de mensagens ou para queixar-se da demora na aprovação. Com o Auxílio Emergencial aprovado, ela conseguiu fazer o saque da primeira parcela do mesmo com certa dificuldade por conta das suspeições geradas por seus documentos, que estão detalhadas no terceiro capítulo. Porém, logo após o saque da primeira parcela, seu benefício foi suspenso sob justificativa de que ela estava “domiciliada no exterior”. Sem compreender esta justificativa, recorremos ao processo de judicialização do seu Auxílio Emergencial, de forma semelhante ao de Maritza. Entretanto, este processo tomou um ritmo distinto das necessidades de Petra, que não contava com outras rendas e já havia apostado suas esperanças nessa possibilidade.

Na ocasião ela buscou a Cáritas novamente, agora pela via remota, mas a cada contato e interação interrompida sua ansiedade era intensificada. Ela narrava, quase que diariamente, a frustração e raiva pela ausência de respostas “finais” por parte das agentes. A visualização do status de *online* no aplicativo *whatsapp*, sem que houvesse resposta por dias; a ansiedade de ter que ficar olhando o celular a todo momento para não perder a chance de dialogar com as agentes no momento exato das respostas; a necessidade de narrar por escrito o que está vivendo para conseguir acessar às “ajudas”, todos esses fatores apareciam nas queixas diárias de Petra. Em nossas interações, seja de forma pessoal ou por meio de ligações e mensagens, ela sempre ficava bastante agitada quando tocávamos no assunto de acesso às “ajudas” ou as “bolsas”. Quando estava na sede da organização, Petra geralmente passava todo tempo próxima à janela da sede, fumando um cigarro atrás do outro. Um destes nossos encontros me marcou em particular.

Petra foi até a sede da LGBT+Movimento para preencher alguns documentos referente ao processo de judicialização do Auxílio Emergencial, porém ela não aparentava estar se sentindo bem, sentou-se no sofá, estava pálida e apoiou a cabeça com a mão na testa. Perguntei como ela estava se sentindo e ela levantou a cabeça e olhou-me profundamente nos olhos, como quem não precisava de palavras para responder àquela pergunta. Eu, então, perguntei se ela precisava ir a algum serviço de saúde e ela me disse sem levantar a cabeça: “preciso não, eu preciso é morrer rápido” e um doloroso silêncio tomou conta da sala. Sem sair da mesma posição ela completou: “eu não sou brasileira, eu sou migrante, não tenho que suportar tanta humilhação aqui” e disse ter ficado com um “cara” na noite anterior, que a humilhou por ser venezuelana, chamou-a de “morta de fome” e disse que ela “apenas merecia uma quentinha pela transa”. Antes que eu pudesse esboçar qualquer reação, ela disse que estava passando mal

porque estava “chateada” com as faltas de respostas da Cáritas. Em seguida pegou o celular para me mostrar os comentários que havia deixado na página do Facebook da organização.

Cansei de mandar mensagem e ninguém responder. Ninguém presta atenção nas pessoa LGBTI, por isso a gente tem que sair a rua... para conseguir comprar pelo menos o almoço, além do perigo que a gente passa na rua, mas é assim.

Eu acho uma falta de atenção mesmo. Pois quando eu cheguei aqui conseguiram me ajudar, mas eu to ainda desempregada porque aqui no BR como no mundo todo tem preconceito com as pessoas LGBTI. Vocês só ajudam a quem quiser, tem pode ficar mandando mensagem o dia todo, quem aguenta essa humilhação, isso me da raiva.

Enquanto eu lia os comentários, Petra disse: “eu não vou lá pedir um presente, eu vou lá pedir uma ajuda como todo migrante, do que adianta sair do meu país e ter que aguentar mais humilhação aqui”. A forma como Petra traçava uma conexão entre seu mal-estar com a situação vivenciada na noite anterior e com as esperas por respostas de agentes da Cáritas me fazia pensar sobre como situações de ordens distintas a faziam usar a mesma palavra: humilhação. De certa maneira, a *humilhação* era um sentimento partilhado em todas essas situações e, a cada episódio, mesmo que de naturezas distintas, a sua sensação de *humilhação* de Petra parecia acumular-se. Talvez essa imagem ilustre que há uma dimensão afetiva também nas interseccionalidades, que ao se articularem também sobrepõem-se e articulam-se. A *humilhação* sentida por Petra partia de situações diferentes que conectavam aspectos diversos de sua vida, ser trans/travesti, ser venezuelana, estar na prostituição, estar em situação de precariedade. A sobreposição dessas situações parece provocar uma sensação de *humilhação* que se repete na vida de Petra e que se também está ligada ao seu cansaço e ao seu mal-estar⁵⁴.

Poucos dias depois deste nosso encontro, Petra recebeu a resposta de uma agente da Cáritas dizendo que ela já havia atingido o limite máximo de ajudas e que não poderia receber mais “bolsas” tipo CBI. As ajudas da LGBT+Movimento eram de valor inferior às despesas de Petra, então ela passou a fazer flexibilizações nos programas. Antes da pandemia ela só recebia em casa clientes que já eram “fixos”, isto é, “de confiança”, mas com a queda na frequência destes e sem poder acessar o Auxílio Emergencial e as “bolsas” da Cáritas, Petra se viu sem saída a não ser passar a receber “clientes novos” em casa.

⁵⁴ No último capítulo irei abordar a relação entre afetos e corpos, através da materialização desses elementos no corpo de mulheres trans e travestis venezuelanas.

Ela reativou seus perfis em sites online de encontros e em uma manhã de dezembro de 2020 recebi diversas mensagens suas, começando por: “ontem tentaram me matar”. Um homem entrou em contato por meio de um de seus anúncios e perguntou se ela tinha local e quanto era o programa, ela respondeu que tinha local e disse que o valor do programa era de 100 reais. O homem então foi até a sua casa e quando ele chegou ela pediu que ele pagasse os 100 reais adiantados, porém o homem recusou-se e ambos iniciaram uma discussão até que o homem agarrou Petra pelo pescoço e ela, defendendo-se, empurrou-o na porta que ficava no fundo da quitinete. O homem caiu e quebrou o vidro da porta fazendo um grande barulho já na madrugada, o que o assustou e fez com que ele fosse embora correndo. Petra narrou estes acontecimentos e me enviou fotos de cortes, hematomas e do vidro da porta quebrado, resultantes da briga.

Este não foi o único episódio em que um “cliente novo” agrediu Petra. Certa vez ela me ligou para perguntar o que poderia ser feito se uma pessoa desconhecida entrasse dentro da sua própria casa e ali permanecesse, recusando-se a sair. Desta vez um homem que também a contactou por anúncios *online* foi até a sua casa e após o programa não quis deixar o local. Ficou em sua casa durante três dias, dos quais ficamos falando de forma intermitente, pois o mesmo a ameaçava caso desconfiasse que ela estava falando com a polícia. Este homem achou os antirretrovirais que Petra utilizava em sua bolsa e passou a chamá-la de “doente”, enquanto ria e a “humilhava” chamando-a de “suja e fedida” e dizendo que ela iria morrer, em tom de ameaça. Por três dias dividi angústias com Petra sobre o que fazer nesse caso. Chamar a polícia não era uma opção, mas acionar a milícia implicava em um perigo semelhante, pois esta última também não tem boas relações com as mulheres trans e travestis da área. Petra também não tinha amigos ou outros parentes com quem pudesse contar nessa situação.

Ela ficou muito abalada depois desse episódio, tentei conversar com ela nos dias posteriores, mas ela não me respondeu imediatamente, na semana seguinte nos falamos e ela me contou que tomou todo o vidro de remédio, de tratamento retroviral, que tinha em casa e afirmou que não queria mais viver uma vida de humilhações. Mais uma das “situações impossíveis” descritas por Malkki (2015), em que o desejo de ajudar existe, porém nos faltam os recursos, produzindo uma forte sensação de insuficiência sobre a qualidade do trabalho. Foi difícil reagir as palavras de Petra, parecia que não havia conforto suficiente nas palavras que eu poderia lhe dizer.

Petra passou a ser acompanhada por uma das psicólogas voluntárias da LGBT+Movimento, mas sua adesão foi difícil, ela repetidamente dizia que precisava de um

trabalho e não de alguém para conversar⁵⁵. Ela já havia acessado, em três ocasiões distintas, os rodízios de “ajudas” oferecidos pela organização, para além de ajudas esporádicas com pagamento de contas e complementações do valor de aluguéis e transporte. Desde que chegou no Brasil, em 2017, Petra só havia conseguido trabalho formal uma única vez, em uma siderúrgica, porém tinha que ir “como gay” para o trabalho, fato que determinou sua demissão depois de algum tempo.

Em meados de 2021, quando começamos o primeiro projeto financiado e as reconfigurações administrativas na LGBT+Movimento se intensificaram, tivemos que recusar diversos pedidos de Petra por ajudas com gás, aluguel, frete, pagamentos de contas e etc. Ela também não podia ser incluída no projeto em curso, pois tinha como público-alvo pessoas entre 18 e 29 anos. Com as recusas em relação aos pedidos de ajuda e a impossibilidade de estar no projeto, Petra passou a disparar conflitos que misturavam queixas em relação à gestão da organização e situações vivenciadas por ela. Em uma manhã de sábado ela me ligou duas vezes e, sem que eu atendesse, me mandou mensagens que diziam que ela estava com raiva e não queria nenhuma foto sua ou mesmo seu nome nos documentos e redes sociais da organização. Pediu, repetidamente, que a esquecêssemos, e afirmou que esta seria a última vez que mandaria mensagens.

Respondi suas mensagens tentando convidá-la para uma conversa, para que eu pudesse explicar melhor porque não poderíamos “ajudá-la” financeiramente naquele momento, mas ela não mais me respondeu. Cerca de dois meses depois ela deixou comentários em uma postagem na rede social *Instagram* da LGBT+Movimento.

Eu só queria deixar para galera aqui que passei um mês em São Paulo mas voltei ontem de manhã para o RJ.... começando e continuando minha vida na prostituição porque só disso eu vivo... porque não sou chamada nunca para participar em cursos... não sou chamada para reunião... Saí com um cara maravilhoso ontem, ele me levou para casa dele e tudo acabou quando o cara me jogou pela escada... eu sai correndo e na portaria falaram que ali é um condomínio para gente com dificuldades mentais... o engraçado é que se o cara tivesse me matado, eu ia ficar morta, esquecida...

⁵⁵ Solaterrar (2020) propõe a noção de sofrimento encruzilhado na tentativa de tensionar as noções hegemônicas de sofrimento que remetem exclusivamente a patologização e medicalização, ignorando as dimensões interseccionais do mesmo. Ao dizer que não “precisava de trabalho e não de alguém para conversar”, Petra chama atenção para essas outras dimensões que compõem o sofrimento e que muitas vezes são secundarizadas abordagens mais tradicionais de cuidado em saúde mental. A proposta de Solaterrar provoca que pensemos em uma nova concepção de saúde mental a partir de um sentido ampliado, isto é “que não signifique, nem precise passar, por todas as suas categorias diagnósticas, uma saúde mental que ocupe a rua, a noite, uma saúde mental conectada” (p. 223)

Petra, Maritza e outras pessoas sabiam que quem fazia a gestão das redes sociais era eu, então muito provavelmente as mensagens postadas e publicadas iriam ser vistas por mim. Mande uma mensagem no seu celular de Petra perguntando como ela estava e querendo saber detalhes da sua situação. Petra, sem dizer muitas palavras, disse que estava com o corpo todo dolorido da agressão e que não tinha nenhum dinheiro para comprar comida e estava com fome. Pergunto se ela conseguiria vir até a sede da organização no dia seguinte para que pudéssemos conversar melhor, mas Petra demonstra seu descontentamento com o convite e afirma que “se eu quisesse a ajudar a ajudaria agora” sem precisar que ela fosse até a sede da organização. Logo em seguida, ela mandou uma longa mensagem em que conta que Camila (outra mulher trans venezuelana atendida pela organização) mandou uma mensagem no grupo de whatsapp de Rio das Pedras dizendo que Petra convive com HIV e o que a deixou com medo de sair na rua. Ao contar essa história, Petra questiona porque ajudamos Camila e não a ela. Petra também comenta que gostaria de tirar seu passaporte para sair para outro país por que “aqui só vou ficar mais fudida... mais humilhada”.

Mensagens desse tipo eram sempre difíceis de serem digeridas, pois pareciam expor um limite sobre minha ação enquanto gestora, além de pontuar sobre as assimetrias que participavam daquelas relações. Eu não consegui responder Petra neste dia, primeiro não consegui respondê-la imediatamente, pois não sabia o que poderia ser dito e depois não respondi pois entrei no *looping* de trabalho da organização. Ao final do dia, ela me enviou outra mensagem, que foi a última que trocamos, logo antes dela me bloquear no *Whatsapp*. Nessa última mensagem Petra repetiu a palavra “humilhação” quatro vezes e descreveu que estava cansada receber humilhações por ser travesti, venezuelana e “morta de fome”.

1.8 Micropolítica das emoções e desigualdades interseccionais

O caso de Maritza e de Petra podem ser considerados pelo que Facundo (2017) chamou de situações “disruptivas da ordem administrativa idealizada” (p.59), isto é, aquelas que produzem uma ruptura brusca nos processos e nas formas pelas quais as relações sociais são usualmente tecidas entre as pessoas migrantes e refugiadas e agentes do refúgio. É a postura da humildade, associada ao sentimento de gratidão (FASSIN, 2010) ou uma postura passiva, associada a emoções dóceis e submissas, que regem as pretensas ordens administrativas e disciplinares do refúgio, “de modo que as pessoas possam ser pensadas, geridas e sentidas como refugiadas” (FACUNDO, 2017, p.59).

A preferência dos programas e políticas de refúgio por refugiados que não deem problema, já foi descrita por Facundo (2014). Em sua tese, a autora opta por começar a análise crítica sobre os processos administrativos do refúgio no Brasil narrando o episódio da chegada de um grupo de três famílias colombianas que viajavam juntas e que foram recepcionadas pelo Centro de Acolhida para Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CARSP). Membros dessas famílias mostraram-se intransigentes e “agressivos”, rejeitando encaminhamentos para atendimento no hospital público da cidade, fazendo queixas contínuas sobre a má qualidade da comida do centro de acolhimento e recusando-se a narrar suas histórias a agentes, este último, processo central no preenchimento da solicitação do refúgio. A autora sublinha que as desconfianças e atritos com membros do grupo não só partiram de agentes da CARSP, como também de outros colombianos e solicitantes de refúgio que habitavam o mesmo espaço.

O que parece unir estes episódios disruptivos é o fato de provocarem rupturas nas *tradições administrativas* que fundam os espaços humanitários, nos quais a migração e o refúgio se encontram, pois estes estão baseados na ideia de aliviar o sofrimento (MALKKI, 1995, AGIER, 2006; FASSIN, 2010). Ao tornar-se palco de tensões e conflitos disparadores de *afetos hostis* (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021) estes passam a ter sua função primordial questionada. Diversas autoras tem chamado atenção para aspectos problemáticos das relações entre agentes do refúgio e migrantes e refugiados, onde diferentes níveis de tensões e *afetos hostis* aparecem relacionados (FACUNDO, 2014; HAMID, 2019; VASCONCELOS; 2021). A minha tentativa é de colocar no centro da minha análise algo que já vem fazendo parte das etnografias de muitas autoras anteriores, que construíram seus estudos com outros focos, mas que não deixaram de descrever ou pontuar situações disruptivas, como a narrada por Facundo. Nesse sentido, a humilhação pode aparecer na sua forma literal ou como Díaz-Bénítez (2019) argumenta, ela pode encontrar-se dispersa e “desdobrada em múltiplos atos e emoções que podem ser distinguíveis entre si e receber muitos nomes diferentes” (p. 53), como: raiva, angústia, frustração, ódio, tristeza, desamparo.

A *humilhação* tem sido largamente vinculada à gestão da pobreza, mas também tem feito parte das constatações etnográficas de pesquisadores que vem trabalhando com sujeitos racializados, minorias sexuais e de gênero ou pessoas inferiorizadas em função dos territórios, status migratório e nacionalidade, para citar somente alguns (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021). A forma como esses marcadores sociais da diferença articulam-se e os modos como essas articulações são sentidas pelos sujeitos revelam as maneiras através das quais estes vem sendo produzidos e também vem arquitetando suas agências. Uma pergunta que sempre

atravessou meu trabalho como gestora da LGBT+Movimento e também minha função enquanto pesquisadora tocava exatamente neste ponto.

Como vimos nos casos de Maritza e Petra, parte das angústias vivenciadas por elas orbitam a situação de precariedade econômica, sobretudo a falta ou escassez de renda, a difícil inserção em empregos formais e a fome, situações que são compartilhadas também por outros sujeitos migrantes e refugiados. Se as pessoas migrantes e refugiadas que se identificam e/ou são identificadas como “LGBTI” ou com alguma das identidades singulares associadas a esse acrônimo, vivenciam as mesmas mazelas do que outros migrantes e refugiados, por que deveríamos falar delas em específico? Haveriam especificidades de fato? Apesar destas perguntas não serem o foco da minha pesquisa, eu espero que os casos de Maritza e de Petra e outros casos que aparecerão nas partes seguintes desta tese, apontem para outros sentidos que não questionem a relevância dessas especificidades, mas sim contribuam para uma maior compreensão sobre as formas pelas quais esses sujeitos vêm sendo produzidos dentro do governo do refúgio. Nesse sentido, a interseccionalidade também pode ser observada a partir das diferentes situações pelas quais Maritza e Petra mobilizam suas sensações de humilhação. A *humilhação* sentida por elas se conecta a múltiplos fatores.

Em primeiro lugar elas se conectam ao acesso às “ajudas” monetárias oferecidas pelas LGBT+Movimento ou as “bolsas” oferecidas pela Cáritas. Na relação com a Cáritas, é o tempo de espera que corrói e, ao mesmo tempo, cria esperanças e o limite do número de “bolsas”, que aparecem no centro das angústias de Maritza e Petra, enquanto que na relação com a LGBT+Movimento são as recusas, fruto das reconfigurações administrativas e burocráticas na gestão da organização que parecem romper com formas já instituídas previamente de relações de reciprocidade através da intimidade. As *humilhações* também se conectam as transfobias e xenofobias vivenciadas por ambas, que aparecem de forma mais intensa no caso Petra. A figura da “morta de fome” aparece associada nas *humilhações* vivenciadas tanto por Maritza quanto por Petra e parece fazer relação direta com as formas pelas quais “a fome” e “pobreza” vem sendo produzidas como signos da “crise” venezuelana no Brasil, condição que marca também os sujeitos nacionais⁵⁶. A prostituição também aparece em meio às *humilhações* vivenciadas

⁵⁶ Em relação à figura da “morta de fome” que aparece em ambas narrativas, ela faz ecoar a construção social dos venezuelanos no Brasil sobre o signo da pobreza e da “fome”. É inegável que a “fome” tem um papel importante nas motivações migratórias de muitos venezuelanos, ela é constantemente citada nos atendimentos feitos a migrantes e refugiados venezuelanos realizados por mim na LGBT+Movimento e ela também compõe os relatos de Maritza e Petra sobre a continuação desse estado pós-migração. Entretanto, ela ganhou estigmas e preconceitos que já existiam e eram acionados sobretudo em relação a pessoas inferiorizadas em função de classe. A associação destes estigmas a nacionalidade venezuelana foram mediados por múltiplos fatores que se relacionam com a produção dos refugiados venezuelanos como um problema, para utilizar a expressão de Navia (2017) já anteriormente citada e que se refere a criação de um problema que justifique intervenção. Sem querer me alongar

por Maritza e Petra, seja pela *humilhação* de ter que aceitar valores muito baixos pelos programas, seja pelas violências físicas e psicológicas que marcam os relatos de Petra. No caso de Maritza, a relação romântica vivenciada com Sandro e as agressões por ele perpetradas também produziam nela a sensação de *humilhação*. Em relação a Petra, a convivência com o vírus do HIV também foi fonte das *humilhações*.

Dessa maneira, nas experiências de ambas estas formas de humilhação se articulam e formam gatilhos umas para as outras. É possível que uma situação mais relacionada à convivência com HIV potencialize a sensação de humilhação relacionada à migração, por exemplo, porque aciona e articula essas formas de opressões em conjunto. Esse modo de sentir a humilhação através do seu efeito articulado faz lembrar as abordagens construcionistas acerca da interseccionalidade, como comentadas por Piscitelli (2008). Segundo a antropóloga, essa abordagem assume que as categorias sociais da diferença não apenas somam-se mas constituem-se em articulação umas com as outras. A articulação de duas ou mais categorias produz formas específicas de se vivenciar essas opressões. Da mesma maneira, as humilhações vivenciadas por Maritza e Petra, também assumem formas articuladas que definem seus modos de sentir as diferenças.

Ao considerar o lugar das “diferenças que fazem diferença” (CHO; CRENSHAW; MCCALL, 2013; LOWENKRON, 2022) faço coro a outras autoras e autores que vêm ressaltando a potencialidade do estudo dos afetos para análise de marcadores sociais da diferença, sobretudo em relação a desigualdade (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021). Os marcadores de identidade de gênero, sexualidade, raça, classe e outros previamente citados e a emoção da humilhação e outras dinâmicas emocionais a ela relacionadas (COELHO, 2010) estão absolutamente ligadas a produção de desigualdades, uma vez determinam situações de opressão e seu reconhecimento está associado a exercícios de rebaixamento e vexação. Assim, pergunta sobre como as interseccionalidades são vivenciadas por estes sujeitos passa,

neste tópico, que também não é foco desta análise, gostaria de destacar que ele se relaciona intimamente com os discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro acerca da fome na Venezuela. No marco temporal do meu campo, entre 2020 e 2022, aconteceram as disputas eleitorais para presidência do país, em que a questão da fome e do retorno do Brasil ao Mapa da Fome estiveram em grande destaque no debate público. Como forma de rebater os argumentos de seu adversário na disputa, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro usava a Venezuela como “caso exemplar” da “fome” em sua campanha presidencial, na tentativa de evocar o lema: “se o PT (Partido dos Trabalhadores) ganhar o Brasil vai virar uma Venezuela”. Segundo matéria do Veículo *The Intercept*, por duas ocasiões Jair Bolsonaro se apresentou publicamente em campanha eleitoral acompanhado de migrantes e refugiados venezuelanos que foram solicitados a relatar suas experiências relacionadas à “fome” em seu país de origem, conectando essa a um regime político de esquerda, equiparado ao de Lula. Esta construção dos venezuelanos sob o signo da “fome” e da miséria no debate público se relacionam diretamente com a associação entre a figura da “morta de fome” e a *humilhação* sentida por Maritza e Petra.

necessariamente, pela análise das suas formas de sentir e enunciar os afetos, fornecendo pistas sobre os modos pelos quais afetos, interseccionalidades e poder se articulam em seus cotidianos.

Outra questão que gostaria de pontuar é que ao considerar as interseccionalidades não me afasto ou limito meu campo de estudos, mas me alinho a uma antropologia que se interessa pelos modos como essas diferenças se articulam e produzem experiências e afetos diversos nos sujeitos. Isto é, tomar as experiências de sujeitos localizados simultaneamente em múltiplos lugares sociais não significa restringir essas análises a estes sujeitos, ao contrário, busco explorar a possibilidade de diferentes marcadores sociais em articulação como pontos de partida para questionarmos a lógica do governo do refúgio como um todo, já que a ideia de nação, mais comumente associada ao estudo desses regimes, também é construída em articulação com outros critérios de gênero, raça, sexualidade, classe e outros.

Facundo (2021) já havia chamado atenção a esses aspectos ao citar o trabalho da antropóloga Ochy Curiel (2013), que parte do caso colombiano para expor as maneiras pelas quais a *nação* pode ser analisada a partir do regime político da heterossexualidade. Partindo do que ela intitula de Antropologia da Dominação, isto é, o “estudo do funcionamento do poder, instituições, suas lógicas, estratégias e sujeitos” (TEIXEIRA; SILVA; FIGUEIREDO, 2017), em diálogo com autoras lesbofeministas, Ochy Curiel busca expor as bases estruturais que conectam as concepções de nação e de heterossexualidade. O fio conector entre ambas está na concepção de *família* ou, mais especificamente como coloca a autora, na concepção judaico-cristã de “família nuclear”, que reduz o formato familiar ao casal (cis)heterossexual monogâmico e seus filhos e filhas, com uma forte valorização dos laços consanguíneos.

Curiel (2013) demonstra como este modelo se instaurou a partir da colonização, em que as famílias nucleares e as relações de parentesco consanguíneas passaram a ser centrais para aquisição de poder na vida social, na política e na Igreja. Esta última, liderada pelo domínio da Igreja Católica, sedimentou o matrimônio patriarcal e monogâmico como célula fundamental da sociedade. Este modelo exemplar de “família nuclear” e a heterossexualidade se articulam com a concepção de *nação* no momento em que esta passa a compor a Constituição⁵⁷ promulgada, que materializa estas concepções como naturais e universais. Assim como a heterossexualidade foi produzida como uma norma da *nação*, o governo do refúgio também a incorporou da mesma maneira. Facundo (2020) ilumina estes aspectos ao identificar a presunção heteronormativa enquanto uma das *tradições administrativas* que regem,

⁵⁷ Ochy Curiel se baseia na Constituição Colombiana de 1991, porém o caso é também aplicável à Constituição Brasileira de 1988.

historicamente, os programas voltados a migrantes e refugiados no Brasil. Ao traçar uma análise comparativa entre o programa de reassentamento solidário, parte do seu campo de doutorado, com o programa de interiorização para Venezuelanos, Facundo observa como a centralidade do *núcleo familiar* prevalece como um elemento contínuo no governo destes sujeitos.

Em seu campo mais recente, o *núcleo familiar* aparece no abrigo gerenciado pela organização Aldeias Infantis em Caicó, interior do Rio Grande do Norte. Esta organização possui várias casas em um mesmo terreno, onde, em cada uma delas, diversos *núcleos familiares* são alocados e compartilham o mesmo ambiente. Facundo (2020) cita Ochy Curiel ao comentar que este modelo “domestica a multiplicidade e plasticidade da noção de família” (p.11) que possui diferentes estruturas, modalidades e significados que excedem a presunção heteronormativa. O exemplo observado por Facundo, durante seu campo na organização Aldeias Infantis, é apenas uma das formas através das quais essa *tradição administrativa* é feita. Neste caso, ela aparece em uma forma literal, exposta na própria metodologia de ação da organização em questão, entretanto, grande parte da heteronormatividade que rege os programas voltados a migrantes e refugiados venezuelanos está oculta nas experiências cotidianas desses sujeitos. Desde o mestrado venho observando como a convivência conflituosa disparadas por mulheres trans e mulheres lésbicas nas casas de acolhimento voltadas a migrantes e refugiados venezuelanos e as estratégias de “integração” social e econômica lideradas por organizações que compõem o governo do refúgio parecem produzir “desencaixes” no encontro com estas mulheres. Esses “desencaixes” são fruto da dupla exclusão que comentei nas primeiras partes deste capítulo. A ausência de intersecções entre as políticas LGBTI+, que são pensadas a partir da experiência de pessoas brasileiras e as políticas voltadas para pessoas migrantes e refugiadas, que são pensadas a partir da experiência cisheterossexual, produzem essa ilusão de “desencaixe”, enquanto contribuem para processo sistemático de discriminação desses sujeitos. Esses “desencaixes” tem, portanto, a heterossexualidade como norma da *nação* (Curiel, 2013) e fazem parte das *regularidades afetivas* que, por meio da *humilhação* e dos *afetos hostis* (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021) a ela correlacionados produzem os sujeitos.

Não apenas os casos de Maritza e Petra podem ser citados aqui, mas também os casos que fizeram parte da minha dissertação (ANTONUCCI, 2020), como a expulsão de quatro mulheres trans venezuelanas recém interiorizadas de uma casa de acolhimento para mulheres migrantes ou a saída “forçada” de uma mulher lésbica da mesma casa, os conflitos disparados por elas ao acessar outras casas de acolhimento e equipamentos públicos que tinham como público-alvo pessoas “LGBTI+” brasileiras, são também exemplos que se somam. Após estes

episódios disruptivos envolvendo mulheres trans e mulheres lésbicas, a modalidade de interiorização abrigo-abrigo tornou-se cada vez mais rara para as mesmas. Em uma conversa informal com uma agente do ACNUR, ela me disse que as casas de acolhimento para interiorizados no Rio de Janeiro não querem mais receber “LGBTI+” venezuelanos, sobretudo mulheres trans/travestis, pois “estavam dando muita confusão” e a aquisição de empregos era muito mais dificultosa, resultando em longos tempos de permanência nos abrigos, que excedem o prazo de três meses, previamente estipulado. Uma narrativa semelhante chegou até mim através do caso de grupo de duas mulheres trans e dois homens cisgênero gays afeminados que haviam chegado recentemente em uma das casas de acolhimento no Rio de Janeiro. Eles foram encaminhados para LGBT+Movimento como quatro homens cisgênero gays, ao chegar na organização eles contaram que se falassem que eram trans e gays afeminados não iriam conseguir a interiorização, pois, em suas palavras, “quem es trans não sale de lá”. No próximo capítulo, veremos o caso de Milagros, irmã mais nova de Maritza, que tenta a interiorização pela modalidade da reunificação familiar de Boa Vista para o Rio de Janeiro, mas não consegue completar o processo e tem que retornar a Venezuela, pois as exigências burocráticas demandam que a pessoa receptora comprove ter um trabalho formal, através da carteira de trabalho assinada e uma casa, através do comprovante de residência, requisitos que Maritza não cumpria.

Todas essas situações e muitas outras que vivenciei ou escutei durante os atendimentos na LGBT+Movimento foram marcadas por “desencaixes” acompanhados de *afetos hostis*, com certa regularidade associados a *humilhação*. A proposta de identificar algumas *regularidades afetivas* surge inspirada na ideia de *tradições administrativas* de Facundo (2021) e na leitura de “estados afetivos” de Reeves e Laszczkowski (2008):

Considerar o afeto em “estados afetivos” em nossa leitura, pode exigir atenção aos estados de sentimentos que são exponencialmente fugazes e elusivos. No entanto, isso não significa que não sejam historicamente construídos, nem impede o reconhecimento de **certos tipos de sentimento** (medo, esperança, abandono, nostalgia) **são encontrados com particular regularidade ou intensidade em formações sociais específicas**. Na verdade é precisamente uma atenção a tais camadas e regularidades históricas que permite uma elucidação propriamente etnográfica dos afetos. (Reeves e Laszczkowski, 2008, p.8 – grifos meus)

A humilhação adquire aspectos de governo (FOUCAULT, 2010) quando passa a se tornar um afeto regular nos encontros e experiências, não apenas de Maritza, mas também de outras interlocutoras migrantes e refugiadas venezuelanas trans e lésbicas, com agentes e instituições do governo do refúgio. Essas formas repetitivas de sentir que habitam os cotidianos, os acessos às “ajudas”, aos direitos e a benefícios sociais conformam uma forma semelhante de

política da humilhação, da qual fala Everton Rangel (2020). Em sua etnografia o autor se pergunta sobre o que acontece com homens que foram condenados por estupro após cumprirem suas sentenças e concentra seu foco analítico nas formas pelas quais os tecidos relacionais, ao redor desses acusados, são desfeitos e refeitos. Para abordar especificamente a relação entre administrados e administradores nas cadeias cariocas, Rangel descreve uma “política da humilhação”, isto é, um conjunto de maneiras que visam o rebaixamento e a inferiorização dos sujeitos.

Em diálogo com Miller (1995), Rangel sugere que a humilhação é entendida como um processo de desumanização que não se completa, pois conserva um mínimo de humanidade para que o humilhado descubra ser ele mesmo um resto. Miller já havia dividido as humilhações entre aquelas com “H” maiúsculos e aquelas com “h” minúsculo. As humilhações com “H” são aquelas que não suscitam dúvidas, a intensidade dos gestos são inegáveis e, na maioria dos casos, elas ganham certa espetacularização, como por exemplo, as torturas. Já as que ganham a classificação de humilhações com “h” são aquelas pouco notadas pelos espectadores, mas nem por isso não são sentidas pelas vítimas. Miller afirma que muitos desses gestos humilhantes com “h” estão cercados de ironia, comicidade e menosprezos ou estão entranhados de tal forma nos cotidianos dos sujeitos e/ou de determinadas populações que não ganham mais o espanto de quem vê.

O sentir crônico da humilhação parece produzir uma certa morte lenta em vida ou, nas palavras de uma das interlocutoras de Facundo (2014), “que maten a uno a poquiticos” (p.347) e sobre a qual retornarei no terceiro capítulo ao tratar dos “afetos encarnados”. Essa “política da humilhação” (Rangel, 2020) é resultado da conexão entre as *regularidades afetivas* e algumas *tradições administrativas* que participam historicamente da gestão de migrantes e refugiados no Brasil (Facundo, 2020). Dentre elas está a presunção cisheteronormativa que rege a maioria dos programas e políticas voltadas para pessoas migrantes e refugiadas. Como argumenta Facundo (2020) esses programas reforçam a hegemonia do modelo de família nuclear cisheterossexual, construindo um governo do refúgio que desconsidera as articulações das múltiplas singularidades vivenciadas por pessoas como Maritza e Petra.

Ao propor a ideia de *regularidades afetivas* não afirmo que elas estiveram em algum momento separadas das tradições administrativas, como se em algum momento algo prático/administrativo pudesse estar separado de efeitos emocionais/afetivos. Busco apenas dar ênfase a estas coproduções e centrar minha análise a partir destes afetos que observei com certa regularidade na gestão de migrantes e refugiados e que não haviam ainda ganhando espaço destaque na análise do governo do refúgio. Ao observar certas regularidades afetivas pude notar

que algumas modificações no campo também passaram a influenciar no aparecimento de novas sensibilidades nos agentes do refúgio. Estas últimas, por sua vez, vem também tensionando a insurgência do que irei chamar de irregularidades afetivas.

1.9 Irregularidades afetivas e novas sensibilidades morais no campo do refúgio

Neste capítulo, busquei retratar como se configurava o universo institucional do refúgio na cidade do Rio de Janeiro na ocasião em que adentrei o campo em 2017/2018. Em diálogo com Facundo (2014), que realizou parte do seu campo também na mesma cidade, entre 2011 e 2013, afirmei que a centralização da atuação da Cáritas, demarcada pela antropóloga em sua tese, era ainda bastante evidente nesta época. Porém, este mesmo período marcou o surgimento e desenvolvimento de outras iniciativas no campo. Irei construir abaixo uma tabela para ilustrar alguns dos atores chaves deste universo institucional considerando o marco temporal do meu campo de doutorado, entre 2020 e 2022.

É importante sublinhar que este universo institucional aqui citado não está completo e como afirma Facundo (2017), não é totalmente conhecido. Estou considerando a minha própria “constelação”, termo cunhado pela autora para se referir ao percurso que cada sujeito traça neste universo, perpassando por algumas instituições, porém não todas. Irei dar destaque às organizações/instituições de ação local e que tomavam como público-alvo principal de suas ações as pessoas migrantes e/ou solicitantes de refúgio e refugiadas. Neste sentido, haverá um maior número de organizações não governamentais. Isto não quer dizer que instituições estatais não participem da gestão de migrantes e refugiados, contudo me atenho a incluir aqui apenas os comitês municipais e estaduais, que tem ação voltada para este público alvo. Também deixarei de fora o CRAI-RJ (Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes do Rio de Janeiro) que foi inaugurado pouco tempo depois da finalização do meu campo, no início de 2023.

Quadro 1 – Quadro de organizações que compõem o governo do refúgio na cidade do Rio de Janeiro

	Instituição	Informações
1	Programa PARES-Cáritas RJ(Programa de Atendimento a refugiados e solicitantes de refúgio)	Ligado à Arquidiocese do Estado é a única organização “parceira implementadora” do ACNUR e pioneira no trabalho de acolhimento e atendimento de migrantes e refugiados no Brasil.
2	Mawon	Organização criada a partir da experiência migratória de um casal franco-haitiano, em 2017. A partir de 2019 passa a focar em projetos de empreendedorismo visando a integração socioeconômica de migrantes e refugiados
3	CEPREMI (antigo CEPRI)	Organização criada em 2017, como projeto ligado a Casa Rui Barbosa, que possui atuação focada na assistência jurídica, examinando, defendendo e preparando solicitantes para passarem pelas diversas etapas do processo legal do refúgio.
4	LGBT+Movimento	Organização criada em 2018, por duas mulheres lésbicas. Oferece atendimento a migrantes e refugiados que se entendam enquanto LGBTTTQIA+.
5	Aldeias Infantis SOS Brasil (Rio de Janeiro)	Organização internacional criada em 1949 e que passou a atuar no Brasil na década de 60. O foco do trabalho da organização é a proteção de crianças e adolescentes. Em 2018, passou a utilizar suas instalações como abrigo temporário da Operação Acolhida, recebendo pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas recém interiorizadas, que eram organizadas em diversos “núcleos familiares”.
6	Centro de Atendimento aos Refugiados	Projeto de responsabilidade social das filhas de caridade de São Vicente de Paulo criado em 2019. Desenvolve trabalho de assistência social voltada a pessoas migrantes e refugiadas.

7	Venezuela Global	Criada por migrantes venezuelanos em 2021, a organização promove a integração socioeconômica de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil.
8	PDMIG (Pacto pelo Direito de Migrar)	Fundada e gerenciada por migrantes e refugiados de diversas nacionalidades com foco na área de inclusão e integração social. Foi formalizada, em 2016, sob o nome África do Coração. Vim a conhecer o trabalho da organização apenas durante a participação no COMPARM, em 2022.
9	CEIPARM (Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes)	A LGBT+Movimento passou a acompanhar este Comitê em 2019.
10	COMPARM (Comitê de Políticas Públicas para Imigrantes, Refugiados e Apátridas do Município do Rio de Janeiro)	A LGBT+Movimento passou a acompanhar este Comitê em 2022.

Fonte: Antonuci, 2024

Nas seções anteriores busquei demonstrar como a formalização e o crescimento da LGBT+Movimento forçou uma série de reconfigurações burocráticas e administrativas que fizeram sobressair uma série de outros afetos, mais relacionados a humilhação que, tradicionalmente, não vem sendo descritos em especial regularidade neste campo. Nesta sessão, entretanto, gostaria de sugerir que a migração massiva de venezuelanos para o Brasil vem também provocando modificações no campo, que fazem ressaltar determinadas *irregularidades afetivas* que se conectam com uma possível transformação na sensibilidade de alguns agentes que trabalham neste campo.

O surgimento de novas organizações que passaram a compor o universo institucional do refúgio na cidade do Rio de Janeiro vem marcando algumas reconfigurações neste campo. A primeira delas, envolve um movimento de descentralização da atuação da Cáritas, mesmo que esta ainda se mantenha como parte da estrutura tripartite⁵⁸ que organiza o CONARE (Comitê

⁵⁸ O CONARE consolida-se em uma estrutura tripartite que reúne representantes do governo brasileiro, do ACNUR e da referida sociedade civil.

Nacional para Refugiados) e como a única organização que assume uma parceria implementadora com o ACNUR no Rio de Janeiro. O deslocamento massivo de venezuelanos para o Brasil passou, em pouco tempo, a configurar-se como um dos maiores eventos migratórios da história contemporânea do país. Nos primeiros 45 dias do ano de 2018, uma reportagem do Globo anunciava que o Brasil já havia recebido mais de 17,8 mil solicitações de refúgio, ultrapassando, em poucos dias, todo ano anterior. A OP inicia suas atividades de interiorização neste mesmo ano e passa a levar migrantes e refugiados venezuelanos para outras cidades do Brasil. Como mencionei anteriormente, etnografias prévias já descreviam o “repertório de insatisfações” (HAMID, 2019) de pessoas migrantes e refugiadas em relação a Cáritas e outras organizações humanitárias que, juntas desta, já faziam parte há mais tempo deste universo institucional. Estas etnografias já citavam a sobrecarga de trabalho das agentes, que contavam com uma equipe reduzida para a quantidade e qualidade das demandas recebidas. A chegada de migrantes e refugiados venezuelanos por diferentes modalidades de interiorização mediadas pela OP ou mesmo por iniciativas desvinculadas a esta, sobrecarregou ainda mais este cenário. Por isso, a busca por “soluções administrativas” alternativas, que focassem sobretudo na oferta de abrigo temporário e no desenvolvimento de estratégias de empregabilidade, passou a acontecer mais intensamente por parte das agências humanitárias internacionais, como o ACNUR e a OIM.

Para além do caráter massivo da migração venezuelana, que passou a aumentar a já pré-existente sobrecarga de atendimentos e demandas por ajudas diversas, outros aspectos mais burocráticos também contribuíram para este movimento de descentralização. Facundo (2014) descreve a história de Jonathan, migrante colombiano que chegou ao Brasil em 2012 para morar na casa de parentes reassentados em uma cidade do interior de São Paulo. A antropóloga descreve a saga de Jonathan pela regularização migratória. Em um primeiro momento, Jonathan foi à DELEMIG (Delegacia de Imigração) que ficava há quase 50 quilômetros da cidade em que estava morando. Lá ele foi informado que deveria buscar atendimento na Cáritas, que ficava na cidade de São Paulo, para poder ativar a sua solicitação. A organização ficava a 150 quilômetros do local onde Jonathan estava ficando, o que dificultava sua locomoção. Um dia Jonathan conseguiu ir até a Cáritas e lá iniciou o processo de solicitação de refúgio. Em um outro dia, Jonathan voltou para buscar o encaminhamento para atendimento na PF e após ter sido atendido por esta última, voltou novamente a Cáritas para levar uma cópia da declaração que confirmava o ativamento do seu processo de solicitação de refúgio. Apesar do caso narrado por Facundo se passar em São Paulo, no Rio de Janeiro a situação não era diferente.

A Cáritas estava incorporada como uma intermediária no fluxo de solicitação e renovação dos processos de refúgio, bem como a troca de categoria (de solicitante para refugiado reconhecido) após a aprovação da solicitação. Dessa forma, as pessoas que desejavam realizar qualquer um desses processos burocráticos precisavam necessariamente passar pela organização. Tentei compreender a razão da vinculação obrigatória da Cáritas aos processos de refúgio, mas não consegui encontrar respostas. Vanessa Perin (2013) afirma que a PF não compreendia, na maioria das vezes, os sujeitos enquanto solicitantes de refúgio e sim como estrangeiros, sugerindo que a intermediação da Cáritas era necessária para que essa diferenciação acontecesse. Gentirana (2019), por sua vez, diverge de Facundo (2014) e Perin (2013) e afirma que as pessoas migrantes não iam até a PF diretamente por medo de sofrerem algum tipo de represália. De toda forma, desde minha entrada no campo, a vinculação destes processos à Cáritas, sempre foi muito frequente e, por isso afirmei que a centralidade da sua atuação ainda era evidente. Porém, o caráter obrigatório, que sugere uma certa exclusividade da atuação Cáritas nestes processos, já não era mais presente. Outras organizações, como a MAWON, o CEPREMI e a LGBT+Movimento, já em 2018, realizavam tais trâmites burocráticos juntos a pessoas migrantes e refugiadas de diversas nacionalidades.

O surgimento de outras organizações no universo institucional do refúgio na cidade do Rio de Janeiro passou também a reorganizar as sensibilidades dos agentes que participam deste campo. Se olharmos para o conjunto de organizações/instituições citadas na tabela acima, iremos perceber que a maior parte delas não é confessional, rompendo com o histórico poderio de organizações vinculadas à Igreja Católica, que estão nas origens do programas contemporâneos de refúgio no Brasil (FACUNDO, 2017; FACUNDO, 2021; HAMID, 2019).

Outro ponto é que a maior parte das organizações/instituições que passaram a compor o campo nesse período surgiram a partir da sensibilidade vivida dos fundadores/agentes. Isto é, elas foram criadas a partir das vivências e experiências destes sujeitos no mundo, produzindo outra forma de racionalidade política que se conecta com aquilo que cada um dos sujeitos tem experienciado no caminho da vida. A experiência migratória dos fundadores da MAWON, Venezuela Global e PDMIG, os desconfortos vivenciados por mim e por Marina durante o voluntariado, o incômodo dos fundadores do CEPREMI com o bases processuais jurídicas do refúgio, foram construindo sensibilidades específicas que se transformaram em uma prática política.

Minha hipótese é que estas novas organizações, que vem surgindo a partir do que referi como sensibilidades vividas, estejam modificando ou, ao menos, tensionando, as bases administrativas do governo do refúgio, que até então se organizavam em torno da *compaixão*

*profissional*⁵⁹ dos agentes, para usar o termo cunhado por Facundo (2014). Este efeito tensionador, que vem causando curtos circuitos em algumas tradições administrativas, gera também um conjunto de *irregularidades afetivas* nos afetos que vem, historicamente, sendo vinculados a estes espaços de governo. O que parece estar em jogo aqui é uma certa reconfiguração moral dos agentes que fazem o governo do refúgio. Algumas situações vivenciadas por mim durante o campo chamam atenção para estes aspectos.

Uma delas aconteceu durante uma sessão do CEIPARM onde os membros representantes deveriam eleger, através de voto, qual das organizações da referida sociedade civil iria representar o Rio de Janeiro no Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes (FONACERAM) que iria acontecer em julho de 2022 no Rio Grande do Norte. As organizações MAWON e Cáritas haviam se candidatado para fazer a representação no evento, porém apenas uma delas poderia ser indicada.

Tabela 1 – Resultado da Votação de Indicação de Representante para o FONACERAM

Votos Cáritas	Votos MAWON	Abstencões
1 – SEEDUC	1- Cátedra Sergio Vieira de Mello PUC- RIO	1 - ACNUR
2 - CONARE	2- Cátedra Sergio Vieira de Mello UFF	2 - OIM
3 - DPE	3- Cátedra Sergio Vieira de Mello UERJ	
4 – Cáritas	4- LGBT+Movimento	
	5- CEPREMI	
	6- MAWON	

⁵⁹ Segundo Navia, a compaixão profissional é a emotividade que legitima o pedido de refúgio. Ao ouvir as narrações de uma pessoa solicitante o agente deve não apenas se sentir tocado pelas narrativas de perseguição ou sofrimento, mas “o que está em jogo é a empatia profissional com um tipo determinado de dor e sua capacidade de diferenciá-las de outras dores comuns” (p. 192). Segundo a autora, é a partir da manifestação dessa emotividade que os agentes diferenciam “refugiados” de “migrantes econômicos”, os últimos, são incapazes de produzir tal emoção.

Todas as organizações que declararam voto na organização MAWON, justificaram seu voto na priorização da participação de migrantes e refugiados em espaços de decisões e construção de políticas públicas voltadas a este público. Esta organização foi fundada por um casal de migrantes franco-haitiano e um dos fundadores, Bob Montinard, é uma importante liderança junto à comunidade de migrantes e refugiados africanos.

Outra ocasião aconteceu durante a entrada da LGBT+Movimento no COMPARM. Todas as organizações que adentram o Comitê deveriam ser votadas como membros efetivos, com poder de voto ou membros consultivos, sem o poder de voto. Durante a primeira votação, a maioria dos membros representantes votou na organização como membro consultivo, justificando a natureza do voto pelo fato da organização não ser liderada por migrantes e refugiados, o que causou certa ambiguidade em mim, pois organizações como a Cáritas ou mesmo o Ministério da Saúde estavam como membros efetivos. Diante desta ambiguidade, solicitamos um espaço para apresentação institucional sobre o trabalho da organização. Após essa apresentação, que foi feita por mim, a maioria dos membros modificou seu voto para membro efetivo, porém algumas lideranças migrantes mantiveram o voto, citando que a organização não era composta por migrantes. Nesse momento, Nestor, refugiado venezuelano que atuava enquanto articulador comunitário, se manifestou defendendo o contrário. A defesa de Nestor foi imprescindível para que as lideranças mudassem seu posicionamento, votando a LGBT+Movimento como membro efetivo.

Estas situações demonstram que há um movimento recente pela valorização da representatividade de migrantes e refugiados nos espaços de gestão. Se, anteriormente, os afetos que regiam as tradições administrativas do governo do refúgio estavam mais associados a uma moral judaico-cristã (FACUNDO, 2021), evidenciando afetos como a compaixão, a solidariedade, a gratidão, a humildade, com a entrada de novas organizações neste universo institucional e a inclusão de agentes com sensibilidades vividas diversas, certas *irregularidades afetivas* passam a ganhar força. Estas *irregularidades afetivas*, parecem questionar a linguagem da compaixão que despolitiza os sujeitos ao reciclar afetos ligados à lógica da caridade (SWAAN, 1992). Em contraposição, às novas sensibilidades dos agentes parecem estar mais alinhadas a uma prática política que considera a luta por justiça e por direitos. Ao sugerir que há uma mudança na sensibilidade dos agentes destas novas organizações não quero dizer que as assimetrias entre administradores e administrados desapareçam. Na situação do COMPARM, as lideranças migrantes só votaram na LGBT+Movimento como membro efetivo após a manifestação de Nestor, ignorando a sensibilidade vivida da equipe, que é composta por

pessoas que se identificam enquanto LGBTI+, grupo também historicamente marginalizado. Isto é, a importância parece estar exclusivamente no critério nacional como diferenciador.

Uma outra situação ecoa quando penso neste assunto, ela aconteceu durante uma conversa com o fundador da organização Venezuela Global, uma organização que tem como público alvo migrantes e refugiados venezuelanos que vivem na cidade do Rio de Janeiro. Eu entrei em contato com ele para lhe perguntar sobre a possibilidade de uma mulher trans venezuelana conseguir algum tipo de documento de identidade com foto via embaixada venezuelana, pois ela havia perdido todo e qualquer tipo de documento durante o período que estava em situação de rua e a PF exigia algum documento de identificação com foto para realizar a segunda via e renovação da sua residência temporária. Em meio a nossa conversa, ele mostrou-se espantado pela gravidade da situação, que parecia não ter saída plausível e comentou que achava “insólito” o fato de uma “pessoa nacional venezuelana estar em situação de rua do Rio de Janeiro”. Ao perceber a surpresa e indignação do fundador da organização, que também era venezuelano percebi que acessávamos público distintos, pois naquele momento a LGBT+Movimento atendia mais de sete mulheres trans venezuelanas em situação de rua, além de outras pessoas que estavam na iminência constante de despejo. Novamente o critério nacional aparece em destaque, enquanto identidade de gênero, sexualidade, raça e classe, parecem não ter sido considerados por ele.

É preciso notar que parto das minhas experiências enquanto gestora para construção desta etnografia, dessa forma, minhas interações com outros agentes do campo foram meramente informais e mediadas por trocas profissionais, na maioria do tempo. Pretendo, portanto, apenas incitar este debate. Para compreender, em maior profundidade, se há diferenças nos processos de Estado a partir de uma mudança na sensibilidade dos agentes, seria necessário lançar mão de outros empreendimentos etnográficos que ficaram fora desta pesquisa de doutorado. Permanece em aberto as perguntas: o que essas novas sensibilidades são capazes de produzir? De que maneira elas influenciam no processo geral de administração dos refugiados ? Quais são os afetos que prevalecem diante dessas novas sensibilidades?

2 OS AFETOS NO EXTRAORDINÁRIO ORDINÁRIO DA PANDEMIA DO COVID-19

Neste capítulo, sigo o fio dos afetos e continuo a explorar as regularidades e irregularidades afetivas que compõem este campo, agora, porém, tomo como foco o evento da pandemia do Covid-19, que cruzou, em diferentes intensidades, toda extensão do meu campo. Defendi minha dissertação no dia 04 de março de 2020, exatamente uma semana antes da Organização Mundial da Saúde (OMS) elevar o estado de contaminação da doença causada pelo novo coronavírus ao nível de pandemia. Até esse momento poucos casos haviam sido confirmados no Brasil. No dia 12 de março fiz a minha matrícula no doutorado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ainda sem imaginar que esse evento iria ter impactos profundos na vida pessoal e profissional de todos. No dia seguinte, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Claudio Castro, suspendeu as aulas por apenas 15 dias, mas eu só pisaria novamente na UERJ dois anos depois, já na metade do doutorado.

Dessa forma, a pandemia do Covid-19 tornou-se não apenas um marco temporal do meu trabalho de campo, mas também um marco biográfico (HORTON, 2020) pois grande parte das situações vivenciadas estavam conectadas a pandemia em curso⁶⁰. Apesar da universalidade implícita na palavra “pandemia”, é sabido que o que vivenciamos foi marcado por uma multiplicidade de pandemias (SEGATA, 2021; ANTONUCCI, 2020), nesse sentido busco me somar àqueles que defendem que a compreensão inesgotável desse evento deve ser descritiva e subjetiva, mais do que quantitativa e objetiva.

Entretanto, nas muitas análises em torno desse evento há um pressuposto que defende a pandemia do Covid-19 como um evento extraordinário, que provocou profundas (re)configurações nas dinâmicas de mobilidade/imobilidade ao redor do mundo. Não estou aqui para negar este pressuposto, obviamente. Porém, considerando a multiplicidade de pandemias dentro deste suposto evento universal, pergunto: o que há de extraordinário na experiência de pessoas migrantes e refugiadas, durante esse período, se muitas delas são, em si mesmas, ordinárias nas vidas dessas pessoas? As medidas que foram apontadas como extraordinárias pelo debate público no Brasil são as mesmas que ocuparam o centro das preocupações dos

⁶⁰ É interessante notar que a pandemia do Covid-19 teve diversos “picos” e “ondas” em que o nível de contaminação se elevou, porém algumas mudanças estruturais que fomos pouco a pouco construindo e implementando em nossas vidas cotidianas não desapareceram durante o “ir e vir” dos picos e algumas perduram até hoje. Digo isso pois os casos retratados irão abranger diferentes momentos na linha do tempo da pandemia, mas como veremos, os impactos deste evento seguiram marcando os “futuros” para além dos momentos de “pico”.

migrantes e refugiados? Quais são os efeitos das reconfigurações administrativas realizadas sob preceito pandêmico sobre as regularidades e irregularidades afetivas? Essas são algumas das perguntas disparadoras que organizam meus questionamentos neste capítulo.

Para isso, tomo como inspiração a perspectiva analítica da antropóloga Veena Das (2020) sobre a relação entre o evento e o cotidiano. Ao mesmo tempo que a autora entende o “evento crítico” como ruptura da “gramática do ordinário”, ela também propõe um deslocamento das narrativas sobre formas de violência mais dramáticas (no caso dela, o rapto e estupro de mulheres durante o evento da Partição da Índia) que foram reiteradamente destacadas em relatórios oficiais, para se debruçar sobre como as violências relacionadas a este evento crítico “descem ao cotidiano”. É a partir desse movimento - que toma como ponto de partida as experiências cotidianas dos sujeitos – que outras *impossibilidades de ficar* e também formas de agência, pouco visíveis no debate público, são desveladas.

É preciso levar em conta que o êxodo venezuelano é hoje um dos principais eventos migratórios no mundo. Como mencionei na introdução desta tese, esse fenômeno tem estimulado debates acerca da governança migratória que vem sendo organizada pelo estado brasileiro em torno desses sujeitos. Segundo França e Fontgaland (2020), a tendência é que haja “o reposicionamento do debate sobre elegibilidade e reconhecimento, pois o que está em jogo aqui é o reconhecimento massivo de imigrantes” (p.54). Se no período que antecedeu a migração em massa de venezuelanos para o Brasil, a elegibilidade parecia estar no centro das políticas do governo do refúgio, na migração venezuelana é a ideia de “integração” que ganha a frente dessa governança.

O caráter expressivo da migração venezuelana para o Brasil forçou a organização de um aparato administrativo que pudesse gerir esse fluxo migratório para o país, facilitando a “integração local” (HAMID, 2019) desses sujeitos. Em 15 de fevereiro de 2018 o então presidente da república, Michel Temer, sancionou os decretos de número 9.285 e 9.286. O primeiro, reconheceu a situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório “temporário, desordenado e imprevisível” que “impacta a prestação de serviços de saúde, saneamento básico, segurança pública, entre outros” em Roraima. O último, estabeleceu o Comitê Federal de Assistência Emergencial, composto por 12 ministérios que, posteriormente, instituiu a força-tarefa logístico humanitária da Operação Acolhida, subordinada ao Ministério da Defesa. Como já mencionado em outras partes, a OP conta com o apoio técnico e financeiro de diversas agências da ONU e também engloba o trabalho de uma centena de outras organizações não-governamentais.

Na introdução desta tese, argumentei que os três pilares da OP refletem o reposicionamento do debate da elegibilidade, dando coró à centralidade da “integração”. São eles: 1) Ordenamento de Fronteira – esse pilar engloba as atividades de vigilância da fronteira pelo Exército Brasileiro⁶¹, regularização migratória e produção de outros documentos como CPF e Carteira de Trabalho e vacinação; 2) Acolhimento – responsável pela estruturação e manutenção de abrigos, oferta de alimentação e atenção à saúde; 3) Interiorização – consiste no deslocamento voluntário de venezuelanos de Boa Vista e Manaus para outras cidades brasileiras com objetivo de “integração socioeconômica”. Os pilares da Operação Acolhida parecem desenhar uma trajetória progressiva:

Nesse sentido, a “porta de entrada” do processo foi e continua sendo planejada em consonância com a “porta de saída” materializada por meio do processo de interiorização pensado de forma integrada, congregando esforços para ajustar não só o perfil de residência e trabalho dos acolhidos, como também a trajetória percorrida, o transporte, a alimentação e a estadia necessária para que estes cheguem com segurança ao seu destino e já neste haja o suporte financeiro inicial para a retomada de seus projetos de vida. (Livro da Operação Acolhida - DÁROZ E CELESTINO, 2022, p.100)

A governança construída ao redor do fenômeno migratório venezuelano tem, portanto, produzido nos sujeitos a expectativa de uma “promessa de integração”, seja através do fornecimento de documentos para permanência no Brasil, do abrigamento, da interiorização para outra cidade do Brasil, da promessa de adquirir um emprego formal ou através da promessa pela “retomada de seus projetos de vida”. A progressão prometida pela OP tem como última etapa a interiorização.

A interiorização é, sem dúvida, a atividade estratégica que fundamenta a Operação Acolhida, com o propósito de não apenas oferecer as melhores condições de vinculação ampla de indivíduos e grupos de venezuelanos à sociedade brasileira, mas também de equalizar entre os estados da federação as demandas e responsabilidades do atendimento a essa população, prevenindo, assim, sobrecarga e desarticulação dos órgãos e sistemas geridos por cada estado. (Livro da Operação Acolhida - DÁROZ E CELESTINO, 2022, p.100)

Porém, no que concerne à interiorização, Facundo (2020) comenta que a vida insustentável vivenciada por seus interlocutores, migrantes e refugiados venezuelanos, em Boa

⁶¹ Designada de *Operação Controle*, a Diretriz Ministerial nº 04/2018, de 28 de fevereiro de 2018, determinou a atuação coordenada entre a Força-Tarefa Logística Humanitária (Operação Acolhida), a Polícia Militar de Roraima, a Polícia Federal, a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), a Força Nacional de Segurança e a Polícia Civil, visando intensificar as atividades de patrulhamento, vigilância e controle na linha de fronteira próxima à cidade de Pacaraima (RR), “garantir o ordenamento da fronteira e um ambiente seguro e estável na região” e “coibir os delitos transfronteiriços e apoiar as atividades de controle de imigrantes”. A Operação Controle é uma prova de que a Operação Acolhida não serve meramente a fins humanitários, mas também tem uma braço voltado para manutenção da segurança nacional. A dualidade entre “assistência” e “vigilância” é bastante explorada no campo de estudos humanitários ao redor do mundo. É interessante notar que poucas pessoas conhecem a Operação Controle, enquanto a Operação Acolhida é reconhecida extensamente no debate público.

Vista, Roraima, “contribuiu para que a solução oferecida [interiorização] tivesse caráter de salvação” (p.8). De forma semelhante, os interlocutores de Capdeville (2021) se referem à interiorização como “começar a vida” (p.194), isto é, onde, em seus imaginários, essa “promessa de integração” irá se concretizar. Entretanto, um conjunto de autores e etnografias têm sublinhado como a interiorização e os processos migratórios a ela associados, não vem modificando as condições de pobreza vivenciadas por esses sujeitos (ANTONUCCI, 2020, 2021; FACUNDO, 2020; PEREIRA; PEREIRA; QUINTANILHA, 2021; SANTOS; VASCONCELOS, 2020; SANTOS; MEZA, 2021; VASCONCELOS, 2021; VASCONCELOS; PULIDO; SANTOS, 2020). Nesse contexto, em que a “promessa de integração” parece não se concluir, acumulam-se *impossibilidades de ficar*.

Em sua tese, Facundo (2014) chama atenção sobre como as atenções mundiais sobre a questão dos “fluxos migratórios” estão mais voltadas para aspectos da impossibilidade de movimentação, como é o caso de “fechamentos” eventuais de fronteiras ou ameaças de deportação, enquanto pouca atenção é dada para as *impossibilidades de ficar*.

A esse respeito, considero fundamental observar que usualmente a atenção sobre as diversas formas de opressão que sofrem mundialmente os chamados “fluxos migratórios”, sobretudo os mais precarizados, é colocada na impossibilidade de movimentação imposta às pessoas por meio dos campos de refugiados, os muros fronteiriços, os centros de detenção para migrantes, as polícias de fronteira, etc. Porém, pouco se fala em seu oposto constitutivo que é a impossibilidade de ficar. Ou seja, a obrigatoriedade imposta – muitas vezes, de maneira violenta – de se movimentar, de ir e de abandonar o lugar habitual onde se mora, inclusive quando esse tem se convertido em um país estrangeiro, em um campo de refugiados ou numa zona de indeterminação. (FACUNDO, 2014, p. 281/282)

Na primeira parte deste capítulo apresento o contexto e aspectos das mais de 30 normas interministeriais, que trataram da restrição de entrada de migrantes e dispuseram uma série de sanções a entrada irregular dos mesmos sob precedentes sanitários. Alguns atores estatais e da sociedade civil demonstraram preocupação diante dessas manobras infralegais⁶² e foram chaves na construção de denúncias públicas, que sublinharam aspectos violadores, inconstitucionais e afetivos dessas medidas, além dos aspectos discriminatórios com migrantes venezuelanos (RUSEISHVILI; TRUZZI, 2020; VERAS; 2023). Se por um lado, as denúncias construídas no debate público tiveram um papel fundamental na visibilização de um conjunto de violações dos direitos de migrantes, elas também contribuíram para produção de um regime de visibilização específica, que tomou certos aspectos dessas normativas como efeitos problemáticos centrais

⁶² As normas ministeriais ou portarias são infralegais, isto é, não possuem caráter administrativo e, por isso, não passam pela deliberação do poder legislativo, concedendo ao executivo o poder de legislar.

na gestão do fenômeno migratório durante esse evento crítico. Argumento que os modos como essas políticas migratórias adotadas pelo governo brasileiro produziram efeitos na vida cotidiana e afetiva desses sujeitos não necessariamente se restringem aos aspectos e aos afetos a eles associados pelo debate público.

Na segunda e terceira partes apresento a trajetória de cinco mulheres lésbicas venezuelanas que iniciaram a suas trajetórias migratórias para o Brasil em dois períodos distintos da pandemia do Covid-19. Na quarta parte busco resgatar a noção de *impossibilidades de ficar*, inicialmente proposta por Facundo (2017). Em diálogo com os casos apresentados nas seções anteriores sugiro uma ampliação do conceito que considere os desejos de mobilidade/imobilidade implícitos nos desejos de *ficar* dos sujeitos. Darei também destaque a duas dimensões distintas das *impossibilidades de ficar*, uma que abrange as mobilidade/imobilidades geográficas e outra que considera a ordem afetivo-temporal, de uma manutenção de esperança no futuro.

Na quinta parte busco identificar algumas regularidades e irregularidades afetivas que permearam a relação entre migrantes e refugiados e o governo do refúgio durante a pandemia, a partir dos casos previamente apresentados. Ao olhar para as situações vivenciadas pelas interlocutoras e os afetos que as permeiam, não pude deixar de notar a presença de uma tensão entre ordinário/extraordinário, pois apesar das muitas medidas excepcionais instauradas na pandemia, grande parte das situações e dos afetos mobilizados por elas revelam o caráter ordinário (e não extraordinário) dessas experiências em suas vidas.

Na sexta parte exploro o desejo de maternidade e as estratégias traçadas por um casal de mulheres lésbicas venezuelanas para conseguirem realizar o seu sonho. Um acontecimento trágico força a reorganização das dinâmicas de cuidado e expõe como um grupo de mulheres lésbicas tece vínculos de parentesco e estratégias de “cuidado comunitário” (GUIMARAES; VIEIRA, 2020) entre si.

Enquanto os dois primeiros casos trazidos, nas seções dois e três, dizem a respeito de situações relacionadas a impossibilidades de ficar, com último caso, na sexta sessão, busco apresentar um contraponto e como um grupo de mulheres lésbicas artiteteu possibilidades de ficar a partir da constituição de um lar.

Diferentes sentidos dos “afetos” ganharam destaque no capítulo anterior. Durante a fase inicial de implementação LGBT+Movimento, os afetos estavam mais associados ao sentido de “afetividade”, comumente ligado a uma visão positiva deste. Com o avançar do tempo, a implementação de algumas reconfigurações administrativas e mudanças na forma de funcionamento da LGBT+Movimento passaram a disparar conflitos, e os afetos apareceram em

um sentido mais “hostil”, marcados por situações de ruptura e dissolução. Neste segundo capítulo, busco explorar outras dimensões dos afetos, sem deixar de levar em conta que os dois sentidos anteriores também permeiam os casos trazidos aqui, mas escolho dar maior centralidade a estas outras dimensões citadas a seguir. De um lado, gostaria de ressaltar as expectativas e aspirações, que organizam as ansiedades, incertezas, medos e esperanças/desilusões associadas as *impossibilidades do ficar* vivenciadas por algumas das interlocutoras que fazem parte deste capítulo. De outro lado, os afetos aparecem em sua dimensão mais relacional, como aquilo que garante a sustentabilidade da vida e que conformam as agências e redes informais de ajuda tecidas entre os sujeitos, sobretudo, no enfrentamento de contextos adversos marcados pela precariedade.

2.1 Irregularidades administrativas na pandemia e o debate público

No dia 17 de março de 2020, a portaria interministerial nº 120 é publicada, abrindo uma série de sucessivas portarias⁶³ que, a seu tempo, atualizaram as medidas sobre a restrição de entrada de migrantes e refugiados no Brasil durante a crise sanitária. Essa portaria restringiu, especificamente, a entrada de não-nacionais oriundos da república bolivariana da Venezuela e apenas por rodovias e meios terrestres. Mesmo com a maioria dos casos confirmados concentrados no eixo Rio-São Paulo e com as primeiras pessoas infectadas tendo retornado de viagens recentes a países europeus (via aérea), a primeira portaria que tratava da restrição de entrada de pessoas no país determinou, com especificidade, a restrição à venezuelanos pela via terrestre, justamente a mais utilizada por esses migrantes para travessia da fronteira em Pacaraima⁶⁴.

As restrições impostas por essas portarias faziam exceção a migrantes com: 1) residência definitiva; 2) profissionais a serviço de organizações internacionais; 3) funcionário estrangeiro acreditado; 4) transporte de cargas e execução de ações humanitárias

⁶³ Seguem os números das portarias com ordem estabelecida pelas respectivas datas de publicação no Diário Oficial da União (DOU) até a reabertura da fronteira com a Venezuela : 120 (17/03/2020), 125 (19/03/2020), 126 (19/03/2020), 132 (22/03/2020), 133 (23/03/2020), 47 (26/03/2020), 149 (27/03/2020), 152 (27/03/2020), 158 (31/03/2020), 8 (02/04/2020), 195 (20/04/2020), 201 (24/04/2020), 203 (28/04/2020), 204 (29/04/2020), 255 (22/05/2020) e 319 (20/06/2020), 340 (30/06/2020), 1 (29/07/2020), 419 (26/08/2020), 456 (24/09/2020), 470 (02/10/2020), 478 (14/10/2020), 518 (12/11/2020), 615 (11/12/2020), 630 (17/12/2020), 648 (20/12/2020), 651 (08/01/2021), 652 (25/01/2021), 653 (14/05/21), 654 (28/05/2021) e 655 (23/06/2021).

⁶⁴ A fronteira terrestre entre Venezuela e Brasil foi a primeira a ser fechada e a última a ser reaberta, ainda em regime parcial, no dia 24 de junho de 2021. Vale lembrar que as fronteiras áreas foram reabertas em 29 de julho de 2020, permanecendo pouco tempo fechadas.

transfronteiriças. O termo “residência definitiva”, presente nas portarias, é ambíguo pois não encontra amparo legal (VERAS, 2023) deixando confusa a interpretação sobre as exceções em relação a migrantes que possuíam autorização de residência por prazo determinado ou indeterminado, modalidade migratória comum para venezuelanos que solicitaram refúgio ou pediram autorização de residência temporária ou permanente. Pouco depois da instituição da portaria, começaram a pulular em grupos de *whatsapp* e reportagens jornalísticas⁶⁵, os casos de venezuelanos barrados na fronteira de Pacaraima.

Ademais, a portaria, que fez uso do termo “estrangeiro”, remetendo ao ultrapassado “Estatuto do Estrangeiro”, em voga durante a ditadura, também instituiu a “deportação imediata” e a “inabilitação do refúgio”. A primeira, produz uma espécie de “dispositivo de deportação ilegal” pois quebra os princípios prescritos na Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), que expressamente proíbe a deportação sem o devido processo legal (Fernandes e Baeninger, 2020). A segunda, tem como efeito prático a consequente devolução ou negativa da solicitação de refúgio, configurando restrição da Lei de Refúgio (Lei nº 9.474/1997), isto é, a quebra de acordos internacionais previamente estabelecidos pelo país, como o Estatuto dos Refugiados (1951).

Dois dias após a publicação da Portaria nº 120 alguns representantes da sociedade civil publicaram uma nota técnica⁶⁶ conjunta, levantando críticas sobre as medidas impostas na portaria e apontando os efeitos desta na vida de migrantes e refugiados. O argumento central da nota apoia-se na falta de transparência em relação às recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sob as quais a portaria nº 120 justifica os precedentes sanitários para restrição da entrada de migrantes no país. É sublinhado também o caráter discriminatório aos nacionais venezuelanos e as impropriedades técnicas que compõem o texto da portaria, que acaba por dar brechas a violações de direitos.

A implementação da Portaria nº 120 e das portarias subsequentes, que mantiveram as exceções não aplicáveis a nacionais venezuelanos, foram na contramão do que se tem promovido para recepção dos mesmos, sobretudo aqueles que adentram o país pela fronteira com o Estado de Roraima. Desde 2018 o governo federal brasileiro atua junto a governos estaduais e municipais, as Forças Armadas, a órgãos do Judiciário, a agências internacionais e

⁶⁵ Uma reportagem que foi veiculado no Jornal Nacional no dia 18 de março, demonstra agentes da Polícia Federal negando a entrada de migrantes que apresentam o documento de identificação oficial de migrantes e refugiados no país, a Carteira Nacional de Registro Migratório (CRNM). A reportagem está disponível no link : <https://globoplay.globo.com/v/8410920/>

⁶⁶ Disponível em: <https://raconhecimento.net/product/nota-tecnica-da-sociedade-civil-sobre-portarias-no-120-e-125-referentes-a-restricao-excepcional-e-temporaria-de-entrada-no-brasil-de-pessoas-oriundas-de-paises-fronteiricos-exceto-uruguai/>

a organizações da sociedade civil na implementação da Operação Acolhida⁶⁷ (OP), definida pelo governo brasileiro como uma força-tarefa organizada como resposta ao intenso fluxo migratório de venezuelanos para o país. Criada com objetivo de “garantir o atendimento aos migrantes e refugiados venezuelanos” e “realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita” dessas pessoas para outras cidades do Brasil, a OP parece ter como objetivo o avesso do que as portarias pandêmicas colocaram em vigor.

Além disso, o governo brasileiro já havia promovido outros passos na intenção de proporcionar “facilitações burocráticas” a venezuelanos que desejam viver no país, como, por exemplo, o reconhecimento da situação de “grave e generalizada violação dos direitos humanos” que acontece na Venezuela⁶⁸, facilitando o processo de reconhecimento da solicitação de refúgio de venezuelanos. Somados também à Portaria nº 9 e Portaria nº 15, ambas de 2018⁶⁹, que facilitaram a regularização migratória dos mesmos por meio da modalidade de autorização de residência, para além da possibilidade de solicitação de refúgio.

Com a pandemia do Covid-19, esse cenário sofre graves impactos pela implementação das portarias interministeriais e a “simplificação burocrática” dá lugar a uma política de “normalização de absurdos e ilegalidades”, como denunciou o defensor público federal João Chaves durante o evento virtual “Fronteira Brasil e Venezuela: o impacto da política migratória brasileira no fluxo de migrantes venezuelanos”⁷⁰. Em sua fala o defensor chamou atenção para

⁶⁷ É importante notar que a implementação da Operação Acolhida, também foi atravessada por marcos legais e iniciativas que a antecederam e propiciaram uma série de avanços nos direitos de migrantes no Brasil. Como descreve Navia (2017), desde 2014, com as atividades comemorativas dos 30 anos da declaração de Cartagena e a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) o Brasil procurou produzir insumos para formulação da Política e do Plano Nacional de Migrações e Refúgio na intenção de modificar o Estatuto do Estrangeiro, cuja criação datava do período da ditadura militar. Em 2016 a Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei 2.516/15 que modifica o Estatuto e cria a Lei da Migração, que foi, por sua vez, aprovada em 18 de abril de 2017 e sancionada pela presidência da república no mês seguinte. Esses marcos em conjunto com a criação e reativação de comitês estaduais para migrantes e refugiados e a assinatura de uma série de acordos para cooperação técnica entre agências da ONU e governo federal contribuíram para que avanços no campo dos direitos de migrantes fossem conquistados, evidenciando também o crescente interesse e mobilização sobre as questões voltadas à migração e ao refúgio no Brasil.

⁶⁸ O fundamento da decisão analisa elementos da Declaração de Cartagena de 1984, da qual o Brasil é signatário, e leva em consideração toda a situação fática na Venezuela de grave violação dos direitos humanos de nacionais e residentes em seu território. A nota técnica completa, que contextualiza marcos históricos e sociais que levaram a essa decisão, pode ser acessada: https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1564080197.57/sei_mj-8757617-estudo-de-pais-de-origem-venezuela.pdf

⁶⁹ A Portaria nº 09 de 14 de março de 2018 disponibiliza uma alternativa migratória aos nacionais da Venezuela, criando uma hipótese de residência que atendessem a política migratória nacional. Como nem todo venezuelano busca a condição de refugiado, a residência temporária prevista nesta portaria foi apresentada como uma alternativa viável de regularização a pessoas que chegam ao Brasil em condição de vulnerabilidade e que não se enquadram nas demais hipóteses previstas na Lei de Migração (Lei nº 13.445/17). Já a Portaria nº 15 de 27 de agosto de 2018 reduziu as exigências de certos documentos antes requisitados na solicitação de residência temporária.

⁷⁰ Evento aconteceu no dia 12 de julho de 2021 e foi organizado pelas organizações da sociedade civil Conectas, Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), Missão da Paz, Franciscanos International, Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS) e pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania em conjunto com a

o grande número de portarias que trataram da restrição de entrada de migrantes no país em um ano e meio de pandemia, sublinhando também o caráter discriminatório das mesmas com migrantes venezuelanos⁷¹. Em tom de denúncia, João Chaves ressalta a natureza inconstitucional e ilegal das medidas de deportação imediata e de inabilitação do refúgio⁷² e também destaca o caráter paradoxal da adoção dessas medidas frente às “respostas erráticas” no controle sanitário-epidemiológico das fronteiras, que não previu em nenhum momento um modelo efetivo de rastreamento de contatos, testagem em massa e exigências de quarentena.

João Chaves, que integra o grupo de trabalho em migrações, apatridia e refúgio da Defensoria Pública da União (DPU), consolidou-se como um ator chave neste campo de tensões e disputas. Ele fez denúncias semelhantes durante uma matéria jornalística de sua autoria para o periódico Folha de São Paulo, intitulada “Parabéns pra quem?”, publicada no dia 20 de junho de 2021, data que marca a comemoração do dia internacional dos refugiados:

“A entrada por via terrestre está praticamente proibida, com exceção da fronteira com o Paraguai, e aqueles que desafiarem a norma estão sujeitos a deportação imediata e impedidos de solicitar refúgio. Sob a alegação de emergência sanitária, que sequer se sustenta segundo especialistas da USP e contraria seu discurso cotidiano de leniência com o vírus, o país impede que pessoas vindas da Venezuela, reconhecidas pelo próprio Brasil como vítimas de graves violações de direitos humanos, possam aqui residir de modo regular e expor sua situação de refúgio. Mais que isso, deporta-as sem lhes garantir um processo justo, contrariando o princípio de não devolução ou rechaço (“non-refoulement”) consagrado pelo Estatuto dos Refugiados de 1951, pelo direito internacional e pelas Leis de Migração (2017) e de Refúgio (1997) (CHAVES, 2021)

Sobre as deportações, o defensor afirma haver “uma tendência internacional” na adoção do modelo de deportações imediatas ou, no inglês, *pushbacks deportations*, que vem violando os direitos de defesa dos sujeitos e desrespeitando provisões legais dos direitos humanos. Em dados do relatório anual do Observatório das Migrações (OBMigra), sobre os movimentos pelos postos de fronteira, a única categoria que apresentou crescimento entre janeiro e agosto de 2020

Defensoria Pública da União, o Instituto Migra e o Grupo de Pesquisa e Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da Universidade de Santa Maria (MIGRAIDH).

⁷¹ O defensor sublinha que a Portaria nº120, que anunciou o fechamento da fronteira seca com a Venezuela, já previa tratamento discriminatório a venezuelanos, em momento que fronteiras aéreas mantinham-se abertas à entrada de pessoas vindas do continente Europeu, então epicentro da pandemia, sem maiores protocolos sanitários ou restrições. Além disso, momentos em que as portarias pareciam sofrer relaxamentos em suas restrições, a exemplo da abertura da fronteira com o Paraguai em outubro de 2020, as restrições para venezuelanos mantinham-se sem alteração. Migrantes venezuelanos também foram também privados de circular na região fronteira e mesmo se tivessem autorização de residência temporária ou permanente, solicitação de refúgio ou refúgio reconhecido, uma vez que deixassem o território brasileiro, eram impedidos de retornar. O tratamento discriminatório a venezuelanos também é exposto em Rusheivili e Truzzi (2020), Fernandes e Baeninger (2020) e Veras (2023).

⁷² Para discussão mais detalhada sobre esses aspectos no campo jurídico ver Greco (2020) e Veras (2023).

foi a saída de não nacionais deportados, expulsos ou exilados, com aumento de 969,1% em comparação com o ano anterior (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

O tema também ocupou espaço nos veículos midiáticos, como foi levantado por Camila Asano, diretora de programas da organização da sociedade civil Conectas, durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que aconteceu no dia 4 de agosto de 2021. Camila cita uma matéria publicada no portal G1 e veiculada no canal de televisão GloboNews, em que aponta um aumento de 5.708% nas deportações em 2020 no Brasil (SOUSA; LEITE, 2021). A matéria utiliza dados da Polícia Federal e compara o aumento frente a 36 casos de deportações registrados no ano de 2019. Tanto o relatório quanto a matéria citada indicam que o crescimento nessas expressividades numéricas se deve à implementação das portarias interministeriais durante a crise sanitária que, por sua vez, operacionalizaram as deportações. A diretora de programas da organização também cita que um dos efeitos das portarias foi a produção de uma situação de “domínio pelo medo, situação de terror”, pois estando em situação de irregularidade migratória as pessoas “estão em constante medo de serem deportadas”.

Acerca de episódios dramáticos que circularam no debate público, o defensor João Chaves lembrou que as deportações imediatas individuais e coletivas foram proibidas por decisão judicial apenas na região fronteira com o município de Pacaraima, após a tentativa de deportação de 55 indígenas da etnia Warao que cruzaram a fronteira entre Venezuela e Brasil no dia 7 de janeiro de 2021. Depois de 18 dias de deslocamento a pé, os indígenas foram detidos e encaminhados para deportação pela Polícia Federal local, situação que gerou ação civil pública (ACP) da Defensoria Pública da União (DPU) em conjunto com Ministério Público Federal (MPF) para impedir a deportação. Outro episódio que também ganhou grande repercussão na mídia (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2021) e foi citado na fala do Secretário Executivo da Cáritas Diocesana de Roraima, Ronildo Rodrigues, durante o mesmo evento virtual, foi a invasão policial da “casa das irmãs”, também chamada de Casa São José em Pacaraima. A invasão por policiais armados e encapuzados durante a manhã do dia 17 de maio de 2021 resultou no encaminhamento de cerca de 55 mulheres e crianças venezuelanas para deportação, mesmo após a proibição gerada pelo caso dos Warao, anteriormente citado. O impedimento da deportação também ocorreu por meio ACP da DPU junto ao MPF.

Os casos que serão retratados nas próximas sessões demonstram aspectos diferenciais, não mais ou menos importantes destes que ganharam destaque no debate público, mas que complementam e devem ser levados em conta para pensar como a pandemia do Covid-19 também provocou (re)configurações nas dinâmicas afetivas dentro do governo do refúgio.

Minha intenção não é disputar pelo sentido ou pela importância desses acontecimentos, me alinho as denúncias colocadas pelos atores acima, entretanto minha atuação na LGBT+Movimento e a proximidade com as interlocutoras demonstraram que a “deportação imediata” e o “medo” associado a ela pelo debate público aparecem associados a outros afetos e situações que não se restringem a estes. Outros afetos, como a esperança, a desilusão, a ansiedade, que não foram citados nas denúncias, reportagens jornalísticas e artigos, irão aparecer misturados às *impossibilidades de ficar* vivenciadas pelas interlocutoras, conceito que irei desenvolver ao longo do capítulo. Apesar das medidas excepcionais instauradas na pandemia, o quanto há de ordinário nas experiências afetivas dessas mulheres no encontro com aparatos administrativos? Um olhar para os regularidades e irregularidades afetivas e para as relacionalidades que vão sendo tecidas por essas mulheres durante suas trajetórias de mobilidade ou diante de uma tragédia, pode nos fornecer pistas sobre o papel dos afetos no governo desses sujeitos e como o evento da pandemia (re)configurou essas dinâmicas.

2.2 “Ya no teníamos esperanza”

No dia 2 de abril de 2021 eu e Eduardo (nome fictício), conversávamos pelo aplicativo *Whatsapp* sobre seu recém retorno a cidade do Rio de Janeiro. Eduardo é um homem trans venezuelano que conheço desde 2019 e com quem construí uma relação de amizade, ele também foi interlocutor na minha pesquisa de mestrado que antecedeu sua transição de gênero. Em meio a nossa conversa, Eduardo gravou um áudio anunciando que queria me fazer uma pergunta:

Amiga, eu tenho umas amigas de minha mãe que estão aqui no Brasil, elas não têm muito tempo aqui, só que elas tã em Santa Catarina... Aí, elas perguntaram se aqui no Rio de Janeiro elas conseguiam tirar a documentação delas. Porque não tão conseguindo trabalhar por lá. Aí, elas perguntaram pra mim se aqui no Rio de Janeiro eu conheço alguém que pode fazer a documentação delas. São três sapatão muito, mas muito amigas de minha mãe, elas me conhecem desde criança. Aí, queria saber se você consegue fazer isso, amiga? (Transcrição de áudio do aplicativo *Whatsapp* – 2 de abril de 2021)

Apesar das sanções aprovadas sobre a restrição da entrada de migrantes pelas fronteiras e a implementação de algumas medidas do tipo “lockdown”, a pandemia do Covid-19 determinou um aumento nas demandas por atendimento na LGBT+Movimento. Esse efeito não foi premeditado, no primeiro mês tínhamos que esse evento pudesse abalar drasticamente a intimidade que mantínhamos com as pessoas atendidas, pois as dinâmicas de atendimento não

poderiam mais ser presenciais. Entretanto, passamos a redesenhar junto das pessoas novas formas possíveis de atendimento e manutenção das nossas relações.

Nos primeiros oito meses da pandemia, realizei atendimentos remotos, que por toda natureza do contexto de distanciamento, aconteciam em meio a longas conversas de telefone ou extensas trocas de mensagens, áudios e chamadas de vídeo de *Whatsapp*, que muitas vezes não começavam pela demanda do atendimento em si, mas por demandas de natureza mais abstrata como: “preciso de ajuda com um negócio aqui” ou apenas um “preciso falar com você”. No desdobrar da contação de fofocas, preocupações, queixas e atualizações sobre o cotidiano, surgiam dúvidas e pedidos de ajuda.

A mensagem de Eduardo, transcrita acima, veio em meio a uma dessas nossas “charlas”. Eduardo provavelmente não me perguntaria, antes da pandemia, se poderíamos fazer a documentação das amigas de sua mãe, ele sabia que esse era um dos serviços oferecidos pela LGBT+Movimento. Mas Eduardo também sabia que muitos migrantes e refugiados venezuelanos estavam enfrentando problemas para ter acesso aos documentos. A pandemia intensificou as ambiguidades que já rondavam esse assunto.

Em 16 de março de 2020 a PF lançou um Oficial Circular Diretoria Executiva de Comunicações e Mídias Digitais (DIREX) nº 04, prorrogando o prazo de vencimento de protocolos, carteiras e outros documentos relativos às atividades de Regularização Migratória até o final da situação de emergência em saúde pública. O atendimento nas DELEMIG ficaram limitados apenas a “casos emergenciais”, isto é:

Os pedidos de regularização migratória só serão atendidos nos casos em que a comprovação da condição do imigrante seja indispensável para o exercício inadiável de direitos essenciais, como, por exemplo, situações laborais que gerem penalidades ao empregador e nas hipóteses de incidência de transplante de órgãos. Não serão processados, diante da falta de urgência, os pedidos referentes à Naturalização e à Igualdade de Direitos e Obrigações. [Mensagem Oficial Circular DIREX nº 04]

Apesar da prorrogação dos prazos para regularização migratória no âmbito legal, no cotidiano de migrantes e refugiados isso representou um aumento nas dificuldades de acesso a serviços públicos, como equipamentos do SUS e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); a benefícios sociais, como o auxílio desemprego e o auxílio emergencial da pandemia e ao acesso a vagas de emprego formal. Isto é, na teoria, a pessoa estava em situação migratória regular, mas como ela iria convencer o agente bancário, que liberava o saque o auxílio emergencial que na prática, o seu documento, muitas vezes uma folha de papel marcada, rasgada e sem cor, que trazia a data de validade expirada, estava, na verdade, na validade? A necessidade de ter que argumentar, reclamar, “causar” toda vez que encontravam uma barreira

de acesso, fazia ecoar os “afetos hostis” (DÍAZ-BENITEZ; GADELHA; RANGEL, 2021) ligados à humilhação. Do outro lado, o desconhecimento sobre os documentos migratórios; as formas de regularização migratória e novas diretrizes normativas aprovadas durante a pandemia, por parte de instituições públicas e privadas como hospitais, bancos, centros de referência em assistência social (CRAS/CREAS) e empresas, impactou na intensificação de situações de privação de acesso a direitos pessoas migrantes e refugiadas.

Com muitas dificuldades no acesso a diversos serviços e direitos⁷³, muitos migrantes e refugiados passaram a procurar a LGBT+Movimento na tentativa de renovar seus documentos ou mesmo começar processos de regularização. A PF de São Paulo anunciou a retomada dos agendamentos para o dia 30 de julho de 2020, mas a PF do Rio de Janeiro não tornou público nenhum anúncio do tipo. Na prática, entrávamos todos os dias no sistema de agendamentos da PF e ele permanecia sem horários e dias de agendamento disponíveis ou mesmo fora do ar. Alguns migrantes, que podiam pagar pelas passagens de transporte, passaram a ir a DELEMIG pessoalmente, na busca por atendimento. A grande maioria tinha atendimento negado, mas alguns poucos conseguiam resolver suas demandas ou voltavam com a lista de documentos faltantes para completar o atendimento e com isso circulavam rumores em ambas as direções, que a PF estava funcionando e que também não estava. Os casos que eram atendidos não eram mais ou menos urgentes do que os que tinham atendimento negado, muitas vezes eram casos semelhantes. A arbitrariedade em relação aos atendimentos a migrantes e refugiados nas delegacias da PF já foi descrita em diversas etnografias (FACUNDO, 2014; HAMID, 2019) entretanto, no contexto da pandemia, a falta de informações, a grande demanda reprimida, o agravamento das situações de precariedade vivenciadas pelas pessoas e as muitas dificuldades de acesso a benefícios, como o auxílio emergencial, adicionavam camadas importantes de tensão a busca por regularização migratória. O caso exposto a seguir irá demonstrar como as irregularidades administrativas, que vieram à tona com o pandemia do Covid-19, também produziram irregularidades afetivas ao modificar os afetos relacionados a regularização migratória. Se antes da pandemia, à regularização migratória e o tempo despendido para consegui-la estavam mais associados à esperança, com a pandemia a regularização migratória passou a ser experienciada como incerteza, medo e desilusão.

⁷³ Foi lançado em 11 de agosto de 2020 um Ofício Circular da DPU [n° 3870322/2020](#) que se dirigia a atendentes dos mais diversos serviços, orientando-os acerca da inexigibilidade de renovação dos documentos vencidos de migrantes. Em muitas ocasiões mandamos esse ofício às pessoas que estavam experienciando entraves no acesso a serviços, porém, o documento mostra-se ilegível, isto é, raramente o ato de mostrar o ofício modifica a situação de impedimento. Na prática, o ato de mandar o ofício e tentar que as pessoas migrantes argumentassem sobre seu conteúdo na busca por acesso a serviços, gerava raiva e frustração e comentários como: “isso não vale de nada”.

Alguns dias depois Eduardo me mandou uma mensagem dizendo que “as tias” haviam chegado em sua casa e me mandou fotos dos documentos delas. Foi quando descobri que Andy, Karla e Day com respectivamente, 46, 47 e 57 anos, estavam indocumentadas, pois o único documento que elas tinham era a cédula de identificação venezuelana. Como a solicitação de refúgio estava inabilitada pela portaria nº 652, vigente na ocasião, a autorização de residência seria o único caminho possível para obter a regularização migratória. Devido ao regime instável de vagas para atendimento na PF, optei pela estratégia de tentar agendar Andy, Day e Karla, antes mesmo de nos encontrarmos pessoalmente. Como os agendamentos não estavam sendo imediatos e, quando aconteciam, tinham tempo de espera de pelo menos um mês, tínhamos tempo de nos encontrarmos para organizar os demais documentos requisitados.

Em algo que considere um “golpe de sorte” consegui agendá-las após uma semana de tentativas, para o dia 2 de junho. Quando fui contatá-las para dar a notícia, Andy me disse que as três estavam dentro de um ônibus a caminho de Saudades, município de Santa Catarina, onde ficava a casa da sobrinha de Day. Elas me disseram que já haviam “perdido as esperanças” sobre o agendamento, mas mesmo em deslocamento para outro estado, as três quiseram manter o agendamento e voltar ao Rio de Janeiro dias antes para organizar os outros documentos requisitados. Por 2 semanas, Andy me mandou muitas mensagens pedindo que eu não as “abandonasse” pois elas iriam arrumar algum jeito de retornar ao Rio de Janeiro.

No dia 18 de maio nos encontramos pessoalmente pela primeira vez, na sede da organização. O semblante das três era de tensão. Convidei-as para sentar e enquanto eu tirava o computador da bolsa, Andy me disse que eu as tinha que ajudar a “sacar los papeles” porque já estavam há quase dois meses sem trabalho. Karla comentou que a sobrinha de Day trabalhava em uma fábrica de roupas e já tinha conseguido as vagas para elas, mas que só as aceitariam se tivessem a documentação regular. Day, a mais velha das três, pegou em minha mão, me olhou nos olhos e pediu que eu promettesse que iria ajudá-las, pois estavam desesperadas, já não tinham mais dinheiro e nem para onde ir, precisavam trabalhar. Esse gesto também me deixou um tanto nervosa, pois não estava acostumada a atender migrantes venezuelanos que se sentiam ameaçados de não conseguirem seus documentos migratórios. Em sua maioria, os venezuelanos, mesmo recém-chegados ao Brasil, vinham até a organização em situação migratória regular, tendo conseguido os documentos ainda em Roraima ou no Amazonas. Essa situação de incerteza e medo causada pela irregularidade migratória, muito marcada na narrativa das três, era algo inédito para mim nos atendimentos a venezuelanos.

Prossigui o atendimento como de costume, começando pelo preenchimento de uma ficha que se inicia com um breve relato de história pessoal. Pedi a elas que contassem um pouco

sobre sua trajetória de saída da Venezuela e chegada ao Brasil. Nesse momento as três intercalaram, de forma espontânea, suas falas e eu fiz algumas perguntas complementares, sobretudo para organizar datas. Copio aqui parte do que registrei em português sobre suas narrativas, feitas em espanhol, e que, posteriormente, complementei em um segundo encontro com elas, quando pude gravar a conversa. Não me preocupei em marcar a autora de cada fala, pois a trajetória foi em grande parte compartilhada pelas três.

Saímos da Venezuela em novembro de 2017, sem nunca pensar que teríamos que sair do nosso país. Só nos demos conta que tínhamos tudo lá, quando saímos. Fizemos sete dias de viagem à Colômbia e depois fomos ao Equador. No Equador, ficamos 6 meses tentando tirar os papéis, mas eram demasiados papéis e não conseguimos. Vendíamos chocolates e balas nos semáforos, mas tudo que ganhávamos gastávamos com o aluguel. Depois fomos ao Peru, lá tinha muita pobreza, as coisas eram mais difíceis ainda. Trabalhamos duro nas colheitas de uvas... nos exploravam muito, era um trabalho muito duro. Acordávamos às 3h da manhã e saímos às 6h, voltamos 4 horas da tarde e dormíamos muito cansadas. Era um trabalho de homem, mas que botavam só mulheres e se você não colhia o suficiente era cortada do trabalho. Em dois anos de trabalho nos sentíamos exploradas, o dinheiro era pouco e estávamos cansadas demais. Nós nos apoiávamos, chorávamos muito, estávamos cansadas. O que podíamos fazer?

Uma amiga venezuelana me falou que o Brasil ajudava mais os venezuelanos. Day falou com sua sobrinha e decidimos vir ao Brasil, pegamos uma lancha em *Desaguadero* no dia 25 de março e cruzamos para La Paz (Bolívia). Tentamos atravessar por fora da fronteira, mas pararam Karla e viram que ela era estrangeira. Pediram dinheiro para deixá-la passar, perdemos muito dinheiro aí. Atravessamos para Corumbá (Brasil) por uma “trocha” e depois fomos à Casa de Imigração, onde nos trataram muito bem, nos deram comida e nos entregaram esse papel (peguei o papel e elas continuaram a falar). Fomos para Santa Catarina sem o selo [de entrada no país] e ficamos na casa da sobrinha de Day, que mora com seu marido e filho. A sobrinha de Day trabalha em uma fábrica de costura, nós fomos até lá, gostaram de nós, mas disseram que sem papel não podemos trabalhar. Nós estamos acostumadas a trabalhar, não gostamos de ficar encostadas.

Ninguém conseguia vagas na Polícia [Federal] para nós, tentamos falar com umas organizações, mas não nos respondiam, não sabíamos o que fazer. O que outros venezuelanos nos falavam é que sem selo [de entrada] não dava pra tirar os papéis. Alguns conhecidos falaram que se fossemos até a fronteira do Paraguai iriam dar selo para gente, porque essa fronteira estava aberta. Eu (Day) e Andy fomos então até Foz do Iguaçu e cruzamos a fronteira com o Paraguai, mas Karla não teve dinheiro para a viagem e ficou em Saudades. Por isso ela ainda tem o papel que recebemos em Corumbá. Na fronteira com Paraguai, Eu (Day) e Andy demos o papel no posto de polícia e dissemos aos policiais que havíamos recebido esse papel em Corumbá. O policial ficou com o papel e nos deu o selo. Voltamos para Saudades mas ainda não conseguimos agendar na polícia de lá. Foi então que falei com [nome civil de Eduardo], que conhecemos desde pequena. Não sabíamos que você iria conseguir a vaga, em verdade não tínhamos mais esperança nisso, não acreditamos quando você ligou. Tentamos muitas organizações, mas ninguém nos respondia, mandavam uma mensagem um dia e depois demoravam... não tínhamos mais tempo.

Day e Karla têm sua mãe na Venezuela e eu (Andy) tenho nove irmãs lá. Elas dependem do dinheiro que mandamos, tem muita fome lá e nós não temos filhos, somos lésbicas, não tem

ninguém que nos ajude. Nós nos ajudamos entre nós, mas não temos filhos, temos que trabalhar.

O papel que as três haviam recebido em Corumbá - e que agora apenas Karla possuía - era uma “Notificação” da Polícia Federal classificando-as como “Clandestino fora do ponto de Migração” (ver Figura 1) e expressava que “diante da restrição excepcional e temporária de entrada de estrangeiros no país, imposta pela Portaria nº 652 de 25/01/2021” elas eram notificadas que deveriam “deixar o país no prazo de 60 dias, sob pena de DEPORTAÇÃO”. Ao final do documento estava sublinhado que não seria procedida a regularização migratória em consonância com a portaria, seguida da assinatura de Karla e do agente federal que expediu o documento.

Figura 1 – Notificação de Deportação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJPSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CORUMBÁ/MS
UMIG/NPA/CRA/PF/MS

NOTIFICAÇÃO

Ao(s) 25 dias do mês de março de 2021, perante o Agente de Polícia Federal, matrícula _____, compareceu o(a) visitante/imigrante _____, filho (a) de _____, nacional do país VENEZUELA, nascido(a) aos _____, sexo FEMININO, com endereço na _____, classificado(a) como CLANDESTINO FORA DO PONTO DE MIGRAÇÃO, portador(a) do(a) identidade nº _____, tendo ingressado clandestinamente no País em 25/03/2021, pela cidade de CORUMBÁ-MS, diante da restrição excepcional e temporária de entrada de estrangeiros no País imposta pela *PORTARIA Nº 652 de 25/01/2021*, é **NOTIFICADO(A)**, por entrar em território nacional sem estar autorizado(a), a deixar o País no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de DEPORTAÇÃO. Registro que o não cumprimento do artigo 8º, II, da mencionada Portaria se deve à indisponibilidade de meios para dar efetividade à medida, haja vista que a migração Boliviana não está aceitando a deportação de estrangeiros que não comprovem a sua estada na Bolívia. Ainda em consonância com a PORTARIA e a NOTA INFORMATIVA Nº 02/2021-DRM/CGPI/DIREX/PF, não será procedida à regularização migratória. Nada mais havendo, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, é assinado pelo(a) notificante, pelo(a) notificado(a) e pelas testemunhas que assistiram à lavratura.

NOTIFICANTE: _____

NOTIFICADO (A): _____

TESTEMUNHAS:

1 _____
Id _____

2 _____
Id _____

Fonte: Acervo LGBT+Movimento

Já havia quase dois meses que eu acompanhava este caso e essa foi a primeira vez que fiquei sabendo, apenas com o papel em mãos, que elas estavam sob pena de deportação. Quando perguntei a elas o que compreendiam desse papel, afirmaram ter entendido que o selo de entrada

não poderia ser dado na fronteira em Corumbá, que estava fechada, e que elas precisavam deste em até 60 dias para se regularizarem. Em momento nenhum a deportação apareceu entre os medos e ansiedades anunciadas por Andy, Day e Karla. Era, entretanto, a incerteza, na forma da espera e do adiamento da regularidade migratória que apareciam como fantasmas.

Decidi conversar com um policial federal que carrega certa empatia pela temática “LGBTI+” e que, eventualmente, nos ajuda com casos mais sensíveis. Expliquei a ele a situação das três e ele disse que era uma “questão de sorte”, pois as normativas estavam absolutamente “confusas”. Sua fala indicou que a depender do policial que as atenda, elas poderiam ter êxito ou não na regularização migratória, reforçando a arbitrariedade outrora descrita por outros migrantes e refugiados que tentavam atendimento. O policial, a fim de se assegurar, propôs que elas fossem até a PF no dia anterior do agendamento, pois ele estaria de plantão neste dia e poderia as “encaixar”. Felizmente, nesse dia, Andy, Day e Karla conseguiram iniciar seus processos de regularização migratória.

2.3 “Para pasar eso aquí, lo paso en mi país”

Em outubro de 2021, Maritza, interlocutora no primeiro capítulo desta pesquisa, me contou que sua irmã mais nova, Milagros, iria atravessar a fronteira junto da namorada, Erika. Nessa ocasião, Maritza estava trabalhando como articuladora comunitária na LGBT+Movimento, então nos encontrávamos toda semana durante os expedientes da organização. Era comum que Maritza recebesse ligações de áudio e vídeo da mãe, de uma das duas irmãs ou do irmão enquanto trabalhamos e acabávamos sempre falando bastante sobre esse tema. Maritza contou que Milagros e Erika iriam atravessar a fronteira com objetivo de chegar no Rio de Janeiro para morar com ela, e se animou com a possibilidade de ter sua “hermanita” por perto.

Segundo Maritza, Milagros sempre foi “sapatão”, mas escondia de sua mãe por medo, as duas tinham uma relação muito próxima. Seu sonho era ser jogadora de futebol profissional, ela já havia passado por alguns times de base na Venezuela e recebido convites para ir para outros países, mas a instabilidade no país atrapalhou seus planos. Em 2019, com 16 anos, mudou-se para Colômbia junto da família de sua namorada, Erika. Maritza me contou que a família de Erika também não sabia da relação romântica das duas e provavelmente não aceitariam pois eram muito “cristãos”, o que fez com que Maritza desaconselhasse a ida de Milagros para Colômbia. Sem encontrar muitas possibilidades por lá, Maritza disse que

Milagros passou a fazer “sexo virtual” em algumas plataformas digitais para conseguir juntar algum dinheiro. Sem explicar muitos detalhes, Maritza disse que a irmã ligou para ela e avisou que tinha que sair às pressas da casa da família de Erika, pois a mãe havia descoberto o relacionamento das duas e queria afastar ambas. Milagros e Erika, então, saem de Cúcuta, na Colômbia e começam a trajetória rumo a Santa Elena do Uairen, fronteira com Pacaraima. No dia 15 de outubro, ocasião em que Maritza me contou essas informações, Milagros e Erika estavam em Ciudad Bolívar, pouco mais de 700 quilômetros da fronteira com Pacaraima.

A portaria nº 655 de 23 de junho de 2021, determinou a primeira flexibilização da entrada de venezuelanos pela fronteira de Pacaraima desde a portaria nº 120 de 17 de março de 2020. Entretanto, ela não determinou a abertura total da fronteira, a única fronteira totalmente aberta permanecia sendo a do Paraguai⁷⁴. Em reportagem, o veículo midiático “A Folha de São Paulo”, disse ter tido acesso a uma reunião interna da OP que aconteceu no dia 24 de junho, onde foi dado o aviso sobre o limite de entrada de 50 pessoas por dia pela fronteira. Segundo a mesma reportagem, o militar que coordenava o encontro disse que a abertura parcial da fronteira tinha como objetivo principal “desestimular a entrada ilegal no país”. Alguns membros da sociedade civil e da DPU se manifestaram dizendo que as medidas eram insuficientes diante do cenário de demanda reprimida, pois acumulavam-se pessoas em Pacaraima, Boa Vista e entornos à espera da regularização migratória e muitas outras aguardavam para cruzar a fronteira. Algumas organizações, entre elas a Conectas Direitos Humanos chegaram a apresentar uma denúncia ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas contra o estado brasileiro, acusando-o de implementar políticas ilegais e discriminatórias contra migrantes em meio à pandemia do Covid-19⁷⁵.

A diretora de programas da organização, Camila Asano, acusou o governo brasileiro de criar “cotas migratórias”, referindo-se à limitação da entrada de venezuelanos na fronteira. Além disso, a portaria manteve a “inabilitação do pedido de refúgio” e “deportação imediata”, decisão considerada ambígua pela diretora da organização.

“Na essência, esta portaria continua usando a pandemia como desculpa para uma postura discriminatória e violadora da legislação brasileira sobre migração e refúgio. Enquanto turistas podem ingressar pela via aeroportuária, os migrantes e refugiados mais vulneráveis, que geralmente ingressam no país pela via terrestre porque não têm recursos para a passagem de avião, seguem sendo barrados nas fronteiras”
(Camila Asano, Diretora da Organização Conectas⁷⁶)

⁷⁴ A fronteira com o Paraguai foi a primeira a ser reaberta, no dia 17 de setembro de 2020.

⁷⁵ Para mais detalhes sobre a denúncia: <https://www.conectas.org/noticias/na-onu-conectas-denuncia-politica-discriminatoria-contra-migrantes-no-brasil/>

⁷⁶ Citação retirada da matéria: <https://www.conectas.org/noticias/com-restricoes-governo-volta-a-acolher-refugiados-venezuelanos/>

Em outra reportagem, do portal de notícias G1, o então coordenador da OP, general Antônio Manoel de Barros, explicou que um sistema de controle foi criado, após a flexibilização, para dar prioridade às pessoas que entram pela fronteira oficial, em detrimento daquelas que entram por rotas “clandestinas”, nas palavras do general. Nos meses posteriores à flexibilização, diversos veículos midiáticos reportaram as dificuldades enfrentadas por migrantes venezuelanos que cruzavam ou tentavam cruzar a fronteira. A trajetória de Milagros e Erika, que acompanhei, primeiramente, pelos relatos de Maritza e posteriormente, me comunicando diretamente com Milagros, mostra alguns aspectos desse período, onde apesar da flexibilização para entrada de migrantes pela fronteira e retomada dos serviços da OP o evento da pandemia do Covid-19 seguia intensificando algumas regularidades afetivas já anteriormente presentes na vida de pessoas migrantes e refugiadas, como a esperança e a desilusão.

No dia 25 de outubro Maritza me contou que Milagros e Erika decidiram atravessar a fronteira pelas *trochas* após ouvir rumores sobre as filas para entrada regular na fronteira. Segundo ela, Milagros tinha dito que iria ser mais “seguro” pois estavam roubando os pertences de pessoas nas filas durante a noite. Durante dois dias Maritza ficou muito ansiosa sem notícias da irmã, somente no dia 27 Milagros conseguiu colocar crédito no celular para se comunicar. Disse a irmã que havia cruzado a fronteira, feito um cadastro e o teste de Covid-19. Naquela noite as duas iriam dormir em um quarto de hotel oferecido por um homem venezuelano que conheceram no caminho. Essa mensagem deixou Maritza apreensiva, ela me encaminhou as mensagens da irmã e me ligou algumas vezes para dividir a angústia diante daquela situação. Dizia estar com medo sobre a segurança da irmã em relação a esse homem desconhecido, afirmava que ela era uma “criança” e que a fronteira era muito perigosa. No final da noite ela disse que havia conseguido falar por telefone com a irmã e com o homem que ofereceu uma pernoite para as duas meninas, o que a deixou mais tranquila pois, segundo ela, “ele me disse que era da comunidade e que só queria ajudar”.

No dia seguinte recebi uma mensagem sua logo pela manhã: “Nati, deu merda/ Erika tem 17 anos/ Vão separar elas/ Elas estão com medo”, junto de vários *emogis* tristes. Erika não poderia dar início ao processo de regularização migratória como menor de idade desacompanhada, ela teria que fazer um pedido de emancipação junto ao Juizado de Menores. Além disso, como menor de idade desacompanhada ela também não poderia entrar nos abrigos da OP, a alternativa seria o encaminhamento para o Conselho Tutelar de Pacaraima que gere um abrigo para menores desacompanhados. Porém, nessa última alternativa, Milagros não

poderia ficar no mesmo abrigo. As duas optaram por permanecer juntas alugando um pequeno quartinho na casa de uma senhora brasileira, moradora de Pacaraima.

Maritza não falava de outro assunto quando nos encontrávamos durante os expedientes da LGBT+Movimento. Com 3 semanas desde a chegada das duas meninas ao Brasil, Erika teve a audiência de emancipação adiada pela segunda vez, o que a impedia de iniciar o processo. Eu estava me comunicando com uma agente de campo da UNFPA, que nos deu apoio anteriormente. Ela me disse que o tempo médio de passagem por todas as salas do Posto de Triagem (PTRIG) era de cerca de um dois mês, pois havia 4000 pessoas esperando pela Regularização Migratória e a PF só estava atendendo entre 40 a 60 pessoas por dia. A agente afirmou que a fila de espera só vinha crescendo desde a abertura parcial da fronteira e como o trânsito de turistas ainda estava fechado, era obrigatório que as pessoas que entrassem pela fronteira se regularizassem para conseguirem se deslocar⁷⁷.

Em dada ocasião Maritza e Milagros tiveram uma discussão e Milagros passou a se comunicar diretamente comigo. Sua rotina diária era chegar às sete horas da manhã no PTRIG para checar qual data de entrada estavam chamando em cada uma das seis salas de triagem. Com quase quatro semanas, Erika finalmente conseguiu o documento de emancipação e iniciou o processo de Regularização Migratória. Milagros me disse que as duas estavam se sentindo mais inseguras nas últimas duas semanas pois estavam “passando cosas feas aca”. Na manhã daquele dia disse ter visto os corpos de dois meninos mortos em um terreno baldio perto da casa em que está ficando. Não era a primeira vez que isso acontecia, me disse. Ouviu rumores que os meninos faziam transporte de drogas. Disse ainda que havia muita violência em toda parte, que havia muitas pessoas, todos cansados, com fome e estressados, que aconteciam muitos roubos e circulavam rumores que nos abrigos estavam também cada vez mais inseguros, com muitos “malandros”⁷⁸.

Na quinta semana desde sua chegada a Pacaraima, Milagros e Erika conseguem tirar o protocolo de refúgio e o cadastro de pessoa física (CPF) e ao chegar na última mesa do PTRIG sinalizam o desejo de realizar a modalidade de interiorização por Reunião Familiar. A equipe lhe diz que um voo para o Rio de Janeiro deve demorar entre cinco a seis meses no mínimo, pois há muitas pessoas esperando. Para darem entrada no processo de interiorização por Reunião Familiar, é preciso que Maritza envie alguns documentos que comprovem as

⁷⁷ Milagros havia cogitado a possibilidade de viajar apenas com a cédula de identificação venezuelana, isto é, como turista. Porém o tráfego de turistas seguia suspensos pelas portarias interministeriais e a prática era incerta.

⁷⁸ A palavra “Malandros” é comumente utilizada por venezuelanos para se referir a pessoas que praticam atividades criminosas

“condições financeiras e sociais” para receber familiares. Os documentos exigidos do “Receptor” eram: (1) Protocolo de Residência fixa ou temporária ou Protocolo de Refúgio; (2) Contrato de Aluguel com firma reconhecida do locador ou Comprovante de Residência (água, luz ou gás); (3) Termo de Compromisso.

Maritza chegou aflita no expediente da LGBT+Movimento, pois havia acabado de receber a mensagem de Milagros com a listagem de documentos exigidos para o procedimento de interiorização. Sua aflição vinha da dúvida sobre como conseguir tais papéis. Morando recentemente na favela do Marcão em Rio das Pedras, Maritza não recebia as contas da quitinete e não possuía contrato de aluguel. Tentou conseguir o comprovante de residência com a assistente social do CRAS onde era atendida, mas não obteve sucesso. Tentou então conseguir o comprovante de residência junto a associação de moradores de Rio das Pedras. Foi diversas vezes no endereço, mas não encontrava ninguém. Somente depois de algumas tentativas ela descobriu que a sede havia mudado de endereço recentemente. Maritza foi até a nova localização, mas por ser véspera de Natal, a associação estava em recesso, o que deixou Maritza ficou desconfiada. Ela me mandou mensagens contando a situação e dizendo que achava que tudo isso era mentira, que lá não gostavam de “trans” e nem de “venezolanos”. Uma amiga de Maritza, que também é uma mulher trans atendida na LGBT+Movimento, deu o comprovante de residência para Maritza e disse que poderia assinar o termo de compromisso de sua irmã.

Nas primeiras semanas de dezembro o clima de tensão em Pacaraima passou a se intensificar. Milagros me gravava vídeos de protestos e carros de som com “toques de recolher”, que defendiam a expulsão dos venezuelanos da cidade e o fechamento da fronteira. Milagros me disse que a morte de um comerciante brasileiro durante uma tentativa de roubo por dois homens venezuelanos foi o que fez com esses episódios se intensificassem, mas afirmou que eles já vinham acontecendo desde a sua chegada. Com a situação tensa na cidade, a senhora brasileira que as recebia pediu que elas deixassem a casa pois estava com medo pela sua própria segurança.

Milagros e Erika gastaram quase todas as economias pegando um ônibus até a casa de um amigo do irmão, que mora em Boa Vista. Alguns dias morando nesta nova casa Milagros pede ajuda para comprar comida para os três. Sem poder ainda abrir contas bancárias, pois só possuem o protocolo de refúgio, Milagros pede a conta bancária do amigo emprestada, mas a conta está negativa e isso faria com que o dinheiro fosse perdido. Ao fim do dia ela consegue encontrar uma loja que recebia e repassava pix, cobrando uma taxa pelo repasse.

Sem dar entrada no processo de interiorização, Milagros tentou buscar empregos em Boa Vista, mas só encontrou diárias que pagavam muito pouco. Perdemos contato durante um

tempo, Maritza me disse que Milagros vendeu seu celular para comprar comida. Voltei a falar com Milagros uma única vez em março, quase cinco meses depois de sua chegada ao Brasil, ela me escreveu uma mensagem pedindo ajuda para voltar a Venezuela, depois disso não tive mais notícias suas, copio aqui a mensagem.

Creo que me devolvere a Venezuela porque imaginase aqui no es fácil. Yo lo sabía, pero no pense que seria asi. Pense que las cosas seriam mejores. Que mi Hermano me ayudaria a llegar a Rio. Aca no hay trabajo y la comida esta acabando. Los abrigos estan llenos. Las cosas son lejas no tenemos para las pasages. Para pasar eso aqui paso en mi pais. Mi Hermano me pinto ese pais como unas cosa y fue outra cosa. Mi Hermano me disse que seguro estaríamos juntos, que la Operacion Acolhida hacia de todo por los venezolanos y que la organizacion de gays y lesbianas iba nos ayudar tambien. Todo una gran decepcion, yo necesito sueños no eso. Ayuden com las pasages para la frontera, por favor, nos queremos ir de aqui.

2.4 As Impossibilidades de Ficar

As experiências vivenciadas por Andy, Day e Karla e Milagros e Erika revelam dimensões afetivas importantes do governo do refúgio que perpassam uma multiplicidade de afetos como: esperança, desilusão, incerteza, ansiedade, medo, desespero, desamparo, humilhação e etc. Minha escolha foi a de olhar para essas experiências a partir da ideia de “impossibilidades de ficar” de Facundo (2017), propondo alguns outros desdobramentos.

Segundo autora, essas situações são marcadas pela “incerteza sobre a possibilidade e as condições futuras da permanência” isto é “o fato de não saber se é possível permanecer torna-se uma fonte de incerteza tão difícil de sobrelevar como aquela que experimentam em seus locais de origem quando não sabiam se teriam que partir” (p.282). Considerando os casos apresentados, sugiro que as impossibilidades de ficar são marcadas por duas dimensões distintas, mas que estão profundamente entrelaçadas: a primeira é a impossibilidade de ficar nos territórios que desejam, que, como discutirei, abrange questões relacionadas a mobilidade e imobilidade, a segunda dimensão é de uma ordem afetivo-temporal, pois considera que “ficar” só é possível quando associada a manutenção de uma esperança no futuro, essa segunda dimensão considera aspectos mais subjetivos dos desejos e da noção de tempo.

Como comentei na introdução deste capítulo que a “promessa de integração”, produzida pela governança migratória organizada diante do deslocamento massivo de venezuelanos no Brasil, é marcada, principalmente, por sua característica de inconclusividade, de uma promessa que nunca se conclui. Esta última é produzida pelo desenho de uma trajetória progressiva, que

conduz a uma certa “ficção institucional”, usando as palavras de Capdeville (2021), isto é, uma ficção criada por múltiplos atores envolvidos na OP que construíram uma trajetória de “tamanho único” (ORTEGA E BEHAGUE, 2020) que, supostamente, deveria servir a todos os migrantes e refugiados venezuelanos. O progresso linear que perpassa os três pilares da OP e culmina na chegada em um território “para além da fronteira” onde, hipoteticamente, se “começará a vida” (CAPDEVILLE, 2021) e onde, aparentemente, se concretizará a “retomada dos projetos de vida” (DÁROZ E CELESTINO, 2022, p.100), sustenta a “promessa de integração” inclusiva. Por “promessa” considero algo que se “espera” nos dois sentidos da palavra: como algo que se tem expectativa sobre e como algo que envolve dimensões temporais. Portanto, para considerar as *impossibilidades de ficar* vivenciadas por Andy, Day e Karla e Milagros e Erika é preciso olhar para as diferentes dimensões das impossibilidades de ficar que marcam suas trajetórias migratórias.

A saga pela regularização migratória de Andy, Day e Karla não teve início no Brasil. Nos destinos anteriores, Equador e Peru, elas não conseguiram os documentos de residência, o que determinou uma busca limitada por oportunidades de emprego, geralmente pouco remuneradas e com jornadas exaustivas, como foi a venda de doces no Equador e as colheitas de uvas no Peru, ambas culminaram na *impossibilidade de ficar* nesses dois países. No caso de Milagros e Erika o reingresso no ensino médio apresentava-se mais como uma barreira do que como uma solução, e as oportunidades de trabalho são ainda mais limitadas para aqueles que não tiveram formação completa e experiências prévias de trabalho. Milagros encontrou em plataformas digitais de sexo virtual a oportunidade de ganhar algum dinheiro e não depender totalmente da família de Erika. Porém, quando a família descobre a relação romântica das duas a impossibilidade de estar juntas torna-se uma *impossibilidade de ficar* que faz com que decidam partir para o Brasil. Nos dois casos, o entrecruzamento de múltiplos fatores diferentes contribuíram para a intensificação da impossibilidade de ficar. No caso de Andy, Day e Karla, a articulação entre *status* migratório irregular e a precarização do trabalho, e no caso de Milagros e Erika, a discriminação familiar em relação a orientação sexual e o desemprego, foram determinantes para que partissem.

Por impossibilidade de “ficar” não quero dizer o mesmo que impossibilidade de “fixação”, pois nem sempre a permanência tem, necessariamente, a ver com a fixação. As pessoas não precisam ser fixas para desejarem se fixar. Muitos venezuelanos que solicitaram refúgio e/ou que tiveram o refúgio reconhecido no Brasil, queixam-se em relação à restrição à mobilidade internacional. Todo solicitante de refúgio ou refugiado deve pedir autorização prévia ao CONARE para realização de viagens internacionais e/ou ao país de origem, sob pena

de arquivamento do processo de refúgio. É comum que “os tempos das viagens” não se adequem aos “tempos burocráticos” das autorizações. Este é um exemplo de como “ficar” não se restringe à “fixação”, mas engloba a necessidade de pensar na manutenção dos desejos de mobilidade como parte inerente da condição de “ficar”. No caso de Andy, Day e Karla e Milagros e Erika, apesar do aparente desejo de “fixação”, no sentido de “imobilidade”, o desejo é o de poder “ficar”, isto é “de poder ir e vir e também ficar”. Andy, Day e Karla comentaram diversas vezes sobre o desejo de voltar à Venezuela e de poder visitar amigas que estão em outras regiões do Brasil e Milagros e Erika também queriam poder voltar a Venezuela para visitar a mãe de Milagros e também ir visitar o irmão que estava no Panamá. Portanto, o desejo de ficar, além de englobar a mobilidade e a imobilidade também engloba afetos de nostalgia, sobre a vontade de ver parentes e amigos, de comer a comida de casa, de ver como as crianças que ficaram e estão crescendo ou como os mais velhos estão de saúde e etc. Dessa forma, o desejo de ficar, mantendo a possibilidade de escolher permanecer ou ir, também carrega dimensões afetivas.

Nessa leitura, a “fixação” está mais ligada aos efeitos de práticas administrativas de estado. A organização da OP em Roraima é um exemplo de como a construção de estruturas de “fixação” não significa dizer o mesmo sobre a construção de possibilidades de “ficar”. Em Pacaraima e Boa Vista existem diversos Postos de Triagem (PTRIG) da OP, que contam com escritórios de variadas agências internacionais e instituições governamentais que participam do governo do refúgio de venezuelanos. A construção desses postos administrativos em diferentes pontos do território tem um efeito de controle nas mobilidades, mas isso não quer dizer que estejam contribuindo para construção de “possibilidades de ficar”, como vimos no caso de Milagros e Erika. Isso não quer dizer que a “fixação” também não participe dos desejos dos sujeitos, ela se faz presente como efeito de alguns desejos de estado (BUTLER, 2002) como por exemplo o desejo de obter documentos. Milagros e Erika entraram pela fronteira de Pacaraima e iniciaram seus processos de regularização migratória junto ao PTRIG e ficaram vinculadas a esse território até o fim do processo, não podendo seguir para Boa Vista imediatamente. Os documentos, em geral, tem efeito de fixação, fazendo parte de um processo de desterritorialização de pessoas que tentam ser reguladas em territórios administrativos onde podem ser mais facilmente controladas (SOUZA LIMA, 2002). O efeito de fixação acontece também a migrantes e refugiados que ficam vinculados a determinados territórios porque têm seus processos administrativos ligados a determinada organização e assim, permanecem algum tempo orbitando esses locais até que seus processos tenham andamento. No caso de Andy, Day e Karla, o desejo pela regularização migratória produziu um efeito distinto: o de mobilidade por

diversos territórios diferentes. Mas, em geral, o desejo por documentos ou pela inclusão em benefícios socioassistenciais, como bolsa família ou o auxílio emergencial da pandemia, são desejos de estado (BUTLER, 2002) que tem como efeito a “fixação”, mas sem, necessariamente, que os sujeitos tenham desejado a “fixação” em si. É antes, um desejo por processos e objetos que trazem como consequência a fixação a determinados pontos administrativos.

O que está em jogo nas *impossibilidades de ficar*, portanto, é da ordem da esperança, do desejo de poder ficar, isto é, do desejo de poder ficar se um dia conseguir um emprego, se um dia puder estudar, se um dia puder ter acesso a serviços de saúde e etc. O sentido que estou tentando dar ao “ficar” está associado a possibilidade de ter esperança no futuro, ou seja, de fazer investimentos emocionais cotidianos na possibilidade de trabalhar, estudar, ter uma casa e etc, investimentos esses que não venham a se perder com a possível decisão negativa sobre essa possibilidade de ficar.

Nas trajetórias de Andy, Day e Karla e Milagros e Erika, a “espera”, tanto na sua dimensão dos afetos, que marca a expectativa na resolução futura, quanto na sua dimensão temporal, do ato de esperar, é uma dimensão marcante. A “espera”, sobretudo na sua dimensão temporal, tem sido amplamente descrita junto aos casos de migrantes e refugiados mundialmente (FACUNDO, 2014; VIANNA E FACUNDO, 2015; JACOBSEN; KARLSEN; KHOSRAVI, 2021), principalmente associada aos processos administrativos e burocráticos que esses enfrentam em suas tentativas de “ficar”. Vianna e Facundo (2015) descrevem que a “espera” parece guardar um “poder corrosivo” que afeta as pessoas de modo “englobante e profundamente subjetivo” (p.49). As autoras, sem utilizar a categoria analítica dos afetos, descrevem a espera por sua dimensão mais “sentida”, ao dar a ela a característica de “corrosiva” e marcar as palavras de um solicitante de refúgio que afirmou sentir-se “castrado” ao referir-se à sensação provocada pela espera, ressaltando o sentimento de “impotência”, também observado nos casos trazidos neste capítulo.

A “espera” também é relacionada por outros autores do campo a experiência de “exclusão do futuro” (JACOBSEN; KARLSEN; KHOSRAVI, 2021), isto é, a limitação da capacidade das pessoas de fazerem planos a longo prazo e imaginarem seu futuro. Alguns autores descrevem a espera vivenciada por migrantes e refugiados como “tempo suspenso”, referindo estes como sujeitos “fora do tempo”, sobretudo para referenciar experiências de migrantes irregulares. Porém, Jacobsen et. al (2021) critica o uso dessa expressão pois ela poderia reforçar a ideia de que as pessoas que não estão sujeitas ao tempo vivenciados pelos

migrantes e refugiados vivem tempos normais e seguros, reificando também uma certa anormalidade dos migrantes e refugiados.

É inegável que o governo do refúgio estrutura também as arquiteturas temporais (SHARMA, 2014)⁷⁹ cotidianas de migrantes e refugiados e com isso também os afetos que atravessam as formas de sentir e experimentar o tempo. Judith Butler (2019) também correlaciona sua definição de “precariedade” e “vidas que deixam de ser vivíveis” aos sujeitos que a “a perspectiva de uma vida estável parece cada vez mais remota e que vivem diariamente um horizonte temporal colapsado, sofrendo com a sensação, no estômago e nos ossos, de um futuro danificado” (p.222). As impossibilidades de ficar no presente parecem danificar o futuro quando Milagros afirma, logo antes de retornar a Venezuelana, que “necessita de sonhos e não isso”, sendo confrontada com a desilusão de seus imaginários. Andy, Day e Karla experimentaram uma desilusão semelhante quando retornaram para Santa Catarina após afirmarem ter perdido as esperanças em conseguir seus documentos no Rio de Janeiro. Os imaginários construídos por elas partem da fabricação de uma imagem idealizada sobre o governo do refúgio, que reflete a “promessa de integração” produzida pela Operação Acolhida. Operação que leva no próprio nome a anunciada e prometida “acolhida” e, junto ao slogan principal “braço forte, mão amiga”, traça a ideia de uma postura afetiva e acolhedora do Estado brasileiro com migrantes venezuelanos. Ideia que não é cumprida nos (des)encontros dos sujeitos com agentes e aparatos administrativos.

Outra questão que me chamou atenção é que o retorno de Milagros e Erika à Venezuela somou-se à porcentagem de “retornos voluntários”, assim como estabelecido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Os “retornos voluntários” são aqueles que “retornam independentes ou assistidos ao país de origem, de trânsito ou a um terceiro país com base no livre arbítrio da pessoa que retorna” (Glossário sobre a imigração nº 7). Esses retornos passaram a ser contabilizados em diversos países da América Latina após um intenso fluxo de saída de venezuelanos ser observado em alguns países poucos meses após a deflagração da pandemia do Covid-19. Acredito que essa noção de “retornos voluntários” está conectada com a noção de *impossibilidades de ficar* que estou construindo.

É interessante notar um paradoxo no refúgio, pois ao mesmo tempo que ele é baseado no princípio da “não devolução” ou do “non refoulement” (descrito na Convenção de 1951), o

⁷⁹ Ao utilizar o conceito de Sharma (2014) me refiro as formas pelas quais o governo do refúgio organiza o tempo das pessoas migrantes e refugiadas, como por exemplo quando Milagros comenta que vai até o PTRIG todos os dias às 7h da manhã verificar qual senha estavam chamando, é exemplo de como o governo do refúgio pode dar forma a arquitetura temporal de pessoas migrantes ou refugiadas.

qual proíbe a “devolução” dos refugiados aos seus países de origem, quando esse retorno é mediado por condições socioeconômicas ou outras do tipo, essa decisão é categorizada como “voluntária”. Em meio a pandemia do Covid-19 e a instabilidade socioeconômica instaurada por ela, diversos países da América Latina observaram um intenso fluxo de saída de venezuelanos rumo à Venezuela. Diante da adjetivação desses retornos como “voluntários, me questiono: onde está o caráter “voluntário” quando tanto a mobilidade (do retorno) quanto a imobilidade (da fixação) representam perigo? Nesse caso, o que pode ser tomado como “voluntário”?

Na trajetória de Milagros e Erika, a grande demanda reprimida por abrigos e vagas de interiorização gerou enormes filas de espera. Além disso, sua irmã Maritza, vivenciava uma série de entraves no acesso a documentação necessária para comprovar que era capaz de receber sua irmã e a namorada. Enquanto isso, Milagros e Erika tentaram construir possibilidades de alargar seu tempo de permanência em Boa Vista, na esperança de que conseguissem vagas nos abrigos ou na interiorização. Sem poder mais esperar e vivenciando opressões semelhantes às que viviam na Venezuela, Milagros e Erika retornam à Venezuela. As impossibilidades de ficar, em seus ínfimos detalhes cotidianos, marcaram o retorno das duas meninas. Tomar esse retorno como “voluntário” seria o mesmo que desconsiderar que ele não fazia parte dos seus desejos, que, pelo contrário, estavam voltados em direção à reunião com Maritza no Rio de Janeiro. A categorização do retorno de Milagros e Erika à Venezuela como “voluntário” esbarra no impasse sobre a noção de “consentimento”. Ao trazer esta discussão, não busco desconsiderar as agências de Milagros e Erika, há possibilidades de agência mesmo em situações extremas, porém não podemos esquecer que o retorno à Venezuela não fazia parte dos seus planos ou desejos.

Diversas autoras têm se debruçado sobre o tema do “consentimento” nos mais variados campos, como por exemplo no entrecruzamento dos direitos sexuais (LOWENKRON, 2015), das relações de intimidade (FERNANDES ET AL., 2020) e das políticas feministas (BIROLI, 2013). Não irei adentrar o campo mais extenso das análises filosóficas e políticas que absorvem tal discussão. De maneira mais breve do que estas autoras anteriormente citadas, busco trazer algumas provocações sobre o emprego da noção de “voluntário” nas bases administrativas do governo do refúgio, sobretudo na Operação Acolhida. Facundo (2017) já havia previamente notado que a noção de “voluntário” faz parte do vocabulário que o governo do refúgio utiliza para avaliar o êxito da integração, juntamente a termos como autonomia, autogestão, independência e etc (FACUNDO, 2017). Ao lado destes termos também é utilizada uma

gramática cristã que resgata noções de bondade e gratidão, como meio de troca pela *dávida-refúgio* (HAMID, 2019).

Considero pertinente abordar brevemente a discussão sobre “consentimento”, pois esta tese toma como objeto de análise os afetos no governo do refúgio e é preciso considerar que a separação entre racional/emocional funda a ideia do sujeito livre e autônomo, assim como concebido pelas democracias modernas. De certa maneira, autonomia e consentimento foram concebidos como ideias racionais pelo pensamento liberal, em oposição aos afetos, historicamente pensados como desatrelados dessas noções. O consentimento, portanto, pressupõe a capacidade de exercer a própria vontade livremente. Essa noção está profundamente associada a concepção do sujeito moderno liberal como sujeito autônomo, livre e independente, que é capaz de agir com plena agência e discernimento fazendo escolhas a partir da sua vontade. Ao categorizar um ato como “voluntário”, é considerado que o sujeito age de forma espontânea, a partir da sua condição de autonomia e liberdade, sem discordâncias, constrangimentos ou coerções. Lowenkron (2015) aproxima a discussão em torno do “consentimento” da noção de “vulnerabilidade” e demonstra que esta última é usada como ferramenta, por juízes e outros agentes do estado, para determinar que tal sujeito não tem capacidade de consentir, como em casos de “abuso sexual infantil” e “tráfico de pessoas para o fim de exploração sexual”. Fernandes et al. (2020) argumentam que a “vulnerabilidade”, para além de marcar uma certa “incapacidade” de consentimento do sujeito, pode também estar associada a condições de precarização das vidas, segundo marcas de “raça, classe, território e corpos que são alvos de violências específicas” (p. 170). A decisão de retorno de Milagros e Erika, assim como a de outras pessoas migrantes e refugiadas é apresentada a partir dessa noção de consentimento e voluntariedade, que considera que as ações tomadas pelo indivíduo são fruto da sua capacidade de decisão racional/moral, desconsiderando muitas vezes contextos sociais de precariedade e os afetos mobilizados diante dessas situações. A ideia de “consentimento” e “voluntariedade” é chave para o governo do refúgio, pois é ela que separa o princípio da “não devolução”, isto é, a ideia do retorno “forçado”, dos retornos ditos como “voluntários”. Os últimos, desresponsabilizam o governo do refúgio pela produção e manutenção de *impossibilidades de ficar*, enquanto que o primeiro retira essa responsabilidade do sujeito.

Esse modelo de “desresponsabilização” não está apenas presente na discussão sobre os “retornos” mas se repete em outros aspectos do governo do refúgio, explorados anteriormente por Facundo (2017) no caso dos colombianos e que, no caso dos venezuelanos, se repete fortemente em aspectos da Operação Acolhida, como, por exemplo, a interiorização. Como

parte do processo de interiorização ofertado pela mesma, os migrantes e refugiados venezuelanos têm que assinar uma “Declaración de Voluntad y Consentimiento”, específica da modalidade de interiorização em questão. Neste documento, é exposto que a estratégia de interiorização não implica na regularização migratória automática e nem na oferta de emprego e moradia fixa, mas garante apenas o transporte e o abrigo temporário por 3 meses (somente no caso da modalidade abrigo-abrigo). Ao assinar o documento, os sujeitos indicam consentir e aceitar voluntariamente a participar do processo de interiorização para outro estado do Brasil. A assinatura deste termo, portanto, indica que o sujeito em questão tomou essa decisão enquanto sujeito autônomo, capaz de avaliar os riscos e de optar de forma livre e espontânea por aquela decisão.

Entretanto, não é incomum ouvir de migrantes e refugiados venezuelanos interiorizados as mesmas palavras proferidas por Milagros: “creo que me devolvere a Venezuela porque imaginase aqui no es fácil/ Yo lo sabia, pero no pense que seria asi/ Pense que las cosas seriam mejores.”. No caso de Milagros e Erika, a situação agravante de precariedade, o medo vivenciado em Pacaraima, as grandes filas de espera para entrada nos abrigos e para interiorização, a expectativa frustrada sobre a ajuda de Maritza e da LGBT+movimento, foram fatores determinantes para o retorno à Venezuela. Facundo (2020) também demonstra como que a decisão de ida de um grupo de venezuelanos interiorizados para cidade de Caíco, interior do Rio Grande do Norte, foi mediada por uma multiplicidade de fatores que, quando expostos, impõem questões sobre o uso do “consentimento” e da “voluntariedade” nos contextos migratórios. Entre eles estavam os rumores que circulavam nos abrigos de que esse seria o “último voo” disponível antes de um longo período de espera ou que comida dos abrigos estava sendo envenenada, pois algumas crianças estavam adoecendo progressivamente. Além disso, a violência andava crescente nas ruas de Boa Vista com o pulular de episódios xenófobos como os que envolveram a queima de itens, provocando medo em muitos venezuelanos. Como afirma Facundo (2020), a vida insustentável na fronteira “contribuiu mais uma vez para que a solução oferecida [interiorização] tivesse caráter de salvação” (p.8).

A ideia de “salvação”, que faz parte do léxico cristão, já foi explorada anteriormente pela autora em sua tese e faz parte do conjunto de *tradições administrativas* (FACUNDO, 2020) que regem o governo do refúgio. A oferta de “salvação” produzida pelo governo do refúgio em geral e especificamente pela, Operação Acolhida, através da interiorização, instaura uma relação de assimetria em que os sujeitos migrantes e refugiados tem menos a oferecer e são obrigados a responder com gratidão pelo acolhimento (FACUNDO, 2014) . Isto é, para que a integração aconteça, o sujeito tem que ser autônomo e agir de forma voluntária, ao mesmo passo que deve

aceitar sua condição precária e agradecer pela “salvação”, sob qualquer custo. Milagros e Erika parecem não aceitar a “oferta de salvação” implícita na “promessa de integração” oferecida pela Operação Acolhida, quando dizem “para pasar eso aqui, lo paso em mi país”. Elas agenciam o retorno para Venezuela, não a partir da “autonomia” ou da “voluntariedade”, pregadas nas bases das tradições administrativas do governo do refúgio, mas em rejeição e denúncia a essas premissas que esperam que os migrantes e refugiados suportem, sob qualquer custo, as condições precárias que lhes são impostas, ainda com expectativa da gratidão em retorno.

2.5 (Ir)regularidades Administrativas e Afetivas – entre o Ordinário e o Extraordinário

Algo que me chamou atenção na interação com Andy, Day e Karla e Milagros e Erika e também outros migrantes e refugiados venezuelanos é que a pandemia raramente aparecia em seus discursos, o evento não era citado e muito menos associado diretamente como fonte de suas preocupações e frustrações. O meu esforço foi o de olhar para o evento da pandemia sem lançar mão da pergunta direta para minhas interlocutoras sobre quais foram os efeitos e impactos que este evento causou em suas vidas. A não associação direta da pandemia de Covid-19 e seus efeitos nos discursos delas me chamou atenção para como esse evento (e seus efeitos), apareciam de forma diluída nas tramas cotidianas das situações que elas vivenciavam. De forma semelhante ao que Veena Das (2020) afirmou ao dizer que “o evento se prende, com seus tentáculos, à vida cotidiana e penetra os recessos do ordinário” (p. 22). O fato da pandemia e seus efeitos não serem considerados nas falas dessas mulheres como causas centrais das barreiras vivenciadas por elas em tempos pandêmicos, diz muito sobre o quanto as vidas de pessoas migrantes e refugiadas estão sujeitas a situações de *exceção ordinária* (PIEROBON, 2018).

A expressão *exceção ordinária* foi cunhada pela antropóloga Camila Pierobon (2018) para tentar descrever o mundo de Leonor, personagem central da sua pesquisa etnográfica. A primeira vez que tive contato com este conceito, interpretei que Pierobon usava a palavra “exceção” em seu sentido mais literal, como sinônimo de “privação” ou “restrição”, justamente para demarcar o contexto de pobreza e precariedade que participa do cotidiano de sua interlocutora. Em leituras posteriores, a palavra “exceção” apareceu em um sentido diferente para mim, mais próxima daquilo que é “excepcional”, “extraordinário”, exatamente porque é “exceção”. Nessa última interpretação, “exceção ordinária” seria uma expressão que tentaria conjugar o sentido do que é viver o extraordinário no ordinário. Quando situações

extraordinárias, como a pandemia do Covid-19, intensificam os obstáculos ordinários, vive-se algo extraordinário ou ordinário? Em meio a exceções ordinárias intensificadas coletivamente, como vivenciamos na pandemia do Covid-19, como distinguir ordinário/extraordinário?

Andy, Day e Karla e Milagros e Erika não identificaram a pandemia do Covid-19 como causa direta das dificuldades que enfrentaram no acesso a regularização migratória, apesar dos afetos de incerteza, medo e desilusão que circulavam em seus pedidos de ajuda, não havia um estranhamento específico em relação a esses obstáculos. Compreendi que a ausência de inculpações diretas a pandemia do Covid-19, se dava porque aqueles obstáculos vivenciados por elas durante esse período já faziam parte, não apenas de seus cotidianos, mas outros migrantes venezuelanos que faziam parte de suas redes. Portanto, tomando como inspiração Pierobon (2018) e Das (2020), meu interesse não está no exame dos efeitos da pandemia na vida dessas mulheres, mas como ela se “entranha na vida cotidiana” e altera ou intensifica algumas regularidades e irregularidades afetivas.

Desde o início da Operação Acolhida, a maioria dos venezuelanos que chegavam ao Rio de Janeiro já estavam com a situação migratória regular ou, pelo menos, já haviam dado início ao processo. Mesmo aqueles que não entravam no país pela rota mais tradicional, não aparentavam sentirem-se ameaçados a não conseguirem completar esse processo, sobretudo após a aprovação da Portaria Interministerial nº 9 de 14 de março de 2018, que permitiu que venezuelanos pudessem também se regularizar por meio da modalidade “autorização de residência”, para além da solicitação de refúgio. Na narrativa de Andy, Day e Karla, após várias tentativas fracassadas de regularização migratória em outros países, uma amiga que vive no Brasil as informa que o país “ajuda mais os venezuelanos”, enquanto que para Milagros e Erika, a vida de Maritza aparentava ser mais estável do que a que levavam na Venezuela e na Colômbia. Essas informações determinaram a escolha do Brasil como país de destino, construindo o imaginário da “promessa de integração”, que também promete a regularização migratória como passo inicial para “retomada de seus projetos de vida”.

Com essas afirmações não quero dizer que migrantes e refugiados venezuelanos não enfrentam entraves nos procedimentos ligados à regularização migratória ou que não enfrentavam barreiras no acesso a documentos no período que antecede a pandemia. Na minha experiência na LGBT+Movimento, estes trâmites administrativos quase sempre são disparadores de ansiedades diversas nas pessoas, principalmente por serem uma etapa anterior

e obrigatória para aquisição de empregos formais⁸⁰, desejo primário da maioria dos migrantes e refugiados recém chegados ao país, no próximo capítulo irei abordar alguns desses aspectos.

Portanto, apesar das aparentes “facilitações burocráticas”, as ansiedades são produzidas e difundidas nas esperas por atendimentos pelas organizações, na dificuldade de agendamento e atendimento na PF, na relação com os múltiplos papéis que marcam essa etapa e etc. Contudo, se no período que antecede a pandemia a regularização migratória parecia ser “uma questão de tempo”⁸¹ (para nacionais venezuelanos), estando ligada a afetos como a “esperança” (ainda que permeada de ansiedades), durante o período pandêmico a regularização migratória passou a ser experienciada com afetos de incerteza, de medo e de desilusão por alguns migrantes venezuelanos, como é o caso mais específico de Andy, Day e Karla.

Como parte de um dos três pilares da OP, a regularização migratória sela a primeira etapa da “promessa da integração” através da confecção de documentos de identificação para as pessoas migrantes, como o protocolo de solicitação de refúgio ou a carteira de registro nacional migratório. Com a crise sanitária, a PF restringiu a regularização migratória apenas a casos emergenciais e prorrogou o prazo de validade dos documentos já expedidos. Os pedidos de refúgio estavam inabilitados pelas novas portarias interministeriais e a autorização de residência dependia do agendamento na PF, que estava suspenso.

O gesto que Day fez ao pegar na minha mão, me olhar nos olhos e pedir que eu promettesse que as ajudaria a “sacar los papeles” e as diversas vezes que as três mulheres comentaram terem “perdido as esperanças” em conseguir seus documentos, revelam algumas das (ir)regularidades afetivas provocadas pelo evento pandêmico. Esses gestos, longe de produzirem estranhamento nas três, produziu-o em mim, pois como comentei anteriormente, não estava acostumada a lidar com afetos de incerteza, de medo e de desilusão, ligados à regularização migratória de migrantes venezuelanos. Ao mesmo tempo que o evento da pandemia parece incidir e reorganizar os afetos em relação à regularização migratória, é interessante notar que nenhum dos afetos que faz parte dessa reconfiguração são

⁸⁰ No próximo capítulo irei abordar de forma mais detalhada as ansiedades que estão envolvidas nos processos de confecção de documentos de identificação.

⁸¹ Essa expressão é comumente utilizada por alguns agentes do governo do refúgio no atendimento a migrantes e refugiados venezuelanos, inclusive já foi utilizada por mim e por outros agentes que trabalham na LGBT+Movimento. Em geral, seu uso tem como finalidade “acalmar” as ansiedades que são geradas no processo de regularização migratória. No caso venezuelano, como tento expor neste capítulo, a tensão não está sob a égide da elegibilidade, isto é, nenhum venezuelano tem a regularização migratória negada, a regularização é feita por alguma das duas possibilidades previstas: autorização de residência ou solicitação de refúgio. Ainda que a solicitação de refúgio não tenha resposta, sobre seu reconhecimento oficial por parte do CONARE, não tive contato com casos em que essa solicitação foi negada para nacionais venezuelanos. Porém o processo de regularização migratória é permeado de obstáculos e arbitrariedades, que, em geral, impactam na velocidade dos processos, gerando ansiedade nas pessoas. Aprofundarei detalhes desses processos no próximo capítulo.

“extraordinários” na vida dessas mulheres, pelo contrário, a incerteza, o medo e a desilusão fazem parte da vida ordinária de migrantes e refugiados venezuelanos, como busco demonstrar ao longo desta tese e como Facundo (2020) já havia previamente introduzido.

Outro ponto é que, dos afetos citados, o “medo”, em especial, aparece ligado a situações distintas se olharmos para o debate público e para a narrativa das cinco mulheres. Enquanto que para Andy, Day e Karla o “medo” parece estar associado diretamente à impossibilidade de “sacar los papeles”, gerando efeitos como a não admissão na fábrica de costuras onde a sobrinha de Day trabalha e incapacidade de enviar remessas de dinheiro aos parentes que ficaram na Venezuela, para Milagros e Erika o “medo” aparece na intensificação das tensões entre brasileiros e venezuelanos na fronteira. Já no debate público, o “medo” é citado por vários atores como associado a “deportação imediata”, medida instituída pelas portarias interministeriais durante a pandemia do Covid-19.

De certa maneira, os múltiplos encontros agenciados por Andy, Day e Karla com aparatos da polícia migratória reforçam que o medo da deportação não era uma dimensão presente nessa dinâmica, indo também na contramão dos extensos debates travados no campo da migração e na literatura produzida sobre fronteiras, nos quais a deportação aparece como forte elemento ameaçador (DOMENECH; DIAS, 2020; PISCITELLI; LOWENKRON, 2015). Três encontros com aparatos da polícia migratória e seus documentos parecem estar em destaque.

O primeiro aconteceu na cidade de Corumbá, após as três mulheres recorrerem a outra forma de migração que não a entrada “regular”, por ocasião do “fechamento” da fronteira. Segundo elas, o mesmo lugar onde foram bem tratadas e alimentadas foi também o lugar onde receberam a notificação de deportação da PF. Esta, por sua vez, não foi percebida por elas como uma ameaça de deportação mas como uma exigência de um papel oficial de entrada, que viria a ser, como elas pensaram, o selo de entrada no país. Na busca por um local que as fornecesse o selo e, portanto, viabilizasse sua regularização migratória, duas delas decidem ir, a partir de rumores, até a fronteira com o Paraguai, onde atravessaram para o lado paraguaio e retornaram para lado brasileiro, encontrando-se com um posto policial migratório. Neste segundo encontro, elas trocaram os papéis da notificação de deportação pelos selos de entrada no país. Por fim, no Rio de Janeiro buscaram a LGBT+Movimento e foram ao terceiro encontro, quando na delegacia da PF logram conseguir a regularização a partir de um policial específico que se mostra favorável ao caso. Eram o medo da impossibilidade de regularização migratória, a incerteza diante do futuro e a desilusão frente às dificuldades que pareciam tomar conta das

suas experiências afetivas ordinárias na relação com aparatos e agentes do governo do refúgio durante a sua chegada ao Brasil na pandemia.

2.6 – “Devolverle un poco la vida” – Possibilidades de Ficar Através da Constituição de um Lar

Nesta última sessão gostaria de focar na dimensão mais relacional dos afetos. Apesar de separar uma seção para dar foco a esta dimensão, não quero dizer que ela está separada de nenhuma das outras dimensões e sentidos dos “afetos”, assim como todas as outras retratadas até aqui também não estão. Outro ponto é que as “relacionalidades” (CARSTEN, 2000) poderiam ser tema de todos os casos trazidos nesta tese, cada um deles, a seu modo, revela as formas pelas quais as pessoas fazem e desfazem vínculos e articulam redes informais entre si. A escolha por dar destaque às tramas relacionais durante o tempo pandêmico talvez faça ressaltar, de forma mais evidente, que os afetos podem ganhar o sentido daquilo que garante a sustentabilidade da vida, aproximando-se das noções de “cuidado” desenvolvidas por diversas autoras no campo das ciências sociais.

Ao dar enfoque às camadas relacionais dos afetos e ao peso que as redes informais têm na criação de formas de “possíveis” de habitar o mundo, seja em situações de *exceção ordinária*, seja em contextos “extraordinários”, gostaria de chamar atenção para a força da gestão informal e o papel desta como parte ativa do governo do refúgio. Quando pensamos o universo institucional do refúgio, usualmente desconsideramos a participação das próprias pessoas migrantes e refugiadas e suas redes. Ao longo da tese trago diversos exemplos de como as pessoas migrantes e refugiadas organizam seus conhecimentos (DROTBOHM, 2016) e criam artesanalmente formas de driblar os desafios cotidianos. O governo do refúgio também é traçado por essas linhas.

O caso que escolhi trazer nessa sessão explora, em sua parte inicial, o desejo de maternidade e as estratégias traçadas por um casal de mulheres lésbicas venezuelanas para conseguirem realizar o sonho de ter um filho. Em um segundo momento, um acontecimento trágico força a reorganização das dinâmicas de cuidado e expõe como um grupo de mulheres lésbicas tece vínculos de parentesco e estratégias de “cuidado comunitário” (GUIMARAES; VIEIRA, 2020) entre si.

Conheci Karen e Alejandra, respectivamente 36 e 37 anos, quando elas estavam vivendo no abrigo Latife Salomão em Boa Vista, no ano de 2018. Me lembro de trocarmos poucas palavras, ambas pareciam tímidas frente as mulheres trans e travestis que tomavam conta das atenções. Anos depois, Karen me lembrou desse momento e me disse que ela e Alejandra ficaram mais de 6 meses neste abrigo, pois Alejandra passou a ter episódios de ansiedade e pânico diante da ideia de ficar milhares de quilômetros longe de sua família após a interiorização. Para minimizar as intensidades sentidas por Alejandra, as duas fizeram duas viagens para a casa dos pais de Alejandra na Venezuela, para que “ela pudesse conseguir viajar”⁸². As duas firmaram a união estável, que já passava dos quatro anos, ainda em Boa Vista, pouco antes da interiorização para Palhoça, cidade litorânea de Santa Catarina. Karen me contou que a vida na Venezuela era instável, mas que “nunca passaram fome”, o motivo pelo qual queriam ficar no Brasil era pela possibilidade de “formar uma família, ter um filho”, sonho de ambas e que na visão de Karen, era “impossível” na Venezuela, pois viviam escondidas, poucas pessoas sabiam da relação romântica das duas. Após quase três meses vivendo em um abrigo em Santa Catarina, ambas conseguiram um emprego em uma empresa do setor têxtil, situada na cidade de Saudades, do outro lado do estado.

Com o início e avanço da pandemia e as dinâmicas de isolamento social, o casal passa a se sentir “sem companhia” e decidem começar as pesquisas sobre como poderiam concretizar o desejo de ter um filho. Iniciam a pesquisa em agosto de 2020 e encontram informações desanimadoras sobre o preço inacessível dos serviços de inseminação artificial e fertilização *in vitro* em clínicas de reprodução assistida⁸³. Ao contarem para um amigo gay do trabalho sobre suas pesquisas, ele as indica entrar em grupos da plataforma *Facebook* sobre “inseminação caseira”. Nas interações dentro de um desses grupos, Karen e Alejandra conhecem um casal de mulheres lésbicas, brasileiras, moradoras de Chapecó e que já haviam realizado o processo de inseminação por conta própria, em casa. O casal descreve para Karen e Alejandra como conseguir o sêmen, por um valor acessível, em um grupo de doadores locais e ensina as técnicas de inseminação caseira de baixo custo usando uma seringa e um pote coletor de urina. Karen e Alejandra seguem as dicas do casal à risca e realizam a primeira tentativa de inseminação

⁸² Interessante observar como a possibilidade de “ir” até a Venezuela, isto é, uma possibilidades que envolve mobilidade, constrói a possibilidade de poder “ficar” no Brasil, ainda que em outro estado. Esse é um exemplo do por que as “impossibilidades de ficar”, não são de “fixação”, mas abrangem desejos de mobilidade/imobilidade. No caso de Alejandra “ir para a casa dos pais na Venezuela” parece funcionar como um atenuante das intensidades sentidas nas crises de ansiedade e ataques de pânico, sendo essencial para construção das suas possibilidades de ficar no Brasil.

⁸³ A pesquisa de Janaína Gentili (2024) aborda a desigualdade nas possibilidades de realização do desejo de filhos quando atravessada pelo acesso diferencial às tecnologias reprodutivas assistidas.

caseira no dia 21 de janeiro de 2021. Apenas Karen poderia engravidar, pois Alejandra realizou uma histerectomia aos 26 anos em decorrência do diagnóstico de endometriose avançada.

Karen ficou grávida nesta primeira tentativa, mas teve uma gravidez considerada de “risco” por conta de episódios de sangramento frequentes. No início do sétimo mês, a bolsa de Karen estourou e ambas foram às pressas até o hospital de referência da região, que fica em Chapecó, a uma hora do município de Saudades. Chegando no hospital a médica informou ao casal que o bebê ainda estava pequeno, pesando menos de 1,2kg e que isso poderia representar um baixo risco de sobrevivência caso ele nascesse naquele momento. Karen seguiu internada, mas três dias depois entrou em trabalho de parto e Kendel nasceu pesando 1,1kg, o bebê foi direto para uma incubadora da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. Devido ao nascimento prematuro, Kendel ainda tinha o pulmão pouco desenvolvido e deficiências cardíacas devido ao fechamento parcial de uma das válvulas do coração, o que implicou na necessidade de múltiplas transfusões de sangue.

A rotina de Karen e Alejandra mudou drasticamente com o nascimento de Kendel. Karen estava em licença maternidade desde que deu entrada no hospital e Alejandra estava trabalhando, mas se esforçava para estar todos os sábados e domingos no hospital para visitar o filho. Já Karen pegava a estrada todos os dias para ver Kendel em Chapecó, levava leite e procurava obter informações sobre o seu estado de saúde. No início de agosto, poucos dias depois do nascimento de Kendel, Alejandra me mandou um áudio no aplicativo *Whatsapp*. Nós não nos falávamos desde o nosso encontro, em 2018, mas como eu estava acompanhando o caso de Andy, Day e Karla (descrito anteriormente), que vinham a ser muito amigas de Alejandra, voltamos a ficar em contato. Alejandra disse que precisava de uma “ajuda” e me contou da inseminação caseira e do nascimento prematuro de Kendel. Ao tentarem realizar o registro civil de nascimento do menino em um cartório da região, Karen e Alejandra foram surpreendidas pela desconfiança dos administradores em relação aos seus documentos migratórios, segundo elas os agentes ficaram “falando baixo” e as fizeram esperar mais do que as outras pessoas. Depois do estranhamento e da espera, a questão pareceu ser outra. Os agentes do cartório afirmaram que só seria possível realizar o registro com o nome da mãe gestante. Karen e Alejandra tentaram argumentar e mostrar seu registro de união civil estável, porém os agentes do cartório argumentaram que só seria possível colocar o nome das duas mães na certidão, se elas tivessem feito a inseminação artificial em uma clínica de reprodução assistida. Surpresas pela recusa, Karen e Alejandra comunicaram ao hospital que iriam buscar assessoria jurídica, pois queriam o registro da dupla maternidade na certidão de nascimento de Kendel. A médica, entretanto, orientou que as duas realizassem o registro civil de qualquer maneira, pois

Kendel poderia precisar de uma cirurgia cardíaca e para isso, o registro civil seria exigido. Kendel é então registrado apenas com a filiação de Karen, a mãe gestante.

No final do mês de agosto de 2021, Karen e Alejandra retornaram cansadas de mais uma viagem até o hospital, onde passaram o dia com Kendel. Ambas estavam sobrecarregadas com as jornadas de trabalho, somada aos cuidados hospitalares com o bebê, o deslocamento diário para Chapecó e as buscas por soluções em relação ao registro civil. Nesse dia, Karen e Alejandra começam a sentir alguns sintomas gripais como dor de cabeça, dor no corpo, sensação febril e pensaram ser “só uma gripe”. Tentaram realizar o teste do Covid-19 em um posto de saúde de Saudades, mas o teste havia acabado. Retornaram na semana seguinte, ainda com sintomas e receberam o diagnóstico positivo. Desde que ficaram doentes, o “pesadelo” começou, pois não podiam visitar Kendel no hospital, já que este estava ainda na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal e corria o risco de ser contaminado.

No dia 05 de setembro de 2021, Alejandra reparou que havia um pouco de sangue em sua mão após um episódio de tosse intensa. As duas foram com bastante dificuldade até o hospital de referência em Chapecó. Chegando lá a saturação de Alejandra estava em 76%, o que determinou a sua internação imediata. Karen disse que foi a pior semana de sua vida, pois estava impedida de ver Kendel e não podia ter notícias de Alejandra, que estava incomunicável. No dia 15 de setembro, Kendel foi liberado para ir para casa, mas Alejandra seguiu internada em um quadro que intercalava melhoras e pioras. Alejandra permaneceu internada por dois meses quando, em 14 de outubro, faleceu após duas paradas cardíacas em decorrência de complicações no quadro de Covid-19.

Eu soube da morte de Alejandra por Andy, Day, Karla e outras mulheres lésbicas também atendidas na LGBT+Movimento. Todas me mandaram mensagem para avisar da triste morte de Alejandra e lamentar pela perda de Karen e Kendel. O ato de “avisar” sobre alguma situação vivenciada por alguém, que geralmente vem na expressão “queria contarle algo que passo a...”, pode ter uma conotação de “fofoca” sobre a vida alheia, mas também é parte importante da comunicação que acontece entre migrantes e refugiados e os agentes do refúgio. Nos “avisos”, as informações que circulam podem ser sobre algum acontecimento marcante, como, nesse caso, a morte de Alejandra ou, em outros casos que já vivenciei, episódios de espancamento de mulheres trans por clientes ou por integrantes das milícias ou a ida de alguém para o hospital em decorrência de uma doença ou acidente. As informações também podem ser sobre o paradeiro ou local de pessoas que não atendemos há muito tempo e que por alguma razão que “está sumida”, nesse momento ficamos sabendo de mudanças de estado, bairros, abrigos, situações de despejo e etc. Há momentos em que as informações também são avisos

de perigo ou sobre a iminência do possível agravamento de situações, como na situação em que mulheres trans foram acusadas de roubar e causar confusões em um território de milícia, gerando a necessidade de sair imediatamente da região ou sobre o agravamento da situação de drogadição de alguma pessoa atendida. Esses “avisos”, em geral, não informam apenas “novidades”, mas também, na maioria das vezes, eles vêm associados a pedidos de “ajuda” pelo teor de urgência ou do sofrimento vivenciado pela pessoa em questão.

Eu havia respondido aos áudios de Alejandra, mas por sua internação acontecer poucos dias depois, não recebi respostas e fiquei sem saber qual havia sido o motivo. No contato com Andy, Day e Karla, elas me disseram que haviam deixado a casa que estavam alugando em Saudades, para ir morar com Karen e Kendel. Segundo Andy, Karen estava “con una depression profunda” após o acontecido. Ela me explicou que era Alejandra quem “resolvia” as coisas em casa, principalmente depois que Karen passou a apresentar sangramentos durante a gravidez e tinha que permanecer em repouso. Alejandra era quem tinha tomado a frente das funções de trabalho doméstico sendo responsável por fazer as compras de mercado, cozinhar, limpar, fazer pagamentos, lidar com o proprietário do aluguel e, logo antes de ser internada, era ela quem estava conversando com advogados particulares na intenção de resolver a pendência do registro civil de dupla maternidade.

Andy e Day conheciam Alejandra desde “jovencita”, ela era a integrante mais jovem do time de *softball* feminino que todas participavam na Venezuela. Andy me contou que Alejandra ajudou sua mãe quando ela estava doente na Venezuela, pois ela conhecia algumas pessoas que trabalhavam no hospital da região e conseguiu um leito para a mãe de Andy. Day também lembrou do carinho que Alejandra teve por ela quando ela sofreu um acidente de trabalho e precisou ficar acamada por alguns meses. A lembrança sobre essas “ajudas”, prestadas por Alejandra no passado, pareciam justificar a retribuição da “ajuda” que as duas empenhavam, no presente, para Karen e Kendel. Ambas nomeavam de “ajudas” o cuidado que estavam proferindo a Karen e Kendel e consideravam a situação apenas temporária (GUIMARAES; VIEIRA, 2020).

De certa maneira o evento da morte de Alejandra parecia estar produzindo entre elas o que Carsten (2000) chamou de “relacionalidades” [relatedness]. Um dia Andy me contou que as três decidiram ir morar com Karen na intenção de “hacerle compania y devolverle un poco la vida”. A expressão “devolverle un poco la vida” me surpreendeu. O compartilhamento da casa, do tempo, da comida, dos afetos, e “compania” pareciam remeter a noção de “substâncias” que, segundo Carsten (2000), são responsáveis por tecer as relações de parentesco. Carsten parte de uma crítica às percepções antropológicas mais tradicionais do parentesco, que se

restringem às noções ocidentais de família, centradas nos laços consanguíneos. Ao propor a ideia de “relacionalidades”, em detrimento da concepção mais tradicional de parentesco, a autora aposta na ideia de “substâncias” como “um novo idioma” pelo qual poderíamos compreender melhor de que formas as pessoas se constituem mutuamente umas através das outras. A expressão utilizada por Andy, “devolver-lhe um pouco da vida”, parece revelar que aquilo que ela entende por “vida” pode ser passada umas para as outras, em uma forma de restituição do que foi perdido com o evento da morte de Alejandra. As “substâncias” vão pouco a pouco transformando as relações e conformando os vínculos em meio às trocas de dinheiro, ajudas, comidas etc. A orientação sexual compartilhada pelas quatro também aparecia como parte importante das “relacionalidades” tecidas. Andy repetiu em diversos momentos a frase: “somos lesbianas, solo tenemos una a otra” e me contou que sabia a dor que Karen estava sentido porque já havia perdido uma “pareja” há anos atrás. O compartilhamento da orientação sexual entre as quatro parecia também ser uma forma de “substancia” que constituía as relações. Em outra chave, a sexualidade também aparece como uma forte dimensão na criação de redes informais, materializando-se nos os agenciamentos sobre inseminação caseira, nas redes de suporte e nas organizações acessadas pelas três, majoritariamente voltadas para o público LGBTI+.

Com a mudança para a mesma casa, Andy, Day e Karla passaram a revezar o cuidado com Kendel e Karen, ao mesmo tempo que se revezavam em seus trabalhos em uma madeireira em Chapecó e os bicos como costureiras, em Saudades. Os custos com Kendel eram altos, pois após a morte de Alejandra o leite de Karen secou e Kendel começou a se alimentar com fórmulas para recém nascidos, que tinham custo elevado. Além disso, Alejandra e Karen não tiveram tempo de realizar um “chá de fraldas” para o bebê, por isso Andy, Day e Karla contribuía com valores para cobrir as despesas da casa e davam eventuais “ajudas” monetárias ou materiais para contribuir com os gastos com Kendel. As três também auxiliavam Karen a navegar entre as burocracias do post-mortem de Alejandra, como a cremação, a certidão de óbito, o envio das cinzas de Alejandra pra Venezuela e o carro que Alejandra tinha em seu nome. Ao mesmo tempo também acompanhavam Karen nos atendimentos de organizações em Chapecó, ao INSS e na empresa em que ela era contratada, na tentativa de conseguirem articular uma extensão da licença maternidade, que por ter começado de forma precoce, já estava em vias de terminar.

Andy me ligou um dia e acabou compartilhando alguns detalhes da rotina das quatro mulheres e do bebê, me disse que as agentes do refúgio que acompanhavam o caso haviam orientado Karen a procurar um advogado particular com mais experiência na causa, para que

ela pudesse prosseguir com o processo de oficialização da dupla maternidade, agora em um caso inédito, *post-mortem*. Andy me disse que Karen ainda estava “muy mal” com toda situação e que tinha pensado em “organizar una ayuda colectiva” para mover fundos para a contratação do advogado particular. O valor dos honorários do advogado giravam em torno seis mil reais e incluíam a atuação na questão da inclusão do nome de Alejandra na certidão de nascimento de Kendel e outras burocracias, como passar o carro para o nome de Karen e alterar o estado civil de “convivente” para “casado”, na certidão de óbito de Alejandra. Andy disse que iria falar com vizinhos, amigos e a comunidade de venezuelanos que conheceu Alejandra, para tentar mobilizar parte da quantia cobrada pelo advogado. Ela parecia acreditar que a mobilização coletiva pela memória de Alejandra amenizaria a dor do luto que Karen estava vivendo, pois lhe daria “una motivacion para sacarla de la depression”.

Andy, Day, Karla e Karen mandaram mensagens em grupos de *Whatsapp*, *Telegram*, e *Facebook* de venezuelanos, entraram em contato com organizações que apoiam migrantes e refugiados e pessoas LGBTI+ em Chapecó, Florianópolis, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Mobilizaram antigos contatos, alguns que conheciam Alejandra da Venezuela, outros que a conheceram durante o processo de interiorização e conseguiram mobilizar, em um mês, mais da metade do dinheiro que precisavam para pagar o advogado. O contato com pessoas que conheceram Alejandra, muitas das quais vieram saber de sua morte e do nascimento de Kendel em meio a essa mobilização, foi importante para o processo de luto de Karen, como Andy havia inicialmente imaginado. Em abril de 2022, a sentença final sobre o caso deu resposta favorável à solicitação de Karen e Alejandra foi reconhecida como mãe socioafetiva de Kendel, que ganhou, no papel, seu sobrenome.

O “cuidado” desempenhado por Andy, Day e Karla a Karen e Kendel e por outras interlocutoras desta pesquisa não apenas remete a noção de “relacionalidades” de Carsten (2000) onde os laços de ajuda mútua são enredados pelo compartilhamento de vínculos ordinários e pelas trocas de “substâncias” partilhadas, como afetos, dinheiro, sexualidade, comidas, mas também remete a elementos do “cuidado comunitário”, tal qual descrito por Guimaraes e Vieira (2020) e do “agenciamento comunitário” descrito por Vasconcelos (2021). As ações desempenhadas por Andy, Day e Karla após o nascimento de Kendel e morte de Alejandra ganhavam o sentido nativo das “ajudas”. O “cuidado como ajuda”, isto é, aquele que não configura nem como “obrigação”, nem como “trabalho” é a forma de cuidado que sustenta (e se reproduz), a partir das “relações assentadas na reciprocidade, grupal ou comunitária” (p. 14). Nessas alternativas de cuidado, as “ajudas” podem envolver trocas monetárias ou não, mas sempre há uma contrapartida esperada. Nas relações tecidas entre mulheres trans e lésbicas

venezuelanas e vizinhanças, as contrapartidas geralmente variam entre a “gratidão”, “o prestígio” e a execução de “favores” diversos.

A forma como essas mulheres agenciam formas não remuneradas de cuidado em contextos sociais marcados pela precariedade, onde as políticas públicas de cuidado são escassas e o entrecruzamento de marcadores sociais da diferença constitui mutuamente eixos de opressão, revelam aspectos importantes sobre a forma como os *afetos*, em sua dimensão mais relacional, configura as redes informais de ajudas que participam do governo do refúgio. Estas últimas parecem funcionar tanto como forma de “sustentabilidade da vida”, como no caso descrito nesta seção, quanto “elemento desestabilizador” como descrito no caso de Maritza, no capítulo anterior, e na ideia de “agenciamento comunitário” usada por Vasconcelos (2021) ao retratar as ocupações de venezuelanos nos espaços públicos de Roraima. O governo do refúgio, para além dos aparatos administrativos, se constrói em meio às redes informais de ajudas que são articuladas pelas pessoas migrantes e refugiadas. Estas redes são muitas vezes responsáveis pelo acolhimento de pessoas recém chegadas de mobilidades internacionais ou nacionais e que passam a compartilhar casa, comidas, eletrodomésticos, roupas, celulares e etc.

O retorno ao caso de Karen e Alejandra, para escrita deste capítulo, me fez também retornar a um texto de Bell Hooks (2019) em que ela explora, a partir de suas próprias vivências, como o “lar”, pode funcionar como um espaço de resistência das opressões cotidianas para mulheres negras. Tive contato com esse texto durante a leitura de um dos capítulos da colega de pós-graduação Janaína Gentili, que, na época, estava finalizando seu mestrado. Na sua dissertação, que aborda a experiência de doulas negras, Gentili (2024) analisa um caso retratado por uma de suas interlocutoras. A gestante em questão era uma integrante de longa data do MTST e havia, recentemente, recebido a doação de um “pedaço de terra”, onde idealizou que o parto da criança aconteceria, em seu novo domicílio. Porém, o local era ermo, sem vizinhanças próximas e a gestante não tinha redes de apoio naquela região, ainda assim, ela decidiu continuar com os preparativos do parto. Contudo, chegado o momento, ela não conseguiu parir no local.

Ao analisar este caso, Janaína usa as reflexões de Bell Hooks para traçar a diferença entre “ter um pedaço de terra” e constituir um lar. A conexão, talvez não tão aparente, entre o caso retratado por Janaína e o caso de Karen e Alejandra, me fez retornar ao texto de Bell Hooks. A autora começa o texto a partir de um mergulho nas memórias da casa de sua avó, lugar que serviu de espaço de resistência frente às fortes opressões e violências racistas e machistas que vivenciou durante sua infância. Ela afirma, que “o lar de uma pessoa era o único lugar onde ela podia enfrentar livremente a questão da humanização, onde ela podia resistir”

(p.105) e sobretudo, onde as mulheres negras podiam dar forças umas às outras. A sensibilidade com a qual Bell Hooks vai costurando memórias, afetos e sua concepção do “lar” como um espaço resistência e cuidado dos “seus”, juntamente a leitura de Janaína, me fizeram compreender que o desejo de ficar, presente nas narrativas e trajetórias das minhas interlocutoras, não era apenas um desejo por um “pedaço de terra” mas, por constituir um “lar”. Com esse paralelo, estou tentando desviar das possíveis objetividades dessas reflexões, mas procuro focar em seus aspectos mais sutis. O desejo de ficar, como argumentei anteriormente, não significa o desejo pela “fixação” em si, mas vai além disso, da mesma forma como um “lar” vai além de um “pedaço de terra”. Um “lar”, nesse caso, inclui os desejos de mobilidade e imobilidade; os desejos de ordem “temporal-afetiva”, que tem suas bases na manutenção de uma esperança no futuro e também funcionam de forma semelhante ao descrito por Hooks: como espaços de cuidado de si e dos seus. Em diálogo com Bell Hooks, algumas das impossibilidades de ficar vivenciadas por Andy, Day e Karla e principalmente por Milagros e Erika também podem ser interpretadas como “impossibilidades de constituir um lar”. Isto é, como impossibilidade de construir espaços de resistência e cuidado que as permitisse criar possibilidades de ficar.

O caso de Karen e Alejandra aparenta ser o mais extremo dos retratados neste capítulo, pois envolve a própria dissolução da vida em si, com a morte de Alejandra. Karen vivencia a encruzilhada de duas situações extremamente demandantes de cuidado em um mesmo momento: o puerpério e o luto. Alejandra era a sua única rede de suporte primária, além disso a gravidez de risco, o nascimento prematuro de Kendel e o adoecimento de Alejandra, reconfiguraram, rapidamente, a organização material, temporal e financeira de Karen. O gasto de tempo e energia com as burocracias do *post-mortem* e todas as outras que eram, anteriormente, absorvidas por Alejandra, adicionaram camadas de dificuldades a mais em seu processo, sem mencionar ainda a necessidade de empreender gastos emocionais e financeiros para obter o reconhecimento de Alejandra como mãe de Kendel. Apesar de todos esses desafios articulados, Karen conseguiu arquitetar meios de ficar por meio das relacionais (Carsten, 2000) criadas entre ela, Andy, Day, Karla e Kendel. As quatro mulheres e o bebê, diante de todas as adversidades, criaram um *lar*, no sentido proposto por Hooks. Esse *lar* não apenas contribuiu na construção de possibilidades de permanência no território, mas foi fundamental ao proporcionar um lugar seguro onde Karen pudesse cuidar e ser cuidada, ajudando-a a atravessar o puerpério e o luto.

Já o caso de Milagros e Erika, apesar de não lidar com uma situação tão extrema como a de Karen e de Alejandra, culminou na impossibilidade de ficar no Brasil e determinou o

retorno das duas meninas à Venezuela, ainda se seu desejo fosse chegar até o Rio de Janeiro para se reunir com Maritza. Muitas das dificuldades vivenciadas por Milagros e Erika se aproximam daquilo que seria a impossibilidade de constituir um lar. O fator que motivou a saída das duas da Colômbia e da Venezuela, foi a não aceitação da sua relação romântica. Em seguida, já em Roraima, ambas são confrontadas com a impossibilidade de permanecerem juntas no abrigo, por conta da menoridade de Erika. O aumento das tensões e conflitos em Pacaraima, com a mobilização de atos xenofóbicos, contribuiu também na produção de medo e insegurança nas duas meninas. Por fim, a desilusão e frustração sobre as longas esperas para interiorização minam a possibilidade da chegada no Rio de Janeiro e reencontro com Maritza. Mesmo tentando criar alternativas de permanência para enfrentarem a espera, a rede escassa de pessoas, amigos e parentes foi determinante para o retorno, as poucas pessoas que receberam as duas, como o amigo do irmão de Milagros, que morava em Boa Vista, também enfrentava profundas instabilidades financeiras, dificultando a possibilidade de ajudas mais substanciais.

A possibilidade e a impossibilidade de constituir um lar, respectivamente, no caso de Karen e de Milagros e Erika, determinou, portanto, o fazer/desfazer dos seus direitos e desejos (SOLATERRAR, 2024). Em um dos capítulos da sua tese de doutorado, Ueslei Solaterrar, explora as vicissitudes que atravessam o fazer/desfazer dos desejos e direitos da maternidade de mulheres negras que carregam consigo o estigma da loucura. Ao realizar campo em um CAPS da Baixada Fluminense, onde trabalhou como gestor, Ueslei observa que o desejo de maternar, em si, não é suficiente para que a maternagem dessas mulheres possa acontecer. Dialogando diretamente com o fazer/desfazer dos direitos de Vianna (2013), Solaterrar adiciona a camada dos *desejos* para pensar como as duas categorias (direitos/desejos) são feitas e desfeitas mutuamente no caso de mulheres que não tem o seu direito/desejo de maternar legitimado.

A reflexão proposta por Solaterrar me inspirou a realizar um paralelo com o fazer/desfazer dos desejos e direitos de ficar nos casos apresentados neste capítulo. De maneira semelhante, às possibilidades de constituir um lar, no sentido dado por Bell Hooks, se constituem mutuamente ao fazer/desfazer dos “desejos de ficar”, provando que as redes informais tem capacidade de atuar na manutenção dos desejos/direitos pela sua produção de possibilidades de ficar. O contrário aconteceu no caso de Milagros e Erika, que diante das impossibilidades de constituir um lar, tem seu direito de ficar desfeito, não conseguindo reunir-se com Maritza no Rio de Janeiro e tendo que retornar à Venezuela, na contramão de seus desejos. A dinâmica de fazer/desfazer direitos e desejos está, por sua vez, diretamente implicada na produção dos diferentes sentidos dos afetos que foram abordados ao longo deste capítulo.

Isto é, de um lado, as expectativas e aspirações, que organizam as ansiedades, esperanças/desilusões, frustrações, incertezas e medos associadas às impossibilidades de ficar e, de outro lado, a dimensão mais relacional dos afetos, que aproximei das discussões em torno do cuidado e da produção de *relacionalidades*.

Outro ponto que orientou as discussões deste capítulo foi o dilema que enquadra a pandemia do Covid-19 como um evento “extraordinário”, ao mesmo passo que as violações vivenciadas por migrantes e refugiados, nesse período, se aproximam daquilo que esses sujeitos já vinham vivenciando antes mesmo da pandemia acontecer. Na primeira seção do capítulo, demonstrei como uma série de reconfigurações, que chamei de irregularidades administrativas, foram colocadas na prática por meio da aprovação de um conjunto de portarias interministeriais, que apresentaram caráter discriminatório com nacionais venezuelanos. Apesar dessas irregularidades administrativas determinarem um ponto de inflexão diante da governança migratória que já vinha sendo construída, sobretudo associada a migração venezuelana, grande parte dos efeitos da pandemia não podem ser tomados como “extraordinários”, mas como ordinariamente intensificados. Isto é, o “extraordinário” não estava, necessariamente, no aparecimento de novos afetos em suas vidas, mas na intensificação de certos afetos que já faziam parte dos seus cotidianos. Ao considerar que o “extraordinário” deste evento está no aumento de intensidade daquilo que já é vivenciado no ordinário, estou também afirmando que as regularidades afetivas também foram reforçadas e intensificadas, sentidas ao extremo, como, por exemplo, na incompreensão de Andy, Day e Karla diante do documento que as identificava como “clandestinas”. A ilegibilidade do estado que gera a sensação de incompreensão, muito presente na vida ordinária desses sujeitos, aparece nessa situação intensificada pela ameaça da deportação imediata, em voga durante a pandemia. Outras situações retratadas vinham acompanhadas de afetos de frustração, ansiedade, desespero, esperança/desilusão e humilhação, afetos que fazem parte do leque de *regularidades afetivas* que busco trazer ao longo da tese. Me perguntei também se as reconfigurações do período pandêmico produziram *irregularidades afetivas*. Sobre essa pergunta citei a questão da regularização migratória que, antes da pandemia, e desde da instituição da Operação Acolhida, não aparecia ligada ao *medo*, mas durante a pandemia, passou a aparecer ligada a esse sentimento, como no caso de Andy, Day e Karla e outros venezuelanos que atravessaram a fronteira no período de exceção.

É interessante notar como o fato da pandemia intensificar mais elementos ordinários do que trazer elementos “extraordinários” para as vidas de migrantes e refugiados venezuelanos se relaciona diretamente com a pouca visibilidade que foi dada à temática da migração e do refúgio, no Brasil, durante o evento pandêmico. Esse apagamento, pode ser compreendido pelo

argumento de Facundo (2014), de que a “maldade cotidiana”, associada a desigualdade, a fome, a falta de recursos e outras barreiras que aparecem associadas aos contextos de pobreza, ou seja, não são ponderadas dentro das tradições administrativas do refúgio (e sob as quais também se constrói a imagem do refúgio no debate público).

3. A MATERIALIDADE DOS AFETOS E OS AFETOS MATERIALIZADOS – ENTRE DOCUMENTOS E CORPOS

Alguns autores têm sublinhado que as dificuldades empíricas implicadas na captura dos afetos estão relacionadas com uma pretensa intangibilidade desses (REEVES e LASZCZKOWSKI, 2015). Gregg e Seigworth (2010) compararam o desafio de apreensão dos afetos a uma “caçada a vagalumes”. Nessa metáfora proposta pelos autores, os afetos são equiparados a minúsculos insetos que, ao acender, tornam-se visíveis por um breve instante e depois, tão rapidamente quanto, apagam-se, desaparecendo na escuridão. Guattari (2019) foi outro autor que caracterizou os afetos como “nebulosos e atmosféricos” (p.384), reforçando uma suposta imaterialidade destes. Sem discordar da dificuldade empírica de capturar os afetos nas etnografias, sigo, neste capítulo, na contramão dessas imaginações que os constroem como atributos imateriais. Para isso, exploro a relação entre os afetos e a materialidade dos documentos e dos corpos de mulheres trans e travestis migrantes e refugiadas venezuelanas. No segundo capítulo da tese, já foi abordada uma dimensão que conecta materialidades e afetos, ao focar a dimensão relacional dos afetos através das “ajudas” e das trocas de “substâncias” (CARSTEN, 2000). No presente capítulo serão consideradas outras dimensões dessa relação, a partir das conexões entre os afetos e as materialidades dos documentos e dos corpos.

Recentemente, diversos autores têm dado atenção à dimensão mais material e estética dos documentos (RILES, 2006; HULL, 2012). Dentro dessas materialidades, alguns destacam que esses artefatos não se limitam aos espaços burocráticos e administrativos aos quais foram relegados ao longo do tempo, pelo contrário, eles propõem que os afetos são dotados de uma vida social que se desdobra para fora desses universos (LATOURET; WOOLGAR, 1997; LOWENKRON; FERREIRA, 2013; GUPTA, 2012). Há ainda, dentro desse mesmo movimento, aqueles que argumentam que os documentos e papéis, tipicamente pensados na ordem da racionalidade, são capazes “carregar, conter e incitar afetos” (NAVARO-YASCHIN, 2007, p.81-tradução minha), sendo por isso dotados de particular força social com efeitos muitas vezes inesperados (FERREIRA, 2013). Esse conjunto de autores, portanto, toma como ponto de partida das suas análises que não há como estabelecer uma distinção a priori entre domínios que separariam o governo e a subjetividade.

Ao explorar casos de “desaparecimento de pessoa” registrados em repartições da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Letícia Ferreira (2013) demonstra que os documentos não são objetos meramente representativos, que servem exclusivamente a função de identificação dos sujeitos.

Esses artefatos ganham vida social quando são capazes de produzir um “efeito de verdade” (PEIRANO, 1986, 2006, 2009) responsável por “fazer” os sujeitos, isto é, legalizá-los e oficializá-los, tornando-os elegíveis perante agentes, instituições e formas de governança estatais. Esse efeito também possui sua face reversa de forma que os documentos também são capazes de “desfazer” o cidadão, negando e esvaziando o reconhecimento dos sujeitos e de sua cidadania em determinados contextos (PEIRANO 1986, 2006, 2009). Porém, para além do poder de fazer/desfazer sujeitos e direitos, a circulação, manipulação e relação entre os portadores e seus documentos também são capazes de gerar um gama de afetos, produzindo aquilo que Ferreira (2013, 2015) denomina de “efeitos imprevistos”. Ao explorar estes últimos, ela demonstra como esses artefatos carregam desejos, culpas e obrigações de sujeitos que acessaram o serviço de desaparecimentos, constituindo-se como ferramentas chave na gestão.

Natalia Padovani (2019), por sua vez, explorou como as cartas trocadas entre Adelina, uma mulher em situação carcerária e seu marido, que também cumpria pena em outra prisão, são convertidas por sua interlocutora em documentos e provas perante os aparatos de gestão das relações íntimas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). No trabalho da autora, as cartas podem ser entendidas como materialidades afetivas que documentam, autenticam e conectam relações íntimas e práticas de governo.

Outra autora que aposta nas interações entre pessoas, afetos e documentos é Navaro-Yaschin (2007). A antropóloga estuda a forma como os Turcos-Cipriotas interagem com seus documentos de identificação e viagem, produzidos em um estado que não é reconhecido internacionalmente, e segue os afetos que emergem dessas relações tanto nos territórios da República Turca do Norte de Chipre quanto na Inglaterra. Na experiência de seus interlocutores, os documentos estão carregados de incerteza e ameaça quando na Inglaterra, mas são considerados desprezíveis, fontes de cinismo e ironia, quando em território Turco-Cipriota. Segundo a autora, os documentos “são afetivos: produzem e carregam afetos” (2015, p.95 – tradução minha) ou dito de outra maneira, eles tomam forma ou se são capazes de se transformar em afetos diversos e por isso também se tornam parte de seus portadores.

Inspirada nessas autoras e nas formas através das quais elas conectam os estudos dos afetos e a etnografia de documentos, parto da materialidade dos papéis envoltos na produção dos documentos de identificação de mulheres trans e travestis venezuelanas que tentam a inclusão de nome social e exploro os afetos que são gerados antes, durante e depois desses processos. Busco demonstrar como os documentos fazem e desfazem as cidadanias nacionais e sexuais dessas mulheres, coproduzindo estado, gênero e nacionalidade, em diálogo com a proposta apresentada por Vianna e Lowenkron (2017). Além disso, argumento que esse duplo

fazer/desfazer das cidadanias também faz e desfaz direitos (VIANNA, 2013) e desejos (SOLATERRAR, 2024) produzindo um conjunto de deslocamentos afetivos entre regularidades e irregularidades afetivas, que se movem da esperança para a desilusão, humilhação e raiva.

Na última sessão, traço o caminho inverso das seções anteriores, onde busquei dar enfoque à materialidade dos papéis e os afetos que emergem dessas relações e questiono de que forma a materialidade dos corpos também é forjada pelos afetos no decorrer do tempo. Procuo demonstrar, portanto, como as regularidades afetivas produzem efeitos na materialidade dos corpos de mulheres trans e travestis venezuelanas. Em meio ao desfazer do corpo e dos documentos de Eládia, nome fictício que dou a interlocutora desta última seção, acumulam-se cortes, feridas abertas, queimaduras, dentes quebrados e diversas doenças. Diálogo com alguns autores que trabalham com outras populações precárias, como pessoas em situação de cárcere (MALLART, 2019), idosos (PIEROBON, 2018), usuários de crack (RUI, 2012) e pessoas tidas socialmente como loucas (SOLATERRAR, 2024) para traçar algumas semelhanças e diferenças entre nossas chaves analíticas.

3.1 O nome social como direito e a retificação civil como impossibilidade – aspectos normativos e estéticos dos documentos de pessoas trans migrantes e refugiadas

Segundo os dados do último Infográfico da LGBT+Movimento, lançado em 2023, apenas 23,5% das pessoas trans documentadas que chegaram até a organização já tinham seus nomes sociais inclusos nos documentos. Desde o início das atividades da organização no setor jurídico-burocrático, em 2019, observamos que as pessoas trans/travestis migrantes e refugiadas vindas da Venezuela não chegavam com a expectativa de terem seus nomes sociais incluídos e/ou retificados e seus sexos/gêneros alterados em seus documentos oficiais brasileiros, pois em seu país de origem tais direitos não são garantidos, sendo eventualmente vistos como dádiva por muitas dessas pessoas (BENTO, 2014; MAUSS, 2003). Apesar da inclusão do nome social não aparecer como uma expectativa primária para essas pessoas, após explicarmos que essa possibilidade é supostamente garantida, ela passa, na grande maioria dos casos, a configurar como um desejo.

Entretanto, como veremos nos casos trazidos neste capítulo, o desejo de acessar esse direito não é suficiente para que ele seja concretizado, somando-se assim ao conjunto de promessas inconclusivas que governam a vida e os afetos de pessoas migrantes e refugiadas e

venho tentando retratar ao longo da tese. Além disso, ao olhar para os processos de documentação dessas pessoas e especificamente, para os processos de inclusão do nome social nos documentos de mulheres trans e travestis venezuelanas, ficará claro como há uma “dupla exclusão”, ou como chamarei aqui, um “duplo desfazer” entre as políticas voltadas para o público LGBTI+ e as políticas voltadas para sujeitos migrantes e refugiados, deixando a intersecção de ambos em um limbo.

Nesta seção abordarei, inicialmente, alguns marcos legais da inclusão do nome social nos documentos e da retificação civil de pessoas trans no Brasil, apontando as diferenças práticas entre esses dois procedimentos. Em seguida irei descrever as modalidades possíveis de regularização migratória para pessoas venezuelanas e quais são os documentos atrelados a elas. Explorarei detalhes estéticos desses documentos e as incongruências que habitam os documentos das mulheres trans e travestis que participaram do mutirão.

O nome é talvez um dos primeiros atributos que são responsáveis por *fazer gênero* (BUTLER, 2006) em nossa sociedade e, por isso, o debate em torno da inclusão e da alteração do nome fazem parte das pautas do movimento social de pessoas trans, travestis ao redor do mundo. Atualmente, as pessoas trans brasileiras tem direito tanto a realizar a inclusão do nome social em seus documentos quanto a fazer a retificação civil, explicarei a diferença entre ambos.

A inclusão do nome social permite a adição do nome social em seus documentos, ou seja, a pessoa terá em seus documentos o nome social e o nome de registro coexistindo e sempre que seus dados forem consultados, ambos os nomes aparecerão. A nível federal, o Decreto nº 8.727/2016⁸⁴ é aquele que assegura a obrigatoriedade do respeito ao nome social em órgãos de administração pública, determinando também a possibilidade das pessoas trans requererem a inclusão do nome social em seus documentos oficiais.

Art. 6º - “**A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais** e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *(grifo meu)*”
Decreto nº 8.727/2016

Já a retificação civil permite que as pessoas trans brasileiras possam alterar prenome e gênero em seu registro civil, a certidão de nascimento. Nesse procedimento o nome de registro ou nome morto, deixa de existir e o nome social ou nome vivo passa a ser o oficial,

⁸⁴ Outras portarias e resoluções de âmbito estadual e municipal também garantem esse direito, porém são poucos os estados ou municípios que regulamentaram até hoje.

exclusivamente. Ao completar a retificação civil a pessoa recebe uma nova certidão de nascimento e pode, a partir deste novo documento, retirar outros documentos como CPF, CTPS, Cartão do SUS e etc. Em todos esses documentos, apenas o nome pelo qual a pessoa se identifica constará.

Antes de 2018, a retificação civil só era possível pela via judicial, em processos demorados e muitas vezes constrangedores, que exigiam a apresentação de uma lista extensa de documentos e papéis, entre eles exames e laudos psiquiátricos, psicológicos, ginecológicos/urológicos, endocrinológicos, sociais e até a comprovação da realização da cirurgia de redesignação sexual. Freire (2015) etnografou casos de pessoas trans brasileiras que buscaram o Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (NUDIVERSIS) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com o desejo de realizar a retificação civil. Sua pesquisa demonstra como os documentos possuem a função de produzir e dar materialidade às pessoas trans, sobretudo ao buscar construir uma imagem de “sujeito idôneo”, merecedor de direitos. A etnografia de Freire evidencia como a retificação civil pela via judicial antes de privilegiar a autodeterminação dos sujeitos, coloca em foco os constrangimentos causados pela convivência com o nome de registro em seus documentos, na tentativa de convencer o/a juiz(a) que a retificação civil é o melhor caminho para sanar tais danos.

Esse cenário se modifica anos depois, quando no dia 01 de março de 2018, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), julga a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.275, permitindo que a retificação do registro civil de pessoas trans seja realizada pela via administrativa nos Cartórios de Registro de Pessoas, respeitando a autodeterminação dos sujeitos. Em junho do mesmo ano, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicou o Provimento nº 73 que regulamenta o procedimento administrativo para realização da retificação civil, dessa forma os Cartórios de Registro ficam obrigados a prosseguir com a alteração de nome e gênero nas certidões de nascimento de pessoas trans brasileiras que desejam ter esses dados retificados.

Essas normativas permitiram que os exames, laudos e a comprovação da realização da cirurgia de redesignação sexual fossem dispensados, além disso, facilitam, supostamente, o processo burocrático da retificação civil. Porém, apesar dos avanços recentes, muitas pessoas trans brasileiras ainda têm dificuldades ao tentar acessar esse direito. A lista de documentos e papéis exigidos continua extensa, os custos para juntar todos os documentos também é um entrave e muitos cartórios acabam arrumando formas de dificultar o início ou a conclusão do processo. Por esse motivo, um conjunto de instituições passou a organizar mutirões, dentro do

“Programa Justiça Itinerante” da Fundação Oswaldo Cruz, com objetivo de facilitar a retificação civil de pessoas trans. Entre 2021 e 2022, quatro mutirões aconteceram e contaram com o apoio e a parceria de diversas organizações da sociedade civil voltadas para o público “LGBTI+” e transgênero, centenas de pessoas trans brasileiras puderam dar início aos seus processos de retificação civil durante esse mutirões. Diversas pessoas trans migrantes e refugiadas foram incentivadas por organizações a comparecerem nos mutirões, porém as próprias organizações desconheciam que o direito a retificação civil não é extensível a pessoas trans migrantes e refugiadas, criando um abismo entre a experiência brasileira e a de migrantes e refugiados.

Nenhuma das normativas citadas acima menciona o caso de migrantes e refugiados em seus textos. Considerando que a retificação civil de pessoas brasileiras ganha materialidade através da fabricação de uma nova certidão de nascimento, seria impossível retificar a certidão de nascimento de pessoas migrantes e refugiadas pois esses documentos são de outros países, não sendo possível realizar essa ação no Brasil. Mesmo a aproximação com consulados não resolve o problema, pois depende que os países de origem garantam às pessoas trans nacionais o direito à retificação civil, mas poucos são os países no mundo que garante tal direito. Ademais, muitas pessoas migrantes e refugiadas migraram por não poderem vivenciar plenamente sua identidade de gênero em seus países de origem, isto é, exigir que a retificação civil dessas pessoas só possa ser feita quando seus países de origem garantirem tal direito nacionalmente, é colocá-las em um espera sem nenhuma perspectiva real de acesso a esse direito. Sem contar que as pessoas refugiadas não podem depender das relações com os consulados de seus países de origem, pois a condição de refugiado parte do pressuposto de que a pessoa pediu proteção a outro estado-nação por sofrer “fundados temores de perseguição” (de motivações diversas) em seus país de origem, o que torna essa relação de dependência ambígua.

Sem poder acessar a retificação civil, as pessoas trans migrantes e refugiadas só têm acesso à inclusão do nome social em seus documentos. O Decreto nº 9.631/2018, a Portaria da Polícia Federal nº 11.264/2020 e a Normativa 24/2017 do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), dispõem sobre esse direito. Antes destes citados, o Decreto nº 8.727 já previa o direito a adoção do nome social no âmbito da administração Pública Federal desde 2016:

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto. (grifo meu)” Decreto nº 8.727/2016

Apesar disso, é só a partir de 2020, como veremos na próxima sessão, que as primeiras Carteiras de Registro Nacional Migratório (CRNM) e os primeiros Protocolos de Solicitação de Refúgio, passam a ser impressos com os nomes sociais. Neste ano, a materialização desses documentos com os nomes sociais inclusos representou uma grande vitória para as pessoas trans migrantes e refugiadas, mas após algum tempo as pessoas passaram a ser expostas a situações constrangedoras quando sistemas administrativos passaram a apontar divergências cadastrais entre seus dados pessoais e seus documentos, explorarei algumas dessas situações e os afetos que as permeiam na terceira seção deste capítulo.

Antes de prosseguir para a próxima sessão gostaria de fazer uma breve imersão nos documentos de identificação de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas e seus aspectos estéticos, essa descrição será importante para os casos trazidos na próxima seção. Como já expliquei em outras partes, as pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas podem realizar a regularização migratória por duas vias distintas: por meio do preenchimento da solicitação de refúgio ou através da realização de um pedido de residência temporária. No início da migração venezuelana, a solicitação do refúgio era a única via viável, pois a Venezuela não fazia mais parte do acordo do Mercosul e, por isso, as pessoas venezuelanas que desejavam solicitar residência temporária tinham que apresentar muitas documentações que, dada a situação de instabilidade do país, não eram viáveis de serem apresentadas. Com as portarias nº 9 e nº 15, ambas de 2018, essa via foi facilitada. Contudo, as pessoas que entraram no país antes desta data, solicitaram refúgio, pois esta era a única forma de regularização migratória viável e possível na época. Os casos que tratarei na próxima seção são todos de mulheres trans e travestis venezuelanas que entraram antes desta data e, portanto, vivem no Brasil como solicitantes de refúgio ou refugiadas.

A solicitação de refúgio é feita mediante o preenchimento de um longo formulário, ação geralmente mediada por agentes de organizações que fazem parte do governo do refúgio e se trata de um momento crucial para manifestação do desejo de inclusão do nome social. No caso de venezuelanos que entram pela fronteira de Pacaraima, o preenchimento da solicitação de refúgio é geralmente feito no Posto de Triagem, na própria fronteira, nas instalações da Operação Acolhida. Porém a entrada dessas mulheres antecede o funcionamento dessas instalações e o preenchimento da solicitação de refúgio foi feito por agentes e voluntários de diversas organizações da sociedade civil que davam apoio a pessoas migrantes e refugiadas, como o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), a Cáritas Arquidiocesana e etc. Em seguida, a pessoa deve se dirigir à uma unidade da Polícia Federal (PF) para dar entrada no

processo e ter sua solicitação oficializada (porém não reconhecida), ocasião em que deixa a PF com o documento provisório de identificação do solicitante de refúgio: o “Protocolo de Solicitação de Refúgio”. A partir desse documento inicial se dá a “fabricação contínua” de outros papéis e documentos, da qual nos fala Freire (2015), como, por exemplo, a carteira de trabalho (CTPS), o cadastro de pessoa física (CPF), o cartão que dá acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), dentre outros. Ou seja, o Protocolo de Solicitação de Refúgio tem a função semelhante a de um Registro Geral (RG) para as pessoas solicitantes de refúgio.

Contudo, o Protocolo de Solicitação de Refúgio (ANEXO A) não se assemelha nada com um RG, ele é um papel simples, impresso em preto e branco em uma folha ofício A4. Na ocasião que se deu o mutirão, as mulheres participantes partilhavam de um mesmo modelo de protocolo de solicitação de refúgio que tinha características semelhantes, este modelo foi atualizado posteriormente, mas foram poucas modificações, as características gerais do documento permanecem as mesmas. A parte superior do protocolo de solicitação de refúgio está destinada ao “nome” da pessoa, junto a outros dados como “data de nascimento”, “país de nascimento” e “filiação”. A validade, de apenas de um ano, também acompanha esses dados, junto a informação sobre “gênero”. Este último é um dado inusitado em documentos de identificação brasileiros que, em geral, trazem a informação de “sexo” e não “gênero”. O “gênero” nesse documento vem escrito por extenso, como “masculino”, “feminino” ou “outros”, ganhando mais destaque do que em siglas abreviadas como, por exemplo, “M”, “F”. Ao final do Protocolo de Solicitação de Refúgio também há um espaço destinado à “assinatura do portador” e um código verificador de autenticidade.

Ao ter sua solicitação de refúgio reconhecida pelo CONARE, as pessoas devem ser informadas desta decisão para, então, providenciar uma série de papéis que irão compor o requerimento de registro junto à PF para obtenção da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), que é o documento oficial de identificação das pessoas reconhecidas refugiadas⁸⁵. O formulário que dá origem ao requerimento possui espaço para inclusão do nome social e sexo da pessoa. A organização, preenchimento e confecção da maior parte dos documentos exigidos é também mediada, na grande maioria dos casos, por agentes de organizações que compõem o governo do refúgio. Em seguida, na posse de todos os papéis e documentos exigidos, a pessoa comparece à PF para solicitar a emissão de sua CRNM, saindo nesse dia apenas com um

⁸⁵ Após a Nova Lei de Migração de 2017, a CRNM substituiu a CIE, Carteira de Identidade de Estrangeiro, e o RNM substituiu o RNE, Registro Nacional de Estrangeiros. Atualmente os solicitantes de Refúgio podem também uma “carteirinha”, que se chama DPRNM (Documento provisório de Registro Nacional Migratório) que tem características estéticas semelhantes a CRNM. A criação desse documento foi uma tentativa de mitigar os desconhecimentos e suspeições ao redor do Protocolo de Solicitação de Refúgio.

“protocolo” que comprova a solicitação de emissão da mesma. Essa solicitação viaja até Brasília, onde as CRNM são produzidas, e retornam, quando finalizadas, à PF, local onde são entregues aos requerentes, demorando até três meses para ficarem prontas. A CRNM (ANEXO B), de forma diferente do Protocolo de Solicitação de Refúgio, é uma carteira plastificada e colorida, que possui validade - nesses casos, de nove anos - juntamente com outros dados mencionados anteriormente, com exceção de “gênero”, que é substituído por “sexo”, representado nessa pelas letras “M” e “F”.

Essa breve descrição dos fluxos, trânsitos e características estéticas que compõem estes *artefatos gráficos* (HULL, 2012) é essencial para a compreensão dos documentos e dos seus processos de fabricação como parte tanto da gestão administrativa de procedimentos e agentes do governo do refúgio, quanto das dimensões performativas e afetivas que excedem os universos institucionais. Nas próximas duas seções abordarei como os documentos e papéis estão implicados e no fazer/desfazer das cidadanias nacionais e sexuais, provocando deslocamentos afetivos ao fazer/desfazer direitos (VIANNA, 2013) e desejos (SOLATERRAR, 2024).

3.2 Deslocamentos afetivos no processo de fazer/desfazer das cidadanias nacionais e sexuais

No relatório “As Fronteiras do Não-Lugar”⁸⁶ produzido pela LGBT+Movimento em 2020, 80% das pessoas trans e travestis migrantes e refugiadas que participaram da pesquisa estavam desempregadas. Como busquei demonstrar no capítulo anterior, a pandemia representou um agravamento nas condições de precariedade vivenciadas por diversas pessoas migrantes e refugiadas. Poucas mulheres trans e travestis que acessavam a LGBT+Movimento tinham empregos formais quando a pandemia foi deflagrada, algumas dessas também perderam empregos nos meses posteriores e, as que já circulavam nos mercados informais e/ou do sexo, foram impactadas pelas baixas do comércio e de clientes. Por circularem majoritariamente nos mercados informais, que raramente exigiam o porte dos documentos de identificação, diversas mulheres trans e travestis venezuelanas tinham seus documentos vencidos, danificados, perdidos ou roubados. Algumas tinham seus cadastros de pessoa física (CPF) guardados na memória, caso fossem abordadas pela polícia nas ruas e às vezes também tinham cópias ou

⁸⁶ Disponível no link: <https://lgbtmaismovimento.com.br/as-fronteiras-do-nao-lugar/>

fotos de documentos que já não existiam mais. Muitas delas também contavam com os registros fotográficos e fotocópias dos documentos que fazíamos durante os atendimentos na LGBT+Movimento. Esses registros ficam armazenados em pastas individuais virtuais. Com a pandemia do Covid-19 algumas dessas mulheres buscaram a LGBT+Movimento com diversas demandas distintas, entre elas, estavam os pedidos de “ajuda pra conseguir um emprego e “ajudas” para receber o Auxílio Emergencial da pandemia oferecido pelo Governo Federal.

A pandemia do Covid-19, portanto, intensificou, entre as mulheres trans e travestis venezuelanas, o desejo de ter uma segunda via válida e reimpressa dos documentos de identificação porque assim podiam, supostamente, gozar da sua função de “fazer o cidadão”, como afirma Peirano (2006, p. 26), “o documento legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível”. Apesar dessas mulheres não estarem indocumentadas, o fato de terem documentos fora da validade, intensamente danificados, não-originais, em fotos de celular ou perdidos e roubados, incitava a função inversa dos documentos, isto é, “a de remover, despossuir, negar e esvaziar o reconhecimento social do indivíduo que não possui o documento exigido em determinado contexto” (Idem, p. 27). Além destes fatores, uma série de incongruências⁸⁷ relacionadas ao sexo/gênero trazidos nos documentos e a identidade de gênero com as quais as interlocutoras se reconheciam e apareciam nas fotos dos mesmos, contribuía para que o “efeito de verdade” (PEIRANO, 1986, 2006, 2009), comumente produzido pelos documentos, virasse ao avesso, produzindo desconfiças, ilegibilidades e inconformidades.

Para atender a demanda por documentos, produzida pela pandemia do Covid-19 e seus efeitos e tentar resolver as incongruências entre os documentos e suas portadoras a LGBT+Movimento organizou um mutirão de inclusão de nomes sociais e/ou alteração de sexo/gênero nos documentos de identificação de pessoas trans migrantes e refugiadas, que teve início em julho de 2020. Nove mulheres trans e travestis venezuelanas participaram deste mutirão, irei abordar “o antes e durante” nos casos de Danny e Yennifer e, na próxima seção abordarei “o depois” no caso de Yolanda. A forma como as cidadanias nacionais e sexuais são feitas e desfeitas nos documentos geram também deslocamentos afetivos provocados diante dos entraves experimentados por essas mulheres no acesso a este direito.

⁸⁷ Na pesquisa de Ferreira (2013, 2020), junto ao setor de “desaparecimentos de pessoa” na Polícia Civil do Rio de Janeiro as incongruências estavam nos enredos de desaparecimento de pessoas e os papéis disponíveis para o seu registro. Essas incongruências revelam uma certa “desimportância” a função de preencher papéis e acabavam reforçando a ideia que os “desaparecimentos” não são um “problema de polícia”.

3.2.1 Danny

Conheci Danny, uma travesti venezuelana de 26 anos, em julho de 2018, após sua interiorização de Roraima para cidade do Rio de Janeiro por meio da Operação Acolhida. Danny já possuía o Protocolo de Solicitação de Refúgio, bem como o CPF e a CTPS, que foram solicitados e produzidos em Roraima. O documento oficial de identificação de Danny, seu Protocolo de Solicitação de Refúgio, continha apenas seu nome de registro, acompanhado do gênero “masculino” escrito por extenso. Na foto do protocolo, Danny está de batom, possui os cabelos longos e sua assinatura é apenas uma rubrica não legível. Os outros documentos citados, produzidos a partir do Protocolo de Solicitação de Refúgio, também apresentam configuração semelhante a este.

Considerando os argumentos de Freire (2016), de que as funções dos documentos não se restringem a refletir ou representar a realidade, mas antes, produzem e dão contornos e carnaturas aos sujeitos, perguntamos se Danny sabia sobre o direito de ter seu nome social incluído e/ou sexo/gênero alterados em seus documentos. Ela nos contou que em Roraima, agentes da UNFPA haviam lhe falado dessa possibilidade, o que fez com que ela comunicasse aos agentes do PTRIG que desejava a inclusão. Mas quando Danny recebeu o Protocolo de Solicitação de Refúgio viu que nada havia sido feito. Sem nunca saber o motivo da não inclusão, Danny me disse que desconfiava da seguinte situação:

Naquele dia, eu estava... como vou te dizer... largada, sabe? Eu tava dormindo na praça perto da rodoviária lá em Boa Vista. As pessoas foram lá pra ajudar a gente e depois me levaram lá no PTRIG para fazer o documento. Mas eu tava muito largada, sem fazer a barba direito... não dava pra comprar gilete... eu tirava os pelos com pinça mesmo, sem ver nada. Então tava feio... aquela barba mal feita. Minha roupa também tava suja, eu não conseguia tomar banho direito... eu tava toda largada. Não fui arrumada. Não tinha mais nada... um brinco, um colar, maquiagem sei lá... Eu acho que foi por isso que eles não colocaram meu nome [social] lá.

(Transcrição de mensagem de áudio enviada no aplicativo *Whatsapp* no dia 03.08.2020)

Danny atribui a não inclusão do seu nome social e a não alteração de sexo/gênero ao fato de sua expressão de gênero não estar de acordo com o que se espera de alguém que se identifica como mulher. Em novembro de 2019, Danny me comunicou que havia “perdido” seu documento de identificação e a CTPS, após deixar ambos com o proprietário de seu aluguel, localizado na comunidade do Marcão, como “garantia” de pagamento. Como sua renda vinha da realização de programas e das “ajudas” de clientes, no sentido dado por Piscitelli⁸⁸

⁸⁸ No capítulo 1, abordei de forma mais detalhada os diversos sentidos dados, pelas interlocutoras, ao termo “ajudas”. O sentido dado por Danny se aproxima bastante aos descritos por Piscitelli (2016), em que a autora se

(PISCITELLI, 2016), frequentemente ela não conseguia pagar o aluguel com a regularidade exigida e disse que, após ficar dois meses sem pagar o valor total, o proprietário tirou suas coisas e trocou a fechadura. Quando perguntou para ele sobre seus documentos, ele disse não saber nada sobre eles, o que deixou Danny apenas com o porte do CPF.

No mês seguinte, o refúgio de Danny foi reconhecido pelo CONARE e ela foi informada por uma agente da Cáritas por *Whatsapp*, entretanto, seu celular parou de funcionar logo após. No período de dezembro de 2019 a março de 2020, a comunicação com Danny tornou-se um desafio, mediada por celulares emprestados por amigos e vizinhos. Em razão da pandemia, os prazos de validade dos documentos haviam sido prorrogados pela PF, porém isso não se aplicava ao caso da documentação de Danny, que já estava vencida desde abril de 2019. A restrição do atendimento da PF aos casos de “extrema necessidade” não permitiu que Danny desse entrada no processo para emissão de sua CRNM durante o período de isolamento social.

Logo no deflagrar da pandemia, Danny procurou uma unidade da Clínica da Família (CF), pois apresentava manchas pelo corpo que coçavam demasiadamente, chegando a atrapalhar seu sono. Nesse dia, ela recebeu a notícia de que convivia com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), evento que passou a reordenar sua vida e relações, de forma semelhante às descritas por Veena Das (2015) sobre os *quase eventos*⁸⁹. A partir de então, as idas de Danny à CF passaram a ser muito mais frequentes, para exames, consultas e retirada de medicamentos, o que aumentava seus gastos com passagens. Em muitas de nossas conversas, ela comentou que não conseguia mais realizar programas, pois sentia-se como uma “ameaça” para as outras pessoas, afirmando não estar preparada para lidar com aquilo. A pessoa com quem ela se relacionava com maior frequência e que também fornecia grande parte das ajudas conseguidas por Danny, deixou-a após saber que Danny convivia com HIV, situação que também lhe causou grande dor. Sem conseguir receber o auxílio emergencial oferecido pelo Governo Federal, que permanecia há mais de três meses em análise, Danny passou a receber auxílios financeiros das Cáritas, que se esgotaram rapidamente, pela alta demanda. A partir

refere as trocas informais, menos mercantilizadas, entre sexo, afeto e dinheiro, na qual a oferta de ajuda econômica ou material não possui sentido mercantilizado, como no exercício da prostituição, mas assume a forma de dádiva. Piscitelli argumenta que essas “ajudas” nem sempre estão imbuídas de relações de exploração ou dominação entre doadores e receptores, pois há um sistema de “trocas” entre sexo, afeto e dinheiro, de maneira que as “ajudas” também proporcionam a estruturação de elos sociais e agências, constituindo-se como aliado na busca por subsistência, ou, em alguns casos, como ferramenta de mobilidade social.

⁸⁹ Os *quase eventos* são os modos como a vida cotidiana pode ser revirada de forma abrupta, ocasionando tensões e rupturas sociais que podem tomar grandes proporções na vida de alguns sujeitos, revelando elementos antes ocultos e reconfigurando relações. No primeiro capítulo do livro *Affliction*, a autora explora como o quase evento da doença de uma mãe deforma o mundo do filho e como a partir disso tal mundo é reformado, ainda que de forma diferente e precária, novamente.

disso, Danny passou a pedir “ajudas” na LGBT+Movimento para conseguir um emprego formal e a reimpressão dos seus documentos era o primeiro passo dessa tentativa. Em agosto de 2020 conseguimos dar início aos procedimentos de solicitação da CRNM de Danny junto à PF.

Os processos que envolvem a organização, impressão e o preenchimento dos papéis exigidos pela PF estão também permeados de afetos diversos. Como esses processos se deram no contexto da pandemia da Covid-19, onde predominaram as interações digitais, enviamos para Danny os arquivos necessários para que ela imprimisse e preenchesse com seus dados pessoais. Um sentimento de ansiedade passou a tomar conta de Danny. Conforme ela abria a grande quantidade de arquivos enviados por *Whatsapp* e via os espaços em brancos a serem preenchidos, ela me dizia, repetidamente, que não iria conseguir fazer o preenchimento sozinha e que precisaria de ajuda.

Passei alguns dias com Danny em chamadas de vídeo, de papéis em papéis, ajudando-a a interpretá-los e preenchê-los. Foi a partir das interações “sobre apenas preencher papéis” (FERREIRA, 2013) que tentei pouco a pouco pacificar e tranquilizar as ansiedades produzidas em Danny no encontro imediato com os formulários a serem preenchidos para PF. Há, nesse processo, uma certa capilarização dos laços afetivos por meio da tradução, preenchimento e produção de sentido sobre os papéis que se aproxima das experiências descritas por Navaro Yashin (2007) com a “cabine de preenchimento” de papéis do centro comunitário Cipriota. A criação ou renovação de laços afetivos através dos documentos é descrita também por Ferreira (2013) em sua etnografia documental sobre os casos de desaparecimento de pessoas. A autora defende o sobrepujar da força social dos papéis sobre as rotinas e espaços administrativos e burocráticos, comumente pensados a partir da racionalidade do Estado.

O preenchimento dos papéis é também o momento em que a inclusão do nome social e do sexo feminino ganham carnatura através dos documentos, assinaturas e declarações que compõem as muitas exigências materiais para a solicitação da CRNM. Poder escrever e assinar repetidas vezes seu nome social nas declarações e formulários e também ter em mãos os requerimentos e agendamentos feitos no sistema da PF com seu nome e sexo, geraram expectativas e esperanças em Danny sobre uma maior aceitação e facilidade na inserção no mercado de trabalho formal. Durante o processo de documentação Danny ficou imaginando como seria sua rotina quando conseguisse um trabalho, ela falava com certa felicidade e ansiedade sobre o “acordar cedo”, o “arrumar a roupa”, o “se maquiar”, o “tomar café”, rotinas que podem ser maçantes para alguns, mas que Danny almejava e parecia estar animada para o início. Ela também perguntou se quando decidisse se casar, poderia continuar usando seu nome social. As imaginações de Danny revelam como os documentos e aqui, os processos de

documentação, são gerados de esperança e expectativas no futuro, em relação à possibilidade de conseguir um emprego formal e de poder usar seu nome social antes e depois de seu futuro casamento. O nome social e a alteração do sexo/gênero nos documentos carregam em si a esperança de ter respeitada a sua identidade de gênero, sem suspeições.

Como parte do mutirão, Danny foi até a DELEMIG com os papéis que preenchemos juntas, para solicitar a emissão da sua CRNM, em agosto de 2020. Ela deixou a DELEMIG com o documento comprobatório dessa solicitação, intitulado usualmente de “protocolo”. Nesse documento, que não possui valor oficial de identificação, o nome social de Danny vem em destaque na parte superior e abaixo dele vem seu nome de registro. Até esse momento, tudo ocorria como esperávamos. Porém, dois meses depois, quando acompanhei Danny na retirada da sua nova CRNM fomos surpreendidas com um documento que continha apenas seu nome de registro e sexo “masculino”, diferente do que havíamos solicitado. Imediatamente, argumentei sobre o erro, mas a pessoa responsável pelo arquivo da delegacia nos informou que o nome social só era incluído no sistema interno da PF - virando o computador para nos mostrar que nesse sistema, o nome social de Danny estava em destaque. Nos explicou que, segundo sua experiência no arquivo, o nome social e o sexo desejado só eram incluídos nos documentos mediante a abertura de processo judicial. Ao negarmos a necessidade de judicialização para os casos de inclusão, pedimos para falar com a chefe do setor, que não se encontrava na delegacia nesse momento, porém nos foi informado que poderíamos voltar em dois dias para entrar com processo de substituição da CRNM por erro material. Durante esses dois dias, preenchi um novo requerimento da PF para dar entrada no processo e Marina, que tem formação em direito e atua, eventualmente, como advogadas na LGBTQIA+Movimento, produziu uma procuração judicial de representação legal e um ofício em que constavam as seguintes informações:

É sabido que o art. 69, §4º do Decreto nº 9.199/2017 foi alterado pelo Decreto nº 9.631/2018 para garantir o direito de inclusão do nome social no RNM, figurando com prioridade na CRNM:

Art. 69. Para fins de registro, o nome e a nacionalidade do imigrante serão aqueles constantes da documentação apresentada, preferencialmente, o documento de viagem.

§ 4º O imigrante poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em seus documentos oficiais. (grifo nosso)

Por se tratar de situação análoga a das demais mencionadas no art. 75 do Decreto, que versam sobre atributo da personalidade e do estado civil (nome), entende-se não haver necessidade de decisão judicial, não estando a hipótese abrangida pela previsão do art. 76.

Por fim, a Portaria PF nº 11.264/2020 garantiu a inclusão do nome social na CRNM, não havendo mais dúvida sobre o meio operacional a ser adotado:

Art. 2º O imigrante poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em seus documentos oficiais.

No dia em que retornamos à Polícia Federal, entregamos ao policial que nos atendeu todos os documentos necessários para dar entrada em pedido de substituição da CRNM por erro material e a declaração de desejo de inclusão de nome social e alteração do sexo para “feminino”, além do ofício mencionado. O policial desconhecia as normativas, inclusive a da própria PF, que estavam apresentadas no ofício, mas mencionou que, frente a existência das mesmas, deveríamos lograr a inclusão. Depois de receber os documentos e fazer o pedido internamente, nos informou que além de Danny demonstrar o desejo de inclusão de nome social quando do preenchimento dos requerimentos no sistema da Polícia Federal, é de responsabilidade do Policial que realiza o pedido confirmar a inclusão, através de uma opção que deve ser preenchida em seu sistema. O agente comentou que não sabia desse procedimento até termos tensionado pela modificação e que a maior parte dos outros funcionários da DELEMIG, provavelmente também não sabia, o que poderia ter causado o erro na primeira tentativa. Além da abertura do requerimento de substituição da carteira por erro material, também foi aberto um procedimento interno a partir do ofício entregue. Mais uma vez, deixamos a Polícia Federal acreditando que tudo daria certo.

Da primeira solicitação de emissão da CRNM, em agosto de 2020, até a chegada da segunda CRNM se passaram cinco meses. Novamente acompanhamos Danny à PF e, pela segunda vez, o documento não incluía o nome social, porém o sexo havia sido alterado para “feminino”. A decepção de Danny era evidente, por mais que o sexo tivesse sido alterado, este era um elemento “menor” em relação ao nome, que está em destaque no documento. Ao buscarmos alguma resposta com a chefe da DELEMIG, ela nos explicou que o modelo da CRNM não possuía espaço para adição do nome social, permanecendo apenas no sistema. Segundo ela, a problemática em torno da não inclusão do nome social de Danny na CRNM se dava porque não havia espaço destinado para a adição do nome social e do nome de registro simultaneamente na CRNM, apenas um poderia ganhar a visibilidade material. Ela nos informou também que o Departamento da Polícia Federal em Brasília, que é o responsável pela confecção das CRNM, já estava ciente do problema, mas até que o *design* do modelo fosse colocado em circulação, nada mais poderia ser feito. Os novos modelos de CRNM já estavam no anexo da portaria nº 11.264/2020 (ANEXO C), porém a sua impressão só foi ser iniciada no início do ano de 2021, quando repetimos todo processo com Danny, pela terceira vez.

Danny encontra-se na fronteira entre pleitear uma cidadania nacional e uma cidadania sexual, disputa que acontece, no e pelos papéis e que termina em um impasse sobre a ausência de um modelo de documento que considere, esteticamente, o direito à inclusão do nome social. Em meio a essa situação estão os afetos de Danny que se deslocam da esperança para a desilusão conforme as negativas em relação a inclusão do seu nome social acontecem. É importante notar que as temporalidades têm um papel fundamental na produção desses desejos que alimentam as esperanças e expectativas de Danny por ter um documento que respeite sua identidade de gênero e reflita sua performance e identificação. Uma linha temporal se estende para além de três anos, desde que ela recebe a informação de que tem direito de ter seu nome social incluso em seus documentos até o momento em que ela recebe a segunda CRNM sem que esse mesmo desejo seja concretizado. O fazer da cidadania nacional de Danny está atrelada à forma como o documento qualifica e produz o sujeito como um cidadão de um determinado estado (PEIRANO, 2006), ao solicitar da emissão da sua CRNM, após ter tido sua solicitação de refúgio reconhecida pelo CONARE, Danny busca regularizar sua situação migratória no país. Ao mesmo passo que, o fazer da sua cidadania sexual está ligado ao desejo de Danny de ter o nome e sexo, pelos quais se identifica, reconhecidos em seus documentos, o que, em seu imaginário, facilitaria seu processo de conseguir um emprego formal e de ser socialmente reconhecida enquanto uma mulher.

O caso de Danny parece revelar a dimensão agonística do que Vianna e Lowenkron (2017) demonstraram sobre o duplo fazer de gênero e Estado. O fazer da cidadania nacional de Danny está atrelado ao desfazer de sua cidadania sexual, expresso pelo não reconhecimento e consequente não inclusão de seu nome social na CRNM. Ao mesmo passo que Danny teve sua solicitação de refúgio reconhecida, seu nome social foi, por três vezes, não reconhecido. Sem habitar o espaço - que lhe faltava - na CRNM, o nome social de Danny é relegado ao ambiente virtual dos sistemas internos da PF, sem ganhar visibilidade ou materialidade documental. A mesma força que torna os documentos capazes de promover “realização” também os torna capazes de promover a “desrealização”, isto é, aquilo que era esperança se transmuta em desilusão na vida de Danny.

Enquanto atuávamos junto a Danny, na saga pela inclusão do nome social em seus documentos, um acontecimento da ordem dos *efeitos imprevistos* (FERREIRA, 2013) ou, como proponho, das *irregularidade afetivas*, modificou nosso campo. Já tarde da noite recebemos a mensagem de um agente da PF (pois assim ele se identificou) pelo *Whastapp* institucional da LGBT+Movimento. Ele nos disse que ficou sabendo do caso de Danny e de outras mulheres trans/travestis atendidas pela organização e que, ao checar o ofício de Danny, viu o nome da

organização e o pesquisou na internet, encontrando esse número de contato. Em seguida, se colocou à disposição para lidar com “esses casos” de forma mais atenciosa, pois possui identificação pelo tema. Segundo Ferreira, os *efeitos imprevistos* são “produto inesperado da força social movida pela produção e circulação de documentos oficiais, cujos efeitos ultrapassam paredes institucionais” (p.56). Os agentes da PF são frequentemente referidos pelo caráter [cis]heteronormativo da instituição (SILVEIRA, 2014) e o tratamento rude dispensado as pessoas migrantes e refugiadas, estão presente em diversas etnografias do campo. Retorna aqui a *sensibilidade vivida*, sobre a qual comentei no primeiro capítulo, entre o agente da PF e o caso de Danny e de outras mulheres trans/travestis atendidas pela LGBT+Movimento evidenciando a força social e afetiva dos documentos, tal como abordado por Ferreira (2013) e Navaro-Yashin (2007).

3.2.2 Yennifer

Yennifer é uma mulher trans venezuelana de 31 anos que solicitou refúgio em 2017 em Boa Vista e migrou, posteriormente, para Manaus, tendo permanecido por lá durante um ano, antes de seguir para São Paulo e depois para o Rio de Janeiro. Com a pandemia da Covid-19, a demanda de trabalho de Yennifer, que também atua no mercado sexual, caiu drasticamente, o que passou a causar-lhe crises de ansiedade frequentes. Yennifer inscreveu-se para receber o benefício do Auxílio Emergencial oferecido pelo Governo Federal, mas enfrentou algumas dificuldades.

Em maio de 2020, após encarar uma imensa fila na tentativa de sacar a primeira parcela do benefício, Yennifer foi comunicada por um funcionário da Caixa Econômica Federal (CEF) que: “se não tem RG (registro geral), não pode pegar”. Segundo ela, o funcionário, ao olhar seu documento, lhe perguntou: “quem é [nome de registro]?”. O Protocolo de Solicitação de Refúgio de Yennifer acumula incongruências semelhantes às de Danny: não possui seu nome social, a categoria gênero consta como “masculino” e no espaço de assinatura consta, em letras de fôrma, seu primeiro nome de registro, em contraste com sua foto com cabelos longos e maquiagem. O documento havia vencido poucas semanas antes da ida à CEF e encontrava-se danificado em cima das dobraduras que Yennifer fez para que ele ficasse com tamanho semelhante a uma carteira de identidade, facilitando seu armazenamento. Ou seja, ao abrir o documento, que é uma folha de papel, ele praticamente partia-se em pequenos retângulos de papel gastos e fragilizados pelo tempo. A função produtora dos documentos no fazer

performativo dos sujeitos (PEIRANO, 2006) aparece durante a ida de Yennifer a CEF também em sua função inversa, desfazendo ambas as cidadanias “nacionais” e “sexuais”, quando o agente do banco não reconhece seu documento e ao mesmo tempo questiona de quem é aquele documento. O Protocolo de Solicitação de Refúgio tem sua autenticidade comumente questionada por organismos públicos e privados na grande maioria das vezes que as pessoas tentam utilizá-lo, por isso muitas pessoas andam com a CTPS, o CPF e até o Cartão do SUS na tentativa de agregar veracidade ao desconhecimento comum do Protocolo de Solicitação de Refúgio.

Segundo Peirano (2006) o “vínculo do indivíduo e o documento que o identifica, não é apenas de representação, mas também de contiguidade e/ou extensão” (p.34), isto é, Yennifer passou por um duplo questionamento sobre a “verdade” de seu documento, associada ao seu *status* migratório no Brasil e sobre a “verdade” de sua identidade de gênero, um duplo desfazer de sua cidadania nacional e sexual, como proponho.

Ela retornou à CEF na semana seguinte, na posse de um Ofício Circular da Defensoria Pública da União (DPU) que era dirigido aos gerentes de agências da CEF, para explicar que migrantes e refugiados têm o direito de receber o auxílio emergencial e dentre estes estão os solicitantes de refúgio, que possuem como documento oficial de identificação o Protocolo de Solicitação de Refúgio. Segundo Yennifer, os funcionários ainda assim negaram-se a liberar o saque da parcela com o Protocolo, mas aceitaram realizá-lo utilizando a CTPS de Yennifer. De alguma forma, a CTPS agregava valor de “verdade” ao Protocolo por ser um documento que é compartilhado entre brasileiros e estrangeiros em versões muito semelhantes.

Logo após a retirada da primeira parcela, o benefício de Yennifer entrou “em análise” e assim permaneceu até meados de julho, quando ela fez uma consulta no site da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) e descobriu que o benefício havia sido suspenso pois, como mostrava uma notificação na tela do celular: “a requerente possui moradia no exterior”. Ao constatar o cancelamento equivocado, Yennifer nos pediu ajuda sobre como poderia proceder. Ao entrar em contato com a DPU, fui orientada a auxiliar Yennifer a postular a demanda perante às instâncias judiciárias sem a representação de advogado/a, na tentativa de agilizar o processo. Ao preparar os papéis que comprovam a permanência de Yennifer no Brasil, tomei conhecimento de que seu refúgio havia sido reconhecido em janeiro de 2020, fato que essa desconhecia. Iniciamos, então, o processo semelhante ao de Danny para solicitação da CRNM junto à PF. Ao conversarmos sobre o direito de Yennifer em incluir o nome social e/ou alterar gênero/sexo, ela disse que já havia tentado

colocar o nome social nos documentos em outras ocasiões, mas que, no final, ele acabava não sendo incluído. Yennifer também questionou a limitação da inclusão do nome social:

Eu já vi como fica o protocolo com nome social. Fica o nome social em cima e o outro nome em baixo. Mas do que adianta? As pessoas não entendem esses dois nomes, veem que eu sou trans, e não me chamam mais [para vagas de emprego]. Toda entrevista os caras ficam me encarando, como se perguntassem: “você é [nome de registro] ou Yennifer?”. Eu não vou aceitar trabalhar em um lugar em que me humilhem.
(Anotações feitas em bloco de notas no celular, 03.11.2020)

Yennifer reclama pelo direito à retificação civil, que, como citei anteriormente, é apenas extensível a pessoas trans brasileiras. Assim como Danny, Yennifer acredita que ter ambos os nomes em seu currículo e documentos associam-na à transgeneridade, diminuindo suas chances de contratação e produzindo episódios constrangedores que colocam a subjetividade de Yennifer em contraposição à materialidade dos seus documentos. Nas palavras de Peirano os “papéis infernizam, atormentam ou facilitam a vida do indivíduo” (p.25). Nesse processo de fabricação dos documentos de Yennifer, que “infernizam e atormentam” mas não parecem nunca “facilitar”, novamente aparecem *afetos hostis* (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021) que rebaixam ou inferiorizam. Esses afetos, como venho discutindo, aparecerem de forma regular na vida das pessoas migrantes e refugiadas e no caso de Yennifer (e Danny também), ele também está associado a um duplo desfazer da suas cidadanias nacionais e sexuais, que não podem ser acessadas por meio da Retificação Civil, garantida apenas para pessoas trans e travestis brasileiras.

Como a ida de Yennifer à PF aconteceu após a segunda ida de Danny à mesma instituição, já fomos com a procuração e o ofício prontos. No dia anterior a nossa ida, mandamos mensagem para o agente da PF que disse querer acompanhar os casos, e ele afirmou que estaria no dia seguinte na DELEMIG e se prontificou a atender o caso de Yennifer. Ao chegarmos na PF, fomos até o balcão, entregamos os papéis de Yennifer ao agente e seguimos a rotina padrão, isto é, esperar nas cadeiras externas à delegacia até que chamassem o nome de Yennifer. Enquanto esperávamos e explicamos detalhes dos documentos a Yennifer, também ressaltamos o direito dela ser referida pelo seu nome social no espaço burocrático da PF. Yennifer começou a nos contar sobre a ocasião em que foi até a uma unidade da Clínica da Família pegar seus medicamentos de HIV e fazer alguns exames, porém ficou horas esperando até ser chamada. Estranhando a longa espera, ela foi reclamar com uma agente de saúde, que não pareceu não

gostar da reclamação e passou a tratá-la com pronomes masculinos, chamando seu nome de registro ao invés do social, situação que lhe causou grande constrangimento e raiva.

Poucos momentos depois que Yennifer terminou de contar essa história ouvimos alguém gritar, por duas vezes, no meio do saguão de espera lotado, seu nome e sobrenomes de registro. O constrangimento de Yennifer era visível em suas expressões, a situação constrangedora que ela acabara de lembrar, acontecia novamente. Como a procuração assinada por Yennifer estava em nome de Marina, fomos na direção da profissional que havia chamado o nome de registro de Yennifer, que trabalhava como terceirizada na DELEMIG. Nesse encontro, Marina apresentou-se como advogada de Yennifer e pediu que ela fosse tratada por seu nome social. A profissional respondeu dizendo que “ele” se chamava [nome de registro], reafirmando o nome, e perguntou se “ele” já havia entrado com um processo judicial para troca do nome. Marina reafirmou que não era preciso judicialização para inclusão do nome social nos documentos (informações que estavam no ofício) e muito menos para que ela se referisse a Yennifer no feminino, respeitando, assim, seu nome social e identidade de gênero. Ao olhar o requerimento da PF, que foi o documento usado pela profissional para chamar o nome de Yennifer, reparamos que em volta do nome social estava uma marcação em caneta que circulava várias vezes o nome social de Yennifer, indicando que esse deveria ser chamado e não de registro, apesar deste vir em destaque no papel. A marcação havia sido feita pelo agente da PF que primeiro nos atendeu e que, logo após, interveio na situação indicando que Yennifer ia ser atendida por ele. Yennifer deixou a PF com seu “protocolo” de emissão da CRNM, no qual constava seu nome social na parte superior, em destaque. Sua CRNM ficou pronta depois de quatro meses de espera, diferente do caso de Danny, Yennifer conseguiu a inclusão do nome social e a alteração de sexo logo na primeira tentativa, pois nesta ocasião a PF já estava imprimindo os novos modelos da carteiras.

A pesquisa de Freire sobre os processos de retificação civil de pessoas trans/travestis naturais brasileiras se deu nas instâncias do Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (NUDIVERSIS), que é uma instituição especializada em demandas judiciais e assistência jurídica para referida população LGBTI+. A equipe do NUDIVERSIS, responsável pela recepção, organização e constituição da petição inicial desses processos que envolvem o acesso a um tipo de cidadania sexual⁹⁰, está a todo momento pensando em termos

⁹⁰ Faço uso da expressão “cidadania sexual” a partir da ideia de “cidadanização” de sexualidades e identidades de gênero proposta por Carrara (2015, 2016). O autor explora as relações entre ciência e política para demonstrar como a produção antropológica tornou-se chave no processo de cidadanização desses sujeitos. Minha intenção é demarcar a existência de uma “cidadania sexual” que engloba os mesmos processos de reconhecimento de identidades e orientações sexuais e a produção histórica desses sujeitos de direito, descritos pelo autor.

de sexo/gênero/sexualidade. Por outro lado, os agentes da DELEMIG, que lidam diariamente com emissão de passaporte para naturais e serviços de regularização migratória para estrangeiros, tem como cerne da rotina de trabalho atividades que atuam na busca por formas de cidadanias nacionais.

Na situação descrita acima, a disputa com a profissional terceirizada da PF sobre qual nome e pronome deveria ser utilizado para se referir a Yennifer faz pensar o quanto os migrantes e refugiados não são pensados a partir de um recorte de gênero/sexualidade, mas exclusivamente a partir de um recorte nacional, ligado ao *status* migratório. O gênero, como discutido por Vianna e Lowenkron (2017), assume a posição de epifenômeno de Estado, sendo produzido como particularidade desimportante. Como efeito dessas desimportâncias, que parecem afirmar a predominância dos papéis sobre os sujeitos, estão os afetos hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021), que constroem e humilham e beiram à crueldade na forma como a agente insiste, repetidamente, em usar o nome de registro e os pronomes masculinos para se referir a Yennifer, que permanecia ao seu lado, em silêncio.

No caso de Yennifer e de Danny, ficam também evidentes as formas pelas quais os direitos de terem seus nomes sociais inclusos nos documentos e mesmo de tê-los respeitados nos espaços da PF, são desfeitos através do desrespeito da agente e dos documentos que tardam a incluir os nomes sociais. O fazer/desfazer desses direitos (VIANNA, 2013) vinculam normativas e subjetividades, conectando esferas normalmente pensadas em separado e revelam a dimensão afetiva que está em jogo nessas performatividades. Os deslocamentos afetivos que marcam as promessas inconclusivas do governo do refúgio são caracterizadas por afetos contraditórios e ambíguos que vão intercalando-se ou combinando-se conforme as etapas de produção dos documentos acontecem. A esperança de ter o nome social incluso e respeitado movimenta-se de um polo oposto ao outro, transformando-se em desilusão, humilhação e raiva. Na próxima seção, o caso de Yolanda irá demonstrar como o fazer/desfazer dos direitos (VIANNA, 2013) pode também tornar-se o fazer/desfazer dos desejos (SOLATERRAR, 2024), que continuam a provocar deslocamentos afetivos mesmo após a inclusão do nome social nos documentos.

3.3 Irregularidades administrativas e afetivas após a inclusão do nome social nos documentos

No segundo semestre de 2021, todas as mulheres que participaram do mutirão de inclusão de nome social e alteração de sexo/gênero nos documentos já estavam com seus Protocolos de solicitação de Refúgio ou suas CRNM novas em mãos. Após travar situações que pareciam verdadeiras sagas, ter os documentos novos em mãos aparentou ser uma vitória, não apenas para elas, mas para a equipe da LGBTQ+Movimento também. Lembro-me da surpresa e comentários de diversos agentes de outras organizações que compõem o governo do refúgio fora do estado do Rio de Janeiro com o resultado do mutirão e os muitos elogios feitos a DELEMIG-RJ, em eventos públicos, por implementar o novo modelo dos documentos com “sucesso”. Nem todas as delegacias da PF do estado do Rio e de outros estados haviam atualizado o sistema e os fluxos que permitiam a solicitação do novo modelo de protocolo e CRNM. De certa maneira, a conclusão desse processo produziu um novo ar de esperança em todas nós.

Como mencionei na seção anterior, a iniciativa do mutirão foi organizada a partir da demanda de algumas mulheres trans e travesti venezuelanas que buscaram a organização com pedidos de “ajuda” para conseguirem empregos formais e o acesso a benefícios sociais, sobretudo o auxílio emergencial da pandemia do Covid-19. Como destaquei na introdução da tese e no capítulo anterior, a governança que se organizou ao redor do fenômeno migratório venezuelano no Brasil, apresentou uma mudança de paradigma na forma como o refúgio vinha sendo construído desde então. Se antes eram os debates em torno da elegibilidade e reconhecimento dos sujeitos que apareciam no centro das discussões, com a migração venezuelana, a ideia da “integração” ganha a frente e passa a reorganizar os programas dentro do governo do refúgio. Essa nova orientação, porém, não deixa de ter o “núcleo familiar”, presumidamente cisheterossexual, como figura privilegiada de seus programas, como bem indica Facundo (2020). Contudo, a autora também reconhece que algumas facetas dessa governança também privilegiam a figura do “sujeito trabalhador” e cita a modalidade de interiorização por vaga de trabalho, como um exemplo desse privilégio. Se pensarmos que tanto o “núcleo familiar” cisheteronormativo quanto a figura do “sujeito trabalhador” orientam as bases dos programas, então as mulheres trans e travestis estão fora daquilo que tem sido produzido como sujeitos “desejáveis” (VASCONCELOS, 2021), pois tanto o reconhecimento familiar quanto a empregabilidade são desafios históricos enfrentados por elas. Isto é, as

mulheres trans e travestis, estão fora de ambas figuras que têm norteado os programas de instituições que compõem o governo do refúgio.

No primeiro capítulo busquei traçar um fio entre algumas *regularidades afetivas e tradições administrativas* (FACUNDO, 2020) que, historicamente, constroem e mantêm a cisheterossexualidade como uma norma da Nação (CURIEL, 2013), orientando a maioria dos programas voltados para migrantes e refugiados no Brasil. O trabalho, por sua vez, também tem sido considerado, tanto por agentes do campo quanto pelos próprios migrantes e refugiados, como um elemento chave da “integração” (FACUNDO, 2017). De um lado, o trabalho parece impulsionar o elemento econômico, que gera renda e afasta “os fantasmas da dependência e do assistencialismo” (p. 316), de outro lado, ele está ligado a valores morais, que dignificam e trazem prestígio. Entretanto, as estratégias empenhadas por agentes do refúgio nesse setor parecem ser promotoras “de uma cidadania muito específica que tem também espaços bem delimitados” (idem, p. 317) pois as vagas de trabalho destinadas a pessoas migrantes e refugiadas são aquelas menos qualificadas, frequentemente precarizadas. As queixas sobre exaustão são frequentes, geralmente associadas a comentários como: “no tengo mas vida” ou “no tengo tiempo para nada, es trabajar, trabajar, trabajar”, longas horas de trabalho somadas a cansativos deslocamentos que prejudicam os trabalhos de cuidado doméstico e o cuidado de si. Acumulam-se também os casos de violações trabalhistas, sem que haja espaços que orientem sobre essas demandas⁹¹.

As mulheres trans e travestis, por sua vez, enfrentam barreiras anteriores, ainda na entrada do mercado de trabalho formal. As que realizaram a interiorização por meio da modalidade abrigo-abrigo têm os mesmos três meses que as outras pessoas cisgênero para conseguirem um emprego formal e deixarem o abrigo, o que acaba tornando-se um “problema” para os gestores. Comentei sobre essa situação no primeiro capítulo quando uma agente do ACNUR me informou que nenhum abrigo da cidade do Rio de Janeiro, voltado para interiorização, queria mais receber mulheres trans e travestis venezuelanas, pois elas causavam muita “confusão” e não conseguiam empregos tão facilmente. Ou seja, para a maioria dos programas do governo do refúgio as mulheres trans e travestis venezuelanas não são “integráveis”, reforçando também seu duplo desencaixe das figuras centrais que regem os programas, o “núcleo familiar cisheterossexual” e o “sujeito trabalhador”.

Por permanecer longos períodos sem trabalhos formais, a grande maioria das mulheres trans e travestis recorre ao mercado do sexo, segundo dados do último infográfico da

⁹¹ Dizer que a DPU não acolhe casos de violação de direitos trabalhistas.

LGBT+Movimento, 87% das mulheres trans e travestis venezuelanas estão ou já estiveram na prostituição desde que migraram para o Brasil. O desejo de conseguir um emprego formal, entre as mulheres trans e travestis venezuelanas é permanente, porém aparece com maior intensidade em alguns momentos específicos, como episódios traumáticos de violência, adoecimento, exaustão ou a chegada em um novo território. Elas também parecem experimentar ondas de esperança/desilusão que se intercalam com maior ou menor intensidade e impactam sua aproximação ou afastamento da busca por empregos formais. Por permanecerem na informalidade durante muito tempo, com rotinas estritamente noturnas que possuem regras e rituais muito distintos daqueles exigidos em ambientes corporativos, muitas delas enfrentam dificuldades em suas primeiras experiências em emprego formais. A demissão nos primeiros três meses, ainda no período de experiência, é relativamente comum e produz uma gama de afetos que giram em torno da raiva e da tristeza e um profundo sentimento de frustração e desilusão.

Com a migração em massa de venezuelanos para o país, diversas organizações que compõem o governo do refúgio focaram suas atividades na realização de cursos e oficinas de capacitação profissional de curta duração. Muitas mulheres trans e travestis venezuelanas acompanhadas pela LGBT+Movimento frequentaram essas iniciativas em diversas áreas distintas, porém os certificados e diplomas se acumulavam sem que essas fossem efetivadas em empresas, o que contribuiu para as ondas de esperança/desilusão, provocando muitas vezes sentimentos de injustiça e desconfiança com os processos seletivos organizados pelas empresas. Para muitas dessas mulheres, a sua identidade de gênero é o que determina a exclusão dos processos seletivos ou a demissão precoce, pois o elemento “nacional” fica, em geral, de fora dessas equações que eram, na maior parte das vezes, exclusivamente voltadas para migrantes e refugiados.

Além disso, nos dois primeiros anos da pandemia de Covid-19 houve um “boom” de cursos na área de empreendedorismo oferecidos por organizações que compõem o governo do refúgio como as Cáritas, MAWON, Migraflix, Visão Mundial Brasil, Pacto Global, muitos dos quais privilegiavam gênero e eram voltados para mulheres migrantes e refugiadas. As mulheres trans e travestis venezuelanas que acompanhamos na LGBT+Movimento eram sempre selecionadas, mas tinham dificuldades técnicas de acompanhar os cursos remotos com celulares antigos e acesso limitado à internet. Os cursos estimulavam as mulheres a projetarem futuros pequenos negócios e ensinavam técnicas de gestão organizacional e financeira, o que criava novas expectativas e esperanças nas participantes, que imaginavam que o empreendedorismo poderia resolver a questão do desemprego estrutural e da transfobia que enfrentavam nesses

espaços. Alguns desses cursos ofereciam um valor de “capital semente” às participantes que completavam o ciclo, que deveria ser utilizado na compra dos primeiros materiais para um possível negócio, como um salão de beleza, por exemplo. Porém, o valor irrisório do “capital semente”, geralmente entre 500 a 1000 reais e a falta de compromisso com as datas de pagamento estipuladas, fizeram com que a expectativa futura criada durante o curso fosse por “água abaixo”. Quando receberam os valores, já com bastante atraso, a maioria teve que utilizar o “capital semente” para cobrir gastos atrasados com aluguel ou alimentação, pois esses se mostravam mais urgentes.

Fiz um breve mergulho em algumas complexidades e afetos que atravessam as relações entre mulheres trans e travestis venezuelanas e o acesso ao mercado formal de trabalho e renda para que fique mais evidente a intensidade dos afetos que estão em jogo quando uma dessas mulheres participa de um seletivo em uma empresa privada, passa pelas etapas de admissão, porém encontra barreiras administrativas inesperadas relacionadas aos seus documentos. O caso de Yolanda é um exemplo, na prática, de como os documentos têm o poder de fazer/desfazer os cidadãos e, no caso de pessoas trans migrantes e refugiadas, como esse fazer/desfazer atrela nacionalidade a gênero e vice-versa, de forma que um seja feito/desfeito pelo outro. Além disso, esse caso também demonstra como as pessoas trans migrantes e refugiadas estão vivendo em um tempo anacrônico em relação a aquilo que é assegurado a pessoas trans brasileiras. Essa anacronia produz a possibilidade de inclusão do nome social nos documentos de pessoas trans migrantes e refugiadas como uma *irregularidade administrativa* que se conecta também a *irregularidades afetivas*.

3.3.1 Yolanda

Yolanda migrou para o Brasil em 2017 e ainda em Boa Vista, começou a fazer programas. Após dois anos na cidade, ela tentou uma vaga de interiorização na modalidade de reunião familiar e depois de meses de espera conseguiu chegar até Feira de Santana na Bahia. Uma prima por parte de mãe foi seu contato para que ela conseguisse a interiorização por essa modalidade, mas a prima teve que voltar à fronteira pouco antes de Yolanda chegar no estado. Yolanda tentou se inserir em algumas redes de prostituição na região, mas o tratamento hostil por parte dos cafetões e a rivalidade com as trans e travestis brasileiras passaram a ameaçar sua segurança. Ela e Maritza, interlocutora no primeiro capítulo, se conheciam desde Boa Vista e foi Maritza quem me colocou em contato com Yolanda. Nessa época Yolanda dizia estar

vivendo um “pesadelo”, pois sentia que sua vida estava sob ameaça. Conseguimos financiar a vinda de Yolanda para o Rio de Janeiro pela LGBT+Movimento e ela foi morar temporariamente com Maritza.

Desde o primeiro atendimento que realizei com Yolanda, em 2019, ela me disse que queria um “emprego normal”. Yolanda completou o ensino médio em uma escola técnica na Venezuela, mas não trouxe consigo nenhum comprovante do diploma ou histórico escolar, o que tornava impossível a tentativa de equivalência escolar. Ela não tinha mais parentes na Venezuela, filha única, foi criada pela mãe que adoeceu subitamente em 2019 e faleceu poucos dias antes da sua mudança para Feira de Santana, episódio que lhe trazia grande dor. Com o tempo, Yolanda conseguiu alguns clientes fixos que a ajudavam (PISCITELLI, 2016) com os valores de aluguel, contas e alimentação. Por vezes ficávamos longos períodos sem nos falarmos ou encontrarmos, pois ela estava sem celular. Por conta dessas dificuldades, eu sabia mais notícias de sua vida através de Maritza e outras mulheres trans do que a partir de Yolanda.

A partir de certo momento Maritza passou a me contar que Yolanda não andava bem, foi morar com seu “novio” e ele era “loco”, a agredia e a trancava dentro de casa com cadeado. Cada vez que encontrava Maritza ela voltava a este assunto, mas não tinha mais informações de onde Yolanda estava. Em um dia de atendimento na LGBT+Movimento Maritza e Yolanda apareceram juntas, Yolanda tinha conseguido “fugir” do homem com quem estava se relacionando e disse que não voltaria para aquela “prisão”. Foi até a organização para fazer um currículo e afirmou novamente que queria um “trabalho normal”. Desde que chegou ao Brasil Yolanda somente circulou no mercado do sexo e fez alguns poucos bicos como faxineira em Boa Vista. Poucos dias antes de Yolanda ir até a organização ficamos sabendo que uma mulher cis venezuelana, amiga de Yolanda e Maritza, havia sido recentemente contratada por uma grande empresa de supermercados. Decidimos ir atrás de contatos institucionais para tentar articular possibilidades de encaminhamento para entrevistas e processos seletivos em aberto. Por meio da pessoa que estava trabalhando nessa rede de supermercados consegui um contato interno que me pediu que Yolanda preenchesse um cadastramento em um *link* enviado por ela. Passei o *link* para Yolanda, mas ela teve muitas dúvidas sobre como realizar o preenchimento do formulário.

Durante um dia na LGBT+Movimento realizamos o preenchimento juntas através do meu celular, pois o formulário pedia a anexação de fotos de documentos, que não carregavam no celular de Yolanda. Poucos dias depois Yolanda recebeu uma mensagem com uma data para a entrevista presencial. Ela estava dividindo um quarto com uma amiga no bairro da Gamboa e ambas faziam refeições por quentinhas doadas nas “carreatas” do centro do Rio. Yolanda foi

até a entrevista e mandou fotos de alguns formulários e perguntas que pediram que ela preenchesse enquanto aguardava pela entrevista. Havia alguns documentos citados no formulário que não são compartilhados entre migrantes e nacionais, como certificado de reservista e título de eleitor e outros que não são tão conhecidos e possuem nome abreviado, como PIS (Programa de Integração Social) e PASEP (Patrimônio do Servidor Público), o que sempre provoca ansiedade e incerteza nas pessoas sobre o que preencher.

Yolanda deixou o local da entrevista confiante e com esperanças de conseguir seu primeiro emprego formal no Brasil. Alguns dias depois recebi uma mensagem dela com uma foto da sua tela de celular, que trazia um *email* dizendo que ela havia sido selecionada para trabalhar na função de caixa três vezes na semana, com um salário de 720 reais. O *email* indicava uma data prevista para a realização do exame médico admissional e pedia que Yolanda completasse o preenchimento de um novo formulário *online* em até três dias. Yolanda mandou muitas mensagens demonstrando estar nervosa com o prazo, pois o *email* havia chegado em um sábado e a ong só abriria novamente na próxima quarta-feira. A lista de documentos da plataforma repetia alguns do primeiro formulário, como RG, que consideramos automaticamente como a CRNM, o CPF, a CTPS, mas também incluía alguns novos documentos como comprovante de residência, diploma de ensino médio e comprovante de abertura de conta bancária em um banco indicado pela empresa. Com medo de que o tempo prejudicasse Yolanda, avisei a ela que iria entrar na plataforma através do meu computador para incluir alguns documentos que eu já havia salvado anteriormente. Enquanto isso Yolanda iria tentar conseguir os outros documentos.

Ao chegar no banco Yolanda esperou horas para ser atendida, como de costume, e quando conseguiu o gerente negou a abertura da sua conta pois seu CPF tinha uma dívida decorrente de um empréstimo que pegou em outro banco para comprar seu celular e não conseguiu pagar. Yolanda voltou para casa e me contou o que havia acontecido, disse estar exausta porque foi até a agência, no centro do Rio, andado desde a Rodoviária, também não havia comido, pois perdeu a hora das “carreatas”. Yolanda passou a receber, em sua caixa de e-mails, lembretes para completar o preenchimento na plataforma, o que passou a provocar maior ansiedade ainda sobre a situação e o medo de perder essa rara oportunidade. Igualmente aflita, eu escrevi um *email* para as profissionais do supermercado em questão relatando a situação do banco e elas enviaram um ofício solicitando a abertura de conta salário, que deve ser aberta independente de questões relacionadas a dívidas bancárias.

Yolanda retornou ao banco, novamente esperou um longo período de tempo e dessa vez o gerente apontou que havia uma inconsistência entre o nome que aparecia em seu CPF e o que

constava em seu documento, a CRNM. Yolanda já teve seu processo de refúgio reconhecido e tinha um CRNM com seu nome social, em situação regular. Quando o gerente do banco consultava seu CPF no sistema, o nome de registro de Yolanda aparecia, mas em sua CRNM, já no novo modelo, constava seu nome social. Na parte posterior da CRNM vinha também seu nome de registro e mesmo tendo argumentado com o gerente, ele pediu que Yolanda fosse até a Receita Federal para “consertar” seu CPF. Yolanda fez como o gerente orientou e foi até a Receita Federal e pediu a inclusão de seu nome social no CPF e levou até o banco o comprovante de que seu CPF estava em situação regular.

Esse foi mais um dia que Yolanda percorreu grandes distâncias a pé, perdeu as “carreatas” e chegou em casa com fome e exaustão, nesse momento ela me relatou tudo que havia acontecido naquele dia. Yolanda também me mandou fotos da tela do seu celular com e-mails automáticos da plataforma do supermercado que diziam que com o *upload* da foto do seu CPF e que ela deveria repetir o processo. Novamente entrei pela plataforma e adicionei a foto do cartão de CPF de Yolanda, acreditando que o erro estava no formato da foto. A essa altura o prazo de Yolanda já havia se encerrado. Eu mandei e-mails para as profissionais da área de Recursos Humanos (RH) do supermercado tentando relatar a complexidade da situação com o banco, além de pedir flexibilizações com a questão do diploma de ensino médio, pois Yolanda não tinha como conseguir esse documento. O RH respondeu que iria estender o prazo por mais quatro dias, mas a questão do banco deveria se resolver o mais breve possível. Dessa vez fui com Yolanda até o banco e conversei pessoalmente com o gerente, tive que introduzi-lo sobre a diferença entre nome social e nome de registro, sobre o que uma CRNM e explicar por que o documento tinha ambos os nomes e não apenas um. Mesmo assim o gerente insistiu que quando o CPF fosse consultado ambos os nomes deveriam aparecer, mas apenas o nome de registro aparecia. Fui novamente com Yolanda até a Receita Federal e uma agente me explicou que o nome social só ficaria no sistema interno da Receita e não iria aparecer no sistema do banco quando o CPF fosse consultado. Gravei áudios ditos por essa agente para mostrar ao gerente do banco e só depois dessas diversas idas e vindas Yolanda conseguiu abrir a sua conta salário.

Finalizado esse processo, juntamos todos os documentos na plataforma e finalmente ficamos aliviadas que tudo havia terminado porém, dois dias depois, Yolanda recebeu novamente o mesmo *email* automático, da plataforma do supermercado, dizendo que havia um erro com seu CPF e que ela deveria novamente fazer um novo *upload* da foto. Após a situação do banco e da Receita Federal imaginei que a plataforma não estava aceitando o documento porque identificava a mesma divergência entre a CRNM e o CPF por conta do primeiro documento ter o nome social e o outro ter o nome de registro. Quando contei a Yolanda sobre

a minha suspeita ela mandou mensagens dizendo que iria desistir de todo processo, pois se sentia “débil” por não estar se alimentando e porque não aguentava mais passar por essas “humilhações”. Em seguida ela me disse que queria “desistir”, isto é, que poderia abrir mão do uso de seu nome social para que conseguisse o emprego. A grande quantidade de idas e vindas, as ambiguidades, as informações desencontradas, os desconhecimentos dos agentes com a identidade trans e os documentos de migrantes e refugiados, a situação extrema precariedade seguida de uma situação de violência doméstica que já perdurava há mais de um ano, articularam-se no caso de Yolanda. Ao final de tudo, Yolanda tomava a culpa das barreiras que recaíram sobre ela e compreendeu que o que a separava do desejado emprego era sua persistência em ter seu nome social incluso nos documentos. Persistência essa que pareceu menor diante da possibilidade de perder a chance do emprego e por isso, “desistir” do seu direito/desejo, parecia ser a possibilidade que resolveria seu problema. Felizmente consegui explicar para as profissionais do RH o que estava acontecendo e de fato, a plataforma reconhecia essa incongruência entre o nome de registro, que aparecia no E-Social, consultado através do CPF, e a CRNM, que continha o nome social na frente o que gerava um erro automático, ainda novo para as profissionais.

O (des)encontros contínuos das mulheres trans e travestis venezuelanas com o direito de inclusão do nome social nos documentos, que supostamente é garantido pelas normativas, mas que na prática, ao invés de resolver problemas, cria novos, acaba por “desfazer” o desejo de inclusão do nome, como condição de manter a contratação para a vaga de emprego, tal qual descreve Solaterrar (2024) acerca do duplo fazer/desfazer dos direitos e desejos. Em um dos capítulos da sua tese, o autor explora as relações entre maternidade, raça e loucura a partir da sua atuação como gestor de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPSad) na Baixada Fluminense.

Lá ele conhece Conceição, uma mulher negra socialmente lida como louca, que tem um vínculo duradouro com o CAPSad. Após ser acusada pela família de negligência com a mãe doente, que logo veio a falecer, Conceição entra em surto psicótico. Em uma de suas andanças a esmo pelo bairro, ela é estupada e engravida. Durante o processo de gravidez ela demonstra o seu desejo de maternar, ao mesmo tempo que a equipe do CAPSad fica dividida sobre a acolhida daquele desejo e a desconfiança e suspeição sobre a capacidade de maternar de Conceição. Quando seu filho nasce, Conceição é separada deste, que segue para um abrigo municipal já com disponibilidade prévia para adoção.

Conceição entra em um quadro intenso de sofrimento e melancolia após o parto e a equipe, ainda dividida, tenta organizar uma visita de Conceição ao seu filho. Quando esse

momento acontece, em meio a muitas tensões, Conceição demonstra o afeto e o cuidado, que tanto lhe foram duvidados em um encontro emocionante entre mãe e filho. Ainda assim, seu filho é encaminhado para adoção e ao receber a notícia, a mãe reage conformada: “se é pela felicidade dele e vontade de deus”. Solaterrar (2024) demonstra como o fazer/desfazer dos direitos e desejos de maternar de Conceição não estão destacados das políticas de gestão da loucura, do poder estrutural colonial e das intersecções entre gênero, loucura e raça. Da mesma maneira como Yolanda parece abrir mão do direito/desejo de uso do seu nome social para que pudesse conseguir o emprego, Conceição parece abrir mão do direito/desejo de maternar, pela “felicidade” do filho ou pela “vontade de deus”, como ela afirma. Ambas parecem recuar, assim, diante de barreiras sociais, políticas e morais muito concretas que as impossibilitam de continuar sustentando seus respectivos direitos/desejos. O fazer/desfazer dos direitos/desejos de Yolanda revelam, portanto, uma outra dimensão, que diferente dos casos de Danny e Yennifer, acontece posteriormente à inclusão do nome social.

Com o tempo, repetidas inconsistências cadastrais foram aparecendo na vida dela e de outras mulheres e pessoas trans migrantes e refugiadas venezuelanas acompanhadas pela LGBT+Movimento. Essas inconsistências eram sempre relacionadas a divergências entre o nome presente no cadastro do CPF, no sistema da Receita Federal, e o nome social presente na CRNM. Ainda que o nome social estivesse incluso nos sistemas da Receita Federal, ainda assim as inconsistências permaneciam, como no caso de Yolanda. As pessoas trans que vinham recebendo Bolsa Família, em configurações de famílias unipessoais, tiveram seus benefícios suspensos, recebendo avisos em seus aplicativos. Os avisos continham as seguintes mensagens:

Sua família está em Averiguação Cadastral porque há indicativos de que não foi informada corretamente para o Cadastro Único as pessoas que moram com você.

Para regularizar essa situação, será preciso que um servidor do Cadastro Único da sua cidade vá até sua casa para atualizar o cadastro da sua família.

A atualização deve ocorrer até [data] para evitar o cancelamento do benefício do Programa Bolsa Família

Sua família possui as seguintes inconsistências cadastrais:
Pessoa cadastrada no Cadastro Único como família unipessoal.

Confirme se essa pessoa faz parte de sua família:
[nome de registro]

Essa mensagem revela a duplicação da pessoa através do seu próprio nome de registro e do seu nome social. Isto é, a mensagem pede que a pessoa cadastrada no Cadastro Único com seu nome social confirme que ela mesma, mas com seu nome de registro, faz parte de sua

família. Só há uma pessoa, mas dois nomes. Diversas pessoas tiveram seus benefícios do Bolsa Família cancelados por não compreenderem o que teriam que fazer diante dessa mensagem. Algumas delas, mesmo após regularizarem o Cadastro Único, não voltaram a receber o benefício pois, segundo agentes do CRAS, muitas áreas da cidade do Rio de Janeiro já haviam esgotado seus limites máximos de apoio a famílias unipessoais, por isso a regularização do benefício estava demorando mais de um ano, mesmo para casos que antes eram imediatamente elegíveis.

A inclusão do nome social nos documentos tem como objetivo garantir o uso do nome social para pessoas trans, porém ao tentar garantir o acesso a esse direito, ele duplica o nome da pessoa, sem que haja uma coesão nos sistemas cadastrais. Isto é, ao tentar resolver as incongruências que ganhavam materialidade nos documentos das pessoas trans migrantes e refugiadas, como as fotos com performance femininas e os nomes de registro, ele cria outras incongruências que acabam por expor essas pessoas a novos constrangimentos. As esperanças de Danny e Yennifer, de não serem mais associadas à transexualidade por causa das incongruências dos documentos, não se completam, gerando (des)encontros e deslocamentos afetivos entre as pessoas e seus documentos.

Além disso, parece haver um duplo desfazer da cidadania “nacional” pela cidadania “sexual” e vice-versa. O fato de ser migrante/refugiada desfaz o direito ao acesso à cidadania “sexual”, no momento que não se estende a retificação civil a essas pessoas, ao mesmo passo que, o aspirar a uma determinada cidadania “sexual” desfaz a possibilidade de “integração” por meio dos papéis, no momento que produz incongruências que ameaçam o acesso ao trabalho e a benefícios sociais. O momento de encontro das pessoas migrantes e refugiadas com documentos que os regularizam em um novo país é, em geral, um momento de realização. O encontro com os papéis que regularizam é também o encontro com uma parte dessa “promessa de integração” que venho falando ao longo da tese. Porém, no caso de pessoas trans migrantes e refugiadas esse encontro não produz a mesma realização, causando *uma irregularidade administrativa* do ponto de vista do governo do refúgio. Dessa forma, dentro da tradição administrativa cisheteronormativa do governo do refúgio as pessoas trans migrantes e refugiadas habitam esse espaço de *irregularidade administrativa*, que é repleto de *irregularidades afetivas* ligadas a frustrações, ansiedades e constrangimentos como vimos nos casos das três mulheres.

Com esses argumentos não pretendo negar que pessoas trans brasileiras também vivenciaram (e ainda vivenciam) constrangimentos semelhantes quando tentaram/tentam incluir o nome social em seus documentos. De certa maneira a construção da possibilidade da

retificação civil vem associada a experiência desses mesmos desencontros por pessoas trans brasileiras, que aconteciam em maior frequência antes da retificação civil tornar-se uma possibilidade. Porém, considerando que pessoas trans brasileiras têm hoje acesso à retificação civil e pessoas trans migrantes e refugiadas somente podem incluir o nome social no documento, mantendo a duplicação de nomes, parece haver um anacronismo em relação a essas duas experiências. Pessoas trans migrantes e refugiadas parecem vivenciar uma temporalidade passada, enquanto as pessoas trans brasileiras já passaram por essas mesmas experiências, sobretudo quando a inclusão do nome social era a única governança possível para as mesmas, mas agora, com a retificação civil, elas habitam outro tempo.

Esse tratamento desigual, que atrela a cidadania nacional à possibilidade de ter acesso ou não a retificação civil, tem também favorecido a fundação de um abismo na relação entre pessoas trans brasileiras e pessoas trans migrantes e refugiadas. Como comentei anteriormente, durante a realização dos mutirões de retificação civil pelo “Programa Justiça Itinerante” da Fundação Oswaldo Cruz em parceria com diversas organizações da sociedade civil que têm como público alvo pessoas LGBTI+ ou pessoas trans e travestis, foi evidente como a intersecção desse tema com migração e refúgio não faz parte dos conhecimentos dos agentes. Além disso, em casas de acolhimento voltadas para pessoas trans e travestis, que também são frequentadas por pessoas migrantes e refugiadas, o encontro direto com a negativa sobre a possibilidade de retificação civil, acessível às pessoas trans brasileiras, trouxe constrangimentos e provocou sensações de injustiça nas pessoas trans migrantes e refugiadas. Essas, ao relatarem a situação na LGBT+Movimento, questionaram “mas as pessoas migrantes não têm os mesmos direitos das pessoas brasileiras?”, máxima dita e reiterada por muitos agentes do refúgio em seus atendimentos, eventos públicos ou entrevistas. A situação foi descrita por algumas das mulheres trans e travestis como “injusta” e “humilhante” alimentando um clima hostil entre as trans brasileiras e migrantes.

Em maio de 2023, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) anunciou que promoveria mudanças no modelo do RG instituído pela gestão do presidente anterior, Jair Bolsonaro. Segundo o comunicado do ministério, a alteração tinha como objetivo tornar o documento “mais inclusivo e representativo”. O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) sugeriu que o documento fosse emitido sem o campo “sexo” e apenas com o nome autodeclarado, sem que houvesse distinção entre o nome social e o nome de registro, para o caso de pessoas trans brasileiras que ainda não tenham ou que por algum motivo não desejem a retificação civil. No entanto, o governo federal mudou de posição e decidiu manter o campo “sexo” e manter a distinção entre nome social e nome de registro. Essa decisão gerou

muita comoção entre os movimentos sociais de pessoas trans que apelidaram o modelo escolhido pelo governo federal de “RG transfóbico”, evidenciando a decisão do governo federal de recuar em relação aos direitos trans previamente garantidos.

A partir dessas movimentações o Ministério Público Federal (MPF) instaurou um inquérito para investigar se a manutenção desses campos traria prejuízos às pessoas trans e travestis. Em nota técnica publicada pelo órgão⁹² é avaliado que a manutenção do campo “sexo” bem como a decisão de manter ambos os nomes no mesmo documento resultam em um “exposição vexatória”, causando “inegável constrangimento” às pessoas trans, sobretudo aquelas que enfrentam dificuldades no acesso a retificação civil. A nota ainda complementa que “a discriminação e inquirição que expõe essa parcela da população a diversas violências, humilhações e tratamentos degradantes violam o direito à autodeterminação identitária”, revelando semelhanças com o que as pessoas trans migrantes e refugiadas vivenciam diariamente ao ter um documento com dois nomes. É interessante notar como é através dos afetos como a “humilhação” e a “vergonha”, marcados no termo “vexatórias”, que as violações de direito são caracterizadas no âmbito jurídico.

Trago a questão do “RG transfóbico” porque ela expõe como a manutenção de ambos os nomes nos documentos de identidade representa um retrocesso nos direitos de pessoas trans e travestis no Brasil. Porém as pessoas trans migrantes e refugiadas convivem com essa configuração em seus documentos sem que haja outra possibilidade. A mobilização da sociedade civil trans e travesti e LGBTI+ em prol da alteração do modelo sugerido pelo governo federal foi determinante para que duas ações fossem movidas e pudessem mudar os rumos dessa decisão. Há porém, uma dificuldade de mobilizar a sociedade civil trans e travesti e LGBTI+ a apoiar a luta da intersecção a migração e o refúgio. Por estar na intersecção de dois universos, o tema aparenta “não estar em lugar nenhum”, não ativando nem os movimentos ligados a pessoas trans, travestis e LGBTI+ e nem os movimentos ligados à migração e ao refúgio, revelando novamente o duplo desfazer.

⁹² Nota técnica disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pfdc/manifestacoes-pfdc/notas-tecnicas/nota-tecnica-pfdc-mpf-4-2022-gt-lgbti>

3.4 Afetos Encarnados

Durante a escrita da tese e, particularmente, deste capítulo, algo parecia estar “faltando”, como que escapando por entre a pretensa objetividade da escrita acadêmica. Não irei negar que esta sensação tem me acompanhado desde o início da escrita, afinal, minha proximidade com o campo é extensa devido ao meu trabalho na LGBT+Movimento, que não cessou em nenhum momento durante a escrita e também porque, ao querer explorar a centralidade dos afetos no governo do refúgio, me deparo com a dificuldade empírica de capturar as qualidades, até então supostamente “atmosféricas”, dos afetos.

O tempo também é uma variável importante, que certamente tem contribuído para essa sensação de incompletude, pois possuo uma relação duradoura com grande parte das interlocutoras desta pesquisa. Acompanhar os sujeitos no tempo, desde sua recém chegada ao Brasil até o momento presente, tem me feito pensar sobre as formas pelas quais alguns afetos decantam, sedimentam e encarnam nas pessoas, em especial nas mulheres trans e travestis venezuelanas. Foi a forma como determinados afetos apareceram, em especial regularidade e intensidade na vida dessas mulheres, que fui provocada a utilizá-los como lente analítica do governo do refúgio.

Talvez a sensação de incompletude que venho sentido se dê também pela dificuldade de encontrar palavras e formas narrativas que expressem a erosão dos sujeitos no tempo. Uma deterioração dos corpos que acontece quando certos afetos, sobretudo os hostis, que rebaixam e inferiorizam, são sentidos repetidamente. O que acontece com os corpos quando esses afetos são sentidos dia após dia, situação após situação, por um longo período de tempo? Quais marcas vão se inscrevendo nos corpos de mulheres trans e travestis venezuelanas ao longo dos anos?

Nesta última sessão, argumento que algumas *regularidades afetivas*, que estão presentes nos (des)encontros de mulheres trans e travestis venezuelanas com seus documentos e também em outras situações narradas em capítulos anteriores, vão produzindo efeitos na materialidade dos corpos, com o tempo. Obviamente essa co-produção que une papéis, corpos e afetos não está dissociada das condições de extrema pobreza e precariedade, das histórias pessoais de dor, dos múltiplos episódios de transfobia, xenofobia e racismo vivenciados por essas mulheres. A articulação dessas e de outras múltiplas dimensões acionadoras de afetos hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021), sobretudo ligados a humilhação, são as responsáveis por fazer decantar, sedimentar e encarnar afetos nos corpos dos sujeitos.

3.4.1 Eládia

O caso de Eládia começa com um contraponto em relação às histórias de Danny, Yennifer e Yolanda, pelo simples fato de que Eládia era a única mulher trans que, quando a conheci, em 2018, já tinha seu nome social incluso em seu Protocolo de solicitação de refúgio. Conheci Eládia durante uma visita ao abrigo Latife Salomão em Boa Vista, Roraima. Nessa ocasião, tanto os militares, que davam suporte logístico ao abrigo, quanto os agentes de proteção do ACNUR, que faziam parte da coordenação do mesmo, me apresentaram Eládia como uma liderança LGBTI+ venezuelana. Ela tornou-se uma liderança entre mulheres trans e travestis migrantes quando, em 2017, defendeu um grupo de mulheres trans que tentavam realizar programas nas ruas de Boa Vista. Levantando a questão da rivalidade entre mulheres trans brasileiras e migrantes, Eládia afirmou que as últimas eram ainda mais ameaçadas pela polícia e pelo tráfico de Boa Vista. Ela também atuou como mobilizadora de protestos contra a situação de abandono dos migrantes venezuelanos que se encontravam em situação de rua na praça Simón Bolívar e foi essencial na mediação entre agentes da Operação Acolhida e migrantes e refugiados venezuelanos que moravam na praça. A sua mediação foi fundamental para que o processo de retirada das pessoas da praça não fosse tão violento, garantindo que todos fossem encaminhados para abrigos na cidade. Eládia, portanto, teve um importante papel na efetivação das atividades da Operação Acolhida e passou também a gerenciar o abrigo Latife Salomão, para onde a maioria dos migrantes e solicitantes de refúgio venezuelanos, que se identificavam enquanto LGBTI+, eram encaminhados.

A proximidade de Eládia com agentes das diversas agências da ONU, como ACNUR, UNFPA e OIM, e seu reconhecimento como uma liderança comunitária entre as pessoas LGBTI+ e as trans e travestis venezuelanas, facilitaram que seu processo fosse supervisionado mais de perto por esses agentes, que garantiram a inclusão de seu nome social no Protocolo de Solicitação de Refúgio. Ainda assim, esse documento carregava consigo incongruências semelhantes às presentes nos documentos de Danny, Yennifer e Yolanda: o nome de registro vinha em destaque na parte superior do documento e logo abaixo vinha, em negrito, o nome social, seguido do gênero “masculino” escrito por extenso, e a assinatura de Eládia com seu nome de registro. A CTPS e o CPF de Eládia tinham apenas seu nome de registro, mas no caso do primeiro, a foto trazia Eládia com seus longos cabelos morenos, brincos dourados, maquiagem e um batom vermelho escuro.

Em julho de 2018, Eládia foi interiorizada para a cidade do Rio de Janeiro e sua vida mudou completamente. Logo na primeira semana na cidade, ela se envolveu em uma discussão

no abrigo de interiorização em que era acolhida e foi expulsa, permanecendo em situação de rua. Durante esse período ela sofreu uma agressão transfóbica de um homem com quem estava negociando a realização de um programa, resultando na quebra dos seus quatro dentes incisivos superiores. Isso a abalou imensamente, felizmente ela conseguiu uma prótese provisória a partir de uma parceria da LGBT+Movimento com outra organização que atendia o público “LGBTI+” Durante um ano, Eládia passou por casas de acolhimento voltadas para pessoas trans e travestis, casas de prostituição, abrigos municipais, casas provisórias e novamente a situação de rua. Mesmo com curso superior em engenharia industrial, sem os documentos de revalidação, Eládia tentou ser contratada em vagas que não exigiam nem o ensino médio, mas não foi admitida em nenhuma delas. As repetidas negativas nas vagas de trabalho formal, a difícil permanência no mercado do sexo e o retorno sempre iminente para situação de rua foram determinantes para que Eládia tomasse uma atitude drástica e, talvez, uma das mais dolorosas que já acompanhei nesses anos. Eládia foi até um salão de beleza da comunidade dos Tabajaras, em Copacabana e cortou seu longo cabelo, que já era uma marca pessoal, pegou algumas doações de roupas masculinas e passou a performar como um homem cisgênero. Era evidente a tristeza de Eládia com tudo aquilo, mas ela manteve a esperança de que era uma situação temporária.

Em duas semanas, ela conseguiu emprego como garçom em um restaurante no bairro de Copacabana. Quando o gerente do lugar disse que iria assinar sua CTPS e formalizar a contratação, Eládia entrou em grande desespero porque seu documento de identificação tinha seu nome social. Dessa forma, ela não poderia entregá-lo ao gerente, que imediatamente a associaria a transgeneridade, situação que causava medo pela possibilidade de perder o recente e tão desejado emprego. Na LGBT+Movimento buscamos partilhar a situação com alguns/as advogados/as de organizações responsáveis pela gestão de migrantes e refugiados, mas o ineditismo e complexidade na demanda de Eládia deixavam o caso sem resposta. Após um mês sem sucesso na busca por melhores caminhos burocráticos para a situação fui um tanto frustrada comunicar Eládia sobre a incerteza do que fazer e ela me diz: “já resolvi”. Quando lhe perguntei como isso aconteceu, ela narrou que foi até uma delegacia da polícia civil e disse ter perdido seu Protocolo de Solicitação de Refúgio gerando um Boletim de Ocorrência (B.O). Com esse papel, ela se encaminhou até a DELEMIG e disse que precisava emitir um novo Protocolo de Solicitação de Refúgio, para não ficar sem o documento. Pediu aos agentes que colocassem apenas seu nome de registro, como está em sua cédula de identidade venezuelana, e levou consigo uma nova foto 3x4, dessa vez tirada com o novo corte de cabelo. O Protocolo de Solicitação de Refúgio foi então reemitido sem mais problemas. Contudo, dentro da cascata de documentos, Eládia ainda tinha que resolver a questão da CTPS, que apesar de não ter seu nome

social, tinha sua foto com cabelos longos, maquiagem, brincos e batom. Sem poder esperar por um agendamento para realizar a nova carteira, que na ocasião só existia em seu formato “de papel”, Eládia abriu a plastificação da carteira com uma incisão cuidadosa até conseguir inserir uma nova foto 3x4 em cima da antiga e, depois, passou cola para unir novamente as partes plásticas, entregando os documentos para o gerente do restaurante logo em seguida.

É inegável que a forma como Eládia se relaciona, manipula e altera seus documentos versa muito sobre o duplo fazer/desfazer das cidadanias “nacionais” e “sexuais” disputadas nos documentos e sobre as possibilidades de agência que delas emergem, mas também levanta a questão sobre complexidade estrutural de certas dinâmicas sociais. Mesmo que Eládia tenha “desfeito” gênero, ao parar de performar enquanto uma mulher e ao tirar seu nome social dos documentos, ela não deixou de se autoidentificar como uma mulher trans na LGBT+Movimento e em alguns espaços e eventos, o que fez com que ela continuasse a viver transfobias. Com a performance masculina ela passou a ter mais facilidade de ser admitida em vagas de trabalho formal, conseguindo alguns empregos posteriores em cozinhas de restaurantes, mas a sua permanência era sempre limitada a exposição de seu gênero autoidentificado em situações vexatórias, seja por meio da exposição de fotos antigas em redes sociais, de matérias de jornais ou documentários que participou. Sem poder viver plenamente sua identidade de gênero e, ao mesmo tempo, sem poder “desfazê-la”, Eládia passou a viver em um não-lugar.

Em 2020, ela também passou a adoecer com frequência e quando teve um quadro de febres altas e persistentes, descobriu, em acompanhamento médico no SUS, que convivía com HIV e estava também com sífilis e hepatite B. Sem conseguir viver momentos duradouros de estabilidade, a permanência nos empregos fixos ou temporários que arrumava começou a tornar-se um desafio, que passou também a impactar nos seus tratamentos médicos. Eládia também passou a fazer uso mais intenso de substâncias como cocaína, crack e outras misturas, uso que havia iniciado dentro do contexto da prostituição. Pouco tempo depois, a prótese dentária que havia colocado de forma temporária em 2018, foi definitivamente perdida, agravando ainda mais seu sofrimento. Enquanto eu estava no processo de escrita da tese, nos encontramos algumas vezes na LGBT+Movimento. Sua neta nasceu em junho de 2024 e ela estava ansiosa para conhecê-la, mas a filha, mãe da criança, tinha receios que a condição de saúde “deteriorada” de Eládia pudesse representar um perigo para a criança recém-nascida. Eládia estava, pelo menos, 30 kg mais magra do que a conheci, tinha feridas abertas pela pele, cicatrizes de vários cortes que foi fazendo ao longo do tempo nos pulsos, queimaduras pelos dedos das mãos, tinha os lábios machucados e era acometida por episódios de tosse intensa, que assustaram algumas pessoas da equipe. Para quem havia lhe conhecido há seis anos atrás, Eládia

estava praticamente irreconhecível. Reclamava da dificuldade de acesso a banhos, pois estava em situação de rua há bastante tempo, conseguia uma baixa renda limpando boates pelo centro por valores que iam de 30 a 100 reais e coletava vidros de lança-perfume, que revendia no tráfico da região. Na nossa última conversa, ela me disse que sua neta deveria levar seu nome, pois era “a terceira geração de Eládia” e riu tapando a boca com a mão com vergonha dos dentes ausentes.

Muitas situações semelhantes às vivenciadas por Eládia foram também vivenciadas por outras mulheres trans migrantes e refugiadas venezuelanas e permeiam os casos de Yennifer, Danny, Yolanda, neste capítulo e Maritza e Petra, no primeiro capítulo. A prostituição, a situação de rua ou a eminência permanente dela, a “colocação”⁹³, o adoecimento, as múltiplas e contínuas violências transfóbicas e xenofóbicas, os conflitos relacionados às “ajudas” financeiras oferecidas por organizações do governo do refúgio, as expulsões de abrigos e casas de acolhimentos, as dificuldades conseguir e manter empregos formais e os desgastantes embates administrativos, são só algumas das quais relembro aqui.

O caso de Eládia também traz à tona a forma como as políticas voltadas para o público “LGBTI” e as políticas voltadas para os sujeitos migrantes e refugiados foram produzidas a partir das experiências das pessoas brasileiras e do migrante e/ou refugiado cisheterossexual, respectivamente, produzindo uma dupla “exclusão” de uma pela outra, ou, como chamei anteriormente, de um “duplo desfazer”. Há também um duplo “desfazer” de gênero que acontece, simultaneamente, no corpo e nos documentos de Eládia, com o corte de cabelo e a mudança de performance seguida da retirada do nome social nos documentos e a manipulação e colagem da nova foto na carteira de trabalho. O acúmulo desses “desfazeres”, seja das políticas, seja das performances de gênero, produz os sujeitos em uma matriz excludente, como que fora do domínio constitutivo daquilo que é qualificado como “humano” e portanto, fora daquilo que “importa” [matter], tal qual propõe Butler (2019). Esse tema, que correlaciona o “desfazer” da materialidade dos corpos com as opressões vivenciadas pelos sujeitos, já está presente em outras etnografias.

Camila Pierobon (2022) também observou como a temporalidade dos elementos precários vão ao longo do tempo produzindo os corpos. No segundo capítulo discuti o conceito de *exceção ordinária* proposto pela autora, porém aqui chamo atenção para a questão das temporalidades e formas através das quais a antropóloga descreve o duplo fazer dos corpos, de sua interlocutora idosa e sua mãe doente, nas relações de cuidado que entrelaçam ambas.

⁹³ Nome que muitas trans e travestis usam pra se referir ao uso de substâncias químicas.

Pierobon aponta para as formas através das quais a pobreza, o envelhecimento e o adoecimento são produzidos em conjunto e são herdados por Leonor, a filha, que prioriza o cuidado da mãe frente ao seu próprio. Tanto Leonor, quanto sua mãe acumulam doenças em seus corpos e passam a constituir corpos multiplamente doentes, que com o passar do tempo têm suas mazelas ainda mais agravadas, pela avançar da idade e pelo agravar da pobreza.

Outro autor que trabalha com populações precárias e que já foi citado nesse e em outro capítulo é Ueslei Solaterrar (2024). Ao explorar a gestão do cuidado em saúde mental para pessoas negras no dia a dia de um CAPSad da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, durante a pandemia do COVID-19, Solaterrar demonstra como a escassez de água e comida, associadas a condições de extrema pobreza e racismo faz com que os sujeitos habitem uma “zona de quase-morte”, adquirindo um *corpo-zumbi*. O autor propõe que o *corpo-zumbi* é resultado do desfazer dos corpos biológicos através da desumanização e mortificação, que é constante no ordinário de pessoas negras que são socialmente tidas como loucas.

Taniele Rui (2012) também explorou as marcas que o uso contínuo de crack causa nos corpos dos usuários: a perda de peso acentuada, o apodrecimento dos dentes, a rouquidão proeminente, a sujeira da pele causada pela ausência diária de banhos e cuidados de higiene. A antropóloga também sublinha a “persistência de uma condição de humilhação” (p.290) que aparece nos discursos de seus interlocutores que enunciam repetidamente: “olha minha situação”, ao apontar para si mesmos, e com isso parecem: “dizer tudo” (p.251). Taniele argumenta que essas marcas corporais, por agruparem determinados efeitos, já conhecidos publicamente, faz com que os usuários sejam imediatamente associados ao crack e a formas de vida tão ilegítima, desumanizada, que não “consegue nem se materializar” (P.280) como humana.

A “política de definhamento” descrita por Mallart (2019) também conecta a materialidade dos corpos de pessoas que estão em situação de cárcere a uma economia da destruição que difere da morte súbita, a queima roupa, perpetrada por policiais em operações nas favelas. A política do definhamento ganha o gosto amargo do tempo, da “morte lenta e progressiva de um estado de decomposição” (p.253). Ao invés dos buracos causados pelas balas nos corpos, nessa política, os “buracos” se fazem a partir das reduções de água, luz e ar e dos excessos de psicofármacos, torturas e terror. Mallart usa a imagem do “fazer babar” e do “morto-vivo” para retratar a zona de sombra que atravessa as políticas de gestão e se materializa nos corpos de sujeitos encarcerados.

Todos esses autores trabalham com chaves analíticas semelhantes às quais eu tentei dar enfoque neste capítulo e, mais especificamente, nesta seção, ao abordarem a dimensão social e

política da materialidade dos corpos. A sensação de incômodo com uma “certa incompletude”, como mencionei no início, parece também ter sido compartilhada pelos colegas, que pesquisaram contextos de extrema precariedade em diferentes intersecções e que parecem ter voltado a atenção analítica para as materialidades dos corpos para tentar responder a angústia de testemunhar a dor no corpo do outro (DAS, 2020). As pesquisas citadas acima têm como objeto pessoas brasileiras que são atravessadas por outros marcadores sociais da diferença, para além dos que trabalho neste capítulo, a transexualidade e a migração/refúgio. Mesmo trabalhando com diferentes intersecções, todos os autores acima descritos (e aqui me incluo neles), tentaram arquitetar formas de dizer aquilo que não chega nas palavras, descrever o desaparecer lento e progressivo de seus interlocutores e mais do que isso, traçar uma linha entre as políticas, seja de cuidado, seja de encarceramento, seja do governo do refúgio e o processo de produção e “desfazer” desses corpos materializados no definhamento, na sujeira, no múltiplo adoecimento e no corpo-zumbi.

Minha intenção foi destacar que as feridas abertas, as cicatrizes, as queimaduras, as tosses intensas, os dentes quebrados, a magreza e o adoecer progressivo ainda na juventude, que marcam o corpo de Eládia e de outras interlocutoras desta pesquisa, são também matéria dos afetos regularmente sentidos pelas interlocutoras, ou como proponho, das regularidades afetivas. Ao se perguntar o que as emoções fazem, Sara Ahmed (2014) afirma que: “as emoções moldam as superfícies dos corpos, que tomam forma através das repetições das ações no tempo” (p.4 – tradução minha). A autora parte de uma perspectiva relacional das emoções, para analisar como determinados corpos tornam-se objetos de certos afetos quando em relação. Ao retratar como alguns corpos tomam a forma da “raiva” a autora usa um texto de Audre Lorde, um mulher negra e lésbica, que percebe, ao sentar ao lado de uma senhora branca no ônibus, que o olhar de desprezo, nojo e raiva, que Lorde imagina, por um instante, ser para uma barata, é, na verdade, para ela mesma. O corpo de Lorde torna-se um objeto da raiva da mulher através da materialização das qualidades já associadas a uma barata: nojo e sujeira. A materialização de afetos hostis, que rebaixam e inferiorizam, no corpo de Eládia, de outras trans e travestis venezuelanas e dos interlocutores das pesquisas citadas acima são também parte de mecanismos históricos que vem materializando determinados corpos através desses afetos. Os afetos não são apenas produtos dos processos de governo desses sujeitos, eles são em si mesmo produtivos e responsáveis por constituir, historicamente, a materialidade desses corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: (IR)REGULARIDADES AFETIVAS - TODO FIM TAMBÉM É UM (RE)COMEÇO

Neste trabalho utilizei os afetos como lente analítica do governo do refúgio. Tomei como ponto de partida os (des)encontros de mulheres trans e lésbicas venezuelanas com agentes e instituições e explorei diferentes dimensões para pensar os afetos que circulam neste campo. Os afetos, emoções, sentimentos e outros já vem fazendo parte das etnografias que tomam como foco este campo analítico, porém grande parte dos trabalhos tem considerado apenas um conjunto privilegiado de afetos ou então, tem desconsiderado sua relevância analítica, mantendo-os como epifenômenos das experiências. Esse cenário torna-se ainda mais restrito nas análises que se voltam para os mecanismos de poder e as práticas de governo que atravessam a vida de sujeitos migrantes e refugiados. Meu foco principal, portanto, foi chamar atenção para um outro conjunto de afetos que aparecem com especial regularidade e intensidade nas experiências de mulheres trans venezuelanas migrantes e refugiadas. A proposta de identificar certas regularidades afetivas parte da premissa de que os afetos são historicamente construídos e que uma atenção às camadas de regularidade e intensidade com que alguns afetos aparecem nas experiências dos sujeitos pode contribuir para a elucidação etnográfica das dimensões afetivas deste campo. Além disso, busquei mostrar as dimensões produtivas das regularidades afetivas, que ao tornaram-se crônicas no encontros entre administrados e administradores, também adquirem aspectos de governo (FOUCAULT, 2010). As regularidades afetivas também se conectam a um conjunto de tradições administrativas (FACUNDO, 2014, 2020) que vem historicamente participando dos programas e projetos voltados para pessoas migrantes e refugiadas no Brasil. Em outra chave sugeri também a noção de irregularidades afetivas, para marcar os momentos em que acontece uma ruptura no sistema das regularidades, provocando afetos inesperados para determinadas situações. A minha dupla atuação no campo, como pesquisadora de doutorado e gestora na LGBT+Movimento, me permitiu explorar a centralidade dos afetos no governo destes sujeitos e também defender seu potencial heurístico nas análises antropológicas, como um esforço de aproximar o campo de estudos dos afetos do campo de estudos migratórios e humanitários.

No primeiro capítulo demonstrei como a gestão pela intimidade da LGBT+Movimento, que privilegiava a conexão com os sujeitos e a informalidade, foi desafiada pelo crescimento e consequente processo de institucionalização da organização, que trouxe reconfigurações e inseriu novos rituais na relação com as pessoas atendidas. A partir dos conflitos suscitados por

Maritza e Petra passei a deslocar minhas percepções analíticas sobre a participação dos afetos no governo do refúgio. Se, inicialmente, eu achava que havia uma “ausência de afetos” no mesmo, a partir dessas situações passei a observar como os afetos não estavam apenas restritos a gestão da LGBT+Movimento mas participavam do governo do refúgio como um todo. Isso também fez com que eu questionasse pressuposições anteriores que me faziam pensar a LGBT+Movimento como “fora” do governo do refúgio. Por fim, deixei de perceber os afetos apenas pelo seu sentido “bom”, mais ligado à afetividade, e explorei as feições mais disruptivas e hostis destes (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021). No primeiro capítulo, as “ajudas” serviram como fios condutores para pensar os afetos, as assimetrias e as agências, bem como sinalizar a complexa gramática moral associadas a elas. O deslocamento nas dimensões dos afetos, do “bom” para o “hostil”, aconteceu simultaneamente a um deslocamento nas formas de “ajuda”, que deixaram de ser mais “informais”, no sentido dado por Piscitelli (2016) e também por Guimarães (2020) e tornaram-se mais parecidas com as “ajudas” humanitárias, mais fortemente burocratizadas e distanciadas.

Ao explorar os casos disruptivos de Maritza e Petra, duas mulheres trans, resgato algumas de suas experiências desde a chegada no Brasil. São os afetos hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021) sobretudo ligados a humilhação e a raiva, que aparecem regularmente em suas vivências e narrativas. Para além de se conectaram com o acesso as “ajudas” oferecidas por agentes e instituições do governo do refúgio, a humilhação sentida por elas se conecta a múltiplas situações: a precariedade, a prostituição, a fome, a nacionalidade, as violências transfóbicas e etc. A articulação dessas formas de humilhação sobreposta a regularidade da sua presença no decorrer do tempo e a intensidade das situações, fazem da humilhação uma regularidade afetiva importante na produção desses sujeitos. Essa regularidade não é apenas parte do cotidiano de Maritza e Petra, mas de outras interlocutoras desta pesquisa e também outras mulheres trans e travestis venezuelanas que acompanhei ao longo dos anos. Também discuto como essa regularidade afetiva e os “desencaixes” vivenciados por essas mulheres têm profunda relação com a manutenção histórica da presunção cisheteronormativa nos programas de instituições que compõem o governo do refúgio.

Por fim, termino o primeiro capítulo, apontando algumas modificações no universo institucional do refúgio na cidade do Rio de Janeiro, provocadas principalmente, pela migração em massa de venezuelanos para o Brasil. Sugiro que há uma descentralização das Cáritas em curso e cito o surgimento de novas organizações. Parece haver também uma mudança na sensibilidade dos novos agentes do campo, que alinham seus exercícios profissionais às suas sensibilidades vividas. Entretanto, é importante lembrar que minhas interações com outros

agentes do campo foi limitada, pois meu foco esteve na experiência dos sujeitos a partir da minha atuação como gestora na LGBT+Movimento.

Iniciei o segundo capítulo fazendo um exame das irregularidades administrativas que passaram a fazer parte do campo político com a chegada da pandemia do Covid-19. Diversos atores-chaves do campo construíram denúncias sobre as sanções aprovadas durante o contexto de crise sanitária. Entre essas denúncias, o medo da deportação parece ter ganhado destaque, porém esse afeto não apareceu na minha relação com as interlocutoras. A partir dos casos de Andy, Day e Karla e Milagros e Erika, que migraram para o Brasil durante diferentes fases da pandemia, busquei explorar como outros afetos, como a esperança, a desilusão e a ansiedade apareceram misturados as *impossibilidades de ficar* vivenciadas por elas durante o período pandêmico. Proponho um olhar ampliado do conceito de *impossibilidades de ficar*, inicialmente proposto por Facundo (2014), para analisar como os desejos de ficar se diferenciam dos desejos de fixação. A condição de ficar engloba a necessidade de pensar a manutenção dos desejos de mobilidade/imobilidade como parte inerente da condição de “ficar”, além disso, essa condição também é carregada de dimensões afetivas, que englobam afetos de nostalgia e esperança no futuro. A partir do caso de Milagros e Erika propus uma análise do consentimento e voluntariedade que estão implícitos nos “retornos voluntários” que aconteceram durante a pandemia e que atravessam também a administração do governo do refúgio. Tomando como inspiração as análises de Veena Das (2020) e de Camila Pierobon (2022) também me pergunto o que há de extraordinário na pandemia do Covid-19 quanto parte das barreiras vivenciadas pelas interlocutoras permanecem ordinárias? A partir dessa pergunta exploro como a pandemia altera ou intensifica algumas regularidades e irregularidades afetivas.

Na última seção do segundo capítulo dou enfoque a dimensão mais relacional dos afetos e observo como esses podem se aproximar das noções de “cuidado”, desenvolvidas por diversas autoras no campo das ciências sociais, ao ganhar sentido daquilo que garante a sustentabilidade da vida. Se na primeira parte do capítulo meu intuito foi explorar as *impossibilidades de ficar*, nesse outro momento explorei as possibilidades de ficar através da constituição de um lar, em diálogo com Bell Hooks (2019). Inicialmente demonstro como Karen e Alejandra traçaram estratégias para concretizarem seu desejo de “formar uma família, ter um filho”, mesmo em meio a pandemia do Covid-19. Após a morte trágica de Alejandra pelo vírus, Andy, Day e Karla, Karen e o bebê passam a desenvolver laços relacionais, como descrito por Carsten (2000), através do compartilhamento de afetos, dinheiro, sexualidade, comidas e etc. A noção de “cuidado comunitário” de Guimaraes e Vieira (2020) também se aproxima das formas através das quais as mulheres foram se ajudando mutuamente e construindo formas de cuidado

que não configuram nem como trabalho, nem como obrigação. Por fim, argumento que as *impossibilidades de ficar* também podem ser interpretadas como impossibilidades de construir espaços de resistência e cuidado como os descritos por Hooks (2019) e faço paralelos casos trazidos nas etnografias de Gentili (2024) e Solaterrar (2024).

No terceiro capítulo explorei outras dimensões materiais dos afetos para além daquelas envoltas nas relacionalidades tecidas entre os sujeitos. Os afetos têm sido pensados como imateriais, atmosféricos e voláteis porém, na contramão dessa premissa, explorei a relação entre estes e as materialidade dos documentos e corpos de mulheres trans e travestis venezuelanas. Inicialmente compilei algumas normativas sobre o direito à inclusão do nome social de pessoas trans e também expliquei quais são as justificativas legais para que pessoas migrantes e refugiadas trans não tenham acesso a retificação civil, garantida apenas para pessoas trans brasileiras. Os documentos de identificação de mulheres trans e travestis venezuelanas carregam um conjunto de incongruências que determinam o desfazer desses sujeitos na prática, reforçando dinâmicas de desconfiança e suspeição. A partir dos casos de Danny, Yennifer e Yolanda explorei o antes, durante e depois dos processos de documentação e tentativas de inclusão do nome social nos documentos dessas mulheres. Durante esses processos ficou claro como os documentos são capazes de fazer e desfazer as cidadanias nacionais e sexuais dessas mulheres pois o fato de serem migrantes/refugiadas desfaz o direito ao acesso a retificação civil, ao mesmo passo que, o aspirar a uma determinada cidadania sexual desfaz a possibilidade de “integração” por meio dos papéis, no momento que produz incongruências que ameaçam o acesso ao trabalho e a benefícios sociais. Esses processos de fazer e desfazer das cidadanias nacionais e sexuais no e pelos documentos, estão inflamados por afetos, que se manifestam através dos afetos hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021), sobretudo e, novamente, ligados a humilhação e também através de deslocamentos afetivos, que vão de um oposto ao outro, como da esperança a desilusão, marcando o fazer/desfazer dos direitos (VIANNA, 2013) e desejos (SOLATERRAR, 2024) dessas mulheres e ativando processos de desistência e culpa. Na última parte deste capítulo questionei como os afetos se materializam nos corpos das mulheres trans e travestis venezuelanos ao longo do tempo. Demonstrei, em diálogo com autores de distintos campos, que as regularidades afetivas estão encarnadas nos cortes, feridas abertas, queimaduras, dentes quebrados e no corpo em deterioração de Eládia. Minha intenção foi demonstrar como os afetos não são apenas produtos dos processos de governo desses sujeitos, mas são em si mesmo produtivos e responsáveis por construir a materialidade dos corpos.

Se foram as situações disruptivas disparadas por algumas interlocutoras as responsáveis por provocar os deslocamentos analíticos fundantes desta pesquisa, é imersa em conflitos, dissoluções e rupturas semelhantes às do início, que termino esta tese. Assim como esse trabalho, a LGBT+Movimento teve um início, meio e um (quase) fim, que agora parecer ser um recomeço! Durante o mês de junho, mês que congrega o dia mundial das pessoas refugiadas, o dia da pessoa migrante e dia do orgulho LGBTI+ recebemos um convite desafiador, mas que foi recebido com grande ânimo. Fechamos uma parceria com o Instituto Moreira Salles (IMS) para construção de um projeto sobre memórias de pessoas migrantes e refugiadas LGBTI+ latino-americanas. O desafio foi totalmente inesperado. No início achávamos que nossas funções iriam estar restritas a apoios à produção e a realização da ponte com as pessoas migrantes e refugiadas atendidas pela LGBT+Movimento, mas conforme as reuniões avançavam e o tempo se espremia, compreendemos que iríamos, pela primeira vez, organizar do zero uma produção audiovisual, sem saber nada sobre este ramo profissional e sem deixar de atuar, simultaneamente, nas funções ordinárias da organização. O estresse da produção, contratos, prazos, preparação, realização e edição das entrevistas, articulados ao agravamento agudo de alguns casos que vinham sendo acompanhados pela equipe e as horas limitadas de trabalho com demandas sobrecarregadas, parecem ter chegado atingido um “limite” para algumas pessoas da equipe e, aqui, me incluo nelas. A posição de co-fundadora e co-diretora, no entanto, exigia um constante *governo dos afetos*, do qual fala Mallki (2015) e grande parte das queixas da equipe eram dirigidas as formas de gestão empenhadas pela organização e por mim e Marina, na posição de diretoras. Algumas dessas queixas giravam em torno da complexidade emocional e social dos trabalhos conduzidos pelas pessoas que realizavam atendimentos. Essa complexidade, no entanto, não refletia nos baixos salários e nas poucas horas de dedicação semanais, que acabavam sendo atropeladas pelas demandas contínuas. Outra queixa se referia a pouca transparência dos processos administrativos e financeiros da organização para parte da equipe e das pessoas atendidas, e a não participação das últimas nos planejamentos da organização. Outras pessoas levantaram incômodos em relação a predominância de um trabalho “assistencialista”, enquanto pouco tempo e esforços pareciam estar sendo empreendidos na busca por soluções “mais duradouras”.

Não cabe aqui me alongar na natureza desses conflitos e nas formas como aquilo que aparece como objeto das queixas de parte das pessoas gestoras da organização estão também ligados às tradições administrativas e as regularidades afetivas do governo humanitário. Mas, se no início da tese os conflitos disparados por algumas mulheres trans e travestis venezuelanas atendidas evidenciaram a transição de uma forma de gestão para outra, agora, os conflitos

disparados por outras pessoas da equipe demonstraram a necessidade de um fim, ou melhor, de um recomeço. Um momento para repensar e reconstruir. É preciso também citar que daqui há um mês, em novembro de 2024, acontecerá a segunda Conferência Livre e Local de Migrações, Refúgio e Apátridia (COMIGRAR) da história do Brasil. Durante 2024, o campo político se agitou com as conferências municipais, estaduais e conferências livres organizadas como etapa preparatória da COMIGRAR nacional. Na Conferência Estadual do Rio de Janeiro, que aconteceu em janeiro de 2024 na UERJ, Sandra Cardozo, uma mulher lésbica venezuelana, foi eleita delegada. A eleição de uma mulher lésbica é inédita e reflete a crescente presença de pessoas LGBTI+ migrantes e refugiadas no movimento social. Outro evento que fez coro à ascensão da mobilização social das pessoas LGBTI+ migrantes e refugiadas foi a Conferência Livre Nacional de Pessoas LGBTQI+ migrantes, refugiadas e apátridas, que aconteceu de forma remota, em março deste anos, conectando pessoas de todo Brasil. Como resultado desta última, três pessoas delegadas foram eleitas, sendo uma delas uma pessoa trans, eleição igualmente inédita.

Diversos acontecimentos trágicos também marcaram os últimos dois anos. A mobilização política disparada por eles e pelas denúncias que deles suscitaram também tem contribuído para a agitação do movimento social de pessoas migrantes e refugiadas. Devo citar aqui o assassinato do congolês Moise Kabagambe, em janeiro de 2022, o assassinato de Maria Fernanda Hilton, uma mulher trans venezuelana em março de 2023, o assassinato de Julieta Martínéz em janeiro de 2024 e a morte trágica e, bastante recente, de Evans Osei Wusu, na área restrita do aeroporto de Guarulhos. A mobilização em torno desses acontecimentos trágicos tem provocado reconfigurações administrativas que vem reposicionando o lugar do Brasil nas políticas de acolhimento a pessoas refugiadas, como por exemplo, como a restrição da entrada de migrantes sem documentação adequada no Brasil a partir de 26 de agosto deste ano. Cito também as recentes eleições venezuelanas e toda tensão que sucedeu o posicionamento político do governo brasileiro diante das violações de direitos perpetradas pelo então presidente, Nicolas Maduro. Todos esses episódios repercutiram nacional e internacionalmente e vêm mobilizando a atenção para as pautas de migrantes e refugiados no Brasil e no mundo.

Nesta tese, busquei abrir questões tanto a partir do campo de estudos quanto a partir no campo político e administrativo. Na minha pesquisa essas duas atuações andaram lado a lado, provocando reverberações um no outro, ao longo do tempo. Com a reestruturação da LGBT+Movimento em curso retorno a desafios semelhante aos que tomaram conta do primeiro capítulo: como organizações menores, como a LGBT+Movimento, podem se desenvolver sem que sejam cooptadas pelas formas de gestão das organizações e agências mais fortemente

burocratizadas e que predominam no governo do refúgio? Quais afetos estão em jogo nessas tentativas que criar novas possibilidades em um campo repleto de tradições e regularidades? A mobilização política disparada por eventos trágicos e denúncias têm mobilizado uma série de afetos. Seria interessante poder explorar as reconfigurações do campo a partir da ótica dos afetos, considerando que a mobilização política caminha lado a lado a mobilização emocional de atores, agentes e do campo político como um todo. Parte dessas reconfigurações parece ir na direção da reivindicação por um maior protagonismo político de pessoas migrantes e refugiadas na construção das políticas voltadas a este público, indo na contramão da posição mais passiva de beneficiários das políticas.

Considerando a sugestão que trouxe no primeiro capítulo, de que as sensibilidades dos agentes do campo vem se modificando a partir de reconfigurações provocadas pela migração em massa de venezuelanos, me pergunto como essas sensibilidades irão se manifestar diante da crescente mobilização de pessoas migrantes e refugiadas. Quais serão as novas sensibilidades dos agentes do campo? O que essas novas sensibilidades conseguem fazer? É interessante notar que a crescente mobilização política liderada por migrantes e refugiados vai na contramão das tradições administrativas vinculadas à igreja católica (FACUNDO, 2020), que reforçam uma gramática moral mais associada à “figura do sujeito sofrente” e um atendimento baseado em valores cristãos, como a caridade e a compaixão (FACUNDO, 2014). Portanto, quais regularidades e irregularidades afetivas surgem ou se intensificam a partir dessas mudanças no campo político? As reconfigurações desse campo podem também produzir novas perguntas pra aquilo que proponho em relação às regularidades e irregularidades afetivas, por isso, todo fim anuncia também a possibilidade do seu recomeço.

Nesta tese busquei defender o papel central dos afetos na análise do governo do refúgio a partir de diferentes entradas analíticas, que me ajudaram a mapear as dimensões e formas através das quais alguns afetos participam deste campo. As recentes reconfigurações que citei acima podem trazer novos insights sobre o surgimento de outras tensões nos sistemas que conectam regularidades e irregularidades afetivas e tradições administrativas. Há um campo aberto de possibilidades de investigação para expansão da compreensão sobre as regularidades e irregularidades afetivas que fazem parte deste campo e que se estende às interlocuções entre o campo dos afetos e o campo de estudos humanitários e migratórios.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, P. Notes on the Difficulty of Studying the State (1977). *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 58–89, 1 mar. 1988.
- ABU-LUDHOG, L.; LUTZ, C. *Language and the Politics of Emotion*. London: Cambridge University Press, 1990.
- AGIER. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Dossiê - Sociologia da Desigualdade*, v. 18, n. 2, 2006.
- AHMED, S. *Living a feminist life*. [s.l.] Duke University Press, 2017.
- AHMED. *The Cultural Politics of Emotion*. [s.l.] Edinburgh University Press, 2014.
- ANDRADE, V. L. *Imigração e Sexualidade: solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas por motivos de orientação sexual na cidade de São Paulo*. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- ANTONUCCI, N. *Entrecruzamento entre migração, gênero e sexualidade: experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio*. 2020. Universidade Federal Fluminense, 2020.
- ANTONUCCI, N. Mover-se ou não mover-se? As múltiplas pandemias a partir de trânsitos e narrativas de uma solicitante de refúgio lésbica ao Sul Global. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 29, n. 61, p. 145–160, 10 maio 2021.
- ARAÚJO, F.; OLIVEIRA, V. “Foi um terrorismo”, diz mãe responsável por abrigo invadido por policiais em RR. *GI*, 19 mar. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/03/19/foi-um-terrorismo-diz-maere-responsavel-por-abrigo-invadido-em-tentativa-de-deportacao-de-venezuelanos-em-rr.ghtml>>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- ARENDT. *On Revolution*. [s.l.] Penguin Books, 1990.
- BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*, v. 4, n. 1, p. 166–182, 2014.
- BIROLI, F. Autonomia E Desigualdades De Gênero: Contribuições Do Feminismo Para a crítica democrática. n. Editora Horizonte. Anuário Antropológico 39, p. 208pp, 2013.
- BOCCAGNI, P.; BALDASSAR, L. Emotions on the move: Mapping the emergent field of emotion and migration. *Emotion, Space and Society*, v. 16, p. 73–80, 1 ago. 2015.
- BOLTANSKI. *La Souffrance a Distance: morale humanitaire médias et politique*. [s.l.: s.n.]
- BUTLER, J. *Corpos que Importam - Os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1 edições, 2019a. v. 1
- BUTLER, J. Is Kinship Always Already Heterosexual? *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, p. pp.14-44, 2002.

- BUTLER, J. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* [s.l.] Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. *Vida precária (Col. Filô): Os poderes do luto e da violência.* [s.l.] Autêntica, 2019b.
- CAPDEVILLE, J. *Llegar, Estar y Salir: da Venezuela ao Brasil.* 2021. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, 2021. . Acesso em: 1 ago. 2022.
- CARRARA, S. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasi. *Cadernos Pagu*, 2016.
- CARRARA, S. MORALIDADES, RACIONALIDADES E POLÍTICAS SEXUAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. *Revista Mana*, 2015.
- CARSTEN. *Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship.* [s.l.] Cambridge University Press, 2000.
- CHAVES, J. “Parabéns para quem?” Migrantes e refugiados no Brasil da pandemia. *Folha de São Paulo*, 20 jun. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/06/parabens-para-quem-migrantes-e-refugiados-no-brasil-da-pandemia.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- CHO, S.; CRENSHAW, K. W.; MCCALL, L. Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis. *Signs*, v. 38, n. 4, p. 785–810, 2013.
- CLOUGH, P. T.; HALLEY, J. *The Affective Turn: Theorizing the Social.* [s.l.] Duke University Press, 2007.
- COELHO. “Sobre agradecimentos de desagradados: trocas materiais, relações hierárquicas e sentimentos”. Em: *Mediação, cultura e política.* [s.l.] Gilberto Velho e Karina Kuschnir (orgs.), 2001.
- COELHO. Gênero, emoções e vitimização: percepções sobre a violência urbana no Rio de Janeiro. v. 10, n. Sexualidad, Salud y Sociedad, 2012.
- CURIEL. *La Nación Heterosexual Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación.* [s.l: s.n.]
- CVETKOVICH, A. *Depression - A public Feeling.* [s.l.] Duke Press University, 2012.
- DÁROZ; CELESTINO. *Operação Acolhida.* [s.l.] Biblioteca do Exército Editora, 2022.
- DAS, V. *Affliction: Health, Disease, Poverty.* [s.l: s.n.]
- DAS, V. *Vida e Palavras: A Violência e sua Descida ao Ordinário.* São Paulo: Unifesp, 2020.
- DAS, V.; POOLE, D. *Anthropology in the Margins of the State.* New Mexico: School of American Research Press, 2004.

DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; GADELHA, C.; RANGEL, E. Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social. *Anuário Antropológico*, n. v.46 n.3, p. 10–29, 20 set. 2021.

DROTBOHM, H. How to Extract Hope from Papers? Em: KLEIST, N.; THORSEN, D. (Ed.). *Hope and Uncertainty in Contemporary African Migration*. 1. ed. New York: Routledge, 2016. p. 21–39.

DROTBOHM; DILGER. Rethinking affects of care through power. v. 98, 2024.

EFREM. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT*. *Cadernos Pagu*, v. 46, 2016.

ESCOSSIA. A síndrome do balcão: razões, burocracia e valores no cotidiano de brasileiros sem documento. *evista Brasileira De Sociologia*, v. 15, n. 7, 2019.

FACUNDO, A. Êxodos e refúgios: Colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil. 2014.

FACUNDO, A. *Exodos, refúgios e exílios: colombianos no sul e sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.

FACUNDO, A. F. Una experiencia de interiorización: transformaciones y continuidades de las acciones humanitarias. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 17, p. 1–21, 4 dez. 2020.

FASSIN, D. *Humanitarian Reason: A Moral History of the Present*. Los Angeles: University of California Press, 2010.

FERGUSON, J.; GUPTA, A. Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmentality. *Anthropologies of Modernity: Foucault, Governmentality, and Life Politics*, v. 29, n. 4, p. 105–131, 2008.

FERNANDES, C. et al. As porosidades do consentimento. Pensando afetos e relações de intimidade. *SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD*, v. 30, 2020.

FERNANDES, D.; BAENINGER, R. *Impactos da Pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2020.

FERREIRA, L. “Apenas preencher papel”: Reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoas e outros documentos. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 19, n. 1, p. 39–68, abr. 2013.

FERREIRA, L. Pessoas desaparecidas. Uma etnografia para muitas ausências. n. Editora UFRJ, p. 287p., 2015.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. [s.l.] Graal, 2012.

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FRANÇA, I. L. “Refugiados LGBTI”: Direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. *Cadernos Pagu*, v. 2017, n. 50, 2017.

FRANÇA, I. L.; FONTGALAND, A. Gênero, sexualidades e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e “refugiados LGBTI” no Norte do Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 28, n. 59, p. 49–68, ago. 2020.

FREIRE, L. *Sujeitos de papel: Sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos?* [s.l: s.n.]v. 2016

GAMA, F., Raimondi, G. A., & Barros, N. F. de .. (2021). Apresentação -Autoetnografias, escritas de si e produções de conhecimentos corporificadas. *Sexualidad, Salud Y Sociedad (rio De Janeiro)*, (37), e21300. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21300.a>

GENTIRANA, L. *As entrevistas de elegibilidade no processo de refúgio brasileiro*. 2020. UERJ, 2020.

GLAVEANU, V. P.; WOMERSLEY, G. Affective mobilities: migration, emotion and (im)possibility. *Mobilities*, v. 16, n. 4, p. 628–642, 4 jul. 2021.

GRECO, P. O CORONAVÍRUS E A POPULAÇÃO REFUGIADA NO BRASIL: A “INABILITAÇÃO PARA O REFÚGIO” E O PRINCÍPIO DO NON REFOULEMENT. *METAXY*, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/announcement/view/435>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

GREGG, M.; SEIGWORTH, G. J. *The Affect Theory Reader*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

GUATTARI, F. *Ritornelos: 2*. [s.l.] n-1 edições, 2019.

GUEERTZ. *A Interpretação das Cultura*. [s.l: s.n.]

GUIMARAES; VIEIRA. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. *Trabalho, gênero e cuidado*, v. 34, n. 98, 2020.

GUPTA, A. *Red Tape: bureaucracy, structural violence and poverty in India*. [s.l.] Duke University Press, 2012.

HAMID, S. C. (Des)integrando refugiados : os processos do reassentamento de palestinos no Brasil. *(Des)integrando refugiados : os processos do reassentamento de palestinos no Brasil*, 26 set. 2019. . Acesso em: 23 ago. 2022.

HO, E. L.-E. The Emotional Economy of Migration Driving Mainland Chinese Transnational Sojourning across Migration Regimes. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 46, n. 9, p. 2212–2227, 1 set. 2014.

HOOKS. Constituir um Lar - Um espaço de resistência. Em: *Anseios: Raça, Gênero e Políticas Culturais*. [s.l: s.n.]p. 448.

HORTON, R. Offline: A global health crisis? No, something far worse. *The Lancet*, v. 395, n. 10234, p. 1410, 2020.

HULL, M. S. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, n. 1, p. 251–267, 21 out. 2012.

JACOBSEN; KARLSEN; KHOSRAVI. *Waiting and the Temporalities of Irregular Migration*. [s.l.] Routledge, 2021.

JEGANATHAN, P. Border, checkpoint, bodies. Em: HORSTMANN, A.; SAXER, M.; RIPPA, A. (Ed.). *Routledge Handbook of Asia's Borderlands*. [s.l.] Taylor & Francis, 2018.

KATZ, J. *Massacre justo*. Rio de Janeiro: Eduerj: In: M. C. (org.) *Estudos sobre interação: textos escolhidos*, 2013.

LASZCZKOWSKI, Mateusz; REEVES, Madeleine. "Acknowledgments". Em: *AFFECTIVE STATES: ENTANGLEMENTS, SUSPENSIONS, SUSPICIONS*. 1st ed.ed. [S. l.]: Berghahn Books, 2018. v. 5, p. ix–x. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 31 jul. 2022.

LOREY. *State of Insecurity: Government of the Precarious*. [s.l.: s.n.]

LOWENKRON, L. Consent and vulnerability: some intersections between child sexual abuse and the trafficking in persons for sexual exploitation*. *Cadernos Pagu*, v. 2015, n. 45, p. 225–258, 1 dez. 2015.

LOWENKRON, L.; FERREIRA, L. Perspectivas antropológicas sobre documentos. Diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*, p. 17–52, 2020.

LOWENKRON. Gênero, família e Estado: cuidado de crianças, pandemia e a gestão da (não) reabertura escolar. v. 38, n. Sex., *Salud Soc*, 2022.

LUTZ; WHITE. *The Anthropology of Emotions*. v. 15, 1986. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2155767>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MAI, N.; KING, R. Love, Sexuality and Migration: Mapping the Issue(s). *Mobilities*, v. 4, n. 3, p. 295–307, 1 nov. 2009.

MALKKI, L. H. Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization. *Cultural Anthropology*, v. 11, n. 3, p. 377–404, 1996.

MALKKI, L. H. *The Need to Help: The Domestic Arts of International Humanitarianism*. Durham, NC: Duke University Press, 2015.

MALKKI. Refugees and Exile: From "Refugee Studies" to the National Order of Things. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 495–523, 1995.

MALLART. *Findas linhas : circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo*. 2019. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

MASSUMI. *Politics of Affect*. Polity Press. 2015

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Em: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MAUSS. Expressão obrigatória dos sentimentos. In: FIGUEIRA, S. (org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 56–63. Em: *Psicanálise e ciências sociais*. [s.l.] FIGUEIRA, S. (org.), 1980. p. 56–63.

MAZZARELLA. Affect: What is it Good For? Em: *Enchantments of Modernity*. [s.l.: s.n.]p. 291–309.

MILLER. *Humiliation: And Other Essays on Honor, Social Discomfort, and Violence*. [s.l.] Cornell University Press, 1993.

MOULIN. Ungrateful Subjects? Refugee Protests and the Logic of Gratitude. Em: *Citizenship, Migrant Activism and the Politics of Movement*. [s.l.: s.n.]

NAVARO-YASHIN, Y. Make-Believe Papers, Legal Forms and the Counterfeit: Affective Interactions between Documents and People in Britain and Cyprus. *Anthropological Theory*, v. 7, n. 1, p. 79–98, mar. 2007.

ORTEGA, F.; BEHAGUE, D. P. O que a medicina social latino-americana pode contribuir para os debates globais sobre as políticas da covid-19: Lições do Brasil. *Physis*, v. 30, n. 2, p. 1–13, 2020.

PADOVANI, N. *Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. [s.l.] EDUFSCar, 2019.

PEIRANO, M. De que serve um documento? Em: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (Ed.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. [s.l.] Relume Dumará, 2006. p. 25–49.

PEREIRA, A.; QUINTANILHA, K. Governo torna recepção de imigrantes um desastre humanitário. *The Intercept*, 2021. Disponível em: <<https://theintercept.com/2021/07/23/deportacao-trabalho-escravo-governo-exercito-migrantes-desastre-humanitario/>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

PERIN, vanessa. “A burocracia não acaba nunca”: Reflexões sobre a composição do sujeito refugiado por entre documentos, programas de assistência e organizações. *Revista De Antropologia Da UFSCar*, 5(2), 83–94. *Revista De Antropologia Da UFSCar*, v. 5, n. 2, p. 83–94, 2013.

PIEROBON, C. O duplo fazer dos corpos: envelhecimento, adoecimento e cuidado na vida cotidiana de uma família. *Cadernos Pagu*. 64 (2022), e226401. doi: 10.1590/18094449202200640001.

PIEROBON, C. *Tempos que duram e lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e a sua ética de cuidado*. 2018. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

PISCITELLI, A. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*, v. 2016, n. 47, p. 16475, 2016.

PISCITELLI, A.; LOWENKRON, L. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 67, n. 2, p. 35–39, jun. 2015.

RANGEL, E. *DEPOIS DO ESTUPRO Homens condenados e seus tecidos relacionais*. 2020. Universidade Federal Do Rio de Janeiro, 2020.

REZENDE; COELHO. *Antropologia das Emoções*. [s.l.] FGV, 2010.

RILES, A. *Documents: Artifacts of Modern Knowledge*. [s.l.: s.n.]

ROSS. Beyond Empathy and Compassion: Genocide and the Emotional Complexities of Humanitarian Politics. Em: *Emotions and Mass Atrocity Philosophical and Theoretical Explorations*. [s.l.] Cambridge University Press, 2018. p. 185–208.

RUI, T. *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. p. 335, 2012.

RUSEISHVILI, S.; TRUZZI, O. Mobilidade migratória e a pandemia da COVID-19 / Migration Mobility and the COVID-19 Pandemic. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 1, p. 473–485, 16 set. 2020.

SANTOS, S.; MEZA, I. PARA ONDE VOU COM A MINHA FAMÍLIA? UMA ETNOGRAFIA SOBRE PROJETOS COLETIVOS E MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM MANAUS. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum*, p. 179–194, 2021.

SANTOS, S.; VASCONCELOS, I. A oleada venezuelana. *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, v. 29, n. supl, p. 94–104, 31 jul. 2020.

SARTI. A vítima como figura contemporânea. *Cad. CRH*, v. 24, n. 61, 2011.

SEGATA. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos*, n. 59, 2021.

SHARMA, A.; GUPTA, A. *The anthropology of the state*. [s.l.: s.n.]

SHARMA. *In the Meantime Temporality and Cultural Politics*. [s.l.: s.n.]

SIQUEIRA, M. Sexualidade, Gênero e o Atravessar de Fronteiras: um estudo de caso sobre mulheres LGBTT latino-americanas no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. 2024. 154p.

SLABY; VON SCHEVE. *Affective Societies: Key Concepts*. [s.l.] Routledge, 2019.

SOLATERRAR. *(Sobre)viver na zona de quase-morte: o (des)fazer do cuidado em saúde mental a pessoas negras no cotidiano pandêmico da Baixada Fluminense*. 2024. UERJ, 2024.

SOLATERRAR. *Sobre AFRONTar a Casa-Grande e botar a cara no sol: uma etnografia transviada de formas de gestão de sofrimento*. 2020. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SOUSA, V.; LEITE, I. Deportações de estrangeiros crescem 5.708% no Brasil em 2020. *G1*, 21 fev. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/21/deportacoes-de-estrangeiros-crescem-5708percent-no-brasil-em-2020.ghtml>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SOUZA LIMA, A. C. de. *Gestar e Gerir: Estudos para um antropologia da administração pública no Brasil*. [s.l.] Relumé Dumará, 2002.

STEWART, K. *Ordinary Affects*. Durham, NC: Duke University Press, 2007.

STOLLER. *Affective States*. 2007.

SVASEK. *Moving Subjects, Moving Objects Transnationalism, Cultural Production and Emotions*. [s.l.] Oxford, 2012.

SWAAN. Perspectives for Transnational Social Policy. *Government and Opposition*, v. 27, 1992.

VASCONCELOS, I. “Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. 2021. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. . Acesso em: 31 jul. 2022.

VASCONCELOS, I. dos S.; SANTOS, S. M. de A. Sobre afetos e fardas: gestão militar e emocionalidade em abrigos para venezuelanos em Roraima, Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 30, n. 66, p. 243–264, set. 2022.

VASCONCELOS, I.; PULIDO, C.; SANTOS, S. Echa Pa’Lante!: trabalho de rua, assédio moral e sexual de venezuelanas em Boa Vista - RR e Manaus - AM. Em: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (Ed.). *Transversalidades das questões de gênero, educação e violência na Amazônia*. Boa Vista: UFRR, 2020. p. 0–207.

VERAS. “FECHAMENTO DAS FRONTEIRAS” NA PANDEMIA DE COVID-19: O QUE A PORTARIA INTERMINISTERIAL No 652/2021 QUER DIZER SOBRE A MIGRAÇÃO VENEZUELANA. *Defensoria Pública da União*, 2023.

VIANNA, A. *Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. 2002. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO MUSEU NACIONAL, 2002. . Acesso em: 31 jul. 2022.

VIANNA, A. *O Fazer e o Desfazer dos Direitos. Experiências Etnográficas Sobre Política, Administração e Moralidades*. [s.l: s.n.]

VIANNA, A.; FACUNDO, A. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre “moradores de favelas” e “refugiados”. *Ciência e Cultura*, v. 67, n. 2, p. 46–50, jun. 2015.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, v. 2017, n. 51, 2017.

VÍCTORA, C.; COELHO, M. C. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. *Horizontes Antropológicos*, v. 25, n. 54, p. 7–21, ago. 2019.

WACQUANT, L. *Corpo e alma - Notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. [s.l.] Relumé Dumará, 2002.

ZELIZER. *Negociação da intimidade*. [s.l.] Editora Vozes, 2011.

ANEXO A - Protocolo Solicitação de Refúgio (Modelo vigente até 2018/2019)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MISP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - NRE/DELEMBG/DREX/SR/PP/SP

Documento Provisório de Identidade de Estrangeiro		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS
DADOS DO ESTRANGEIRO Nome Social: *Se for o caso, conforme Decreto 8.727, de 2016. Nome: XXXXX XXXXXXXX XXXX PAI: XXXXXXXX MÃE: XXXXXXXX Data de nascimento: XX/XX/XXXX Gênero: XXXXX Nacionalidade: XXXXX Assinatura:		Protocolo nº.: XXXXX.XXXXXX/201X-XX Data de expedição: XX/XX/XXXX Data de validade: XX/XX/XXXX
Foto 3X4	Tipo do pedido: SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO Solicitação nos termos da Lei: 9.474/1997 Anexo I da Resolução CONARE nº 18/14	A Lei 9.474/1997 assegura ao portador deste documento que "em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política" (art.7, §1) Este protocolo é documento de identidade válido em todo o território nacional e é prova da condição migratória regular do seu titular. O titular deste protocolo possui os mesmos direitos de qualquer outro estrangeiro em situação regular no Brasil e deve ser tratado sem discriminação de qualquer natureza.
Assinatura do servidor (Assinar eletronicamente)		O titular deste protocolo deverá manter os seus contatos atualizados e comunicar a Polícia Federal e ao CONARE em caso de qualquer alteração em seu telefone, endereço e e-mail. A comunicação pode ser feita pelos seguintes meios: - pessoalmente, na Delegacia de Polícia Federal mais próxima - por escrito, para o e-mail conare@mj.gov.br - pelo telefone (61) 2025-9225



Documento assinado eletronicamente por **XXXXXX XXXXXX, Agente de Polícia Federal**, em XX/XX/XXXX, às XX:XX, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **XXXXXX** e o código CRC **XXXXXXXX**.

Referência: Processoº XXXXXXXXXX

SEI nº XXXX

